

REVISTA
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE MATO GROSSO



1919 - 1999

COMEMORATIVA AOS
80 ANOS DE FUNDAÇÃO

TOMOS CXLVII
ANO LXXI

CUIABÁ / 1999

BeBm 3490

BeBm 3490

REVISTA
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE MATO GROSSO

PROPRIEDADE DO

Instituto Histórico e Geográfico

de Mato Grosso

PATRIMÔNIO DA INSTITUIÇÃO

REVISTA INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO



1919 - 1999

COMEMORATIVA AOS 80 ANOS DE FUNDAÇÃO

TOMOS CXLVII
ANO LXXI

PROPRIEDADE DO

Instituto Histórico e Geográfico

de Mato Grosso

PATRIMÔNIO DA INSTITUIÇÃO

Edição do

Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

Cuiabá - 1999

DIRETORIA

Presidente	Elizabeth Madureira Siqueira
1º Vice-Presidente	Lourembergue Alves
2º Vice-Presidente	Vera Randazzo
1º Secretário	Benedito Pinheiros de Campos
2º Secretário	Aníbal Alencastro
1º Tesoureiro	Moacyr Freitas
2º Tesoureiro	Gabriel Francisco de Mattos
Orador Oficial	Lenine de Campos Póvoas
Curador do Museu e Arquivo:	Elizabeth Madureira Siqueira
Coordenador das Publicações Avulsas:	Paulo Pitaluga Costa e Silva

CONSELHO FISCAL

Membros:	Adauto Dias de Alencar
	Maria Deschamps Rodrigues (Dunga Rodrigues)
	João Alberto Novis Gomes Monteiro

Sede Própria: CASA BARÃO DE MELGAÇO

- Rua Barão de Melgaço, nº 3869 (Centro)
Cuiabá – MT - CEP: 78005-500 - Telefax: (065) 624-6782
E-mail: elizabet@zaz.com.br

SUMÁRIO

HOMENAGEM AO DR. LUIS-PHILIPPE PEREIRA LEITE

Luis-Philippe Pereira Leite

Lenine C. Póvoas8

GALERIA DOS PATRONOS

Deocleciano M. de Oliveira Filho

José de Mesquita

Ulysses Serra

Rubens de Mendonça

Cândido Mariano da Silva Rondon

Maria do Carmo de Mello Rego

Augusto Leverger

Manoel Rodrigues Ferreira

Firmino Rodrigues

Luís de A. de Melo Pereira e Cáceres

José Barbosa de Sá

Mário Corrêa da Costa

Gastão de Mattos Müller

José Vieira Couto de Magalhães

Antônio Rodrigues

D. José Antônio dos Reis

José Antônio Pimenta Bueno

Visconde de Taunay

Ricardo Franco de Almeida Serra

Sérgio Buarque de Holanda

José Estêvão Corrêa

Maria Dimpina Lobo Duarte

Pe. Ernesto Camilo Barreto

Jucelino Kubischek

Virgílio Corrêa Filho

Felipe José Nogueira Coelho

Luis Philippe Pereira Leite.....14

Lenine C. Póvoas.....15

Antônio de Arruda.....25

Pedro Rocha Jucá.....28

Ramis Bucair.....32

Vera Randazzo.....44

Ubaldo Monteiro da Silva.....51

Benedito Pedro Dorileo.....56

Maria B. Deschamps Rodrigues (Dunga)....60

Natalino Ferreira Mendes.....65

Paulo Pitaluga Costa e Silva.....69

Benedito Pereira do Nascimento.....87

Valdon Varjão.....93

Sebastião Carlos Gomes de Carvalho.....96

José de Moura e Silva.....113

Clóvis de Mello.....115

João Antônio Neto.....129

Corsíndio Monteiro da Silva.....131

Adauto Dias de Alencar.....138

Elizabeth Madureira Siqueira.....141

Afrânio Estêvão Corrêa.....150

Nilza Queiroz Freire.....160

Avelino Tavares.....176

Weller Marcos.....180

João Alberto Novis Gomes Monteiro.....191

Edvaldo de Assis.....194

Ulysses Cuiabano
 Pe. Raimundo Pombo
 Arnaldo Estêvão de Figueiredo
 Hercules Florence
 Carminho de Campos
 Luis da Costa Ribeiro
 Manoel Cavalcanti Proença
 Amidicis Diogo Tocantins
 Antônio Fernandes de Sousa

Lídio Modesto da Silva.....203
 Moacyr Freitas.....206
 Lourembergue Alves.....208
 Anibal Alencastro.....217
 Benedito Pinheiro de Campos.....219
 Suise Monteiro Leon Bordest.....223
 Gabriel Francisco de Mattos.....226
 Aecim Tocantins.....229
 Francisco Freire da Silva.....237

SÓCIOS FALECIDOS

D. Francisco de Aquino Corrêa
 Alirio de Figueiredo
 Antônio Cesário de Figueiredo
 Archimedes Pereira Lima
 Augusto Mário Vieira
 Benjamin Duarte Monteiro
 Emílio Amarante Peixoto de Azevedo
 Estêvão Alves Corrêa
 Estêvão de Mendonça
 Eulálio Guerra
 Francisco Alexandre Ferreira Mendes
 Franklin Cassiano da Silva
 Gervásio Leite
 Isac Póvoas
 João Barbosa de Faria
 João Carlos Pereira Leite
 João Cunha
 João Moreira de Barros
 João Pedro Gardês
 Joaquim Justino Alves Bastos
 Joaquim Pereira Ferreira Mendes
 José Eduardo do Espírito Santo
 José Torquato da Silva
 José Vaz Curvo

Elizabeth Madureira Siqueira.....242
 Lenine C. Póvoas.....255
 Elizabeth Madureira Siqueira.....256
 Pedro Rocha Jucá.....259
 Pedro Rocha Jucá.....260
 Paulo Pitaluga Costa e Silva.....261
 Paulo Pitaluga Costa e Silva.....265
 Moacyr Freitas.....266
 Valmir Batista Corrêa.....267
 Aduino Dias de Alencar.....268
 Natalino Ferreira Mendes.....271
 Valdon Varjão.....272
 Elizabeth Madureira Siqueira.....277
 Lenine C. Póvoas.....279
 Elizabeth Madureira Siqueira.....281
 Paulo Pitaluga Costa e Silva.....282
 Lourembergue Alves.....283
 Pedro Rocha Jucá.....287
 Elizabeth Madureira Siqueira.....288
 Lenine C. Póvoas.....291
 Lourembergue Alves.....291
 Paulo Pitaluga Costa e Silva.....295
 Paulo Pitaluga Costa e Silva.....297
 Anibal Alencastro.....299

Octávio Pitaluga	Paulo Pitaluga Costa e Silva.....	299
Octayde Jorge da Silva	Elizabeth Madureira Siqueira.....	306
Mariano Augusto de Figueiredo	Luis-Philippe Pereira Leite.....	308
Miguel Carmo de Oliveira Mello	João Alberto Novis Gomes Monteiro.....	308
Nilo Póvoas	Lenine C. Póvoas.....	312
Oscarino Ramos	Vera Randazzo.....	313
Ovidio de Paula Corrêa	Elizabeth Madureira Siqueira.....	315
Palmiro Pimenta	Elizabeth Madureira Siqueira.....	316
Pedro Cometti	Elizabeth Madureira Siqueira.....	318
Philogônio de Paula Corrêa	Elizabeth Madureira Siqueira.....	319
Rosário Congro	Natalino Ferreira Mendes.....	322
Rubens de Carvalho	Vera Randazzo.....	323
Virgílio Alves Corrêa Neto	Elizabeth Madureira Siqueira.....	324
Wanir Delfino César	Benedito Pedro Dorileo.....	326

HOMENAGEM A D. MARIA DE ARRUDA MÜLLER

Maria de Arruda Müller	Maria Benedita Deschamps Rodrigues....	330
	(Dunga)	
Senhora das muitas Marias..!	Vera Randazzo.....	332

*Homenagem a
Luis-Philippe Pereira Leite*



LUIS-PHILIPPE PEREIRA LEITE

Lenine C. Póvoas

Os últimos anos do século XX nos têm trazido emoções profundas.

Além do terremoto econômico-financeiro que sacudiu o mundo e o Brasil, principalmente, e que nos deixou temerosos do que ainda nos virá pela frente, sofremos vários golpes emocionais.

Um deles foi a perda do ilustre homem público e de letras, Dr. Luis-Philippe Pereira Leite.

Na espantosa rapidez com que se sucedem os fatos na vida social de Mato Grosso, onde a cada momento desembarcam milhares de indivíduos que vêm em busca de melhora de vida e que nada conhecem dos nossos fatos históricos (nem pretendem conhecer), tudo vai caindo rapidamente no esquecimento.

Nascido em Cuiabá, a 12 de dezembro de 1916, na Capital mato-grossense, realizou seus cursos primário e secundário. Diplomou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Niterói, e retornando, depois, ao seu Estado natal passou a exercer várias funções públicas, ocupando cargos da maior projeção social e política.

Oficial de Gabinete da Secretaria Geral do Estado, Procurador Geral do Estado, membro do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, do Conselho Penitenciário, do Conselho Regional de Desportos e, ainda, membro do importantíssimo Conselho Administrativo do Estado, foram os postos nos quais revelou sua inteligência, sua capacidade de trabalho e seu imenso desejo de servir a Mato Grosso.

Manteve colaborações nos jornais e revistas *O País*, do Rio de Janeiro, *O Gládio*, de Niterói, *O Nordeste*, de Fortaleza, *A Cruz* e o *Estado de Mato Grosso*, de Cuiabá.

Também sua presença era constante na “Página dos Novos”, da *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*.

As manifestações de seu talento literário credenciaram-no para ocupar uma Cadeira na Academia Mato-Grossense de Letras, para a qual foi eleito em 1944 (posse a 8 de abril de 1946) e, posteriormente, para o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, no qual ingressou a 6 de junho de 1946.

Sua comprovada vocação para o desempenho de altas funções públicas levaram-no a aceitar a candidatura para a qual fora convidado, de Deputado Estadual, posto para o qual foi consagrado nas eleições de 19 de janeiro de 1947, para a Constituinte mato-grossense.

Num período em que a Assembléia Constituinte dedicava-se, exclusivamente, à elaboração da Carta Magna estadual, que deveria ser promulgada dentro do prazo marcado pela Constituição Federal (quatro meses a partir da instalação da Constituinte estadual), os Deputados se entregavam totalmente aos trabalhos das Comissões, encargo que era cumprido pelos representantes do povo com alto espírito público e devoção patriótica, o que determinou que a Constituição de Mato Grosso fosse considerada uma das melhores do Brasil e fosse solicitada para inspirar muitos artigos das de outros Estados.

Nessa fase, Luis-Philippe deu uma grande e silenciosa contribuição a Mato Grosso, posto que a opinião pública não estivesse bem a par do que ocorria nas reuniões das Comissões do Parlamento Estadual, pela natural deficiência, àquela época, de divulgação dos trabalhos legislativos. Os jornais, semanais, eram impressos à força manual, não existia a televisão e as estações de rádio eram apenas uma ou duas.

Numa ocasião em que a Assembléia Legislativa de Mato Grosso se ufanava de contar em seu seio com brilhantes figuras de intelectuais e de homens da projeção moral de José Fragelli, Gervásio Leite, Virgílio Alves Corrêa Neto, Benedito Vaz Figueiredo, Jary Gomes, Cacildo Arantes Júnior, André Melchíades de Barros, Luís Alexandre de Oliveira, Itálvio Coelho, Sebastião Oliveira, Antônio Ribeiro de Arruda, Waldir dos Santos Pereira e vários outros, era motivo de júbilo para todos contarem com um colega do estofa de Luis-Philippe Pereira Leite.

Foi justamente nesses dias que ocorreu um fato que mais o elevou no conceito dos seus pares; condenado, pelos médicos especialistas, à perda total da visão, que já se mostrava muito reduzida, Luis-Philippe resolveu renunciar ao seu mandato de Deputado, ponderando que pouco poderia produzir em favor do nosso povo.

Os Deputados, unanimemente, não se conformaram que ele renunciasse antes da promulgação da Constituição Estadual, cuja votação já se encontrava próxima do

fim. Seria um motivo de tristeza para os seus colegas que a Carta Magna de Mato Grosso não contasse com a assinatura de um dos homens mais brilhantes que para ela contribuíram.

Finalmente, Luis-Philippe atendeu aos rogos dos Deputados e permaneceu no cargo até passar a data da promulgação, a 11 de julho de 1947, renunciando na semana posterior.

Tenho observado que em nosso meio social corre, entre alguns, a errônea suposição de que nas Academias só deveriam entrar os que já publicaram livros. Mas há livros e livros...

Nem sempre a publicação de uma obra recomenda o autor para o ingresso nas Academias. O que realmente recomenda o candidato são as provas de sua cultura, de seu talento, que podem ser aferidas através de colaborações na imprensa, de discursos, de poesias, de desempenho no magistério, etc.

A primeira obra, melhor diria, *plaquette*, editada por Luis-Philippe surgiu em 1946, trazendo justamente o seu discurso de posse na Academia, contendo o elogio do bravo e culto mato-grossense Corsino do Amarante, patrono da sua Cadeira nº 21.

A começar desse pequeno-grande livro, Luis-Philippe partiu para a construção de sua preciosa herança cultural, composta de 30 obras editadas depois que ele foi atingido pela desdita da perda da visão!

Por vinte anos – de 1976 a 1996 – exerceu a Presidência do Instituto Histórico e Geográfico, comandando religiosamente suas reuniões administrativas e solenes e mantendo rigorosamente em dia a correspondência da instituição, que não era pequena.

Como se não bastasse, durante esse período editou a quase totalidade de suas obras de inestimável valor histórico, custeadas pelo seu próprio bolso e, ainda, pagando anualmente a edição da Revista do Instituto que, durante essas duas décadas, não falhou uma única vez.

Com a morte do renomado historiador Pedro Calmon, um dos mais brilhantes nomes da cultura nacional, abriu-se uma vaga nos quadros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Preenchê-la era o desejo de muitos destacados membros da elite cultural do país. Quem não desejaria suceder a Pedro Calmon?

Luis-Philippe teve a sua candidatura levantada por vários amigos e admiradores de sua obra, sendo eleito, em renhida disputa, para a cobiçada cadeira de Pedro Calmon.

Tive o privilégio de estar presente à posse de Luis-Philippe, na majestosa sede do IHGB, no conhecido Largo da Lapa.

A assistência foi tão numerosa que o local da cerimônia teve de ser transferido, à última hora, para outro salão – o maior e mais imponente do IHGB –, para comportar tão grande e seleta assistência.

Foi nessa solene sessão que Luis-Philippe, privado totalmente da visão, pronunciou, de improviso, memorável discurso sobre passagens da história matogrossense, encantando a todos que o ouviram, pela minúcia e precisão das informações, armazenadas na sua prodigiosa memória.

O ingresso desse ilustre cuiabano no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ampliou a lista das personalidades de Mato Grosso que tiveram a honra de integrar o mais alto Panteon da história nacional. Foram eles: Antônio Navarro de Abreu (Tenente-Coronel, um dos líderes da campanha pela nossa Independência); Dom José Antônio dos Reis (1º Bispo de Cuiabá); Dom Carlos Luís D'Amour (1º Arcebispo de Cuiabá); Dom Francisco de Aquino Corrêa (2º Arcebispo de Cuiabá); Virgílio Corrêa Filho (Secretário Geral da Entidade, por muitos anos); José de Mesquita (Desembargador e Presidente da Academia Mato-Grossense de Letras) e, por último, Lenine de Campos Póvoas, eleito Membro Correspondente da mais importante instituição de cultura histórica do país.

A vida de Luis-Philippe foi, assim, um edificante exemplo para todos nós, especialmente para a juventude brasileira.

Adeus Confrade, Presidente! Cuiabá, amargurada pela sua perda, orgulha-se de ter servido de berço para um homem como você!

Antônio Pinheiro Pereira Leite

Entre os anos de 1923 e 1925, o Sr. Pinheiro Pereira Leite, então Diretor das Neves, adquiriu a propriedade de um terreno situado em sua fazenda de São João do Rio Negro, no Estado de Pernambuco, e o destinou ao cultivo de cana-de-açúcar.

Este terreno foi dividido em lotes e vendidos para particulares, sendo um deles adquirido por Francisco Pinheiro Pereira Leite, filho do Sr. Antônio Pinheiro Pereira Leite, e destinado ao cultivo de cana-de-açúcar.

Galeria dos Patronos

Fundação A. Pinheiro Pereira Leite, criada em 1925, com o objetivo de promover o ensino e a cultura em São João do Rio Negro, Pernambuco. A fundação foi criada em virtude da doação de um terreno pelo Sr. Antônio Pinheiro Pereira Leite, para a construção de uma escola de ensino primário.

Diocleciano Pinheiro Pereira Leite, filho do Sr. Antônio Pinheiro Pereira Leite, foi o primeiro diretor da Fundação A. Pinheiro Pereira Leite, tendo exercido o cargo de 1925 a 1927. Durante seu mandato, foram construídas e inauguradas as escolas de ensino primário e secundário, bem como a biblioteca da fundação.

Patrono e fundador da Fundação A. Pinheiro Pereira Leite, Sr. Antônio Pinheiro Pereira Leite, faleceu em 1927, deixando para a fundação o terreno onde se encontra o edifício principal da mesma.

Em dado momento, o Sr. Antônio Pinheiro Pereira Leite, pai do Sr. Diocleciano Pinheiro Pereira Leite, doou para a fundação o terreno onde se encontra o edifício principal da mesma, bem como o terreno onde se encontra o edifício da biblioteca.

Assim a proposta de criação da Fundação A. Pinheiro Pereira Leite, foi aprovada em 8 de abril de 1925, pelo Conselho Municipal de São João do Rio Negro, Pernambuco, tendo sido nomeado Sr. Diocleciano Pinheiro Pereira Leite, o primeiro diretor da mesma.

O texto foi produzido por Sr. Diocleciano Pinheiro Pereira Leite, filho do Sr. Antônio Pinheiro Pereira Leite, e destinado ao cultivo de cana-de-açúcar.

DIOCLECIANO MARTINS DE OLIVEIRA FILHO

Luis-Philippe Pereira Leite

Entre os anos de 1923 e 1924, o conceituado advogado baiano Manuel Francisco das Neves, apelidado de Neves, resolveu mudar-se para Cuiabá, trazendo em sua companhia os filhos Catão, Jovenília, Eugênia, Hosanah e Bernadethe, e o sobrinho Diocleciano.

Este, matriculou-se no Colégio Liceu Cuiabano, numa turma brilhante constituída por Ernesto Borges, Benjamin Duarte Monteiro, Dunga Rodrigues, Caio Cunha, Orestes Miraglia, entre outros.

Fundaram, logo, o brilhante jornal *A Crisálida*, de pequena duração. A orientação espiritual e intelectual desses jovens estava a cargo de José de Mesquita, recém-formado pela Faculdade de Direito de São Paulo.

Diocleciano guardou, dessa época imorredoura, lembrança. A vida abriu-lhe os caminhos, pois trabalhou na polícia do Rio de Janeiro, foi comissário de polícia, mediante concurso; da mesma forma, abraçou a judicatura, chegando a Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Praticou a escultura, tendo conceituada oficina, onde fazia importantes monumentos nacionais. Como a luta entre o boi e a serpente, no alto da cachoeira de Paulo Afonso.

Em dado momento da sua maturidade voltou-se para Cuiabá, para o cenário de jovem, vindo a oferecer ao governador Pedro Pedrossian a idéia do monumento de Cuiabá, consubstanciado nas figuras do bandeirante, do garimpeiro e do índio.

Aceita a proposta, de cem mil réis, recebeu a metade e foi-se às obras. Em 8 de abril de 1969 estava erguido o monumento da Avenida Coronel Escolástico, indicando aos que chegam que esta é a terra das monções, do ouro e da fartura.

[Este texto foi produzido pelo Dr. Luis-Philippe dias antes de seu internamento no hospital, constituindo, portanto, um de seus últimos escritos]



JOSÉ DE MESQUITA

Lenine C. Póvoas

Nascido em Cuiabá, a 10 de março de 1892, filho do casal José Barnabé de Mesquita (Senior) e de D. Maria de Cerqueira Caldas.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo.

Exerceu os cargos de Professor de Língua Portuguesa, Procurador Geral do Estado, Diretor da Secretaria do Governo, Juiz de Direito do Araguaia, Professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito de Cuiabá (extinta em 1937) e Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, que presidiu de 1930 a 1940, aposentando-se em 1945.

Após sua aposentadoria ainda exerceu o cargo de Secretário Geral do Território do Guaporé (hoje Estado de Rondônia), a convite de seu amigo Joaquim Vicente Rondon, Governador daquela unidade da Federação.

Brilhante jurista, figura de primeira plana da magistratura mato-grossense, foi um dos maiores destaques das letras de nossa terra.

Fundador, juntamente com Dom Aquino, Estêvão de Mendonça, Philogônio de Paula Corrêa, do Instituto Histórico e da Academia Mato-Grossense de Letras, liderou uma plêiade de notáveis homens de letras e presidiu a Academia por mais de duas décadas.

Poeta, romancista, jornalista, historiador, contista e excelente orador, foi, como bem disse um dos seus discípulos, *coração e alma da nossa Academia*.

Revistas de todo Mato Grosso e de outros Estados traziam sempre suas colaborações.

Editou uma série de livros e folhetos que constituíram o precioso patrimônio que legou à cultura mato-grossense.

Acometido de terrível moléstia, faleceu a 22 de junho de 1961.

PRODUÇÃO INTELECTUAL

Obras:

Poesias. Cuiabá, J. Pereira Leite, 1919.

Elogio fúnebre a Antônio Corrêa da Costa. Cuiabá, Typ. Oficial, 1921.

Os jesuítas em Mato Grosso. Cuiabá, s.ed., 1921.

Elogio fúnebre do General Caetano Manoel de Faria e Albuquerque. Cuiabá, Escolas Profissionais Salesianas, 1926.

O catolicismo e a mulher (discurso). Cuiabá, Escolas Profissionais Salesianas, 1926.

Cavallhada (contos). Cuiabá, Escolas Profissionais Salesianas, 1928.

Um paladino do nacionalismo (*Elogio de Couto de Magalhães*). Cuiabá, Escolas Profissionais Salesianas, 1930.

Da epopéia Mato-Grossense (versos). Cuiabá, Escolas Profissionais Salesianas, 1930.

Um paladino do nacionalismo: Couto de Magalhães. Cuiabá, Escolas Profissionais Salesianas, 1930.

O traumaturgo do sertão (*Biografia de Frei José Maria Macerata*). Niterói, Escolas Profissionais Salesianas, 1931.

Atentado contra a Justiça (*Tese de Direito*). Cuiabá, Escolas Profissionais Salesianas, 1932.

Espelhos de almas (contos). Prêmio da Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, A. Coelho Branco, 1934.

João Poupino Caldas (*ensaio biográfico*). Cuiabá, Escolas Profissionais Salesianas, 1934.

Pela boa causa (*Conferência*). Niterói, Escolas Profissionais Salesianas, 1936.

O sentido da literatura mato-grossense (*Conferência*). Cuiabá, Escolas Profissionais Salesianas, 1937.

Piedade (romance). Cuiabá, Escolas Profissionais Salesianas, 1937.

Manuel Alves Ribeiro. Tese apresentada no 3º Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro, 1938.

O sentimento de brasilidade na História de Mato Grosso. Cuiabá, Imprensa Oficial, 1939.

De Livia a Dona Carmo (as mulheres na obra de Machado de Assis). Tese oferecida ao 2º Congresso dos Acadêmicos e dos Intelectuais do Brasil. Rio de Janeiro, 1939.

Professoras novas para um mundo novo. (Discurso paraninfal). Campo Grande, Escolas Profissionais Salesianas, 1940.

A Chapada Cuiabana. Tese apresentada ao IX Congresso de Geografia. Cuiabá, Escolas Profissionais Salesianas, 1940.

A Academia Mato-grossense de Letras: notícias históricas. Cuiabá, Escolas Profissionais Salesianas, 1941.

Nos jardins de São João Bosco. Discurso sobre a obra Salesiana. São Paulo, Escolas Tipográficas Salesianas, 1944

O Exército, fator de brasilidade (discurso). Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1941.

A Academia Mato-Grossense de Letras (Notícia histórica). Cuiabá, Escolas Profissionais Salesianas, 1941.

Roteiro da felicidade (sonetos). Cuiabá, Escolas Profissionais Salesianas, 1946.

No tempo da cadeirinha (contos). Curitiba, Guaíra, 1946.

Escada de Jacó (sonetos). Cuiabá, Escola Industrial de Cuiabá, 1945.

Recurso extraordinário, razões do recorrente, em colaboração com o advogado Estêvão de Mendonça. Cuiabá, Escola Industrial de Cuiabá, 1946.

Gente e coisas de antanho. Cuiabá, Prefeitura Municipal, 1978.

Na Revista do Centro e da Academia Mato-Grossense de Letras:

O Pêndulo e o coração. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1922(1)

O Angelus do sertão. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1922(2)

Culto da perfeição. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1923(3)

Diamantino. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1923(4)

A Garça. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1924(5)

Segunda despedida. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1924(6)

O Mal de escrever. Revista do Centro Matogrossense de Letras, 1925(8)

- Trinta e três anos.* Revista do Centro Matogrossense de Letras, 1925(8)
- Sinhá Violante.* Revista do Centro Matogrossense de Letras 1926(9)
- Renúncia.* Revista do Centro Matogrossense de Letras 1926(10)
- A uma árvore antiga.* Revista do Centro Matogrossense de Letras 1926(10)
- Dourados.* Revista do Centro Matogrossense de Letras 1927(11)
- O Discurso Oficial: (pelo ingresso de D. Aquino na ABL)* Revista do Centro Matogrossense de Letras 1927(12)
- Domingueira.* Revista do Centro Matogrossense de Letras 1927(12)
- A Magia do luar.* Revista do Centro Matogrossense de Letras 1927(12)
- Três paráfrases.* Revista do Centro Matogrossense de Letras 1927(12)
- Lolota.* Revista do Centro Matogrossense de Letras 1928(13)
- Rythmos novos.* Revista do Centro Matogrossense de Letras 1928(14)
- Um Paladino do nacionalismo.* Revista do Centro Matogrossense de Letras 1929(15)
- A epopéia matogrossense.* Revista do Centro Matogrossense de Letras 1929(15)
- Do outono.* Revista do Centro Matogrossense de Letras 1929(16)
- Aquele homem estranho.* Revista do Centro Matogrossense de Letras 1929(16)
- Semeadoras do futuro.* Revista do Centro Matogrossense de Letras 1930(17)
- Sansão e Dalila.* Revista do Centro Matogrossense de Letras 1930(18)
- Do jardim místico.* Revista do Centro Matogrossense de Letras 1931(19/20)
- Um rapaz alegre.* Revista do Centro Matogrossense de Letras 1931(19/20)
- Do Outono.* Revista do Centro Matogrossense de Letras 1932(21/22)
- A última luminária.* Revista do Centro Matogrossense de Letras 1932(21-22)
- Epítome de história literária de Mato Grosso.* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1933(1/2)
- Do "outono".* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1933(1/2)
- Discurso de abertura de sessão de posse do acadêmico Amarílio Novis.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1934(3/4)
- Por Matto Grosso unido.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1934(3/4)

Couto de Magalhães. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1934(3/4)

Sonetos. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1935(5/6)

Cruzes no caminho. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1935(5/6)

Pelo bem do Brasil. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1936(7/8)

O que eu pedi à vida. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1936(7/8)

As três coroas. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1936(7/8)

Predestinação. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1936(7/8)

Discurso de recepção do acadêmico Amarílio Novis. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1937(9/10)

Coxipó do Ouro. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1937(9/10)

Na partida. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1937(9/10)

Semeador. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1937(9/10)

Serra-Acima. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1937(9/10)

O Bosque do convento. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1937(9/10)

O Sentido da literatura matogrossense. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1937(9/10)

Deslumbramento. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1938(11/12)

Luar nas "Três Pedras". Revista da Academia Matogrossense de Letras 1938(11/12)

As cigarras da aldeia. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1938(11/12)

Pico do Amor. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1938(11/12)

Velha chácara. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1938(11/12)

Duas edades. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1938(11/12)

Discurso em homenagem a Couto de Magalhães. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1938(11/12)

Discurso sobre a festa da amizade. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1938(11/12)

De Livia a D. Carmo (These). Revista da Academia Matogrossense de Letras 1939(13/14)

Rythmos novos. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1939(13/14)

- Discurso em resposta ao Prefeito de Campo Grande, por ocasião da visita da AML à cidade.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1939(13/14)
- Ecos duma visita amiga.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1939(13/14)
- Caboclo d'água.* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1939(13/14)
- D. Martins de Oliveira.* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1939(13/14)
- Professoras novas para um mundo novo - discurso parainfantal.* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1940(15-16)
- Do "poema da serra".* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1940(15-16)
- O Adeus da Academia.* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1940(15-16)
- Palavras do Presidente da Academia (Centenário do Prof. José Estêvão).* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1940(15-16)
- A Academia Matogrossense de Letras : notícia histórica.* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1941-1942(17-20)
- Uma grande perda.* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1941/1942(17-20)
- Antônio Sales.* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1941/1942(17-20)
- Sonetos.* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1941/1942(17-20)
- Palavras do Presidente pelo dia da cultura.* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1941-1942(17-20)
- Uma década de trabalho cultural.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1943(21/22)
- Três poemas de saudade.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1943(21/22)
- Ato de bondade.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1943(21/22)
- Janua Coeli.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1943(21/22)
- Solidariedade.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1943(21/22)
- Flores da vida...flores da morte.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1943(21/22)
- A Lei da vida.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1943(21/22)
- No parque da Gávea.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1943(21/22)
- Monólitos eternos.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1944-1945(23/26)

- Discurso de recepção ao acadêmico José Jaime Ferreira de Vasconcelos.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1944-1945(23-26)
- Discurso de abertura da sessão de posse do acadêmico Rubens de Mendonça.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1944-1945(23/26)
- Discurso de abertura da sessão de posse do acadêmico Gervásio Leite.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1944-1945(23/26)
- A Academia: sua atuação em um quarto de século.* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1946(27-28)
- Palavras de abertura na sessão de posse do acadêmico Luis-Philippe Pereira Leite.* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1946(27-28)
- Roteiro da felicidade.* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1946(27-28)
- A Pátria e a Academia.* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1946(27-28)
- Discurso de abertura da sessão de posse do acadêmico Raimundo Maranhão.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1947(29-30)
- Poemas para você.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1947(29-30)
- Discurso pelo jubileu arquiépiscopal do arcebispo D. Francisco de Aquino Corrêa.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1947(29-30)
- Discurso de abertura da sessão de posse do acadêmico Archimedes Pereira Lima.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1947(29-30)
- Discurso de recepção da acadêmica Ana Luíza Prado Bastos.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1947(29-30)
- Discurso de abertura da sessão de posse do acadêmico Nicolau Frageli.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1948-1949(31-34)
- Discurso de abertura da sessão de posse do acadêmico Rosário Congro.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1948-1949(31-34)
- Poemas do Guaporé.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1948-1949(31-34)
- Discurso de abertura da sessão de posse do acadêmico Ernesto Borges.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1948-1949(31-34)
- Marabá.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1948-1949(31-34)
- Discurso de abertura da sessão de posse do acadêmico Jary Gomes.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1948-1949(31-34)

- Ilha dos amores.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1950-1951(35-38)
- Discurso de abertura a sessão de posse do acadêmico Gabriel Vandoni de Barros.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1950-1951(35-38)
- Discurso sobre o Tratado de Madri.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1950-1951(35-38)
- Discurso de abertura da posse de Lenine de Campos Póvoas.* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1952-1953(39-42)
- Novos ritmos novos.* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1952-1953(39-42)
- Abertura da sessão de posse do acadêmico Antônio de Arruda.* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1952-1953(39-42)
- O coração do companheiro.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1954-1955(43-46)
- Discurso de agradecimento.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1954-1955(43-46)
- A Academia Matogrossense de Letras nos seus 35 anos.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1954-1955(43-46)
- Discurso de agradecimento do Presidente da Academia Matogrossense de Letras.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1954-1955(43-46)
- A Poesia de D. Aquino.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1956(47-48)
- O Livro do passado.* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1957-1958(49-52)
- Resposta.* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1957-1958(49-52)
- Depoimento.* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1957-1958(49-52)
- Corpo e alma de Cuiabá: "No termo de Cuiabá" - M. Cavalcanti Proença.* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1957-1958(49-52)
- Nossa velha casa.* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1959-1961(53-54)
- Na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**
- Elogio Histórico do Dr. Antônio Corrêa da Costa.* RIHGMT, 1920.
- O Capitão André Gaudie Ley e sua descendência.* RIHGMT, 1921.
- Discurso sobre D. Carlos Luís D'Amour proferidos em 31/12/1921 na sessão de encerramento dos trabalhos do Instituto Histórico.* RIHGMT, 1921.

- O Trabalho de um século.* RIHGMT, 1921.
- Um homem e uma época: esboço biográfico de José Barnabé de Mesquita (Senior).* RIHGMT, 1925.
- Os primeiros bacharéis mato-grossenses.* RIHGMT, 1925.
- Nobiliário mato-grossense.* RIHGMT, 1926.
- Elogio fúnebre do Gal. Caetano Manuel de Faria e Albuquerque.* RIHGMT, 1926.
- Uma efeméride notável.* RIHGMT, 1926.
- Monsenhor Bento Severiano da Luz.* RIHGMT, 1927.
- Descrição dos bens do licenciado José Barbosa de Sá.* RIHGMT, 1927.
- Elogio fúnebre ao Professor João Pedro Gardés.* RIHGMT, 1927.
- O taumaturgo do sertão – Frei José Maria de Macerata.* RIHGMT, 1928.
- A epopéia mato-grossense.* RIHGMT, 1929.
- Genealogia cuiabana.* RIHGMT, 1929-1932.
- Elogio fúnebre aos sócios falecidos em 1929 – Carl Lindman, Emanuel Amarante e Otávio Pitaluga.* RIHGMT, 1930.
- Discurso proferido no centenário levergeriano.* RIHGMT, 1930.
- Grandeza e decadência de Serra Acima.* RIHGMT, 1931-32.
- Elogio fúnebre dos sócios Desembargador Luís da Costa Ribeiro e Antônio Maria Malan.* RIHGMT, 1931-32.
- O espírito associativo em Mato Grosso.* RIHGMT, 1933.
- Elogio histórico do General Alfredo Malan d'Angrogne.* RIHGMT, 1933.
- João Poupino Caldas.* RIHGMT, 1934.
- Elogio dos sócios João Cunha, João Carlos Pereira Leite e Joaquim Pereira Ferreira Mendes.* RIHGMT, 1935.
- As necrópoles cuiabanas.* RIHGMT, 1936-37.
- Assentos de batismo em Cuiabá.* RIHGMT, 1936-37.
- O sentimento de brasilidade na História de Mato Grosso.* RIHGMT, 1939.
- O dia de Rondon.* RIHGMT, 1940.

A Chapada Cuiabana. RIHGMT, 1940.

Novo bandeirante. RIHGMT, 1940.

Os jesuítas em Mato Grosso. RIHGMT, 1940.

Palavras proferidas à beira do túmulo do historiador mato-grossense Estêvão de Mendonça. RIHGMT, 1949.

Gente e coisas de antanho. RIHGMT, 1925-54.

Bibliografia mato-grossense. Em parceria com Firmo José Rodrigues. RIHGMT, 1943-44.

ULYSSES SERRA

Antônio de Arruda

DADOS PESSOAIS

Ulysses Azuil de Almeida Serra nasceu em Corumbá, hoje Mato Grosso do Sul, em 1º de setembro de 1906, e faleceu em 30 de junho de 1972, na cidade do Rio de Janeiro, onde se encontrava em tratamento de saúde. Era filho de Arnaldo Serra, funcionário do Ministério da Fazenda, jornalista e poeta, neto do engenheiro militar Ricardo Franco de Almeida Serra, que se celebrou na defesa do Forte de Coimbra, em 16 de setembro de 1801, ao repelir as forças espanholas, comandadas por D. Lázaro Ribera y Espinoza.

Ulysses Serra passou sua infância e adolescência em Coimbra, onde fez seus estudos básicos, formando-se depois perito-contador, em São Paulo. Coursou a Faculdade do Direito de Petrópolis até o 3º ano.

Radicou-se em Campo Grande, onde fundou o Sindicato dos Contadores, sendo eleito depois deputado classista pela Assembléia Legislativa de Mato Grosso, instalada em 1934; cargo que só exerceu durante um ano e meio, pois fora nomeado para as funções de Tabelião e Escrivão do 5º Ofício da Comarca de Campo Grande, que exerceu até aposentar-se.

ATIVIDADE POLÍTICA

Desde moço, Ulysses exerceu atividade política. Já em 1934, em Campo Grande, participara de um grupo de rapazes que, inconformados com a derrota da Revolução de 1932, fundaram o Partido da Mocidade. Rememorando essa fase, em trabalho posterior, lembrou ele que esse Partido foi o primeiro a aparecer após a Revolução de 1930 e teve como primeiro presidente o jornalista Archimedes Pereira Lima. Contou ele também que esse partido cresceu e se tornou aguerrido, mas, em uma de suas reuniões noturnas, foi dissolvido por um certo major Libório, que, de revólver em punho, chefiava um magote de indivíduos truculentos.

Mais tarde, Ulysses pertenceu ao Partido Evolucionista, ao lado dos irmãos Müller - Filinto, Júlio e Fenelon - João Ponce de Arruda, João Celestino, Isac Póvoas e outros líderes. Como foi dito antes, atuou ainda como deputado estadual classista; representando a categoria dos contadores.

Extintas as atividades partidárias pelo golpe de estado de 1937, Ulysses permaneceu solidário com esses líderes, com os quais participara, nas campanhas

anteriores. Com a redemocratização do País, em 1945, e, fundados novos partidos - Partido Social Democrático, União Democrática Nacional e Partido Trabalhista Brasileiro - Ulysses continuou fiel a esses mesmos homens públicos, ingressando, com eles, no Partido Social Democrático.

ATIVIDADE LITERÁRIA

Como a maioria dos intelectuais, Ulysses iniciou na imprensa sua atividade literária. Autodidata, encontrou no jornalismo o caminho para aperfeiçoar-se no manejo do idioma e aprimorar seu estilo. Ainda jovem, fundou, em Campo Grande, um jornal - A Ironia - de vida efêmera, como acontece com iniciativas juvenis. Colaborou também em diversos jornais e revistas, em Campo Grande e em outras cidades do Estado.

Essa intensa e fecunda atividade jornalística lhe abriu as portas da Academia Mato-grossense de Letras, onde ocupou a cadeira nº28. Sua posse constituiu um acontecimento social e cultural, enquanto seu discurso se destacou como primorosa peça literária.

Em 1971, Ulysses fez uma seleção de seus artigos e crônicas, reunindo-os em um livro que intitulou de *Camalotes e Guaviras*. Esse título lembra aquelas "ilhas flutuantes", que saem dos pantanais e vagam através do rio Paraguai - os camalotes - e se ligam a Corumbá, terra do nascimento e da infância do autor, enquanto às guaviras dos chapadões campo-grandenses evocam a cidade em que morou desde a adolescência.

O livro registra coisas e fatos das duas cidades, especialmente de Campo Grande onde Ulysses viveu mais tempo. Trata-se, na realidade, de um estudo sociológico de Campo Grande, desde sua formação com a chegada dos pioneiros que por lá se aventuraram e deram início à criação da cidade, seu desenvolvimento posterior até transformar-se na bela e opulenta metrópole de hoje. Nos diversos capítulos do livro Ulysses vai descrevendo os costumes da cidade, suas figuras representativas, seus cinemas, clubes, restaurantes, bares, cassinos, tipos de rua - e também a violência dos primeiros tempos. Neste ponto, Campo Grande pagou o tributo que acompanha o povoamento rápido. É que, além da gente laboriosa que concorre com seu esforço para o progresso da nova cidade, chegam também bandidos que trazem a insegurança e o temor à população. Ulysses relembra em seu livro alguns episódios que documentam essa fase inicial de Campo Grande. Às vezes, a insegurança provinha dos próprios agentes da autoridade, em geral despreparados e por isso atrabiliários. Um deles, tenente Constantino, após desfeitear e prender o juiz de direito da comarca, Dr. Arlindo de Andrade, por ter concedido *habeas corpus* a um preso, decretou o "estado de sítio" na então vila de Campo Grande. Tal "decreto", comenta Ulysses, que hoje seria

apenas pitoresco, teve então efeito dramático pelo impacto que produziu, quando não se podia prever a violência que dele seria possível decorrer.

No decurso dessas lembranças, desponta aqui e ali uma ponta de ternura, de humor e de simpatia - jamais de amargura. Nas descrições, Ulysses esmera-se nos detalhes, modelando com perfeição a imagem a evocar. Eis, por exemplo, como retrata o estafeta Renovato: “Conheci-o já velho. Preto, bem preto, epiderme dura, áspera, encoscorada; lábios queimados pelo fumo; olhos com estrias sangüíneas e pálpebras inferiores desmesuradamente arriadas e ainda mais vermelhas, castigadas pelo tracoma. De altura média, ligeiramente curvo, braços distanciados do tronco, sem elasticidade, dava a impressão que fosse cair. Sua voz era arrastada e grossa. Vestia-se sempre de terno cáqui, camisa branca toda abotoada, usava borzeguins vermelhos tipo napolitano e chapéu amarelo de abas largas e duras. Trazia nas mãos mais do que nos bolsos um lenço de algodão, branco, encardido, amarganhado, torcido como corda, que de instante a instante esfregava nos olhos enfermos. Sempre um sorriso de humildade e sempre consciente dos seus deveres.”

Em outras vezes, era a natureza e a paisagem que mereciam de Ulysses pinceladas magistrais. Vejam este quadro: “Numa quieta madrugada, meu pai descia a ladeira da Alfândega, calcária e nua, para pescar no **Bracinho**, acompanhado do seu amigo e escudeiro, o velho Cruz. Era uma dessas madrugadas mornas e enluaradas de Corumbá. Dos pantanais e das matas vinha um aroma sutil, suave, indefinível. Uma mistura de fragância de raízes, folhas e frutos, de camalotes e vitórias-régias, de águas-pombeiras e tarumeiros, de tunas e flamboyants. O luar escorria suave e álgido, no rio e nos campos fronteiros e em tudo havia um espesso silêncio, como se tudo perpassasse suavidade de coisas misteriosas e imateriais.”

Um dos destaques do livro é o capítulo em que Ulysses traça o perfil de Argemiro Fialho, advogado e deputado federal, tragicamente morto nas águas do Aquidauna.

O HOMEM CORDIAL

As notas acima traçam um resumo das principais atividades de Ulysses Serra. Mas Ulysses foi, antes de tudo, um homem civilizado, ou o que se pode chamar de homem cordial, que é uma das características atribuídas ao caráter brasileiro. Recebia, com urbanidade, as pessoas que procuravam seus serviços no cartório e, com fidalguia, seus amigos.

Ulysses tinha o sentido da verdadeira amizade. Dotado de imensa capacidade de servir e de confiar, não se sabe se teria sofrido algumas decepções ou se guardara mágoa de alguém. A imagem que deixou a seus amigos foi de jovialidade, de entusiasmo e de otimismo. Faleceu em plena maturidade, sem conhecer a velhice, que segundo ele mesmo definiu, é o trágico aperitivo da morte.



RUBENS DE MENDONÇA

Pedro Rocha Jucá

Com o maior número de livros publicados e reeditados, dificilmente o jornalista Rubens de Mendonça será superado por outro autor mato-grossense. Exemplo único, o livro *História de Mato Grosso*, de 1967, foi reeditado em 1970, 1981 e 1982, marca quase atingida por outro livro seu, *Roteiro Histórico & Sentimental da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá*, de 1952, e reeditado em 1954 e 1975. Constitui um acervo valioso de 38 livros lançados, sem contar os que não foram concluídos. Ele enriqueceu a bibliografia mato-grossense escrevendo sobre os temas mais diversos, desde a História, que o consagrou; a poesia, sua inspiração primeira; e o folclore, sua essência cultural.

A propósito, o jornalista Pedro Rocha Jucá afirmou: *Tanto em Mato Grosso como em Goiás não existe um outro intelectual que tenha maior número de obras publicadas. Cabe a Rubens de Mendonça um dos recordes em todo o Brasil. Talvez sejam raros os autores nacionais que tenham conseguido publicar tantas obras como o nosso ilustre conterrâneo. Não sabemos ao exato o total dos seus livros. Sabemos apenas que são muitos, feitos na base de um sacrifício enorme, tanto humano como financeiro, e todos eles dedicados à grandeza e à eternidade do nome de Mato Grosso.*

Vale lembrar, também, que ao jornalista Rubens de Mendonça pertenceu uma das maiores bibliotecas particulares de Mato Grosso. Ele era um apaixonado pelos livros, diariamente lidos, relidos e anotados. Se alguém lhe perguntasse qual o seu livro preferido, seria imediata a resposta: todos. Porém, os que abordassem assuntos de

Mato Grosso e, principalmente, de Cuiabá, a sua querida terra natal, estariam entre os que lia de imediato. Os seus amigos sabiam: o livro era também o melhor presente que gostava de receber, acompanhando o exemplo paterno, um dos mais cultos mato-grossense da sua geração.

A sua inspiração poética e a sua vivência jornalística foram sublimadas em quadrinha satíricas que ele usava para criticar o que havia de errado na vida política e na administração pública tanto do Estado como do Município. Com ironia, ele afirmava, como se fosse verdade, que as quadrinhas eram “colocadas” no seu bolso por algum amigo, sempre sem nome, mas todos sabiam que era ele próprio. Ainda inéditas, elas estão registradas nos arquivos da família.

As melhores antologias da poesia mato-grossense foram por ele organizadas e publicadas, a começar pelo seu primeiro livro: *Aspectos da Literatura Mato-grossense*, em 1938. Prosseguiu com *Garimpo do Meu Sonho*, em 1939; *Poetas Bororós*, em 1942; *Cascalhos da Ilusão*, em 1944; *No Escafrando da Vida*, em 1946; *Dom Por do Sol*, em 1954, além de outros.

Em *Dom Por do Sol*, o jornalista Rubens de Mendonça publicou uma das mais belas poesias mato-grossenses, da sua autoria, com o título *Felicidade*. Nela, além de um belo e comovente texto, a rima e a métrica se completam:

*Julguei, acaso, ser felicidade
A grandeza, o poder, a fama, a glória,
Nome aureolado no Panteão da História,
A vã e inútil imortalidade!*

*Vi que o Poder é uma ilusão inglória...
A Riqueza é a força da vontade.
Nome imortal – apenas é Vaidade...
A Fama neste mundo é transitória!...*

*Felicidade é coisa diferente,
É uma casinha branca onde a gente
Possa alegre viver com seu amor!*

*Felicidade é a mulher querida,
Um filhinho a sorrir – a própria vida,
Vívuda no seu cândido esplendor.*

PROPRIEDADE DO
Instituto Histórico e Geográfico
de Mato Grosso
PATRIMÔNIO DA INSTITUIÇÃO

No dia 17 de março de 1945, ao ingressar na Academia Mato-Grossense de Letras, o jornalista Rubens de Mendonça mereceu do Presidente da Casa, o Acadêmico José de Mesquita, as seguintes palavras: *O Acadêmico que hoje se empossa é bem pouco mais velho do que a Academia. Isto, repito, nos inculca a confiança serena*

de que a instituição por nós organizada, há quase cinco lustros, já tem a consagração dos trabalhos que conseguem atravessar mais de uma geração.

Mais adiante, depois de dizer que o novo Acadêmico era filho do grande Estêvão de Mendonça, acrescentou: *É bem, portanto Rubens de Mendonça, nas múltiplas facetas de sua formosa inteligência, em pleno desabrochar - poeta, ensaísta, jornalista e historiógrafo - um fruto opimo, que já surgiu, cresceu e amadureceu aurindo seiva e vigor do húmus fecundo dessa cultura criada e desenvolvida à sombra destes paredões augustos da "Casa Barão de Melgaço".*

O tradicional discurso de recepção esteve a cargo do acadêmico Ulisses Cuiabano, que declarou: *Rubens de Mendonça perlustra em suas peregrinações poéticas todos os quadrantes do versejar. Cultiva o soneto com perfeição, compõe canções e baladas; poemas e triolés; vilancetes e haikais, e, por vezes, ritmos modernos, de sabor futurista, num variado borboletar. É um poeta nato. Um sonhador impenitente. Um digno hóspede do Parnaso.*

Um dos mais jovens a ingressar na Academia Mato-Grossense de Letras, com 29 anos, e disputando em juventude com o também jornalista Lenine de Campos Póvoas, o poeta Rubens de Mendonça surpreendeu os seus pares com o lançamento do seu primeiro livro de história: *Os Mendonças de Mato Grosso*, em 1945. Ao dedicar um exemplar ao seu pai, disse: *Ao meu pai, Estêvão de Mendonça, que por dois séculos desbravou a História de Mato Grosso, afetuosamente ofereço.* Estava escrito: a sucessão hereditária já estava garantida, com aquele que seria um dos maiores nomes da historiografia mato-grossense.

Sem sufocar o poeta que sempre existiu dentro de si, o historiador Rubens de Mendonça conseguiu conviver com a sensibilidade da sua inspiração pelos versos e com a credibilidade da sua herança genética pela história. Em 1946, prosseguindo com a sua obra literárias, ele lançou mais dois livros: *Nos Escafrandos da Vida* (versos) e *Antologia Bororo* (antologia de escritores mato-grossenses)

Contudo, o historiador Rubens de Mendonça se afirmou definitivamente em 1949, quando lançou *Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça*, mais história regional do que memória familiar. Continuou, em 1951, com a *História do Jornalismo em Mato Grosso*; e 1952, com o *Roteiro Histórico & Sentimental da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá* e o *Album Comemorativo do 1º Congresso Eucarístico de Cuiabá*; e, em 1953, com o *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*.

Depois de uma concessão às suas raízes poéticas com o clássico *Dom Por do Sol*, 1954, no mesmo ano ele lança a segunda edição, ampliada, do seu *Roteiro Histórico & Sentimental da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá*. O discípulo e admirador de Álvares de Azevedo, Manuel Bandeira e Catulo da Paixão Cearense, que também influenciaram no seu lirismo; o herdeiro natural do grande Estêvão de Mendonça, que lhe orientou os primeiros passos, revelou-se um valoroso e produtivo seguidor de Câmara Cascudo, de quem ele se tornou um grande amigo, no despertar do interesse da elite cultural mato-grossense para o vasto e rico folclore regional.

Os lançamentos não param: *Mato Grosso e a Valorização Econômica da Amazônia*, em 1955; *Poetas Mato-grossenses* (antologia), em 1958; *A Presença de Estêvão de Mendonça*, discurso que pronunciou ao paraninfar os formandos do Ginásio Estadual Estêvão de Mendonça, em Guiratinga, na noite de 19 de dezembro de 1959; *a História do Jornalismo em Mato Grosso* (segunda edição), em 1963; *Bilac, O Poeta da Pátria*, em 1965.

Numa fase fértil, ele passou a publicar dois livros por ano a partir de 1966, com *A Espada que Unificou a Pátria* e o *Tigre de Cuiabá*, em 1967, *Estórias que o Povo Conta* e a primeira edição da *História de Mato Grosso*; e em 1969 ele retornou com dois clássicos: *Ruas de Cuiabá* e *Sagas & Crendices da Minha Terra Natal*.

Para consolidar a sua vastíssima bibliografia, novos livros foram surgindo: *Dicionário Biográfico Mato-grossense*, segunda edição, em 1970; *Enciclopédia Audiovisual Geo-História da Mato Grosso*, para a primeira série – Cuiabá, em 1972; *Discurso de Recepção do Acadêmico Hélio Serejo*, em 1973; *História do Comércio de Mato Grosso*, em 1974; *O Humorismo na Política de Mato Grosso*, em 1976; *Bibliografia Mato-grossense*, em 1976; *Roteiro Histórico & Sentimental da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá*, na sua terceira edição, e *Evolução do Ensino em Mato Grosso*, em 1977; *Igrejas e Sobrados de Cuiabá* e *Sátiras na Política de Mato Grosso*, em 1978; e o que seria seu último: *Nos Bastidores da História Mato-grossense*.

Ele foi o mais jovem sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, onde ingressou, com 26 anos, no dia 17 de outubro de 1941. Depois de ocupar outros cargos, chegou a ser secretário perpétuo até 1982, quando ficou impossibilitado de comparecer às sessões da entidade devido às suas precárias condições de saúde.

Na sua autobiografia, ele fez interessantes revelações: *Nasci às 20 horas do dia 27 de julho de 1915. Dia de São Pantaleão. Nasci de sete meses. Embora houvesse nascido empelicado, era uma criança doentia. Tive catapora e sarampo. Com sete anos de idade fui matriculado no Grupo Escolar Barão de Melgaço. Minha primeira professora foi Tereza Lobo de Queiróz, grande educadora. Depois fui para a escola de minha madrinha D. Amélia Muniz. Com ela aprendi as primeiras letras. Sempre fui mau aluno.*

Mais adiante, o jornalista Rubens de Mendonça acrescentou: *Papai não lia poesia; não gostava. Fazer história aprendi com ele; mas fazer versos aprendi com os meus amigos: desembargadores Otávio Cunha, José de Mesquita e Palmiro Pimenta. Eles toleravam os meus primeiros versos, os corrigiam e me animavam a continuar.* Quando o jornalista Rubens de Mendonça morreu, nos primeiros minutos da madrugada do dia 3 de abril de 1983, Mato Grosso perdeu um dos seus maiores historiadores. É, e sempre será, um exemplo de pesquisador dedicado às mais sagradas tradições mato-grossenses.



CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON O MARECHAL DA PAZ

Ramiz Bucair¹

O Marechal **CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON**, nasceu no dia 5 de maio de 1.865, em Mimoso, outrora no distrito de Santo Antônio do Rio Abaixo, hoje município de Santo Antônio de Leverger.

Rondon, nasceu pobre e órfão de pai. Filho de um humilde tratador de gado, certamente também teria sido camponês, não fosse a insistência de um tio em levá-lo para Cuiabá, na esperança de proporcionar um futuro melhor.

Aos 16 anos, **Rondon** iniciou a sua carreira militar, como simples praça e aos 90 o congresso colocou sobre seus ombros cansados as platinas de Marechal do Exército. Dele não se conheceu jamais um deslize sequer. Dedicou sua vida à Pátria e o seu trabalho foi conhecido além-fronteiras.

Considerado o maior desbravador de terras tropicais de todos os tempos, **Rondon** internou-se nas selvas pela primeira vez como ajudante na construção de linhas telegráficas. Acabou sendo o principal responsável pela instalação de mais de 8 mil kms. de fios telegráficos através da selva amazônica, mas o que fez no resto de sua longa existência foi dedicar-se aos índios.

¹ - **RAMIS BUCAIR** é presidente da sociedade dos Amigos do **Marechal Rondon**, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Sociedade Brasileira de Cartografia.

Em nenhum momento, nem mesmo quando todo o país lhe tributou as mais calorosas homenagens, deixou **Rondon** de ser o homem simples de sempre. Pelos estudos tinha verdadeira paixão e foi brilhante sua passagem pela Escola Militar. Outra paixão, esta de uma vida inteira, foi sua esposa Francisca Xavier. Quando ela faleceu em 1.949, o Marechal já estava cego.

CIVISMO - O amor à Pátria era a grande religião de **Rondon**. Ao longo dos anos que passou embrenhado nas selvas, jamais deixou de comemorar uma data nacional. Nessas ocasiões, reunia toda a tropa, hasteava a bandeira ao som do hino e falava aos comandos.

A política nunca o atraiu. Convidado pelo senador Raul Soares a opinar sobre a autenticidade de cartas atribuídas a Artur Bernardes, então candidatos a Presidência, e que haviam sido consideradas injuriosas ao Exército, declinou do convite. Também se recusou a chefiar um movimento militar contra Bernardes, respondendo ser *intolerável recorrer á revolução por uma questão de classe*. Mais tarde ficou provado que as cartas eram falsas.

Positivista, era inflexivelmente a favor da ordem. No levante de 1.924, nomeado à sua revelia para o comando das tropas paranaenses e catarinenses, ele tudo fez para reduzir ao mínimo os choques fratricidas. Em sua opinião, só uma revolução moral poderia solucionar os problemas do Brasil.

Por isso **Rondon** discordou de revolução de 1.930 atitude que o levou a prisão.

Muitas vezes lhe foram oferecidos importantes cargos públicos e os políticos sempre o tentaram, acenando com cargos eletivos. Certa ocasião seu nome foi lembrado como candidato de conciliação à sucessão presidencial. Nunca porém se deixou fascinar, respondendo sempre que não nascera para fazer política.

O SERTANISTA - A peregrinação de **Rondon** pelas matas enfrentando a natureza bruta e os índios hostis, lembra os romances de aventura.

Como sertanista, sua maior glória foi haver conseguido chamar a atenção do Brasil para os índios e acabar com as chacinas que dizimavam tribos inteiras.

Durante a expedição Cuiabá - Madeira, após a descoberta do rio Juruena, dirigiu-se ao encontro dos índios Nhambiquaras, para um primeiro contato. A coluna caminhava em fila pela mata, quando de repente, **Rondon** viu algo atravessar no ar. Julgou tratar-se de um pássaro, mas logo viu que era uma flecha. Olhou para o lado oposto e divisou dois nhambiquaras flechando-o. Uma das flechas acertou em cheio o sertanista e não o matou por milagre: a ponta envenenada foi engastar-se na bandoleira de couro da espingarda que trazia a tira colo.

A primeira preocupação de **Rondon** foi evitar que seus companheiros reagissem ao ataque. Para não lutar, a coluna empreendeu imediata retirada, significou dias de fome, febre, cansaço e medo.

Ainda durante a expedição Cuiabá - Madeira, **Rondon** viu - se envolvido com uma crise financeira. Com a morte do Presidente Afonso Pena, o Ministro da Fazenda do Governo Hermes da Fonseca, J.J. Seabra, fez tudo para suspender os trabalhos da **Comissão Rondon**, sob o pretexto de contenção de despesas. Diante disso, o sertanista, já Tenente - Coronel, dirigiu requerimento ao Ministro da Guerra, no qual, além de demonstrar que vinha procurando fazer o máximo de economia na extensa tarefa de levar até a Amazônia o telégrafo, solicitou a redução do pagamento das gratificações do pessoal integrante da Comissão. As reduções por ele propostas e aceitas pelo Ministério foram de 50% nas dos oficiais, 25% nas dos soldados e 100% na sua própria.

ÍNDIO - Rondon era da altura média e uma testa larga encimava o rosto moreno de traços finos, olhos amendoados e queixo delgado. Seu pai de ascendência luso-espanhola, tinha nas veias sangue de índio guaná, e sua mãe era bisneta de terenas e boróros .

O problema do índio começou a preocupá-lo quando integrou, como ajudante a expedição Gomes Carneiro. Este manda afixar ao longo das linhas telegráficas que instalava cartazes advertindo: *Quem dora em diante, tentar matar ou afugentar os índios de suas legítimas terras terá de responder perante a chefia da Comissão.*

O que Gomes Carneiro dizia, fazia, e **Rondon** era o primeiro a obedecer aquele mandamento de paz. Uma noite, na Serra da Fogaça, o silêncio do acampamento foi subitamente quebrado com assobios de macacos - pregos, urros de bugios, gritos de guaribas.

Aquilo só podia ser índio preparando o ataque, ordenou Gomes Carneiro a retirada da expedição.

Rondon aprendeu a lição e nunca mais a esqueceria. Ao chefiar a sua primeira missão, foi auxiliado por duas centenas de índios bororos que, para tomarem parte na expedição, impuseram uma única condição: serem comandados pessoalmente pela Pajmejera Curirêu (Grande Chefe) **Rondon**. Também na expedição á Amazônia, ele foi auxiliado pelos índios parecis, chefiados por Amure Koluizorocê.

PACIFICAÇÃO - Costumava dizer o sertanista: *É uma simples questão de associação de esforços, sem preocupação de transformar civilizações, habito e costumes*, a propósito da convivência de brancos com índios.

Foi um paciente trabalho pessoal de **Rondon** a pacificação das tribos nhambiquaras, barbados, quepi-queriuants, pauatês, tacuatês, ipoti-uentes, urumis, urupás, caripunás, cainguanges, botocudos, paritintins e bororos

DESBRAVADOR - A contribuição de **Rondon** à geografia brasileira foi das mais valiosas: corrigiu traçados de rios, direção e nomenclatura de serras, posições

topográficas de cidades, vilas e povoados, realizou o reconhecimento de rios até então inexplorados (entre ele o rio Dúvida) hoje rio Roosevelt, cujo manancial percorreu em toda sua extensão com Theodore Roosevelt, fixou relevos de solo, estabeleceu índices de vegetação e coeficiente pluviométricos, levantou dados antropológicos de várias regiões.

Estendeu mais de 8.000kms. de fios telegráficos em regiões desconhecidas e abriu mais de 1.000kms. de estradas carroçáveis e centenas de quilômetros de estradas para caminhões, orientando ainda a navegação de numerosos rios.

Em suas viagens recolheu centenas de valiosos exemplares de fauna e flora para instituições científicas e museus.

Mato Grosso deve a **Rondon** seus primeiros mapas mais precisos. Da inspeção das fronteiras, trabalho que levou três anos, resultaram 50 volumes de estudos e 13 mapas de conjunto, os quais possibilitaram a assinatura de acordos e convênios internacionais que fixaram definitivamente os contornos do território brasileiro.

Centenas de praças, ruas e avenidas do País levam seu nome. Inúmeras medalhas de ouro, dezenas de diplomas e títulos lhe foram conferidos. Vários governos estrangeiros outorgaram a **Rondon** suas mais altas condecorações: Grã Cruz da Legião de Honra da França; Comendador da Ordem La Couronne du Belgic; Grande Oficial da Ordem El Sol (Peru); Grande Oficial de Bovacá (Colômbia); Grande Croce dell Ordine al Mérito della Republica (Itália).

Do Brasil entre outras homenagens recebeu também a Grã Cruz da Ordem do Mérito Militar. Importantes instituições, nacionais e estrangeiras, propuseram seu nome para Prêmio Nobel da Paz. Em sua homenagem em 1.953, foi criado em Mato Grosso o Município de Rondonópolis e em 1955 o antigo Território do Guaporé passou a denominar se Território Federal de Rondônia, hoje Estado de Rondônia.

O nome de **Rondon** é o terceiro inscrito em letras de ouro no livro da honra da Sociedade de Geografia de Nova York, onde se lê: "Amundsen - o descobridor do Polo Sul; Peary - o descobridor do Polo Norte; **Rondon** - o explorador que mais se avantajou em terras tropicais; Charcot - o explorador que mais devassou terras árticas; Byrd - o explorador que mais devassou terras antárticas.

A CARTA PROTESTO DE RONDON

Ao Sr. Dr. João Baptista de Lacerda D. Director do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Aos vossos patrióticos protestos, da corporação do Museu Nacional, do Dr. Sylvio de Almeida e de Luiz Bueno Horta Barbosa, venho juntar os meus, com toda a força de indignação da minha alma, contra a extravagante, desumana e falsa opinião do Director do Museu de S. Paulo, a respeito da existência dos Índios daquele Estado e de sua capacidade como elemento de

trabalho e de progresso, pregando abertamente o assassinato atrevido de milhares dos nossos mais legítimos patrícios com a escandalosa injustiça de tomar-lhes as poucas terras que ainda lhes sobram, sob o usurpador pretexto de colonização das suas terras, onde implantaria indústrias e maior perigo nos causariam, pela dissolução de nossos hábitos nacionais, do que a conservação dos nossos selvagens dentro das suas terras virgens e puras. Do meio deste sertão imenso, só povoado por Parecís, Cabixis, Tapanhunás, Backairis, Cajabis e Nhambiquaras; do centro do nordeste brasileiro, onde se refugiaram os legítimos filhos da pátria de José Bonifácio, de Tiradentes e de Benjamin Constant, afim de se furtarem ao cativo e ao extermínio dos Ihering de todos os tempos, eu venho, Sr. Director, demonstrar que os Índios, quaesquer que eles sejam, são susceptíveis, como o mais delicado ocidental, de amor e de bondade, para não falar da sua inteligência tão comumente conhecida desde os tempos coloniais, como atestaram a vida e as obras dos mais eminentes brasileiros que em todos os ramos da actividade humana deram exuberantes provas de sua capacidade e inteligência, pois nós não somos puramente descendentes só de Europeus nem Africanos! Dizia-se que os Nhambiquaras eram antropófagos e incapazes de qualquer mansidão; pois bem, esta Comissão aqui se acha hoje sem nenhum receio deles, apesar destes Índios terem veementemente protestado com sobeja razão, contra a nossa invasão.

Bastou, entretanto, a nossa demonstração de amizade e de bondade para que eles suspendessem as hostilidades que sempre mantinham contra os deshumanos seringueiros, que vão queimando as suas aldeias e assassinando traiçoeiramente os legítimos donos das terras, para roubar-lhes o sossego e a conservação das suas mais legítimas tradições.

Os Parecís e os Cabixis aqui se acham em torno de nós, prestando os melhores e os mais importantes serviços que, de modo nenhum, obteremos de elementos estrangeiros. Como eles, procederam anteriormente os valentes Boróros, hoje sob a piedosa protecção dos Revmos. Padres da Missão Salesiana deste Estado.

Todos teem capacidade bastante para as artes quaesquer e para a industria, como provam os seus trabalhos rudimentares de toda sorte, para assimilar as ciências desde que a eles facilitemos uma educação esmerada; não são eles nem mais bárbaros nem mais deshumanos do que os que, proclamando-se civilizados, não trepidam em pregar o extermínio de uma raça inteira, a pretexto de progresso e de civilização.

É a eterna luta do feroz egoísmo contra as nossas aspirações de altruismo!

Interpretando fielmente os sentimentos dos brasileiros que habitam esta banda do Brasil, denominado Mato Grosso, proclamo bem alto que nós não concordamos jamais com semelhante atrocidade, ainda mesmo que tivéssemos para isso de morrer esmagados pela massa inteira dos interessados, pelo modernismo dissolvente do século.

Aceitae Sr. Director, os protestos de consideração do vosso concidadão todo vosso no serviço da Família, da Pátria e da Humanidade. - Cândido Mariano da Silva Rondon, Tenente-Coronel de Engenharia.

(Publicado no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, em 11 de Fevereiro de 1909).

5 DE MAIO - "O DIA DE RONDON"
Projeto Lei do Deputado Paulo Moura

LEI No. 5.974, DE 04 DE MAIO DE 1992.

Institui o "**Dia de Rondon**" e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica Instituído o "**DIA DE RONDON**", destinado às homenagens ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, a ser comemorado no dia 05 de maio.

Art. 2º. Na data mencionada serão promovidas comemorações de caráter cívico em toda a rede escolar municipal e estadual, e no âmbito das entidades dedicadas à cultura e a tradição em Mato Grosso.

Art. 3º. Fica criada a **Comissão Rondon** que regulamentará as atividades e supervisionará os eventos comemorativos do "**Dia do Rondon**".

§ 1º. A **Comissão Rondon** de que trata este artigo será composta com representantes dos seguintes Órgãos públicos e entidades:

- a) Secretaria de Estado de Educação;
- b) UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso;
- c) Fundação da Cultura e Turismo do Estado;
- d) Casa Civil do Governo do Estado;
- e) Escola Técnica Federal de Mato Grosso;
- f) Associação **Amigos de Rondon**;
- g) Academia Mato-grossense de Letras;
- h) Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso;
- i) Instituto Memória do Poder Legislativo;
- j) Muxirum Cuiabano;
- l) 44º. BIMTZ - Batalhão de Infantaria Motorizada;

- m) TELEMAT - Telecomunicações de Mato Grosso;
- n) EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações;
- o) ETC - Empresa de Correios e Telégrafos;
- p) DENTEL - Departamento Nacional de Telecomunicações;
- q) Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger;
- r) Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger.

§ 2º. A **Comissão Rondon** regulamentará as atividades de que trata esta Lei no prazo de noventa dias.

§ 3º. A participação na **Comissão Rondon** não será remunerada, sendo considerado serviço cívico relevante, prestado ao Estado.

Art. 4º. Ficam Instituídos os TÍTULOS DE HONRA AO MÉRITO E A MEDALHA DE RONDON que serão distinguidas às personalidades e às entidades que contribuem para o desenvolvimento sócio-econômico-cultural do Estado e para a preservação dos valores cívicos, culturais, históricos e de tradição do povo mato-grossense.

Parágrafo único: Os títulos honoríficos de que trata este artigo, e a sua concessão, serão regulamentados pela **Comissão Rondon**.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei serão realizadas à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 04 de maio de 1.992.
171º. de Independência e 104º. da República.

JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS
OSCAR CESAR RIBEIRO TRAVASSOS
ANTÔNIO ALBERTO SCHOMMER
ANTÔNIO DALVO DE OLIVEIRA
ANTÔNIO EUGÊNIO BELLUCA
GILSON DUARTE DE BARROS
UMBERTO CAMILO RODOVALHO
ARÉSSIO JOSÉ PAQUER

JOSÉ FERNANDO DE QUEIRÓZ
CLEBER ROBERTO LEMES
OSVALDO ROBERTO SOBRINHO
FILINTO CORREA DA COSTA
ROBERTO TAMBELINI
PAULO MARIA FERREIRA LEITE
ANTÔNIO FRANCISCO MONTEIRO DA SILVA
EUCÁRIO ANTUNES QUEIRÓZ
LUIZ VIDAL DA FONSECA
DOMINGOS MONTEIRO DA SILVA NETO

MERIDIANO 52° DENOMINADO RONDON

Rondon e Greenwich, são os únicos homens que deram nome a um meridiano no Planeta.

Chama-se "**Rondon**" o meridiano que atinge nove estados brasileiros, a saber: Amapá, Pará, Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul.

2.293 MUNICÍPIOS PRESTAM HOMENAGEM A RONDON

A sociedade dos **Amigos do Marechal Rondon**, oficiou a todos os municípios brasileiros, para que fosse prestado homenagem ao **Marechal Rondon**, denominando uma Praça, Avenida ou Rua com seu nome e 2.293 municípios já atenderam a solicitação da sociedade dos **Amigos do Marechal Rondon**.

RONDON - O PACIFICADOR

O braço direito puxado para trás retesava o arco, a flecha tomava posição de partida. O inimigo caminhando pela trilha da floresta não sabia o que o aguardava: a flecha estava pronta para matar.

Os homens escondidos pelo mato denso eram em geral altos e musculosos. A pele, que nos seus ancestrais remotos fora amarela, era agora escura, quase parda, como resultado de adaptação da raça as condições do clima tropical. Mas, no formato do crânio e nos olhos oblíquos como amêndoas, mantinham ainda características que revelaram sua origem: Ásia longínqua.

O barulho de alguns pássaros assustados e o ruído da vegetação impuseram aos homens de atalaia um silêncio absoluto: o inimigo se aproximava. Mais alguns momentos e ei-lo à vista aparecendo por entre o denso da mata.

As flechas cortaram o ar. Os gritos. A fuga. Os índios, com os olhos cheios de ódio e medo, continuaram a disparar flechas. Estavam a frente de seus inimigos mortais:

os homens brancos. Estavam cansados de ser roubados e mortos, seus costumes desrespeitados, suas terras invadidas. Então, com medo e ódio, matavam.

Mas desta vez o grupo adversário não revidava. Seus homens, brancos e índios, que sofreram a emboscada, retrocediam, voltando para onde vieram. Voltavam em ordem, agrupados, procurando proteger-se. Tinham armas, mas não procuravam utilizá-las para matar. Ativaram a esmo, para cima, ganhando tempo.

Os índios saudaram a vitória, vendo o adversário em fuga. E não haviam perdido nenhum guerreiro, os inimigos os pouparam. E mais: chegando aos lugares onde o branco se retirava encontraram machados e outros objetos. Eram presentes.

Os índios venciam, a expedição se retirava. Mas voltaria enviando emissários, procurando contato pacíficos. E não se consideravam derrotados, e sim vencedores também, pois não haviam matado. Seu chefe, **RONDON**, tinha um lema:

- Morrer, se preciso for; matar, nunca !

Era um brasileiro da Silva. Seu nome: **CÂNDIDO MARIANO DA SILVA**, que mais tarde acrescentaria o sobrenome **RONDON**.

Em suas veias corria o sangue índio de duas bisavós maternas. No dia 5 de maio de 1.865 nasceu em Mimioso, outrora distrito de Santo Antônio do Rio Abaixo, hoje município de Santo Antônio do Leverger.

Aos 16 anos, **Cândido Mariano da Silva Rondon** iniciou a sua carreira militar, com simples praça, e aos 90 o Congresso Nacional colocou sobre seus ombros cansados as platinas de **MARECHAL DE EXÉRCITO**.

Em 1.883 inicia seu curso de preparatórios, e, simultaneamente, cursa o primeiro ano e requer os exames vagos de segundo e terceiro, a fim de abreviar o tempo de espera. Os colegas ficaram boquiabertos:

- Bicho peludo! Você pensa que vai conseguir vencer com a matemática de Cuiabá? Vai levar bomba na certa!

- É possível, mas não custa tentar. E, com a matemática de Cuiabá, tirou "distinção" no primeiro ano e "plenamente" no segundo e no terceiro. Em 1.884, pois estava habilitado a fazer o curso superior.

Uma vida nova começava para **Cândido Mariano da Silva Rondon**.

A 6 de março de 1.890, findo o estágio, Rondon partiu do Rio para Cuiabá, e aqui quando chegou em abril, **Rondon** foi graduado ao posto de capitão - engenheiro. Gomes Carneiro, chefe da Comissão da linha telegráfica, subdividiu seu contingente em três turmas: da vanguarda (localização da estrada), do centro (abertura de picadas e colocações de poste e da linha telegráfica) e da retaguarda (levantamento topográfico e determinação da estrada a ser construída). **Rondon** chefia a última com vinte soldados. E as turmas começaram a trabalhar.

A primeira etapa seria de São Bento a Capim Branco, hoje Cel. Ponce, 48km, região habitada, ainda que escassamente. A partir de Capim Branco, 600km. de estrada

do tempo dos bandeirantes, atravessando um sertão desconhecido, na sua maior parte habitado por tribos bororos, algumas pacificadas, outras ferocíssimas, por só conhecerem, dois brancos, a crueldade e a exploração.

- Aregodo aúgai curimata - disse **Rondon** ao cacique Oarine Ecureu, da aldeia Kejarê, do grupo bororo de São Lourenço.

- Adeus partiremos mais voltaremos.

De São Lourenço, onde fora festejado pelos índios, **Rondon** partiu em direção às fronteiras, com muita dificuldade. O impaludismo, o beriberi, dezessete deserções numerosos casos fatais de maleita, os oitenta praças no início reduzidos a trinta. **Rondon** apela para os bororo. O Pajé Bari oferece-lhe 120 índios - homens e mulheres e crianças - encarregados da limpeza das picadas, da remoção de troncos etc. Oarine Ecureu traz-lhe tudo o que possui: papagaios, coatis, arara, todos os animais domésticos. Os índios trabalhavam e eram dirigidos por seus próprios chefes, que recebiam instruções de **Rondon**. Sem o menor incidente, os índios trabalharam para a comissão durante um ano. A 17 de maio de 1.901, quando foi atingida a região de Coxim, o cacique Oarine Ecureu despediu-se:

- Aqui fico. Em terra de caiamo bororo não entra, terra de terena, guaicurú, uachiri.

Em 1.906, o Presidente Afonso Pena encarregou **Rondon** de ligar Cuiabá ao território do Acre, recentemente incorporado ao país, fechando o circuito telegráfico nacional: 2.500 léguas de sertões desertos do noroeste de Mato Grosso e 300 léguas de floresta amazônica.

Um dos fatos mais importantes da expedição foi a descoberta do Rio Juruena (que alguns chegavam a duvidar que existisse) em 1.907.

No caminho percorrido até lá, **Rondon** já havia feito boas relações com os índios parecis, que habitavam a região. A 10 de outubro atingiam o fim do território dos parecis para penetrar no domínio dos índios nhambiquaras, tidos com ferocíssimos e antropófagos.

As primeiras choças foram encontradas em abandono. No espigão do Juruena deu-se o encontro com o primeiro nhambiquara: um índio completamente nú, que colhia mel. Não houve aproximação. Os expedicionários ficaram de longe até que o índio se foi, sem dar sinal de surpresa. Desde alguns dias a missão vinha sendo vigiada por indígenas, ocultos na mata.

Dia 20 de outubro, do alto de uma sucupira gigante, **Rondon** avistou o Juruena, cuja situação era bem diferente daquela que figurava nos mapas. O misterioso rio era descoberto após 48 dias de peregrinação pela floresta.

Preparando-se para visitar a aldeia nhambiquara mais próxima, **Rondon** e mais quatro companheiros embrenharam-se pela floresta. Haviam marchado 1 km quando **Rondon** sente passar um sopro pelo rosto: uma flecha caiu no chão, pouco além. Antes mesmo que pudesse pegar na arma tiracolo uma segunda seta roçou-lhe o

capacete, rente a nuca. Um tiro para o ar, e outra flecha que iria direto para o peito de Rondon, não fosse a bandoleira da carabina, na qual ficou engastada.

Apesar de não ter deixado vítimas, o ataque nhambiquara agitou os componentes da expedição, que queriam atacar os índios. **Rondon** opôs-se:

- Se alguém penetrasse em casa de um de vocês para assassinar e roubar, que fariam?
- Mata-lo-íamos, sem dúvida alguma!
- E como querem vocês que os índios procedam de outro modo?

Conseguiu esfriar os ânimos. Conseguiu ainda mais: que deixasse um jirau alto, onde foram depositados presentes, insistindo com soldados para que colocassem nele, tudo aquilo que pudessem dispor. Estava cumprida a primeira parte da missão, com a descoberta do rio Juruena.

Rondon vencia um duplo desafio. A penetração num território desconhecido e pacificação dos nhambiquaras.

Em 1.913, já coronel e há três anos chefiando o Serviço de Proteção aos Índios, Rondon é designado para acompanhar a expedição que o antigo presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, pretendia fazer pelo sertão brasileiro acompanhado de seu filho Kermit, de secretários e cientistas. A viagem, organizada pelo governo brasileiro, tinha um objetivo de obter o material para o Museu de História Natural de Nova York, e os brasileiros que fizessem parte da expedição aproveitariam para fixar com maior precisão certos detalhes geográficos.

A expedição terminou em 1.914, cheia de peripécias, alguns perigos e muitas dificuldades. As vezes, **Rondon** teve que usar sua autoridade de representante do governo brasileiro impedir que membros americanos da expedição contrariassem às normas que o indianista impunha nos tratos com índios. Foram obtidos bons resultados e êxitos para o conhecimento científico da região principalmente com a coleção numerosos exemplares da fauna brasileira, além do traçado definitivo do antigo rio da Dúvida, rebatizado rio Roosevelt.

Muitas vezes contrariados em suas pretensões, Roosevelt, no final, reconheceu em **Rondon** um amigo de qualidades excepcionais. Mais tarde diria:

- Conheci em minha vida dois grandes coronéis: o que resolveu o problema do canal da Panamá e **Rondon**.

Em 1.919, já general-de-brigada, é nomeado diretor de engenharia de Exército: manda construir quartéis, envolve-se em questões militares e políticas.

Sempre instado pelos governos a aceitar missões espinhosas, **Rondon** inspeciona obras contra seca fiscaliza fronteiras, participa de entendimentos para resolução de problemas entre Peru e Colômbia, e, sempre, continua dedicar-se aos índios. Em 1.952 vê aprovado seu projeto de criação do Parque Nacional do Xingu, destina a preservar uma amostra da natureza brasileira. Em 1.955 torna-se marechal, e ao antigo território do Guaporé é dado o nome de Rondônia.

Morreu em 19 de janeiro de 1.958, com 93 anos de idade.

ROOSEVELT = RONDON

“ A EXPEDIÇÃO ”

Um vídeo de CACÁ DE SOUZA

O documentário “ROOSEVELT = RONDON = A EXPEDIÇÃO”, foi lançado no dia 01 de dezembro de 1.998 no Teatro de Universidade Federal de Mato Grosso.

Na ocasião estavam presente à cerimônia do lançamento, 3 netos do **Marechal Rondon** que representavam a família, eram eles: Maria Inês e Cecília Amarante Rondon além do Dr. Pedro Henrique Rondon.

Dos Estados Unidos vieram Tweed Roosevelt (bisneto do ex-presidente americano Theodore Roosevelt) e presidente do Roosevelt Foundation e Fred Emmert diretor do Rondon Roosevelt Center da cidade de Washington.

SOCIEDADE DOS AMIGOS DO MARECHAL RONDON

A Sociedade dos Amigos do Marechal Rondon, fundada em 5 de maio de 1.969, reconhecida de utilidade Pública pela Lei nº. 3.706, de 24 de maio de 1976, foi fundada por um grupo de pessoas de Cuiabá, com a finalidade de cultuar e divulgar a obra Meritória do **Marechal Rondon**; O Presidente é Ramis Bucair, que por 30 anos exerce a presidência.

A Sociedade dos Amigos do Marechal Rondon é a única no Brasil que se reúne todos os anos no dia 05 de maio, para comemorar o natalício do saudoso Marechal Desbravador - Guerreiro da Paz - Pioneiro do Século e Paguimegêra Curirêu.

SÓCIOS FUNDADORES:

Ramis Bucair

Rubens da Mendonça

Agenor Ferreira Leão

Benedito Santana da Silva Freire

Alcedino Pedroso da Silva

Nazi Bucair

Emanuel Ribeiro Daubian

Vera Randazzo

Ronaldo de Arruda Castro

Joazir Bucair e outros.

MARIA DO CARMO DE MELLO REGO

Vera Randazzo

Era jovem, decidida, culta e de família de boa estirpe. Corajosa e decidida não tinha medo de nada e queria saber de tudo: dos fatos acontecidos outrora, da curva dos rios, da velocidade das águas, do nome das árvores, quem fez a casa, o palácio ou a rua e principalmente das pessoas. Mesmo das mais simples, fosse um humilde vaqueiro, um rude sitiante ou um desconfiado índio.

Destacava-se pela elegância nos salões da família imperial no Rio de Janeiro, pois era amiga de D. Pedro II e de sua família. Era também bonita, a senhora que veio para Cuiabá em fins do século passado, com apenas 24 anos.

Assim era Maria do Carmo !

Casada com o General Francisco Raphael de Mello Rego, moravam no Rio de Janeiro e quando ele recebeu a Carta Imperial de 12 de setembro de 1887, com ordens para governar a Província de Mato Grosso, imediatamente embarcou com sua esposa no navio Trent, de bandeira inglesa, para assumir o cargo, onde acumularia, também, o de Comandante das Armas, em virtude do falecimento do Gal. Domingos José da Costa Pereira.

Singraram a costa brasileira pelo Atlântico e em três dias chegaram a Montevideú, a bela capital uruguaia, onde Maria do Carmo morara algum tempo com seus pais e era chamada de Carmencita. Ela que principiara a viagem, bastante apreensiva, um tanto por deixar sua confortável casa com o jardim e suas orquídeas que estavam iniciando a floração da primavera, mas também por mudar-se para um lugar tão longínquo com um clima tão diferente, segundo tinham lhe informado, teve entretanto uma decisiva surpresa.

Aconteceu que nos aposentos onde descansavam na cidade, enquanto esperavam o navio que os levariam pelo rio Paraná, por mais de três mil quilômetros, ao seu destino, um velho amigo de seus pais que a conhecera em Jaguarão, no Rio Grande do Sul, sabendo pelos jornais de sua passagem, foi com sua família, visitar foi o casal e grande foi a alegria deste reencontro.

Era o argentino Dom Julian Sarachaga que muito moço, emigrara para o Brasil acompanhando sua mãe, Dona Carmen, que depois de perder seu marido torturado e morto pelo ditador da Argentina, Juan Manuel Rosas, escolheu para viver com o filho, a cidade natal de Maria do Carmo.

Aliás, em Jaguarão, Dom Julian exerceu diversos cargos, devido sua cultura e fina educação, tendo presidido a primeira mesa diretora da Santa Casa de Misericórdia (1875) do qual era também benfeitor e onde é lembrado até hoje, segundo o historiador gaúcho, Dr. Eduardo Alvares de Souza Soares que escreveu artigos sobre ele.

Foi durante esta visita que o velho amigo, proferiu estas palavras proféticas :

Se yo la conociera menos, Carmencita, tanto la lastimara por verla ir a Mato Grosso, que llegaria quiças a maldecir su marido, por llevarla tan lejos, a una tierra de onde vuelven todos descontentes; pero como la conosco desde niña, se me figura que no le va passar lo que a las otras; usted tendrá en la naturaleza motivos de distracciones. No se olvide de tomar apuntes de todo.

Graças ao conselho, Maria do Carmo, tomou nota de muitos fatos durante o resto da viagem como as conversas com o prático do navio, o velho marinheiro de nacionalidade francesa Dom Fernando Echerbarne que ia lhe mostrando, no decorrer da viagem pelos rios Paraná e Paraguai, as marcas da Guerra do Paraguai, os pontos interessantes e pitorescos, as nuvens rosadas de colhereiros, as árvores cobertas de garças brancas, enfim tudo, que mais tarde, ela descreveria como uma viagem maravilhosa, e diria ... *gostei tanto, tanto de Mato Grosso, que mal sei exprimir as gratas recordações e fundas saudades que d'lle conservo.*

E assim no seu livro publicado, dez anos depois, Maria do Carmo descreve a passagem pela ilha de Martin Garcia, ainda no estuário do Prata e depois a viagem pelo rio Paraná, quando Dom Fernando mostrou-lhe o local onde foi travada a celebre batalha do Riachuelo, em 1865, e Humaitá onde viram uma torre em ruínas pelas balas dos brasileiros. Passaram por grandes laranjais e viram mulheres colhendo e carregando à cabeça, cestas com frutas que seriam vendidas no Rio do Prata. Foram também a Assunção ver o palácio do ditador Francisco Solano Lopes, que ainda ostentava os estragos feitos pelos canhões dos nossos navios.

Em Urquiza sente saudades do seu Rio Grande do Sul, pela semelhança dos campos com os da estância de seus pais, às margens do rio Jaguarão-Chico.

Lamenta nossa Carmencita, ter passado pelo Forte de Coimbra numa noite chuvosa, pois gostaria de ver as belezas de lá e a Gruta do Inferno que conhecia através das descrições do Dr. João Severiano da Fonseca, da sua obra *Viagem ao redor do Brasil*, publicada em 1882.

Os primeiros passos de Maria do Carmo na terra mato-grossense, foram no porto da fazenda das Três Barras, do senhor Boaventura, onde todos os viajantes foram gentilmente convidados a tomar leite no curral. Com que alegria, Maria do Carmo, ouve falar em português, depois de muitos dias só ouvindo espanhol. Conhece a esposa e as belas filhas do fazendeiro e é convidada também a tomar um café na casa deles, naquele local, hoje cidade de Porto Murtinho de Mato Grosso do Sul. Em Corumbá, para sua tristeza, desembarca seu amigo Fernando Echebarne e que nunca mais veria.

Afinal, chegaram ao cabo de um mês de viagem ao Porto de Cuiabá, onde não há ninguém a esperá-los. Acabrunhada, vai a pé, acompanhando o marido, do Porto até a cidade, por mais de um quilometro, numa rua em terreno acidentado e sempre em

subida. Era ao crepúsculo e ela considera-se ... *até arrependida de ter ido tão longe*. Lembra-se de Dom Pedro II que um dia lhe dissera que sabia que ela morava numa região que até para pedir fogo ao vizinho, ia-se montada a cavalo.

Mas, após uns dias de descanso esquece as impressões da chegada, envolvida pelas visitas e pela gentileza dos cuiabanos, quando até a presenteiam com um belo cavalo branco !

E sucedem-se os piqueniques e passeios campestres, na região do Coxipó e mais tarde relembrará as brincadeiras com seus amigos, mas também, a fundação de Cuiabá, com a descoberta de ouro naquele rio de águas cristalinas.

Acha, porém, feias a maioria das casas cuiabanas, até mesmo a grande casa de esquina, onde vivera e morrera em 1888, o Barão de Melgaço e que embora caiada de pouco, estava com as janelas de vidros quebrados. Mas gosta da Casa do Comando das Armas, do casarão do Coronel Pedro Corrêa e também do Palácio Episcopal onde vai seguido, pois tornou-se amiga do Bispo Dom Carlos Luís Amour.

Acha interessante a paixão que há em Cuiabá, por bailes e música, onde qualquer aniversário, batizado ou casamento é pretexto para dançarem, mesmo que o evento seja em lugares distantes da cidade. E também o costume de passearem no jardim em frente do Palácio do Presidente, às quartas-feiras e aos domingos.

Assistiram, Maria do Carmo e o marido Presidente, ao casamento da filha mais jovem, do Barão de Casalvasco, Firmo José de Mattos, quando "*... á profusão, ás luzes e ao bom gosto em tudo, se juntavam a distinção e maneiras corretas da família toda.*" E naturalmente ao luxuoso baile.

Entre as senhoras que se tornaram suas amigas, relembra Dona Maria Leopoldina, viúva do Cel. Fontes e proprietária da Usina do Aricá que embora jovem dirigia a grande propriedade com seu engenho e fazenda de pecuária com muita determinação ou a Dona Demethilde Metelo também viúva e era tão entusiasmada pelo progresso de Cuiabá que foi das primeiras pessoas a adquirir ações, para si e seus filhos, da futura linha de bondes, quando poucos acreditavam nesse melhoramento que afinal se concretizou.

Fez também amizade com a família do Senador Generoso Paes Lemes de Souza Ponce, tanto que um dos exemplares de seu livro "Lembranças de Mato Grosso", ela oferece com sua bela letra, à amiga Alice Ponce que mais tarde se casaria com o capitão-tenente Álvaro Amarante Peixoto de Azevedo, tia da nossa centenária Dona Maria de Arruda Müller.

Mas talvez a mais extraordinária aventura de Maria do Carmo tenha sido a descoberta de um sambaqui ou seja um cemitério indígena, na região do rio Jauru, na ocasião que acompanhou o marido à Cáceres.

Em conversa com um ribeirinho, soube que este acidentalmente, ao fazer um buraco para fincar um esteio para seu rancho na barranca do Tucum, encontrou um pote de barro muito grande. Cavando mais viu que existiam inúmeros. Maria do

Carmo, logo soube que deveriam ser na verdade, urnas funerárias onde os índios em tempos remotos, enterravam seu mortos. Imediatamente quis conhecer o lugar e até ajudou a escavar o terreno, onde encontrou vários objetos como painelas, cachimbos e ... esqueletos humanos!

Chegou a entrar num pote e segundo ela ... *a boca dava-me pelos peitos; tinha de diâmetro 95 centímetros !*

Contou, em Cuiabá, sua descoberta ao Dr. Karl von den Steinen, Chefe da Comissão alemã que explorava o rio Xingu que considerou o achado extraordinário e importantíssimo, ele que também escreveria várias obras da literatura científica de Mato Grosso, como *Entre os aborígenes do Brasil Central*.

Acompanhando o marido em Cáceres, fala do Marco do Rio Jauru, com suas inscrições em latim, da velha igrejinha, da imagem de São Luís, padroeiro da cidade com seu manto bordado de Flores-de-lis e à cabeça, a coroa dos reis da França. Estavam construindo a nova matriz que ela considerava que seria a maior de Mato Grosso e quando visitou o Largo onde eram efetuadas as festivas cavalhadas, admira as ruas muito bem traçadas de Cáceres.

Maria do Carmo, tendo encontrado, caçadores que abatiam aos milhares, as garças do pantanal, publicou indignada em seu livro *Lembranças de Mato Grosso* :

Como um protesto sinão um brado de dôr contra o extermínio radical de que estão ameaçados os níveos e graciosos pernaltas, que tanto embelecem àquelas regiões, aqui deixo denunciado o fato de se estar explorando em larguíssima escala a matança de garças, cujas penas remetidas para Buenos Aires e Montevidéu, são exportadas e vendidas na Europa, como provindas do Rio do Prata !

Aproveito pois, o ensejo para fazer um apelo ao Governo de Mato Grosso, afim que proíba ou, pelo menos, cerceie essa cruel e devastadora indústria que dará, com certeza, cabo das lindas e inocentes aves, a formosa criação de Deus naquele vastíssimo território tão despovoado de quaesquer seres. ”

Sem filhos legítimos e tendo Maria do Carmo visitado uma aldeia dos Bororo, recebeu para criar um menino que passou a ser a alegria do casal Mello Rego. Seu nome indígena era Piududo que quer dizer Beija-flor. Seus pais adotivos batizaram-no com o nome de Guido e quando voltam ao Rio de Janeiro, consideram o filho *vivaz, perspicaz, gentil, meigo e afetuoso*, e é todo o enlevo do casal.

Entretanto, na fazenda da família, na cidade fluminense de Mendes, Guido é acometido por grave doença e embalde o tratamento médico e a ansiedade dos pais, falece em 1892, deixando todos desolados. Maria do Carmo, embora profundamente consternada, consegue consolo escrevendo sobre o filho, desde o dia que o conheceu

ao participar das cerimônias dos Bororo para a escolha dos nomes das suas crianças, as roupagens usadas, os ritos, os seus artefatos e a alegria de todos, naquele dia tão especial!

E o que escreveu, de uma forma pungente e dolorosa, foi lido pelo seu amigo escritor, o Visconde de Taunay que sugeriu-lhe sua publicação, tendo feito uma emocionante apresentação para o livro que foi mesmo publicado.

A Senhora Mello Rego nunca esqueceu o que soube sobre a índia Bororo, com nome cristão de Rosa que fora capturada por uma Bandeira, ainda jovem com uma filha pequena e fora entregue na casa do Major Miranda Rodrigues, cuja esposa Dona Clara, cuidava das duas com carinho de mãe.

Rosa foi imortalizada, na história de Mato Grosso, pela decisiva ajuda que em 1886, deu ao alferes Antônio José Duarte, incumbido pelo Presidente Provincial Dr. Joaquim Galdino Pimentel, para promover a paz entre os índios da tribo dos Bororo, do Vale do São Lourenço, sempre provocando sangrentas escaramuças com os demais habitantes da região e até mesmo, os dos arredores do Coxipó.

A paz foi afinal conseguida, mas a filha adolescente de Rosa, já estudante em Cuiabá e que fora junto nessa expedição para conhecer seu povo, foi acometida de grave enfermidade, talvez malária, falecendo assim que retornou a Cuiabá.

Difundindo também várias lendas do nosso folclore, como a do Curupira e a da Alavanca de Ouro do morro da Igreja do Rosário em seus trabalhos, dados relacionados com sua estada aqui, publicou *Guido* em 1895, *Lembranças de Mato Grosso* em 1897 e *Artefactos Indígenas de Matto Grosso* no ano seguinte.

E assim, esta extraordinária primeira dama provincial, a inteligente e bonita gaúcha, Maria do Carmo de Mello Rego que registrou suas impressões sobre a terra que aprendeu a amar, é hoje lembrada com admiração, por quantos estudem a literatura brasileira do século XIX ou mesmo, queiram conhecer os costumes da sociedade, tanto dos palácios como dos ranchos e da terra mato-grossense, sobre a qual diria, anos depois: ... *muitas vêzes se molharam as patas do meu cavalo branco nas águas daquele solitário Porto, que tão fundas saudades em mim despertavam sempre e do qual tão saudosamente me recordo hoje!*

O PRESIDENTE DA PROVINCIA DE MATO GROSSO E MARIDO DE MARIA DO CARMO DE MELLO REGO

O General Francisco Raphael de Mello Rego que foi o trigésimo primeiro governante da Província de Mato Grosso, era um homem culto e cursara a Escola Militar do Rio de Janeiro com Antônio Maria Coelho, mais tarde também general e do qual era amigo e que seria, por sua vez, o primeiro Presidente Republicano do Estado.

Assim que tomou posse no governo, no dia 16 de novembro de 1887, cumprindo a Carta Imperial de 12 de setembro do mesmo ano, o Presidente Mello Rego, inteirando-se dos problemas mato-grossense com a Província de Goiás, não só defendeu nossos direitos como escreveu um livro intitulado *Limites de Mato Grosso com Goiás*, editado pela Imprensa Nacional em 1897 e que é até hoje leitura obrigatória aos estudiosos da questão. Também publicou *O Forte de Coimbra - Sua fundação e os acontecimentos que com ele se relacionam*, pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1906.

Durante o seu governo, houve um acontecimento importante : a princesa Isabel, filha do Imperador Dom Pedro II e na época sua regente, assinou a 13 de maio de 1888, a Lei Áurea abolindo a escravidão no Brasil (aliás o único país americano que ainda conservava escravos).

O General Francisco Raphael de Mello Rego, presidiu os destinos mato-grossense por pouco mais de um ano, mas deixou para os seus pósteros, feitos importantes e um desses foi a lei que proibia por três anos, a pesca por meio de redes ao longo do rio Cuiabá e em todos os seus afluentes.

Era a primeira vez que um governante preocupava-se com um assunto de tanta magnitude ecológica e que hoje possui legislação mais abrangente e vários órgãos fiscalizadores.

Nessa ocasião, o Presidente mobilizou toda a Assembléia Legislativa Provincial e afinal a Lei n.º 757, foi assinada e por ele sancionada no dia 15 de novembro de 1888, exatamente em plena época da piracema, quando os peixes sobem os rios e córregos para desovarem e multiplicarem-se !

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

MENDONÇA, Estevão, *Datas Mato-Grossenses*. Edição revista e atualizada pelo Historiador Rubens de Mendonça. Goiânia, Ed. Rio Bonito, 1973.

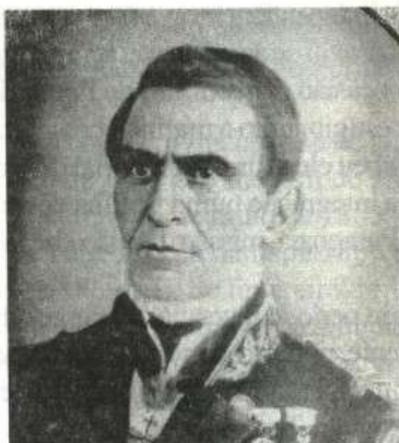
NADAF, Yasmin Jamil. A Escrita de Maria do Carmo de Mello Rego, no século XIX - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Cuiabá, 1997.

NADAF, Yasmin Jamil. Literatura Matogrossense, de Autoria Feminina - Séculos XIX e XX. *Anais da VI Seminário Nacional da Mulher e Literatura*. Rio de Janeiro, 1995.

MENDONÇA, Rubens de. *História de Mato Grosso*. Ed. Imprensa Oficial do Estado S/ª São Paulo, 1982

REGO, Maria do Carmo de Mello. *Lembranças de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Tipografia Leuzinger, 1897. Edição Fac-similar de 1897. Várzea Grande, Fundação Júlio Campos, 1993.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Estudo Bibliográfico da História, Geografia e Etnologia de Mato Grosso*. Cuiabá, 1992.



AUGUSTO LEVERGER (BARÃO DE MELGAÇO)

Ubaldo Monteiro da Silva

Figura eminente na História naval brasileira e particularmente na História de Mato Grosso, terra que escolheu para residir e constituir família, o “Bretão Cuiabanizado”, cognome atribuído por Virgílio Corrêa Filho a Augusto João Manuel Leverger, o Barão de Melgaço nasceu em Saint Malo, na Bretanha, a 30 de janeiro de 1802.

A trajetória dessa personalidade, da Europa para a América do Sul, é revestida de uma sequência de fatos que desembocaram na sua vinda para Mato Grosso.

Filho de Mathurin Leverger, cuja profissão sempre esteve ligada à Marinha, Augusto Leverger, em 1819, atravessou, com o pai, o Atlântico atingindo o Rio da Prata.

Essa trajetória foi bastante acidentada, pois seu navio naufragou quase ao término da viagem. Esse episódio, certamente, levou seu pai a desaconselhá-lo de prosseguir na carreira naval, orientação que Augusto Leverger não acatou, visto seu pendor pela marinha.

Mathurin seguiu viagem para Buenos Aires, enquanto Augusto ficou em Montevideú empregado na escuna francesa “Angelique”, na categoria de 2º Comandante.

Por ocasião da Independência do Brasil, Augusto Leverger, que estava atuando na galera “General Lecor”, nau portuguesa, dela dispensou-se visto não desejar lutar contra os brasileiros.

Com a afirmação da independência do Brasil e seu reconhecimento por outros países, Augusto Leverger readmitiu-se àquela nave, agora de posse da marinha brasileira.

Foi, no entanto, por ocasião dos conflitos no Prata – Independência do Uruguai – que Leverger angariou prestígio junto à marinha brasileira. Ao final desse conflito, como reconhecimento, recebeu ele a Ordem Imperial do Cruzeiro. Sua competência nas lides navais valeu-lhe a integração numa flotilha destinada à defesa da fronteira brasileira com a República Paraguaia, missão que não chegou a se concretizar por falta de condições materiais.

Durante o conturbado período regencial, Leverger chegou, por ser estrangeiro, foi reformado como 2º Tenente, porém, no momento em que a missão naval de defesa da fronteira do Baixo-Paraguai foi reorganizada, Augusto Leverger foi convidado para integrá-la na categoria de Capitão-Tenente.

Chegou ele a Cuiabá em dezembro de 1837 porém, com as reviravoltas políticas, essa citada missão foi, novamente, suspensa.

Na capital mato-grossense, Leverger efetivou um projeto de construção de um Arsenal de Marinha em Cuiabá, onde iniciou os trabalhos de engenharia naval, contando com o apoio do pessoal que com ele viera do Rio de Janeiro e com a ajuda de operários contratados em Cuiabá.

Por ocasião de sua promoção a Capitão de Fragata, Leverger voltou para o Rio de Janeiro onde foi novamente condecorado, desta vez, com a Ordem da Rosa e reconduzido a Mato Grosso, província em que daria maiores e mais expressivas contribuições.

Nessa ocasião, naturalizou-se brasileiro e, em 1848, quando comandava uma flotilha no Forte de Coimbra, recebeu a notícia de sua nomeação para a Presidência da Província de Mato Grosso.

Uma de suas missões mais importantes nessa primeira gestão administrativa foi a de conseguir, diplomaticamente, um acordo com o Paraguai na abertura da navegação pelo rio Paraguai, para o quê, não nomeou ninguém, indo ele próprio residir, por 22 meses, junto ao Forte de Coimbra que se situava próximo ao ponto de negociação, passando ali a ser a sede do governo da Província de Mato Grosso.

De volta a Cuiabá, deixa, por vontade própria, a administração da província, seguindo para o Rio de Janeiro a fim de solicitar sua reforma junto à Marinha, no posto de Chefe de Esquadra. Em seu retorno à capital mato-grossense, passou a residir numa chácara situada no Coxipó.

Quando eclodiu a Guerra do Paraguai, Augusto Leverger assumiu, voluntariamente, o comando da defesa da capital da província mato-grossense, posicionando-se nas Colinas de Melgaço acompanhado de voluntários que, como ele, temiam a chegada dos paraguaios rio Cuiabá acima. Esse ato de Leverger valeu-lhe a expressão de Taunay que avaliou essa operação de guerra como *antemural de Cuiabá e de todo o Brasil*.

Finda a guerra, D. Pedro II, em reconhecimento aos cívicos serviços prestados por Augusto Leverger, outorgou-lhe o título de Barão de Melgaço, quando nosso Patrono tinha 63 anos de idade.

Augusto Leverger governou a Província de Mato Grosso por quatro vezes:

- De 11 de dezembro de 1851 a 1º de abril de 1857
- De 12 de maio de 1863 a 15 de julho de 1863
- De 9 de agosto de 1865 a 1º de maio de 1866 e
- De 26 de março de 1869 a 10 de fevereiro de 1870.

Em 1843 casou-se, em Cuiabá, com Inês da Almeida Leite de que, segundo Antônio de Arruda, *resultou numerosa prole, que se desdobrou em vários ramos – Alves Corrêa, Corrêa e Sá, Corrêa Cardoso, Prado e outros. De seus descendentes, muitos se destacaram nas profissões liberais e também como escritores e pelo desempenho de altos cargos em Mato Grosso e no País.*¹

Considerado um dos homens mais cultos do século XIX, Augusto Leverger deixou inúmeras obras científicas voltadas para o estudo fluvial, especialmente dos rios de Mato Grosso, objetivando preparar sua navegabilidade:

- *Roteiro da navegação do Rio Paraguai desde a foz do rio Sepotuba até o rio São Lourenço.* RIHGMT, 1919/20/21, tomos 1, 2, 3 e 4.
- *Diário privado do Chefe de Esquadra Augusto Leverger relativo aos meses de janeiro, fevereiro e março de 1865.* RIHGMT, 1930.
- *Observações sobre a Carta Geral do Império relativas à Província de Mato Grosso.* Revista "O Archivo".
- *Apontamentos do Capitão de Fragata Augusto Leverger sobre o Rio Paraguai.* Coleção Memórias do Arquivo nacional, v. 13. Rio de Janeiro.
- *Apontamentos cronológicos da capitania de Mato Grosso.* RIHGB, v. 205. Rio de Janeiro, 1949.
- *Apontamentos para o dicionário corográfico da Província de Mato Grosso.* RIHGB, v. 47. Rio de Janeiro, 1884.
- *Apontamentos sobre eleições na província de Mato Grosso.* Anais da Biblioteca Nacional, v. 9. Rio de Janeiro, 1881/82.
- *Breve memória relativa à corografia da Província de Mato Grosso.* RIHGB, v. 28. Rio de Janeiro, 1865.
- *Breve resumo da vida do Barão de Melgaço, quanto à parte econômica, escrito por ele mesmo.* Revista "O Archivo", v. 3. Cuiabá, 1905.
- *Carta corográfico do distrito de Miranda na Província de Mato Grosso.*

¹ - ARRUDA, Antônio de. "Augusto Leverger, Barão de Melgaço". *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*, 1996, p. 116.

- Dicionário Bibliográfico Brasileiro, v.1.
- *Carta geográfica da Província de Mato Grosso*. Dicionário Bibliográfico Brasileiro, v.1.
 - *Carta hidrográfica do Rio Sepotuba*. Dicionário Bibliográfico Brasileiro, v.1.
 - *Carta e roteiro da navegação do Rio Cuiabá desde o salto até o Rio São Lourenço e deste último até a sua confluência com o Paraguai*. RIHGB, v. 25. Rio de Janeiro, 1862.
 - *Condições administrativas da Província de Mato Grosso, apresentadas em relatório de 13 de fevereiro de 1852 ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Revista “O Archivo”, v. 3. Cuiabá, 1905.
 - *Diário de reconhecimento do Rio Paraguai desde Assunção até o Rio Paraná*. RIHGB, v. 25. Rio de Janeiro, 1862.
 - *Diário e roteiro de viagem feita desde a cidade de Assunção, no Paraguai até a Baía Negra*. Dicionário Bibliográfico Brasileiro, v.1.
 - *Vias de comunicação de Mato Grosso*. Cuiabá, Avelino de Siqueira, 1905.
 - *Dicionário geográfico de Mato Grosso*. Dicionário Bibliográfico Brasileiro, v.1.
 - *Esboço hidrográfico, em grande escala, desde a foz do Rio Miranda até o Paraguai*. Dicionário Bibliográfico Brasileiro, v.1.
 - *Esboço do Rio Cuiabá desde a confluência do Rio São Lourenço até a cidade daquele nome, Capital de Mato Grosso*. Dicionário Bibliográfico Brasileiro, v.1.
 - *Exame de uma parte do Rio Paraguai, entre a foz do São Lourenço e o paralelo 17°.35' e das lagoas de Uberava e Gaíba*. Dicionário Bibliográfico Brasileiro, v.1.
 - *Índios da Província de Mato Grosso*. Dicionário Bibliográfico Brasileiro, v.1.
 - *Informações prestadas ao Ministro da Marinha em 1851, sobre as matas de madeira de construção naval*. Revista “O Archivo”, v.1- Cuiabá, 1904.
 - *Informações prestadas em 1851 sobre o tralado de uma estrada que comunique esta Capital com a cidade de Santarém no Pará*. Revista “O Archivo”, v.1, Cuiabá, 1904.
 - *Mapa da fronteira sul da província de Mato Grosso*. Dicionário Bibliográfico Brasileiro, v.1.

- *Memória sobre o Rio Paraguai, desde Nova Coimbra até Assunção*. Dicionário Bibliográfico Brasileiro, v.1.
- *Notícia sobre a Província de Mato Grosso*. Dicionário Bibliográfico Brasileiro, v.1.
- *Observações sobre a carta geográfica da Província de Mato Grosso*. RIHGB, v. 25. Rio de Janeiro, 1862.
- *Planta hidrográfica das Lagoas Uberava e Guaiba e da porção do Rio Paraguai até a foz do Rio São Lourenço*. Dicionário Bibliográfico Brasileiro, v.1.
- *Roteiro da navegação do Rio Paraguai, desde a foz do Sepotuba até o Rio São Lourenço*. RIHGB, v. 25. Rio de Janeiro, 1862.
- *Tabelas das latitudes e longitudes de diversos lugares da Província de Mato Grosso determinadas por observações astronômicas*. RIHGB, v. 47. Rio de Janeiro, 1884.

O nome de Augusto Leverger está intrinsecamente ligado à Casa “Barão de Melgaço”, residência que habitou durante o Império e que hoje abriga as duas Instituições mais antigas de Mato Grosso, o Instituto Histórico e Geográfico e a Academia Mato-Grossense de Letras. O solar do Barão, construído no século passado, constitui um dos imóveis mais significativos no cadastro dos edifícios tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Augusto Leverger faleceu a 14 de janeiro de 1880.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, António de. “Augusto Leverger, Barão de Melgaço”. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*, 1996 (Comemorativa ao Jubileu de Diamante), p. 115-118.
- TAUNAY, Alfredo D’Escragnole de. “Augusto Leverger – Barão de Melgaço – esboço biográfico”. *RIHGB*, v. 6. Rio de Janeiro, 1897.
- MENDONÇA, Estêvão de. *Datas Matogrossenses*. v. 1 e 2. Niterói, Escolas Profissionais Salesianas, 1919.

MANOEL RODRIGUES FERREIRA

Benedito Pedro Dorileo

Quem tem o ensejo de ler História do Brasil Documentada percebe logo o vigor do conteúdo histórico, embasado em fontes documentais, que se sobrepõem a narrações outras repetitivas. De convincente à polêmica, a obra tem o condão científico de investigar a verdade sobre a história portuguesa, que mais tarde desdobra-se na brasileira: “Os portugueses, que para cá vieram, por sua vez também não conheciam outras (...) Era pois um novo Portugal que começava a ser implantado nas terras virgens da América Portuguesa... E os portugueses nascidos no Brasil mantinham o patriotismo português que comungavam com seus filhos aqui nascidos. Isso é o que consta da documentação hoje existente deixada pelos habitantes do Brasil até 1822”.

Constitui-se em salutar convite para aprofundar o conhecimento sobre a vida e a bibliografia do historiador MANOEL RODRIGUES FERREIRA.

– Nasceu na cidade de Itapuí (ex- Bica de Pedra), Estado de São Paulo, em 25 de julho de 1915. Graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Mackenzie, em 1945, quando então se encontrava no magistério das disciplinas Matemática e Física, desde 1938.

Exerceu o jornalismo em A GAZETA, no período de 1941 até 1972, prosseguindo como colaborador de jornais e revistas.

Sertanista, realizou expedições aos sertões do Brasil Central e Amazônia, publicando dessas atividades grande número de reportagens e livros, além do documentário cinematográfico “Aspectos do Alto Xingu” realizado em 1948 (o primeiro filme colorido feito no Brasil) montado e apresentado por Benedito J. Duarte no Museu de Arte Moderna de São Paulo no dia 13 de setembro de 1949 e que deu origem à fundação da Companhia Cinematográfica Vera Cruz no dia 4 de novembro de 1949. Referido documentário foi o vencedor do Festival Internacional de Cinema levado a efeito no Rio de Janeiro em 1952.

Foi o jornalista que, em junho de 1945, encontrou no Rio das Mortes os três irmãos Leonardo, Cláudio e Orlando Vilas Boas, então desconhecidos membros da Expedição Roncador-Xingu. Tendo sido seus companheiros de internato em colégio da capital paulista quinze anos antes, ao descobri-los no Rio das Mortes, fez a promoção deles em A Gazeta, apresentando-os publicamente e inclusive dando espaço para Orlando Vilas Boas escrever em A Gazeta, garantindo-lhes um lugar proeminente na Expedição Roncador-Xingu.

Lançou, publicamente e pela primeira vez, a idéia do Parque Nacional do Xingu (depois Parque Indígena do Xingu), em A Gazeta de 27/10/1948, tendo inicialmente trabalhado pela sua criação.

Acompanhado do Engenheiro Geólogo José Eptácio Passos Guimarães, realizou sete grandes reportagens ilustradas sobre as grutas calcárias do Vale do Ribeira (SP), publicadas em A Gazeta de 20/10 a 24/11/1956, tendo, na primeira, apresentando a idéia do Eng. José Eptácio Passos Guimarães, da criação do Parque Estadual do Vale do Ribeira e, na última, informando que o Secretário da Agricultura, acatando a idéia, anunciava a criação do Parque, o que o Governador do Estado logo fez. É hoje o Parque Estadual do Vale do Ribeira, um dos mais belos do País.

Em entrevista à Revista Manchete, em 1972, lançou a idéia do Parque Nacional dos Martírios, na margem esquerda do Rio Araguaia (Rio Paraupava dos Bandeirantes Paulistas), no Estado do Pará. Hoje, esse Parque está sendo concretizado com o nome de Parque Nacional da Serra das Andorinhas, por Noé Von Atzingen e Maria Virginia Bastos de Mattos, dirigentes da Fundação Serra das Andorinhas, em Marabá (PA).

Em consequência de uma série de 21 reportagens sobre o então Território de Rondônia, publicada em janeiro de 1960 em A Gazeta, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, acolhendo a idéia nela apresentada, imediatamente mandou construir a Rodovia Cuiabá – Porto Velho, inaugurada um ano e meio após.

Idealizou, fundou e promoveu a Sociedade Geográfica Brasileira (SP).

Idealizou, juntamente com Tito Livio Ferreira, a Academia Paulista de História, sendo um dos seus fundadores.

Idealizou, juntamente com Tito Livio Ferreira, a Academia Paulistana da História, sendo um dos seus fundadores.

Idealizou, juntamente com Tito Livio Ferreira, a Ordem Nacional dos Bandeirantes, sendo um dos seus fundadores.

Membro Titular Emérito do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Membro da Ordem dos Velhos Jornalistas do Estado de São Paulo.

Membro de diversas Entidades Culturais de São Paulo e do Brasil.

Pesquisou nos documentos dos arquivos históricos – deixados pelos sertanistas e bandeirantes paulistas – a tradição bandeirante dos Martírios, descobrindo dessa maneira tratar-se de existência real as esculturas rupestres (itacoatiaras) existentes no Baixo Rio Araguaia (Rio Paraupava). Relatando esse descobrimento escreveu o livro O Mistério do Ouro dos Martírios, publicado em 1960. Em 1971, realizou uma Expedição Científica ao local dos Martírios onde realizou muitos documentários (fotografias, cinema, moldes em gesso, levantamento topográfico, etc.) A Prefeitura do Município de São Paulo mandou reproduzir em bronze 17 desses moldes em gesso, para expor na Casa do Sertanista, no Bairro do Caxingui, na Capital paulista. Dessa

maneira, provou que os Martírios não eram visões fantasmagóricas dos velhos Bandeirantes de São Paulo, circunstância esta que lhes deslustrava a memória e que servia para que muitos os ironizassem. Apagou, dessa maneira, na História das Bandeiras Paulistas, algo que diminuía profundamente seus sertanistas e bandeirantes, devolvendo-lhes assim a respeitabilidade e a dignidade.

A História dos Martírios, que descobriu e revelou, levou-o a pesquisar em profundidade a gênese das Bandeiras Paulistas, descobrindo que a sua causa, como também a da Fundação da Vila de Piratininga, em 1532, (hoje a cidade de São Paulo), foi devido à então certeza da existência da rica e famosa Lagoa Paraupava (Lagoa Vupabuçu, Lagoa Dourada) desde o Descobrimento, permanecendo ela até hoje como um mito vivo no Interior do Brasil, inclusive entre os indígenas.

Historiador das Bandeiras Paulistas, além do livro O Mistério do Ouro dos Martírios, já publicou As Bandeiras do Paraupava (editado pela Prefeitura do Município de São Paulo) e A Lagoa Dourada em fase de publicação.

Já publicou 20 livros sobre pesquisas históricas, relatos de expedições, indigenismo e desenvolvimento econômico sob o aspecto da ciência e da tecnologia (fontes de energia mecânica).

Agraciado com a Ordem do Mérito do Ipiranga por decreto do Governo do Estado de São Paulo.

Distinguido com a Medalha Anchieta e o Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo por Decreto Legislativo da Câmara Municipal de São Paulo.

Agraciado com a Ordem do Marechal Rondon por decreto do Governo do Estado de Rondônia.

Declarado Cidadão Honorário Rondoniense por Lei da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.

Declarado Cidadão Honorário Vilaboense (Vila Boa, fundada pelo bandeirante Anhanguera II), por Lei da Câmara Municipal da Cidade de Goiás (ex-Vila Boa e ex-capital de Goiás).

Declarado Cidadão honorário Guajaraense por Lei da Câmara Municipal da cidade de Guajará-Mirim do Estado de Rondônia.

Livros publicados

- 1- *Nos Sertões do Lendário Rio das Mortes* (1946)
- 2- *Terras e Índios do Alto Xingu* (1952)
- 3- *Cenas da Vida Indígena* (1952)
- 4- *História da Civilização Brasileira em co-autoria com Tito Livio Ferreira* (1960)
- 5- *Nas Selvas Amazônicas* (1960)

- 6- *O Mistério do Ouro dos Martírios* (1960)
- 7- *A Maçonaria na Independência Brasileira – em co-autoria com Tito Livio Ferreira* (1961)
- 8- *A Ferrovia do Diabo (História da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré)* (1962)
- 9- *A Causa do Subdesenvolvimento do Brasil* (1963)
- 10- *Ciência do Desenvolvimento Econômico* (1965)
- 11- *A Ideologia Política da Independência* (1972)
- 12- *Expedição Científica aos Martírios* (1973)
- 13- *Os Escravos Mecânicos* (1975)
- 14- *História dos Sistemas Eleitorais Brasileiros* (1976)
- 15- *As Bandeiras do Paraupava* (1977)
- 16- *As Repúblicas Municipais no Brasil* (1980)
- 17- *A Revisão da História do Brasil* (1983)
- 18- *Aspectos do Alto Xingu e a Vera Cruz* (1983)
- 19- *Do Big Bang à Civilização Atual* (1983)
- 20- *História do Brasil Documentada - 1500/1822* (1996)
- 21- *História dos Irmãos Villas Boas* (1997)

Inéditos (a publicar) :

- 22- *A Lagoa Dourada*
- 23- *História do Urbanismo no Brasil.*



FIRMO JOSÉ RODRIGUES

Maria Benedita Deschamps Rodrigues (Dunga Rodrigues)

A Diretoria do Instituto Histórico de Mato Grosso determinou que, cada membro dessa entidade, falasse sobre o seu patrono.

Aproveito a “deixa” para falar do meu patrono, como pai. Um pai todo especial, que não precisava revestir-se de autoridade para ser respeitado. Muito pelo contrário: em casa se tornava um camaradão.

Lembro-me ainda de que aos três anos de idade, comi um tal bolo de farinha de mandioca, feito por ele, quando brincávamos de quitute. E a sua camaradagem foi crescendo, embora eu me arranchasse, desde os quatro anos, em casa da minha avó paterna, apesar de o meu quartel-general continuar em casa de meus pais.

Em casa de minha avó: eu me prendia pela boca: arroz sem sal, feijão moreninho, comida apimentada. Em casa dos meus pais: as brincadeiras e invencionices da idade. Fazíamos teatrinhos, com peças escritas por meu pai. Eram do tipo Revista, ao que se seguia um ato de variedade: canto, danças e declamação.

Nem faltava uma apoteose, abrindo-se a porta que dava para a apertada área, onde era montada a cena paisagística do espetáculo. Os artistas eram arrebanhados na vizinhança, filhos de Vicente Bueno, netos de Luís Pedroso de Barros, até os filhos do Sr. Benedito Leite de Figueiredo, que moravam na proximidade da igreja São Gonçalo.

As canções infantis, que o musicista Eustórgio Wanderley publicava na revista *O Tico-Tico*, eram todas cantadas em nosso teatrinho. Garotos que participavam do elenco teatral, foram figuras de projeção no Exército Nacional, principalmente no período

revolucionário da Nação: coronel Francisco Bueno Deschamps, Coronel Ivo de Arruda e o Coronel Lucídio de Arruda. Este último fazia números de piano.

Estas tertúlias eram infalíveis em duas datas do ano: no Natal e no dia 11 de outubro, esta com a denominação de “Festa do Tatu”, data natalícia da Olga, minha irmã e afilhada: ela era tão pequena, que os irmãos apelidaram-na de Tatu e Tatuzinho. Depois, numa certa época, ela deu um pulo e se tornou a mais alta da família.

Certa vez, meu pai deu-nos uma surpresa: no ato variado, apareceu vestido de mulher e dançou um samba. Minha mãe teve um “chilique”, chorou e dizia que aquilo era uma profanação, pois o traje era de sua finada irmã. Felizmente, tudo foi apagado num átimo.

Quando não havia sol, mas o calor continuava, meu pai punha-nos por diante, numa caminhada até o Coxipó, onde já prevenidos, fomos caindo na água, e de lá só saíamos quando chegava o “Almofadinha”, tipo de condução coletiva, chamado por um dos raros telefones da vila, instalado na casa do Sr. Totó Dorilêo.

De uma feita, meu pai resolveu fazer uma visita a um antigo colega de ginásio, morador do Coxipó. Para lá nos dirigimos, mas o intuito de sermos agraciados com um cafezinho torrado em casa, falhou. Ledo engano, deparou-se-nos uma mesa com vasilhames cheios de frutos vários.

Conversa vai, conversa vem, o “Almofadinha” chegou. Já rodando de volta, alguém comentou:

- *Vocês repararam como as bocaiuvas sumiram?*
- *Aqui está uma*, disse alguém.
- *Aqui outra, Aqui outra.*

E elas foram surgindo, pois haviam sido surrupiadas em surdina.

- *Falta uma!* Disse alguém, que as havia contado, *pois eram oito*, completou.
- *Aqui está ela*, disse meu pai, tirando, também, o seu furto do bolso.

Os festejos do Sr. João Romão eram infindáveis em suas comemorações: missa de madrugada, missa solene, procissão, quermesse, baile, café da manhã, quebra torto (isto é, desjejum), almoço, jantar. A todas estas cerimônias tínhamos o dever de comparecer, pois por assim dizer, representávamos convidados de honra. Nesses festejos eram infalíveis: a almôndega e a linguça cobertos com ovos.

A Helena, minha irmã, sempre tinha piada para o momento, e dizia:

- *Qualquer dia nós todos voltaremos de lá cobertos com ovos.*

Na Rua 13 de Junho, em frente ao *Tanque de Bugres*, lugar onde hoje se ergue um prédio do governo, foi inaugurado um cinema. O primeiro a aí comparecer

foi o meu pai, com toda a sua *troupe*. Isso gerou um forte comentário: *Onde é que o Firmo achou de levar os filhos?*

Pois, na realidade, o cinema era apenas para disfarçar ali a instalação de um grande cabaré clandestino. Os filmes eram só para amenizar a agressividade da instalação ostensiva.

Havia muita festa de roça de grande repercussão na cidade. Ao inquiri-lo por que não nos levava? Respondia:

– *Lá vocês passarão fome; a moda de servir é um pouco rústica, cada qual se serve no mesmo panelão e com o próprio talher com o qual se estava comendo.*

As reuniões festivas, os banhos no rio Cuiabá, ou no Coxipó, as fogueiras de S. João, e de S. Pedro, e os demais santos fogueteiros, a chácara do Seu Malaquias à beira do rio Cuiabá, jornada à razia da Serra da Chapada, onde me levou a conhecer Seu Manuel Onça, que completara 100 anos de idade, também caminhávamos nos arredores de nossa cidade, que então se limitava até o Esquadrão de Cavalaria do Estado, sediado onde hoje se ergue o Colégio Estadual de Mato Grosso (atualmente Liceu Cuiabano “Maria de Arruda Müller). Naquela época, marcava o sítio onde o movimento se delimitava e começava a área das grandes chácaras.

Assim era o meu pai: o amigão, que só ganhou como nome de rua, um beco sem saída, contendo apenas uma casa na esquina da Vila Isabel.

Felizmente, alguém roubou a placa. Foi melhor assim. Digo isto revoltada, pois é uma ingratidão injustificável para quem sempre trabalhou em prol de sua terra.

Sei que nada levamos desta vida, mas... para o povo que homenageia uma mulher de rua, com estátua, nomes e outros etc., esquecer um homem de trabalho honrado e dedicado ao seu berço natal, é algo sintomático.

Meu pai costumava incentivar os filhos a ter sempre uma reserva de dinheiro, para qualquer eventualidade, como um caso de doença, uma viagem inesperada, ou mesmo, um preparativo para o enxoval de noivado. Não admitia que alguém o visse usufruindo o dinheiro dos filhos.

Certo dia, notei que a gola do seu terno estava ligeiramente puída (poluída, esfarelada). Adverti-o para trocar o termo. Ele não deu ouvidos. Como sabia de antemão que não aceitaria, também, presentes, fiz um trato com o alfaiate Armínio

Albernaz. Encomendei logo seis ternos, nem foram seis, foram oito, pois sabia que o mundo iria desabar sobre a minha cabeça: foram quatro ternos de linho e quatro de casimira. A cumplicidade do alfaiate Armínio funcionou, pedindo-lhe que fizesse o favor de servir de manequim para um fazendeiro de Poconé, com o seu corpo justo.

Meu pai, que gostava muito do Armínio, fê-lo de bom gosto, e chegava em casa elogiando o bom gosto do fazendeiro.

Quando estes chegaram à nossa casa, o mundo caiu sobre a minha cabeça, mas fingi que dormia um sono profundo, estendida na cama, só acordei quando ele se afastou do quarto.

Sabia que isto iria acontecer, por isso mandei fazer tudo de uma só vez.

Outro drama inventamos com a cumplicidade do Dr. Agrícola Paes de Barros, que determinou uma férias no Coxipó para a Helena, minha irmã, que precisava de um repouso. Porém, o intuito era forçarmos meu pai a tirar umas férias. E lá fomos de cambulhada para uma casa muito confortável, alugada da família Costa Ribeiro.

Vizinhos de um sanfoneiro que, tocando uma só música, fazia baile todas as noites. A política, no Coxipó, era acirrada, mas houve um jeito de conciliar os dois partidos. Seu Maurício, o sanfoneiro, tocava uma só música, dividida em duas partes, e no espaço entre o balcão e a porta da rua, cabiam cinco pares apenas. A solução, quando dançavam os Pinheiros, não dançavam os Dorileos, e vice-versa.

Antes, porém, deste baile, havia na igreja uma reza tirada por seu Vicentinho, um rezador que, ao finalizar o terço, escondia-se atrás da coluna da igreja e condenava em alto e bom som:

– *Prende um cabo e prende um Cristo!*

Ao que o povo, sem piedade, justificava dizendo:

– *Amém.*

Depois de muita procura, encontrei esta frase em latim, que justificava esta cruel sentença: *Pereundem corbo perendem Christi. Amém!*

Após esta reza, íamos dançar na vendinha do Seu Maurício, ao som da sanfona, onde ele executava a sua música em duas partes, a qual Helena colocou logo uns versos dedicados a ele e à sua mulher, mas as palavras eram trocadas por: hum... hum... hum...

O original seria muito ofensivo:

Viva seu Maurício

Cabeça pelada

Vive Siá Virgínia

Com a casa enrugada!

Houve até, em pleno mês de junho, um desfile do cordão dos Coxiponés. Meu

pai, de um lençol improvisou a bandeira do clube e, apesar de unido na folia, a política acirrada perdurou, pois uma fila era dos Dorileos, a outra era dos Pinheiros. Interessante: eles se esbarravam, mas não se misturavam.

Produção Literária

Colaborou junto aos Periódicos: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Pindorama, Mato Grosso, A Cruz, O Correio da Semana, O Estado de Mato Grosso.*

Publicações:

Bibliografia Matogrossense. Cuiabá, Escolas Profissionais Salesianas, 1944.
(Obra em parceria com José Barnabé de Mesquita)

Figuras e Coisas de nossa Terra. Cuiabá, s.ed., 1959. 2 vol.

A flora em Mato Grosso – RIHGMT, 1905

A fauna dos rios de Mato Grosso – RIHGMT, 1905

A Cavalhada – RIHGMT, 1906

Pe. Manuel Gomes de Oliveira – RIHGMT, 1911

Apontamentos Históricos dos Hospitais de São João dos Lázaros e da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá – RIHGMT, 1924

Herói no Sofrimento – RIHGMT, 1933

O elemento português na Capitania de Mato Grosso – RIHGMT, 1934

A Retirada da Laguna – RIHGMT, 1936-37

Discurso no Túmulo dos Republicanos Heróicos – RIHGMT, 1939

Hospital dos Lázaros de Cuiabá – RIHGMT, 1939

Discurso – RIHGMT, 1940

A Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá – RIHGMT, 1945-48

Museu do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – RIHGMT, 1949-52

As Luminárias – RIHGMT, 1945-46



LUIZ DE ALBUQUERQUE DE MELLO PEREIRA E CÁCERES

Natalino Ferreira Mendes

Nasceu Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres em Ladário, distrito de Viseu (Portugal), a 21 de outubro de 1739.

Sendo o Pe. J. C. Freitas Barros¹:

Foram seus pais o Comendador Francisco de Albuquerque de Castro, fidalgo da Casa Real, Senhor dos Morgados de Casal Vasco, dos Melos de Lousã, da Ínsua e de Espichel, Coronel de Infantaria e Mestre de Campo, e de Dona Isabel Maria de Melo de Albuquerque Pereira e Cáceres. Nos seus costados, tanto paterno como materno, corre sangue da famílias distintas portuguesas, quer nas letras, quer nas armas. Pela sua linha paterna descende de soldados afamados, entre os quais, o valente Tenente General da Cavalaria Francisco de Albuquerque de Castro, seu bisavô, o mais garboso cavaleiro do seu tempo, que fizera parte da Casa Militar de El-Rei D. Pedro II; e pelo costado materno, anima-o o espírito de homens intelectuais, entre outros, o Ministro Plenipotenciário Aires de Sá e Melo, o Reverendíssimo Monsenhor Dom Prior-Mor de Avis e Frei Lourenço, Esmoler-Mor da Corte, seus tios.

¹ — BARROS, J. C. Freitas. *Um quadro e uma figura (O Mato Grosso e Luiz de Albuquerque)*. Exerto de uma conferência que devia ser proferida em São Luiz de Cáceres (Brasil) pelo autor. Lisboa, 1952, p. 8.

Depois de Ter feito estudos, em Coimbra, em casa dos avós maternos e na Universidade, principalmente de português, latim, francês e inglês, de geografia, história, ciências, matemática e desenho, já Fidalgo da Casa Real, incorporou-se como Cadete no Regimento de Cavalaria da Beira, sendo pouco depois promovido a Alferes e nomeado do Comandante e Instrutor de soldados do mesmo Regimento.

Em 1772, combateu rijamente contra os soldados castelhanos em Almeida e no Alentejo. Terminada a guerra, em que se desempenhou cabal diligentemente das ordens recebidas, acompanhou o seu Regimento a Almeida, sendo promovido a Capitão, por distinção, e investido no cargo de Ajudante de Ordens do Marechal Mac-Lean, Governador da Praça de Almeida. Neste posto foi o braço direito do Marechal. Ali o foi encontrar a ordem que o nomeou Governador e Capitão-General de Mato Grosso e Cuiabá, e Conselheiro de Sua Majestade, em 3 de julho de 1771, para onde partiu três meses depois.

A posse de Albuquerque no Governo da Capitania de Mato Grosso se deu no dia 13 de dezembro de 1772.

Sua preocupação à frente da administração da novel Capitania, segundo o escritor Gilberto Freyre², foi firmar o domínio português na região, mormente a do Guaporé, rio que ligava Mato Grosso com Belém. *Era natural, explica o notável sociólogo, que desenvolvesse, com esse objetivo, uma atividade que hoje podemos chamar Lawrenciana. Aos cuidados militares juntava astúcias secretas de diplomata ou de político e a esses cuidados e a essas astúcias, preocupações e saberes de cientistas.*

Aos dados que possuía sobre a nova terra, pois, conforme Gilberto Freyre: *[...]era do seu feitio de homem de formação e de ânimo científicos informar-se com exatidão acerca de terras e de homens com quem devesse lidar[...]*³, juntou tantos outros através dos levantamentos que fazia pessoalmente e por meio da sua equipe de técnicos.

Tinha, assim, o quadro geral da Capitania e administrava sobre as cartas geográficas, com dados concretos. Aliava a administração à ciência, elaborando planos de governo, sistema de defesa e ao mesmo tempo de conquista de posições estratégicas para melhor garantia da fronteira.

Os primeiros atos governativos de Albuquerque, segundo o Pe. J. C. Freitas Barros⁴, foram: organização do censo populacional, medidas higiênicas; leis a bem da

² – FREYRE, Gilberto. *Contribuição para uma sociologia da biografia (O exemplo de Luiz de Albuquerque, governador de Mato Grosso no fim do século XVIII)*. p. 139

³ – *Ibidem*. p. 115.

ordem pública; criação do Tribunal de Justiça; disposições relativas ao fomento agrícola e comercial; reparação de estradas e caminhos e proteção aos viajantes, quer de terra quer dos rios.

Em 1773, faz a primeira viagem fluvial ao norte do Guaporé, do Mamoré e do Madeira, e escolhe o lugar para fundação do forte que se chamaria do Príncipe da Beira.

Em 1774, funda Viseu, a meio caminho entre Vila Bela e o Forte Príncipe da Beira e, segundo Gilberto Freyre, mandou por a limpo uma exata carta ou mapa hidrográfico no rio Guaporé, elaborado por Albuquerque com a finalidade de contribuir para esclarecimento das questões de limites entre as duas nações ibéricas.⁵

Em 1775, manda ocupar militarmente o Fecho dos Morros, dando ensejo à fundação do presídio de Nova Coimbra.

Em 1776, dá início à construção do Forte do Príncipe da Beira, *formidável baluarte, o maior jamais erguido em nossas fronteiras*, no dizer do General Raul Silveira de Mello.⁶

Em 21 de setembro de 1778, funda a povoação de Albuquerque, hoje Corumbá, no ponto mais avançado no território de Mato Grosso.

A 6 de outubro do mesmo ano, faz fundar Vila Maria, depois chamada São Luiz de Cáceres e, finalmente, Cáceres.

Em 1780, funda Casal Vasco e ocupa a região vizinha. No mesmo ano, recebe a notificação de que iam ser feitas em Mato Grosso as delimitações para cumprimento do tratado de 1777, e a participação de que fora ele, Albuquerque, nomeado encarregado do serviço, do lado português. No ano seguinte, 1781, realiza-se a fundação de Poconé.

Dezessete anos governou Albuquerque a Capitania de Mato Grosso, fundando povoações, construindo fortificações, fazendo levantamentos de rios. Elaborou cartas hidrográficas, diretrizes de navegação fluvial, fazendo do rio Paraguai, em Vila Maria (Cáceres), a porta de navegação para São Paulo. Urbanizou Vila Bela e levantou edifícios grandiosos. Abriu estradas e iniciou indústrias; pacificou indígenas, viajou pelas regiões mais difíceis da Capitania.

Foi, como escreveu Gilberto Freyre,⁷ [...] *um bota-de-sete-léguas. É provável que tenha sido, de todos os governadores portugueses no Brasil-colônia, o que mais caminhou, o que percorreu maior número de léguas, o que mais se moveu no interesse da administração e da política que soube orientar com uma rara combinação de arrojo e de prudência.*

⁴ - BARROS, J. C. Freitas. Op. cit. p. 10.

⁵ - FREYRE, Gilberto. Op. cit. p. 148.

⁶ - MELLO, Raul Silveira de. *Para além dos bandeirantes*. p. 16.

⁷ - FREYRE, Gilberto. Op. cit. p. 159.

Em outubro de 1789, Albuquerque deixa o governo de Mato Grosso. A 1º de junho de 1790, regressa à Europa.

Na velha pátria, [...] para aproveitamento dos seus méritos e conhecimentos, foi nomeado Conselheiro de Capa e Espada do Conselho Ultramarino (em cujo cargo continuou a servir a Capitania de Mato Grosso, onde em cada um dos seus habitantes deixara um amigo) e Cavaleiro da Ordem da Milícia de Nosso Senhor Jesus Cristo e Comendador de S. Martinho de Chans.⁸

Faleceu a 7 de julho de 1797, deixando garantido para o Brasil, [...] já, então, quase nacional, a que serviu, um futuro de fronteiras intocáveis na imensa parte do território brasileiro vizinha da América espanhola.⁹

O historiador Virgílio Corrêa Filho, em artigo publicado na *Revista Brasileira de Geografia*, p. 93/94, faz o elogio a Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres como um dos Vultos da Geografia do Brasil, posição que alcançou, esclareceu Corrêa Filho, não tanto como Administrador da Capitania, mas pela sua contribuição para o progresso dos estudos geográficos em nosso País.

Volvido um século de transformações políticas – diz ainda o emérito historiador mato-grossense no final do mesmo artigo – na vizinhança e no mundo inteiro, o traçado que ideou, acorde com os ensinamentos da geografia, foi homologado, com ligeiras alterações, pelos plenipotenciários confinantes, que fixaram os limites entre seus países e o Brasil, nas paragens mato-grossenses, a cujo engrandecimento Luiz de Albuquerque se devotou, em longo período governativo. A posteridade aprovou-lhe neste lance, as concepções, como também lhe enalteceu as demais contribuições para o adiantamento dos estudos geográficos.

Houve-se bem o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso ao incluir na Galeria de seus Patronos a figura inconfundível de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, que tão relevantes serviços prestou a Mato Grosso e ao Brasil, não só nas esferas administrativa e política, mas também pela sua contribuição aos estudos geográficos da nossa terra.

⁸ – BARROS, J. C. Freitas. Op. cit. p. 20.

⁹ – FREYRE, Gilberto. Op. cit. p. 160.

JOSÉ BARBOSA DE SÁ

Paulo Pitaluga Costa e Silva

APRESENTAÇÃO

Sem dúvida José Barbosa de Sá foi o primeiro cronista que relatou, de uma forma muito simples e singela, ainda no século XVIII, a história mato-grossense como um todo. Graças aos trabalhos de sua lavra é que hoje temos bem definida e bem contada uma história regional de Cuiabá e de Mato Grosso, desde os princípios de sua ocupação pioneira, com precisos, abundantes e fidedignos dados. A contemporaneidade de Barbosa de Sá com os primeiros acontecimentos mato-grossenses por ele relatados, dá crédito e indica certamente fidelidade e correção histórica de toda a narrativa apresentada pelo cronista.

Realmente muita coisa ele salvou do ostracismo. Não só fatos, nomes, personagens, datas e acontecimentos importantes, mas a ordenação cronológica de toda essa miscelânea de informações, definiu de modo geral e sintético, a história de Mato Grosso, desde a sua descoberta pelos bandeirantes paulistas até meados do século XVIII. Tal seja, ele se ateu ao período inicial, hoje muito mal documentado, da história mato-grossense.

Graças aos seus trabalhos, à sua preocupação histórica com o passado da terra cuiabana que ele adotou como sua, temos hoje, por exemplo, o texto integral e completo da Ata de Fundação de Cuiabá, lavrada a 8 de abril de 1719. Se é que essa ata realmente foi redigida na data que aponta¹, está claro que ele deve ter visto, manuseado, analisado e copiado o original desse importante documento histórico para os anais dessa cidade, assinado pelos bandeirantes que participaram do ato solene da fundação. Como o provável original ou alguma cópia da época desse documento já não mais existe, hoje Cuiabá só tem notícia de sua precisa fundação, graças ao zelo e à preocupação histórica do cronista.

A rigor Barbosa de Sá deve ter tido acesso a inúmeros outros documentos assinados por Pascoal Moreira Cabral, Fernando Dias Falcão, os irmãos Leme, os Antunes Maciel, outros bandeirantes pioneiros e pelos primeiros administradores coloniais do então arraial e depois Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, e que deixaram os seus respectivos nomes indelevelmente registrados na história cuiabana do século XVIII. O arquivo do guarda-mór e das demais autoridades, com os originais de cartas, ofícios e outros documentos recebidos de São Paulo e da Corte em Lisboa; o livros registro da correspondência recebida e remetida; os livros tombo do Senado

¹- SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Ata de Fundação de Cuiabá - Uma Análise Crítica*. Cuiabá: IHGMT, 1996.

da Câmara, Ouvidoria Provedoria da Fazenda e demais repartições coloniais, nada deve ter escapado à sua observação atenta. O seu nível cultural, certamente elevado para a época, o fez compreender a importância capital de toda essa documentação, a que teve acesso ainda em meados do século XVIII, e o inspirou a transformá-la em preciso relato cronológico das memórias cuiabanas.

Dessa forma, não fosse a sua preocupação com a pesquisa, sua veia inata de historiador procurando registrar as coisas do passado para o conhecimento das gerações futuras, muitas informações importantes por ele transmitidas, teriam fatalmente se perdido na poeira dos séculos². E muitas dessas informações que ele nos legou, foram dados que nenhum outro cronista, historiador ou viajante dos séculos subsequentes, jamais mencionou em seus respectivos trabalhos.

João Antonio Cabral Camelo³, Gervásio Leite Rabelo e D. Antonio Rolim de Moura efetuaram meros relatos de suas viagens para as minas cuiabanas; Joaquim da Costa Siqueira, simplesmente copiou o escrito por Barbosa de Sá até 1775 para compor os Anais do Senado da Câmara de Cuiabá; O Juiz de Fora Diogo de Toledo Lara Ordonhez, sem dúvida o mais erudito personagem em Cuiabá no século XVIII, anotou e corrigiu algumas falhas observadas, às margens desses Anais do Senado da Câmara de Cuiabá; Alexandre Rodrigues Ferreira escreveu quase que tão somente acerca das ciências naturais, não se atendo aos fatos históricos do passado mato-grossense; Antonio Pires da Silva Pontes, Francisco José de Lacerda e Almeida e Ricardo Franco de Almeida Serra, astrônomo, geógrafo e engenheiro, ativeram-se em seus trabalhos, às suas viagens, demarcações de fronteiras e observações astronômicas; Felipe José Nogueira Coelho, ensaiou mais nos aspectos fazendários da Capitania de Mato Grosso. Há que se perceber que esses homens, que tanto contribuíram para o conhecimento fático de Mato Grosso, poucas pesquisas em arquivos eles realizaram com o objetivo precípuo de contar uma história de Mato Grosso; nenhum contestou o alegado por Barbosa de Sá; nenhum relatou acontecimentos importantes nos moldes do primeiro cronista; nenhum inovou com relação aos primeiros fatos mato-grossenses; nenhum teve a sua importância e o seu destaque dentro da nossa historiografia regional.

² - A rigor os arquivos completos da Câmara de Cuiabá só foram perdidos em 1911, em incêndio ocorrido em seu edifício na praça Alencastro, ardendo na chama do descaso das autoridades, importante e preciosa documentação colonial e imperial. Salvaram-se apenas os Anais do Senado da Câmara do Cuiabá, que haviam sido retirados da Câmara pelo historiador Estêvão de Mendonça, para pesquisa e estudo. Esse golpe de sorte, fruto da curiosidade histórica de Estêvão de Mendonça, salvou esse precioso manuscrito do incêndio.

³ - Os autores mencionados nesse parágrafo, têm as suas obras devidamente anotadas no livro de SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Estudo Bibliográfico da História, Geografia e Etnologia de Mato Grosso*. Cuiabá: CCS, 1992

Daí poder-se afirmar que a história de Mato Grosso, como um conjunto homogêneo de fatos, datas e personagens, em seu todo seqüencial e cronológico, foi realmente esboçada, organizada e relatada por esse cronista pioneiro. Somente a ele esse mérito.

O HOMEM

Muito pouco se sabe da vida de José Barbosa de Sá. Nenhum historiador realmente aprofundou-se em pesquisas acerca de sua vida e sua obra. A não ser José Barnabé de Mesquita, com um espírito de investigação mais acurado, com a sua paciência de magistrado e, provavelmente, de nossos pesquisadores o maior freqüentador de arquivos e cartórios, conseguiu realmente produzir algo de mais concreto em torno de Barbosa de Sá. Conjeturando em pequeno artigo de duas páginas publicado no seio de seu trabalho *Gente e Coisas de Antanho*⁴, discorreu sobre a vida desse cronista setecentista. Pelos demais historiadores só foi ligeiramente citado, e assim mesmo, como ponto de menção à autoria de sua obra pioneira. Basearam-se em suas precisas crônicas, mas esqueceram-se de discorrer sobre a sua vida.

Robert Southey, em sua *História do Brasil*⁵, foi realmente quem mais citou José Barbosa de Sá, ao relatar a expedição de 1743 pelo rio Guaporé abaixo até a província de Moxos, então terras pertencentes ao reino de Espanha. Southey, com essa abordagem em seu livro escrito em inglês e publicado em Londres em 1822, apesar de nunca ter estado no Brasil e somente ter realizado pesquisas em Portugal, longe dos fatos e dos arquivos brasileiros, realizou um dos mais brilhantes estudos acerca de nossa história. É o seu livro muito importante para a história regional mato-grossense, pelas precisas e seguras colocações que faz dos acontecimentos ocorridos no Mato Grosso setecentista.

Jaime Cortesão, em sua imensa obra *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, Parte I - Tomo II, pg. 160, falando das explorações portuguesas pelo rio Guaporé, nos cita também Barbosa de Sá, mas de uma forma nada lisonjeira. Nos analisa que o cronista, na descrição de sua viagem [...] *atribuiu-se um papel singular que não teve [...] e exagerou notavelmente o âmbito e o caráter de sua exploração [...]*⁶.

⁴ - MESQUITA, José Barnabé de. *Joseph Barbosa de Sá*. In: *Gente e Coisas de Antanho*. Cuiabá: Prefeitura Municipal, 1978, p.140/141- (Cadernos Cuiabanos, 4)

⁵ - SOUTHEY, Robert. *History of Brazil*. Londres: Longman & Brown, 1822, (a 1ª e única edição em inglês); SOUTHEY, Robert. *Historia do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1862, 6 v. (a 1ª edição em português). Em 1977, a editora Melhoramentos publicou o livro em questão, em edição de 3 volumes.

⁶ - CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri - 1735-1753*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950/2, 9 v.

E nenhum outro historiador de peso, no cenário nacional, ocupou-se de José Barbosa de Sá.

Mesmo em Mato Grosso, tão pouca importância foi dada à sua memória, que o emérito historiador Rubens de Mendonça nem ao menos lhe abriu título nas duas edições de seu livro *Dicionário Biográfico Mato-grossense*⁷. Assim, por falta de pesquisa e interesse histórico maior, a sua vida permaneceu no esquecimento e hoje, passados mais de dois séculos, torna-se realmente muito difícil precisá-la.

Não se sabe ao menos se Barbosa de Sá era português ou brasileiro; como e porque veio parar em Mato Grosso; em que data aqui chegou; se casou-se nesta terra ou aqui já chegou casado; se era de fato bacharel em direito ou simples rábula provisionado.

Nossos historiadores não se aprofundaram realmente nessas questões. Ou por falta de interesse ou por dificuldade na pesquisa. Infelizmente, por isso, José Barbosa de Sá não teve um destaque maior perante a historiografia mato-grossense.

José Honório Rodrigues, em seu monumental trabalho *História da História do Brasil*⁸, ao mencionar os escritos de José Barbosa de Sá, em especial o seu inédito *Diálogos Geográficos* [...]⁹, nos diz que: *Pela dedicatória parece ser realmente brasileiro filho mínimo*. Realmente na referida dedicatória, o cronista, textualmente nos menciona: [...] *a mais incógnita região da América, obsequiosa oferece por um mínimo filho, essas notícias suas; [...]*. Declarando-se expressamente americano, obviamente se infere ser Barbosa de Sá brasileiro, como obviamente concluiu José Honório.

Conjecturas existem e muitas, mas documentação comprobatória que possa responder à essas indagações todas, quase não as há. Sabe-se dele mais pelo pouco que ele mesmo escreveu de si, do que obtido em pesquisas isoladas pelos arquivos e bibliotecas nacionais e estrangeiras, além dos dados extraídos dos autos do inventário de Barbosa de Sá, encontrados por volta de 1924 por José Barnabé de Mesquita em cartório de Cuiabá¹⁰.

⁷ - MENDONÇA, Rubens de. *Dicionário Biográfico Mato-grossense*. São Paulo: Mercúrio, 1953.

⁸ - RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979, p.195

⁹ - O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, recebeu da Biblioteca Pública Municipal da cidade do Porto, Portugal, microfilme do manuscrito original do trabalho de José Barbosa de Sá *Diálogos geográficos, cronológicos, políticos e naturais*, pertencentes ao acervo dessa biblioteca, e que se encontram dentre a documentação particular de Luís Pinto de Souza Coutinho, Capitão General de Mato Grosso.

¹⁰ - **Descrição dos bens do Licenciado José Barbosa de Sá transcrita fielmente do Inventário procedido perante o Juiz de Órfãos de Cuiabá, no ano de 1776.** *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá: tomo XVII-XVIII, 1927, p. 45/47, anotado por José de Mesquita. Há que se ressaltar que os originais desse inventário não se encontram no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, tendo provavelmente desaparecido de cartório onde Mesquita o consultou por volta de 1924.

No Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, não se encontra qualquer petição, requerimento, ou algum documento em que nos mostre a sua assinatura. Talvez sua assinatura se encontre nos manuscritos dos *Diálogos Geográficos* ... encontrados no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no arquivo da Biblioteca Pública Municipal da cidade do Porto. Um dos dois seguramente é o manuscrito original.

O LICENCIADO

Mesquita o dá como bacharel em direito, formado provavelmente pela Universidade de Coimbra. Os professores Carlos e Neuza Rosa nos mencionam em seu trabalho *Do indivíduo ao Grupo - Para uma História do Livro em Cuiabá*¹¹, que não encontraram o seu nome entre os formados em direito por aquela antiga Universidade.

Mas na época era tido e chamado de licenciado. Isso quer dizer que tinha as licenças necessárias para exercer a advocacia. Mas quais as diferenças entre o letrado, o bacharel em Direito, o rábula licenciado? Em se pesquisando as Ordenações Filipinas, código das Leis portuguesas em vigor no século XVIII, nos é definida perfeitamente a situação dos bacharéis e dos licenciados. Senão vejamos.

TÍTULO XLVIII

Mandamos que todos os Letrados que houverem de advogar e procurar em nossos Reinos, tenham oito anos de estudo cursados na Universidade de Coimbra em Direito Canônico, ou Civil, ou em ambos [...]

E os que forem graduados por exame e tiverem tempo de oito anos, poderão procurar nas correições, cidades, vilas e lugares de nossos Reinos e Senhorios, sem para isso terem necessidade de licenças, mostrando aos Julgadores as Cartas de seus graus e certidão autêntica dos cursos. Porém, nas correições e alçadas que mandarmos pelo Reino [...] não poderão procurar sem Licença.

*[...]E os que não forem graduados e houverem de procurar nas correições, cidades, vilas e lugares de nossos Reinos, serão examinados pelos Desembargadores do Paço. E sendo para isso aptos, lhe passarão suas cartas de licenças [...].*¹²

¹¹ - ROSA, Carlos e ROSA, Neuza. *Do Indivíduo ao Grupo - Para uma história do Livro em Cuiabá*. - Cuiabá: Correo da Imprensa, 1975

¹² - *Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recopiladas por mandado D'El Rey Dom Philippe I.* 14ª. edição, Rio de Janeiro: Tip. do Instituto Philomático, 1870p.85/7

Para melhor ilustrar temos o Alvará de 24 de julho de 1713, declarando que *fora da Corte pode ser advogado qualquer pessoa idônea, ainda que não seja formada, tirando Provisão*.¹³

Disso, podemos concluir que, ao bacharel em direito, ao letrado formado em Coimbra, não havia a necessidade de se tirar a Carta de Licença para advogar, nas cidades, vilas e arraiais do Reino, bastando apresentar o seu diploma de grau. Nas Cortes Superiores de Lisboa, havia a necessidade dessa licença mesmo para aos bacharéis. Mas em Cuiabá, simples vila, para um bacharel iniciar a advocacia bastava a apresentação do seu diploma que, dessa forma, estaria automaticamente credenciado para exercer a sua função.

Nos casos dos que não eram bacharéis formados em Coimbra, sendo pessoas idôneas e que quisessem advogar nas cidades, vilas e arraiais, necessitariam o exame perante autoridades judiciais, e em sendo considerados aptos, lhe seriam passadas as licenças através Provisão. Em Cuiabá, os que não fossem bacharéis tinham que se submeter ao exame. Somente em setembro de 1729, o Capitão General de São Paulo, por Provisão, licenciou 3 indivíduos a advogarem junto aos auditórios da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Eram os licenciados Fernando de Souza da Silveira, Antonio Furtado de Vasconcellos e Antonio Barros Pereira. Como não eram bacharéis, não eram letrados, necessitaram das Cartas de Licenças para advogar na vila cuiabana.

Corroborando com essa assertiva, temos o mencionado por Cândido Mendes de Almeida em seus comentários às Ordenações Filipinas:

*A licença para advogar era concedida ao advogado não formado em Direito, leigo, ou formado em Universidades estrangeiras [...]*¹⁴.

Assim, no entender de Cândido Mendes, licenciado não era bacharel.

Isto posto, está claro que José Barbosa de Sá não era bacharel, vez que ele possuía as licenças necessárias para advogar. Se fosse letrado, formado em Coimbra, bastava tão somente a apresentação de seu diploma, e não havia a necessidade da Carta de Licença. Assim, a dedução é óbvia, amparada pelo disposto nas Ordenações do Reino.

Portanto, face ao seu chamamento de licenciado, conclui-se que José Barbosa de Sá nunca tenha sido mesmo bacharel em direito.

EM CUIABÁ

Possivelmente deva ter chegado em Cuiabá em meados do século XVIII. O próprio cronista, segundo mencionado por Virgílio Corrêa Filho em sua *História de*

¹³ - idem, página 87, nota de rodapé n. 1, *caput*.

¹⁴ - idem, página 87, nota de rodapé n. 1, *in fine*.

Mato Grosso¹⁵, pg. 285, citando como fonte os *Diálogos Geográficos...*, nos diz que: [...] *em viagem que fiz no ano de 1723 dos Goitacases aqueles sertões* [...]. Isso não significa em absoluto que ele tenha chegado em Cuiabá nesse mencionado ano de 1723, pois não menciona expressamente quais eram esses sertões. Além do mais, o termo por ele usado [...] *aqueles sertões* [...], significa que Barbosa de Sá, escrevendo daqui de Cuiabá em 1769, refere-se obviamente a outros sertões que não essa vila, senão certamente diria “**a estes sertões**”. Assim, apreende-se do texto que, os sertões mencionados por ele, não eram os de Cuiabá, e portanto, em data de 1723 ou pouco depois, o cronista não estava morando nessa Vila.

Felipe José Nogueira Coelho, em suas *Memórias Cronológicas da Capitania de Mato Grosso*,¹⁶ nos diz: [...] *Os annaes de José Barbosa de Sá, que foi advogado na villa do Cuyabá, em que residiu quase desde a fundação della* [...], sem contudo precisar a data em que chegou a Mato Grosso.

Outrossim o próprio Barbosa de Sá, em sua obra cronológica, relatando os acontecimentos ocorridos em Cuiabá no ano de 1728, referente à uma custódia de prata na Matriz, que inexplicavelmente se mexia sozinha, nos diz textualmente: [...] *eu com meus olhos a vi e achei-a direita sem propensão alguma* [...]. Com isso conclui-se que, em 1728, ele realmente estaria em Cuiabá e naquele momento do episódio mencionado, ele teria examinado a tal custódia. Por outro lado pode-se inferir também que, em se analisando mais cuidadosamente o parágrafo inteiro onde assim escreve, Barbosa de Sá poderia ter examinado a peça bem como a banqueta em que se apoiava, anos após o fato que expressamente menciona. Assim, sua afirmação com relação à sua presença na matriz, para exame do ocorrido, é bastante dúbia, não se podendo afirmar com certeza se Barbosa de Sá estava ou não em Cuiabá no ano de 1728.

Pelo fato do Capitão General de São Paulo, Antonio Caldeira Pimentel, em 24 e 25 setembro de 1729, através Provisões de sua lavra, ter provisionado 3 licenciados que já vinham desde o ano anterior atuando nos auditórios da Vila de Cuiabá, subentende-se que Barbosa de Sá, nesse ano, não estaria ainda em Cuiabá, senão haveria de ter sido licenciado juntamente com seus três colegas de profissão. Isso era de se esperar, considerando que os três licenciados, mencionados na Provisão, eram as únicas pessoas que exerciam a advocacia naquele ano em Cuiabá.

Há que se ressaltar que, como em 1743 ele foi escolhido pelo Juiz Ordinário Antonio Ferreira, a mando do Ouvidor João Gonçalves Pereira, para fazer parte de uma expedição sigilosa que desceu o rio Guaporé até a Província de Moxos, o que se

¹⁵ - CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL, 1969

¹⁶ - COELHO, Felipe José Nogueira. *Memórias Cronológicas da Capitania de Mato Grosso, principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendência do Ouro*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: tomo 13, 1850

pode inferir é que, à essa época, o cronista já deveria estar morando em Cuiabá ou nas Minas do Mato Grosso.

Jaime Cortesão em sua obra já citada *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri* enfatiza sobremaneira o caráter sigiloso e confidencial dessa expedição. Assim sendo, é óbvio que o Juiz Ordinário e o Ouvidor escolhessem como membros da expedição somente pessoas que já conhecessem e fossem de sua mais absoluta confiança. Barbosa de Sá, para ter sido escolhido como um dos membros da mesma, deveria gozar da mais completa confiança de ambas as autoridades, e para tanto, para ter conhecido aos dois e ter tido tempo para fazer amizade e obter confiança, o cronista já deveria estar por Mato Grosso algum tempo antes dessa escolha. Assim, ao menos pelos idos de 1740, José Barbosa de Sá já deveria estar por Cuiabá ou no arraial de São Francisco Xavier nas Minas do Mato Grosso.

Mas sendo de todo impossível verificar a data exata da chegada de Barbosa de Sá em Mato Grosso, só se pode mesmo inferir e conjeturar alguma coisa a respeito do tema, a não ser que se encontre documento comprobatório a respeito. Dessa forma, de concreto, apesar da dúvida a respeito de sua própria menção ao ano de 1728, quando examinou a custódia na Matriz cuiabana, e do fato de não ter sido licenciado em 1729 com outros 3 cidadãos, apenas podemos afirmar que o cronista deva ter chegado a Cuiabá em algum ano entre 1724 e 1742.

A CULTURA

Sem dúvida, era homem de certa cultura o licenciado Barbosa de Sá. Apesar de seu estilo meio arrevesado, freqüentemente pecando pela falta de pontuação, o que provoca até mesmo a não compreensão de alguma frase, os seus relatos escritos há mais de dois séculos, e em obediência ao estilo próprio da época e sem preocupações maiores com o primor literário e a qualidade estilística, o identificam e o demonstram um homem voltado para as pesquisas e os livros. Era notadamente alinhado com atividades culturais e preocupado com o registro histórico.

Conhecia o latim, e isso nos foi claramente apresentado na última frase de uma das suas obras, a *Relação das povoações: Futura celari homines Deus voluit, ut timenti sperare liceat*.¹⁷

Nos "*Diálogos geográficos...*", também faz várias e extensas citações nessa língua, transcrevendo até mesmo versos latinos.

¹⁷ - SÁ, José Barbosa de. *Relação das Povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os tempos presentes*. Cuiabá: UFMT, 1975, p.55

Todavia, isso é apenas um mero indício. Deve ter estudado esse latim nos liceus portugueses ou brasileiros, pois era obrigatório, à época, o estudo e o aprimoramento dessa língua, não só nos seminários, mas também nas escolas secundárias e nas universidades.

Há que se salientar que, em sua biblioteca particular encontravam-se vários livros em latim, dentre os quais, uma *Bíblia Sagrada*, as *Institutas* de Justiniano, obra jurídica, e uma tal *Duas Oras Latinas*, livro de orações. Por mais comum que fosse o estudo dessa língua nos cursos secundários da época, o fato de se ter uma biblioteca com inúmeros livros em latim, faz induzir que o seu conhecimento nesse idioma era bastante profundo, fruto de estudos mais apurados obtidos certamente, não em só em liceus, mas em universidade ou seminário religioso. Há a hipótese de ter iniciado o seu curso jurídico e não ter conseguido terminá-lo.

Pelo simples fato de ser um licenciado, importa em tê-lo como homem de letras, de cultura elevada, dedicado aos livros e às coisas intelectuais. Um profissional das leis, dos cartórios, dos códigos, da proximidade diária com as coisas da justiça e das tratativas com os juizes e procuradores, realmente deve ter tido uma dedicação profunda com os estudos, com muita atenção aos livros de Direito Canônico, às Ordenações Filipinas e às chamadas Leis Extravagantes. Realmente, mesmo um simples licenciado que fosse, tinha necessariamente que ter uma cultura jurídica razoável, e ainda, um bom latim.

OS ESCRITOS

Deixou reconhecidamente de sua lavra pelo menos dois trabalhos da maior importância histórica, ambos escritos em Cuiabá.

O primeiro trabalho nos legado pelo cronista setecentista foi: *Diálogos geográficos, cronológicos, políticos e naturais, escritos por José Barbosa de Sá nesta Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá em 1769*. Tal trabalho, por descaso de historiadores, de instituições culturais e de administrações públicas, nunca chegou a ser publicado, encontrando-se cópia dos referidos manuscritos, arquivados na biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tal manuscrito é mencionado por José Honório Rodrigues como sendo cópia de um original que se encontra na Biblioteca Municipal do Porto, em Portugal. Ramiz Galvão, em seu *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, publicado pelos Anais da Biblioteca Nacional, volume 9, de 1881/1882, relacionou esse trabalho de José Barbosa de Sá sob n.º 11.295, ora arquivado no Instituto Histórico Brasileiro, mencionando-o como sendo uma cópia moderna. O trabalho é totalmente desconhecido em seu conteúdo, face a sua não publicação e a extrema dificuldade em se conseguir cópia do manuscrito junto ao referido Instituto Histórico. Ao que se sabe, somente Virgílio Corrêa Filho teve acesso a esse manuscrito

para estudos e pesquisas. Somente com o recebimento de microfilme pelo Instituto Histórico de Mato Grosso, enviado pela Biblioteca do Porto, é que estudos e análises mais profundas poderão ser feitas ao texto setecentista de Barbosa de Sá. E o importante, no caso, é ser esse o documento original elaborado pelo cronista.

A segunda obra de José Barbosa de Sá é a conhecida *Relaçam das povoaçoens do Cuyabá e Matto Grosso de seos princípios thé os prezentes tempos*, trabalho esse terminado em 18 de agosto de 1775, que se tornou a base inicial de toda a historiografia mato-grossense.

Ramiz Galvão, em seu *Catálogo...*, já atrás citado, sob título n.º 5.581, refere-se aos originais desse trabalho de Barbosa de Sá, sem mencioná-lo como autor do mesmo, como sendo *Relaçam do descobrimº das terras e princípio das Povaçoens de Cuyabá e Matto Grosso e do q. n'ellas acontecêo mais memorável athé os presentes tempos (1775)*. Menciona ainda Ramiz Galvão, tratar-se o referido manuscrito de uma cópia do fim do século XVIII ou começo do XIX, com 81 folhas, tamanho "in 4º", sendo expositora a senhora D. Antonia R. de Carvalho. O título mencionado pelo diligente e então diretor da Biblioteca Nacional, deve ter sido o original das crônicas cuiabanas, dado pelo próprio Barbosa de Sá. Se o referido manuscrito não é reconhecido como sendo original do autor, não nos transmitiu Ramiz Galvão os motivos que o levaram a considerá-lo meramente uma cópia antiga.

José Barbosa de Sá, para realizar essa obra, valeu-se de atas, registros, tombos, ofícios, cartas régia e outros documentos da administração, produzidos tanto em Cuiabá e São Paulo, como no Rio de Janeiro e Lisboa, encontrados por ele arquivados no Senado da Câmara de Cuiabá e outras repartições coloniais dessa vila. O cronista certamente deve ter-se valido ainda da tradição oral e testemunhos pessoais de alguns habitantes, vez que, ao término de sua obra ele estava há pouco mais de cinquenta anos da fundação do primeiro arraial cuiabano. Essa proximidade no tempo com o que relatou, dá uma real importância aos fatos que por ele nos foram transmitidos. É a tônica da fidelidade e da correção histórica inseridas em suas crônicas.

Anos mais tarde, o vereador Joaquim da Costa Siqueira, para elaborar a sua obra *Anais do Senado da Câmara de Cuiabá*, publicada com o nome de *Crônicas do Cuiabá* pelo historiador paulista Antonio de Toledo Piza¹⁸, simplesmente copiou, com algumas modestas e poucas modificações, o que já havia anteriormente sido escrito por Barbosa de Sá até o ano de 1775. Dessa data em diante, Costa Siqueira deu seqüência ao seu trabalho, já então com cronologia de sua própria autoria.

¹⁸ - SIQUEIRA, Joaquim da Costa. *Crônicas do Cuiabá*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo: v.4, 1898/9

Há ainda que se salientar que, possivelmente, José Barbosa de Sá possa ter escrito um terceiro trabalho, que na realidade, seria cronologicamente a primeira obra de sua autoria. De acordo com o padre Jean Baptiste Duroure, em seu trabalho *Bibliografia Histórica dos Salesianos em Mato Grosso*¹⁹, o cronista teria elaborado um certo *Relatório sobre as Missões Espanholas no Vale do Guaporé - 1745*. De fato, Barbosa de Sá participou de uma já mencionada expedição a Moxos em 1743, realizada por determinação de Lisboa e mandada executar em Mato Grosso pelo Ouvidor José Gonçalves Pereira. Essa expedição desceu o rio Guaporé até algumas Missões Jesuíticas espanholas instaladas nessa província de Moxos, a fim de efetuar algumas observações estratégicas. Pode ser mesmo que, com a sua preocupação com o registro histórico, Barbosa de Sá houvesse elaborado o dito relatório mencionado pelo padre Duroure em sua bibliografia salesiana. Mas não há nada comprovado.

Pelo menos, em sua *Relação das povoações...*, o cronista ao relatar o ano de 1743 nos informa que [...] *tudo o mais que convinha, fez (ele, Barbosa de Sá) uma fiel relação que entregou ao Juiz, este remeteu ao Ouvidor e este a Sua Majestade*.²⁰

Todavia, em pesquisas bibliográficas que por anos efetuei acerca de temas e obras mato-grossenses, nunca encontrei nenhuma outra menção a esse trabalho de Barbosa de Sá. Pode ser que o padre Duroure tenha feito uma certa confusão, pois na realidade ele deve ter encontrado o trabalho denominado *Informação sobre as Missões dos Moxos, dos Jesuítas espanhóis, mandada tomar por ordem do Ouvidor João Gonçalves, entre os sertanistas ali idos - 20 de setembro de 1743*. Esse trabalho foi integralmente transcrito por Jaime Cortesão em sua obra monumental *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, tomo II, parte III, documento n.º IX, p.66. Essa dita informação foi o relatório oficial dos sertanistas que desceram o rio Guaporé em 1743 na expedição citada. Por mencionar em seu bojo o nome do expedicionário José Barbosa de Sá na terceira pessoa, depreende-se ter sido ele meramente um dos informantes, e não o real autor de tal documento. Pelo sistema de perguntas e respostas, o autor das perguntas deva ter sido o Ouvidor Gonçalves, vez que o próprio título nos explica: [...] *mandada tomar por ordem do Ouvidor* [...]. Assim, o Ouvidor ao receber ordens de Lisboa, determinou a organização da expedição e mandou tomar informações da região visitada pela mesma, organizando para isso o questionário que deveria ser respondido. Por outro lado, o elaborador das respostas deva ter sido o Juiz Ordinário Antonio Ferreira, que ia transcrevendo as várias informações que lhe passaram os sertanistas quando do retorno da viagem. Assim analisado, é muito pouco provável tivesse sido Barbosa de Sá o autor dessas ditas *Informações...*

¹⁹ - DUROURE, Jean Baptiste. *Bibliografia Histórica dos Salesianos em Mato Grosso*. In: Anais do 1º Simpósio Estadual de Pesquisa Histórica. Cuiabá: SEC, 1974

²⁰ - SÁ, José Barbosa de. op. cit.

Por outro lado, como o próprio Barbosa de Sá transcreveu em sua *Relação das povoações ...*, que havia realizado uma [...] *fiel relação* [...], que acabou por bater em mãos do rei de Portugal, pode ser que o padre Duroure tenha encontrado esse manuscrito em algum lugar, Torre do Tombo por exemplo, e anotado o seu título para a sua catalogação inserida na bibliografia salesiana. Hipótese, todavia, pouco provável, pois que, esse original, passados os anos, já deveria ter sido publicado, e quando nada, algum pesquisador dado notícias de seu aparecimento. Talvez com base nessa informação bibliográfica, o padre Duroure tenha dado crédito da obra a Barbosa de Sá.

Assim sendo, realmente possa ter havido uma confusão do padre Duroure, vez que a *Informação...* que mencionou, datada de 1745, deve ser as mesmas ditas *Informações...* de 1743, e este trabalho, positivamente, não é de autoria de José Barbosa de Sá.

O CRONISTA ATENTO

Todos os historiadores que se ativeram à fase inicial da história cuiabana e mato-grossense em geral, basearam-se exclusivamente, e até mesmo de uma forma muito dependente, no que nos foi legado pelo licenciado Barbosa de Sá. Ele foi o primeiro mestre, o grande orientador, o que primeiro traçou cronologicamente as diretrizes básicas e seqüenciais de nossa história regional. Nenhum de nossos historiadores, mesmo aqueles de um passado mais ou menos recente como Estêvão de Mendonça, Virgílio Corrêa Filho e ultimamente Rubens de Mendonça, nunca inovaram sobre os dados apresentados pelo primeiro cronista, nem jamais tiveram como contestá-lo. E isso ocorreu, primeiramente, porque lhes faltou documentação histórica precisa, vez que, nos séculos que se passaram, muita coisa se perdeu nos arquivos das várias administrações públicas que se sucederam. Principalmente a documentação histórica inicial, referente aos primeiros anos de Cuiabá e Mato Grosso, que deve estar nos arquivos portugueses, já que no Arquivo Público de Mato Grosso, pouquíssimos documentos existem com datas anteriores a 1748. Por outro lado, a proximidade de Barbosa de Sá no tempo, com os fatos por ele próprio relatados, dava legitimidade e autenticidade histórica aos seus escritos, além de um crédito incontestável e responsável.

Somente o contestou Diogo de Toledo Lara Ordonhez²¹, que em fins do século XVIII, às margens do livro original dos *Anais do Senado da Câmara do Cuiabá*²², na parte que Joaquim da Costa Siqueira copiou *ipsis litteris* Barbosa de

²¹ - SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Diogo de Toledo Lara Ordonhez - Salvamento de sua Memória e Obra*. Cuiabá: Policromos, 1990

²² - Os originais dos *Anais do Senado da Câmara* pertencentes ao acervo do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, estão há cerca de 28 anos sob custódia da Universidade Federal de Mato Grosso, mediante convênio, no Núcleo de Documentação e Informação de História Regional, NDIHR, para serem analisados, transcritos e publicados. Só que, após quase 3 décadas, nada foi feito pela UFMT.

Sá, anotou alguns poucos erros do cronista. Mas os documentos oficiais, na época de Ordonhez, ainda estavam bem guardados nos arquivos da administração colonial, e esse culto Juiz de Fora de Cuiabá, pode ainda consultá-los e compará-los com o relatado por Barbosa de Sá. Todavia, essas falhas apontadas por Ordonhez, não passam de meros descuidos históricos, que não podem em absolutos ser considerados erros crassos e flagrantes, prejudiciais à autenticidade e correção de nossa história mato-grossense. Em absoluto os erros cometidos por Barbosa de Sá e apontados por Ordonhez, interferem na análise, interpretação e entendimento dos princípios da história de Mato Grosso.

Felipe José Nogueira Coelho, em seu trabalho *Memórias Cronológicas da Capitania de Mato Grosso*²³, também fez alguns reparos, mas essencialmente em quantificações numéricas, como remessas e pesos de ouro e demais dados estatísticos da arrecadação tributária anotados pelo primeiro cronista.

Realmente, analisando com profundidade a sua *Relação...*, só encontramos um erro grave, quando Barbosa de Sá nos dá o ano de 1731 como a descoberta das Minas do Mato Grosso pelos irmãos sertanistas Paes de Barros, quando na realidade, sabe-se que tal fato ocorreu em 1734²⁴. De restante, meras distrações...

Aliás, Barbosa de Sá vangloriava-se de seus estudos e trabalhos, chegando mesmo a demonstrar um ponta de petulância e invulgar cabotinismo, quando textualmente no diz, mencionado por Virgílio Corrêa Filho em sua *História de Mato Grosso*, pg. 285, citando como fonte os *Diálogos Geográficos ...* : [...] *não careço de textos e autoridades para provar o que digo, que para autor, basto eu, e quem o duvidar, mostre o contrário, saia a campo que na palestra estou.*

E parece que, com a honrosa exceção de Diogo Ordonhez, ninguém jamais realmente o contestou, e o seu repto, este seu desafio lançado há mais de duzentos anos continua em pé e em pleno vigor.

FALECIMENTO E HERDEIROS

Barbosa de Sá faleceu em 30 de maio de 1776 em Cuiabá, deixando a mulher Joana Pires de Campos e dois filhos pequenos, José e Joaquim. Talvez pelo sobrenome famoso, a esposa pudesse ser cuiabana de nascimento e parente, se não descendente, do pioneiro das terras mato-grossenses, o bandeirante Antonio Pires de Campos.

Desaparecia com ele o cronista da nossa História primitiva, o narrador fiel e minucioso dos fatos iniciais da nossa vida político-administrativa, aquele a

²³ - Coelho, Felipe José Nogueira. op. cit.

²⁴ - Esse erro talvez possa ser considerado como uma prova de que Barbosa de Sá não estaria em Cuiabá por ocasião da descoberta das Minas do Mato Grosso. Se ele estivesse em Cuiabá em 1734, provavelmente o erro cometido na data não seria tão grande.

quem nós outros, mato-grossenses, bem como os gregos a Heródoto, poderíamos cognominar o Pai de nossa História.²⁵

José Barnabé de Mesquita em seu *Gente e Coisas de Antanho*²⁶ não nos menciona o destino da viúva e seus filhos, tão somente dizendo a respeito deles que, [...] o primeiro filho de Barbosa de Sá (José) morreu em 1815, deixando viuva e quatro filhos: Antonio, Ana, Joaquim e Francisco. Esse filho mais velho, José, nasceu por volta de 1769, pois por ocasião do falecimento de seu pai tinha 7 anos e meio, tendo se casado com certa Ana Maria Barbosa e morou por algum tempo rio Cuiabá acima. Continuando, Mesquita nos diz: [...] quanto ao outro, Joaquim, o encontramos em 1823 como testemunha numa justificação, figurando com 47 anos [...].

Em pesquisa cartorial, encontrei Joaquim Barbosa de Sá, funcionando em Cuiabá como Promotor Fiscal e Tesoureiro Geral do Juízo da Provedoria da Fazenda, Defuntos, Ausentes, Capelas e Resíduos, despachando em junho de 1828, nos autos do inventário de Clara Pinto Maria de Jesus, falecida nessa data, com testamento. Um interessante e curto despacho exarado em latim: *Fiat Justitia*.²⁷

E nunca mais se ouviu dizer nem mencionar, por nenhum outro historiador, cronista ou viajante, nem em registros oficiais, o destino de qualquer dos descendentes de José Barbosa de Sá. Mas é factível inferir-se que seus netos, em número de quatro no mínimo, devem ter deixado descendência em Cuiabá. Somente pesquisas genealógicas mais profundas, em registros cartoriais e paroquiais, podem realmente encontrar os seus descendentes e traçar a sua ancestralidade.

Pelos dados contidos no inventário, podemos concluir que, tendo o filho mais velho nascido por volta de 1769, existe muita probabilidade de seu casamento com Joana Pires de Campos ter-se realizado em Cuiabá ainda na década de 60. Assim, ou José Barbosa de Sá casou-se já com certa idade, no mínimo já quarentão, ou a sua união com Joana foi em segundas núpcias. A conclusão é que, tendo chegado a Mato Grosso no máximo em 1742, deve ter se casado em Cuiabá com Joana cerca de 20 anos depois. Mas se chegou em 1723 como nos conclui Virgílio Corrêa Filho, é de todo improvável que, no caso, tenha passado quase 40 anos solteiro, o que invoca, então, a possibilidade do casamento em segundas núpcias com Joana Pires de Campos. É muito difícil, senão impossível, alguma afirmação correta e isenta a respeito.

²⁵ - MESQUITA, José Barnabé de - op. cit.

²⁶ - MESQUITA, José Barnabé de. op. cit.

²⁷ - SILVA, Paulo Pitaluga Costa e Silva. *Clara Peixoto ou Um ensaio histórico-familiar cuiabano*. Cuiabá: IHGMT, 1996, p.124 (Anexo IV - Autos do Inventário e Testamento de Clara Pinto Maria de Jesus)

INVENTÁRIO E BENS

Morto Barbosa de Sá foi aberto o seu inventário. José de Mesquita, após mais de 150 anos, encontrou o seu interessante e curioso espólio, perdido e empoeirado nos arquivos de cartório cuiabano.

Nos primeiros atos processuais foi nomeado tutor de seus filhos o sargento da Companhia de Fuzileiros Auxiliares, João Pereira Passos d'Arcos²⁸, por ser seu parente. Todavia consta dos autos que este declinou da referida nomeação. Também não é mencionado nos autos do processo o grau desse parentesco do cronista com esse sargento.

Por instâncias do juiz do feito, o escrivão José de Melo Vasconcelos, segundo Mesquita, informou no processo [...] *não ter a viuva parente algum próximo que pudesse servir o ofício de tutor dos órfãos seus filhos, mas sim Manoel de Freitas Caldas, vizinho da dita viuva, pessoa capaz de bem poder exercer a dita tutoria [...]*.

Diga-se que o inventário de Barbosa de Sá nunca foi terminado. A última assentada tem a data de 12 de março de 1806, e segundo Mesquita, *Nada mais se lê depois desse termo, e os autos aí ficaram conclusos à posteridade ou às traças, que muitas vezes, são uma mesma coisa.*

Dentre os bens deixados pelo cronista, arrolados em seu inventário e transcrito pelas mãos zelosas de José de Mesquita em artigo publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, sobressaem-se: um escravo de nome Pedro, uma escrava de nome Bernarda, um *crioulo* de nome João e outro de nome Joaquim; como bens móveis possuía 6 mesas, 1 catre, 6 mochos, 1 cadeira, 1 cama, 1 banco e ainda 4 estantes; como bens pessoais, 1 par de óculos, 3 perucas, 1 caixa para guardar perucas, uma tesoura grande, e várias roupas de tafetá; dentre utensílios de cobre achamos: 3 tachos, 1 forno, uma chocolateira, um almofariz, um candeeiro, uma campainha, um galheteiro, um tinteiro e uma balança para pesar ouro; de louças temos: dois pratos rasos, dois pratos da Índia, um galheteiro de vidro, 5 copos de vidro e ainda um bem de certo valor, um espadim de prata.

Como único bem de raiz, deixou Barbosa de Sá uma pequena casa com três cômodos [...] *cobertos de telha, na frente com 2 portas e quatro janelas, e com a sua cozinha e despensa e senzala [...]*, cuja propriedade, o inventariante declarou [...] *estar pendente de um litígio afeto à Relação do Distrito em que é parte o Tesoureiro Geral dos Ausentes desta Comarca [...]*²⁹.

O interessante do seu espólio, é a minuciosa relação das 98 obras, num total de 131 volumes, que compunham a sua biblioteca, mencionando título, muitas vezes o

²⁸- Esse sargento, mais tarde alferes João Pereira Passos d'Arcos era oficial do Exército Português, nascido em Lisboa.

²⁹- MESQUITA, José Barnabé de - op. cit.

nome do autor, o tamanho e o valor de cada volume, efetuada pelos avaliadores judiciais nomeados para levantar, arrolar e avaliar os bens por ele deixados.

A base de sua biblioteca eram os livros jurídicos, em número aproximado de 40, seguidos dos de religião e teologia, filosofia e moral, poesia, história e ainda outros com temas variados. Digno de se observar que, em sua biblioteca haviam 2 volumes das *Obras Completas* de Luís de Camões, provável edição de 1759, sendo um desses volumes, *Os Lusíadas*. Somente o gosto pela leitura desse épico português, nos dá um indício de sua intelectualidade e cultura.

Carlos e Neuza Rosa, em seu trabalho já mencionado *Do indivíduo ao grupo...*, fazem um apanhado e comentário geral dos livros existentes na referida biblioteca, realmente a única constituída em Cuiabá no século XVIII. Essa biblioteca, em 1º de dezembro de 1776, foi arrematada em hasta pública por 80 réis em ouro por Joaquim da Costa Siqueira e posteriormente, no correr das décadas, totalmente perdida.

Além dessa biblioteca, em Cuiabá nos anos setecentos, somente Diogo de Toledo Lara Ordonhez possuía [...] *os meus livros, que trouxe comigo de Portugal* [...], conforme carta endereçada ao Capitão General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, de 14 de abril de 1788, encontrada no Arquivo Publico de Mato Grosso³⁰. No entanto não precisou a quantidade de volumes ou mesmo os títulos de algumas obras de sua biblioteca particular. Da biblioteca de Ordonhez sabe-se da existência de pelo menos um livro, a raríssima 1ª edição, de 1711, de *Cultura e Opulência do Brasil* de autoria de André João Antonil³¹. E de pensar que, em Cuiabá, já se possuiu esse livro raríssimo, dos quais existem apenas 5 exemplares no mundo, salvos por milagre da sanha anti-colonial lisboeta ainda no século XVIII.

CONCLUSÃO

Por si só os modestos bens deixados por José Barbosa de Sá e os 131 volumes que compunham a sua biblioteca, nos dizem bastante de seu dono.

Homem de poucos bens materiais, quase pobre, passando talvez mesmo alguma necessidade, levando uma vida simples, modesta, privada de certas comodidades e

³⁰ - SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Diogo de Toledo Lara e Ordonhez - Salvamento de sua Memória e Obra*. Cuiabá: Policromos, 1990

³¹ - Ao prefaciá-lo a 2ª edição do livro de André João Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil*, em 1837, o editor José Silvestre Rebello assim se manifesta: *O defunto conselheiro Diogo de Toledo Lara e Ordonhez possuía um livro, que estimava tanto, que não o tinha entre os outros na sua estante, mas sim na gaveta pequena de uma cômoda. Pediu-se-lhe muitas vezes, que o desse à Biblioteca, hoje Pública, ao que nunca se pode resolver mesmo dando outros, tanto era a estima em que o tinha [...]. Este raríssimo livro que se reimprime [...].*

confortos mínimos, e talvez mesmo, necessitando trabalhar até os seus últimos momentos para prover honradamente a sua família. Por certo sem grandes aspirações profissionais nem ambições pessoais, como a maioria dos escritores e homens de letras.

Por outro lado, os seus livros davam o seu exato retrato. Um homem erudito, preocupado com as suas leituras e com a sua cultura, dedicado à coisas intelectuais e com as lides forenses, e atento com os registros históricos para a posteridade. Um cidadão que, no seu esforço pessoal, legou a Cuiabá e a Mato Grosso, não só o espólio de sua preciosa biblioteca, mais tarde perdida sabe-se lá como, mas também as suas crônicas e os seus escritos, que o marcaram indelevelmente, pelos séculos que se seguiram, como o primeiro e grande cronista das coisas do passado desta terra mato-grossense. O nosso primeiro historiador.

Pena, realmente uma pena, que o licenciado José Barbosa de Sá, ao relatar com tanta precisão e competência os fatos mato-grossenses do século XVIII, tenha se omitido de dizer um pouco de si próprio, para que, passados mais de duzentos anos de sua morte, pudéssemos saber um pouco mais sobre a sua formação, os seus estudos, sua personalidade, os acontecimentos que o envolveram, a sua família e a sua própria vida, enfim.

BIBLIOGRAFIA

Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recopiladas por mandado D'El Rey Dom Philippe I. 14ª. edição, Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomático, 1870.

COELHO, Felipe José Nogueira. *Memórias cronológicas da Capitania de Mato Grosso, principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendência do Ouro*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: tomo 13, 1850.

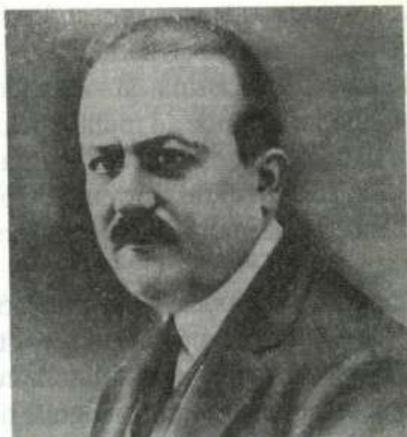
CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL, 1969

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid - 1735-1753*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950/2, 9 v.

DUROURE, Jean Baptiste. Bibliografia Histórica dos Salesianos em Mato Grosso. In: *Anais do 1º Simpósio Estadual de Pesquisa Histórica*. Cuiabá: Secr. de Educação, 1974.

FERREIRA, Antonio. Informação sobre as missões dos Moxos dos Jesuítas espanhóis, mandada tomar pelo Ouvidor João Gonçalves Pereira, entre os sertanistas ali

- idos. In: CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, Tomo II, Parte III, 1950/2, doc. 9.
- MENDONÇA, Rubens de. *Dicionário Biográfico Mato-grossense*. São Paulo: Mercúrio, 1953.
- MESQUITA, José Barnabé de. Joseph Barbosa de Sá. In: _____. *Gente e Coisas de Antanho*. Cuiabá: Prefeitura Municipal, 1978, p. 140/1, (Cadernos Cuiabanos, 4).
- MESQUITA, José Barnabé de. Descrição dos bens do licenciado José Barbosa de Sá, transcrita fielmente do Inventário de Bens perante o Juiz de Órfãos de Cuiabá no ano de 1776. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá: tomo XVII-XVIII, ano IX, 1927, p.45/7.
- RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- ROSA, Carlos, ROSA, Neuza. *Do Indivíduo ao Grupo - Para uma história do livro em Cuiabá*. Cuiabá: Correio da Imprensa, 1975.
- SÁ, José Barbosa de. *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: UFMT, 1975.
- SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. Ata de Fundação de Cuiabá - Uma análise crítica. Cuiabá: RIHGMT, 1996.
- SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Diogo de Toledo Lara e Ordonhez - Salvamento de sua Memória e Obra*. Cuiabá: Policromos, 1990.
- SIQUEIRA, Joaquim da Costa. Crônicas do Cuiabá. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo: v.4, 1898/9.
- SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1862, 6 v.



DOUTOR MÁRIO CORREIA DA COSTA

Benedito Pereira do Nascimento

*Viveu abnegando-se de si mesmo para propugnar
o progresso moral e material de sua terra; morreu deixando
um nome honrado e a pobreza em que vive sua família.*

(Nilo Póvoas)

O calendário de comemorações, de feliz iniciativa, para assinalar a fundação do venerando Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, no distante 1919, celebrando o octogésimo ano, grava o evento para a história e anima-me a rever a vida do Doutor Mário Correia da Costa.

Fazemo-lo com enobrecedora satisfação.

Já proclamava, há três séculos, o sábio Vieira no Sermão de Quarta-Feira de Cinzas:

Se quereis ver o futuro, lede as histórias e olhai para o passado, se quereis ver o passado, lede as profecias, e olhai para o futuro. E quem quiser ver o presente para onde há de olhar? Não o disse Salomão, mas eu o direi. Digo que olhe juntamente para um e para outro espelho. Olhai para o passado e para o futuro, e vereis o presente. A razão ou consequência é manifesta. Se o passado se vê o futuro e no futuro se vê o passado, segue-se que no passado e no futuro se vê o presente porque o presente é o futuro do passado e o mesmo presente é o passado do futuro.

Vivemos uma época em que mudanças profundas vêm ocorrendo no globo terrestre, modificando conceitos, reformulando definições.

Não obstante, a transformação velocíssima da sociedade moderna e ante o desafio da Nação brasileira que se agiganta e impõe ao mundo pela sua grandeza, riqueza e perspectivas do seu futuro, não podemos esquecer: a vida e a obra, o exemplo e o caráter, a inteligência e a fidelidade de Mário Correia da Cosa, traços que marcaram o perfil, mais reto e mais humano, da sua imortalidade como homem público, projetando a sua luz espiritual além do seu tempo.

Mário Correia da Costa, com a sua indesviável vocação de servir a Mato Grosso, sempre madrugou, enfrentando com vigor de seu ideal todas as vicissitudes na caminhada, despertando, com a franca e leal hospitalidade cuiabana, o sentimento de amor à Pátria e perpetuando na lembrança a figura singular de político consumado.

Como homem superior, e que muito fez pelo próximo no universo do amor, tem o seu nome, indelevelmente, ligado à história mato-grossense e à memória político-administrativa do Estado.

Filho do Doutor Antônio Correia da Costa e Dona Antônia Leite Correia da Costa, de tradicional família de políticos, nasceu em 04 de fevereiro de 1886 na cidade de Cuiabá e faleceu aos 7 de setembro de 1937 no Rio de Janeiro, sendo sepultado no Cemitério de São Francisco Xavier.

Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e fez curso de aperfeiçoamento na Alemanha.

Destacou-se exercendo, inicialmente, o sacerdócio da medicina no antigo Distrito Federal. Casado com Dona Dulcina Marinho Correia.

Como médico, com talento, magnanimidade e em pleno ardor da sua juventude, se fez conhecido nos hospitais da Cidade Maravilhosa, onde instalou o seu consultório médico.

Dotado de rara inteligência, competência e muito fazendo por amor ao semelhante, granjeou boa fama no desempenho da atividade profissional.

A percuciente apreciação do grande professor e filólogo Nilo Póvoas diz:

Foi ali, no labutar diuturno e silencioso do seu consultório médico e nos vastos salões de cirurgia dos hospitais, nesse altíssimo apostolado que se exerce junto às dores e misérias humanas, que Mário Correia caldeou o seu espírito e construiu a sua reputação de médico abalizado, atraindo a simpatia e a consideração de todas as sumidades médicas do Rio de Janeiro, a começar do grande Miguel Couto, legítima glória da ciência médica brasileira, que não regateara gabos à sua perícia como cirurgião. E a sua fama cresceu com o rodar do tempo e se projetou além dos lindes da Pátria.

As portas do seu consultório clínico foram sempre francas aos seus amigos e conterrâneos que buscavam os recursos da sua ciência, aos quais sempre atendia gratuita e carinhosamente.

Não no movera nunca o interesse subalterno. Mário Correia foi sempre um desinteressado servidor da sua terra e da sua gente. Os estudantes mato-grossenses encontraram nele um pai carinhoso, sempre pronto e diligente para lhes defender os direitos, valendo-se das inúmeras amizades que possuía. Daí o haver ele crescido e avultado na estima e na veneração dos mato-grossenses e a grande popularidade que lhe aureolara o nome. Era um coração afetuoso e de uma magnanimidade que enternecia e cativava.

Portador de tão supernos dotes de inteligência e de caráter e tendo já o seu nome envolto num halo de profundo respeito e de acrisoladas simpatias, não lhe seria difícil escalar também as culminâncias das posições políticas da sua terra natal.

Do quanto fez esse patriota sincero e de rara envergadura, do quanto propugnou o engrandecimento da sua terra natal, a documentação é vasta e magnífica. Basta lançar os olhos de relance e sem paixão pela obra de reconstrução política e administrativa que realizara em Mato Grosso, durante um quadriênio de atuação incessante, laboriosa e fecunda, para se chegar à conclusão de que Mário Correia, longe de desmerecer a tradição de capacidade e de honradez que lhe deixaram os Correias da Costa que o precederam na vida pública e na administração do Estado, ao contrário ele a transmitiu a seus filhos engrandecida e magnificada. Foi de um dinamismo que somente o possuem as organizações privilegiadas.

Inúmeros problemas dos mais angustiantes da vida administrativa do Estado tiveram solução satisfatória no seu governo, que passou à história como um dos mais progressistas e realizadores que já tivera Mato Grosso. Estradas, instrução, energia elétrica, imigração, justiça, ordem pública, de tudo cuidou ele com notável desvêlo e clarividência.

É bem verdade que em todos os setores da atividade humana, em tono das grandes personalidades que se projetam para as regiões da celebridade, pupula sempre uma chusma de indivíduos mal-intencionados e de invejosos, os quais procuram, a todo o transe, tisanar, com a sua fuligem, as reputações mais ilibadas, empanar, com a sua opacidade humilhante, o brilho das inteligências mais vigorosas e apoucar, com a trava da sua ignominiosa cegueira, o mérito dos esforços mais generosos e abençoados.

Tributo é esse a que estão sujeitos todos aqueles que procuram sair da vulgaridade, quer em política, quer nas ciências, na literatura ou nas artes, todos aqueles, enfim, que se singularizam pela prática do bem, que se avantajam pelo valor que decorre do saber e da virtude.

Regressando a Cuiabá, dedicou-se à carreira política, sendo considerado, por Rubens de Mendonça e outros historiadores coestaduanos, tanto sob a ótica política

ou das virtudes humanas, um homem de talento elevado e um dos mais notáveis e laboriosos administradores mato-grossenses.

Foi eleito Presidente do Estado de Mato Grosso para o período governamental de 1926 a 1930 e reeleito em 1935 pela Assembléia Legislativa, assumindo o governo em 8 de setembro do mesmo ano.

A coligação do Partido Liberal de Mato Grosso e Partido Evolucionista o elegeram, em pleno regime republicano, para um segundo mandato. Confiante que seria um instrumento da paz, esforçou-se pela harmonia política no Estado.

De olhos sempre postos na história local descreve o festejado historiador Rubens de Mendonça a seguinte passagem:

O Dr. Mário Correia procurou governar o Estado, de início buscando a pacificação, mas a oposição ao seu governo crescia dia a dia.

Veio precipitar os acontecimentos o atentado praticado, que dizem à revelia do Governador, na noite de 22 de dezembro de 1936, do qual saíram feridos os Senadores João Vilasboas e Vespasiano Barbosa Martins.

Diante desse fato os deputados componentes da Aliança pediram garantias e asilo no quartel do 16º B. C., comandado pelo então Major Mário de Magalhães Barata.

A situação política estava agitadíssima, o Governo Federal com o fim de garantir o livre funcionamento da Assembléia Legislativa, nomeou Comandante da Guarnição Federal de Cuiabá o Coronel João Bernardo Lobato Filho e começou a movimentar tropas federais para a Capital.

Continuava à frente do governo o Dr. Mário Correia quando a 20 de janeiro, se procederam as eleições municipais que vieram ainda mais agravar a situação, pois o governo já se achava denunciado à Corte de Apelação do Estado, pelo Senador João Vilasboas por crime de responsabilidade.

O jornal da oposição o Evolucionista passou a ser censurado, como se pode verificar, até que finalmente no dia 6 de março, por Decreto nº 1468, o Presidente da República nomeou o Capitão Manoel Ari da Silva Pires, Interventor Federal do Estado. (História de Mato Grosso, pág. 115/116).

Ninguém melhor do que o mestre Nilo Póvoas para ser intérprete das qualidades de Mário Correia da Costa como estadista alheio às ambições terrenas e que enobreceu o exercício do cargo de Presidente do Estado pela dignidade, pela competência e espírito público.

São suas estas impressionantes palavras:

E, sem embargo dos esforços tão generosamente despendidos em engrandecer a sua terra e servir sua gente, e dos méritos tão enfaticamente decantados, em todos os tons, durante a sua primeira investidura na presidência

do seu Estado, não se forraria ele dos golpes que lhe desfechara a maldade humana, quando, pela segunda vez, ascendera à governança da sua terra natal.

Foi antes e durante o segundo período do seu governo, que circunstâncias especiais o fizeram aceitar, que o vimos enfrentar, valente e destemido, a oposição mais tremenda e desabrida de que há notícia nos fastos políticos de Mato Grosso.

Os que o guerreavam eram os seus amigos de antes, os quais, tramaram solertamente a sua eliminação do cenário político de Mato Grosso, enrredando-o, para isso, num intrincado aranhol de intrigas num vai-e-vem de cartas, de telegramas e de telefonemas em que bailavam os nomes das principais figuras que vieram à tona naquela época post-revolucionária.

Coisa notável de assinalar é que em toda aquela vasta correspondência, nada se tenha articulado contra o Dr. Mário Correia, para justificar a atitude dos seus adversários, alguns dos quais tinha participado do seu primeiro governo, em que exerceram cargos de confiança. O que parece, pois, é que a ambição de mando tenha sido o único móvel daquela campanha sem precedentes nos anais políticos de Mato Grosso.

Esse golpe vibrado de surpresa pelo Chefe da Nação, foi a causa da morte do eminente mato-grossense que, a toda essa campanha de ódio e de demolição, opôs sempre a couraça impenetrável da sua infibratura moral, a resistência inquebrantável do seu valor. O Dr. Mário Correia fora disposto! Numa sexta-feira, por ocasião da recepção aos congressistas, S. Excia. Depois de se inteirar, por intermédio do deputado Trigo de Loureiro, da situação de calma dominante no Estado, mandou esse congressista que telegrafasse ao Governador Mário Correia dizendo-lhe que dava por encerrada a rumorosa questão de Mato Grosso. Quando foi no sábado, S. Excia. Assinou o decreto da Intervenção Federal e a nomeação do respectivo Interventor.

Essa comunicação foi recebida pelo Governador às dez horas da segunda-feira seguinte, duas horas antes da chegada a esta Capital do avião em que viajava o Interventor, quando a cidade já se achava toda guarnecida de canhões e metralhadoras e grupos de combate por todas as imediações do Palácio Alencastro. O Dr. Mário Correia caiu de pé, revelando-se, como sempre, um homem em toda a extensão do vocábulo.

Toda a obra política e administrativa realizada por esse administrador de raça, constitue um monumento inconfundível que há de atestar às gerações vindouras os seus supernos atributos de inteligência, de força de vontade e de operosidade fecunda.

Dentre suas realizações, Rubens de Mendonça, por sua vez, acrescenta :

O Dr. Mário Correia da Costa foi um administrador de grande visão. Ele não foi compreendido. Era grande demais para o seu tempo.

Na sua marcante administração:

Abriu estradas, construiu escolas, reformou o Palácio Alencastro, urbanizou a Praça da República, e construiu a obra de grande envergadura, num esforço quase sobre humano, para a época, que é a Usina Hidrelétrica do Rio da Casca.

Quando Presidente do Estado trouxe o primeiro avião a Cuiabá e foi acalentado o sonho de construir uma nova cidade, Mariópolis, na aprazível região de Chapada dos Guimarães .

A sobriedade, o seu espírito compreensivo, em sintonia com a firmeza de suas atitudes, testemunhavam o caráter do autêntico administrador.

Era um homem com a têmpera de aço forjado, indiferente às glórias efêmeras e, sobretudo, padrão no cumprimento do dever, quer como médico, quer como Presidente do Estado de Mato Grosso.

São exemplos e lições, na sucessão histórica e inexorável do tempo, que servirão de guia para as futuras gerações, na evocação do seu reverenciado vulto ou na recordação de momentos de alta inspiração patriótica e coragem cívica.

O nome do Doutor Mário Correia da Costa enobrece o Estado, enobrece a Nação brasileira.



GASTÃO DE MATOS MÜLLER

Valdon Varjão

Profissões: Advogado, Professor, Jornalista e Contador.

Nascimento: 4 de maio de 1924, Três Lagoas, Mato Grosso do Sul.

Filiação: Fenelon Müller e Alzita de Mattos Müller.

Cônjuge: Maria da Glória de Moura Müller

Filhos: Carmem Cenira, Guilherme Frederico e Frederico Guilherme.

Estudos e Graus Universitários:

- Contador – Escola de Comércio de Cuiabá – Mato Grosso
- Bacharel em Direito – Universidade Federal de Mato Grosso
- Curso de Geografia e História – Escola Nacional de Filosofia – Rio de Janeiro.
- Curso da ADESG realizado em Brasília (1971) e Curso da ESG – (Escola Superior de Guerra (1977)).

Principais fatos da vida parlamentar e administrativa:

- Diretor do Colégio Estadual de Mato Grosso em Cuiabá
- Oficial de Gabinete da Secretaria de Interior, Justiça e Finanças do Estado de Mato Grosso (1948)
- Professor de Geografia e História dos Cursos noturnos do SESC – SENAC em Cuiabá (1949)
- Professor Catedrático de História Geral e do Brasil do Colégio Estadual de Cuiabá, Mato Grosso (1950)

- Professor de Didática e Pedagogia da Escola Normal “Pedro Celestino”, Cuiabá (1951)
- Delegado (1956-1960) e Assistente Jurídico (1962-1963) da SPEVEA (SUDAM) 2ª Divisão de Mato Grosso. Fundador e Diretor do Ginásio Brasil em Cuiabá, Mato Grosso (1958)
- Professor de Geografia Geral e do Brasil do Colégio Estadual de Cuiabá, Mato Grosso (1958). Presidente da Associação dos Professores de Mato Grosso (1961)
- Presidente do Diretório Regional do extinto PSD, Secção de Mato Grosso (1961)
- Nas eleições de 1962 foi eleito Suplente de Senador. Exerceu a Senadoria por duas vezes: em 1963 e em 1965 durante a licença do titular
- Em 1966, 1º Vice-presidente da ARENA, Secção de Mato Grosso, exercendo o cargo de Presidente devido ao afastamento do titular
- Nas eleições de 1966 foi eleito Suplente de Deputado Federal pela ARENA, assumindo o cargo em outubro de 1969
- Em 1968-1969, foi Diretor de Administração e da Carteira de crédito Rural do Banco Regional de Brasília S/A. Candidatando-se a Deputado Federal nas eleições de 1970, foi eleito para um período de quatro anos e em 1974 se reelegeu para mais um mandato
- Na Câmara dos Deputados foi eleito e indicado para várias Comissões
- Nas eleições gerais de 1978 foi eleito, pelo Colégio Eleitoral, Senador da República para um mandato de 8 anos, tendo ao seu lado como suplente o autor destas notas, por quem foi substituído no Senado em dois períodos, como 4º secretário daquela alta casa de leis.

Trabalhos Publicados:

- *Caio Júlio César*, Tese publicada para o Concurso de Professor Catedrático (1949)
- *Formação do Povo Brasileiro*, Tese publicada para o Concurso de Professor Catedrático da Cadeira de História do Brasil (1960)
- *Educação e Cultura Estratégias para o Decênio 1978-1987*, editada quando estagiário da ESG (1977).

Condecorações:

- Medalha de Bronze pelos serviços prestados à Capital de Mato Grosso. Medalha do Senado Federal, comemorativa dos 150 anos de Independência do Brasil
- Medalha do Congresso Nacional, comemorativa dos 150 anos de

instalação do Poder Legislativo no Brasil e a Medalha da Câmara dos Deputados, comemorativa da Instalação da Câmara dos Deputados.

Privava de grande estima do líder político Dr. Tancredo Neves, ao lado de quem fundou o *Partido Popular no Brasil*.

Tancredo foi a Barra do Garças logo depois de eleito Presidente da República, cumprindo uma promessa eleitoral feita a Gastão e Varjão. A visita se deu a 22 de janeiro de 1985 e logo em seguida faleceu o grande líder e Presidente.

Gastão faleceu em Cuiabá aos 7 dias do mês de maio de 1996, com 73 anos de vida, deixando uma folha de serviços prestados à Mato Grosso e grande plêiade de admiradores e amigos em todo Brasil.

LANCES PITORESCOS E JOCOSOS DE CAMPANHA

Gastão e Varjão eram íntimos amigos, fizeram muitas campanhas juntos.

Na de 1974, pelo interior do município de Barra do Garças, efetuavam o alistamento para a ARENA. Ele candidato à Deputado Federal e Varjão como Prefeito.

Lá no fim do município, divisa com o Pará, no lugarejo denominado São José do Bang-Bang, hoje São José do Xingu, iniciaram o alistamento com sertanejos desconfiados e arredios.

Gastão ofereceu um par de botinas a um dos presentes que se mostrava solícito. Não tardou que uma interminável fila de pedidos fossem levados aos candidatos.

Gastão meio aborrecido com as solicitações, disse:

- *Vocês estão "enchendo"....*

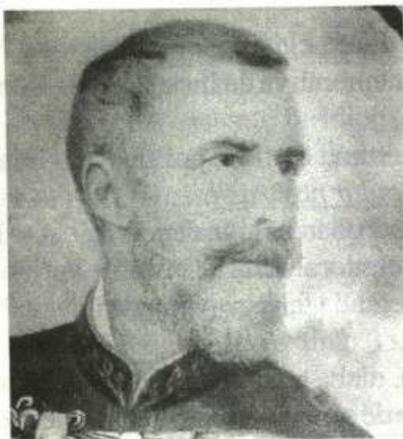
Um gaiato retrucou, qual nada!....

- *"Nois eleitor só temos veis de 4 em 4 anos, às véspera de pleitos. Vocês políticos vão nos encher 4 anos durante o mandato, gozando do bom e do melhor, esquecendo-se que nois é quem faz vocês serem grande!..."*

Por isso, (disse ele):

"Quem quiser ser grande, que adube o paridor da mãe para nascer viçoso"...

Sabedoria popular.



COUTO DE MAGALHÃES: A PRESENÇA DE UM HOMEM EXEMPLAR

*Carlos Gomes de Carvalho **

*Que me pode acontecer? ...tenho
vivido bastante, não me importa morrer;
sem vida, os senhores podem levar-me por
aquela porta; sem honra não. É, sem vida
podem levar-me, sem honra não.*

Uma vida extraordinária! Frase lapidar, possível, por si mesma, de forma sintética e perfeita definir a figura ímpar de Couto de Magalhães. Personalidade multifacetada, pontificou no que se dispôs a empreender. Bacharel em Direito, destacou-se tanto como administrador público como empresário, vigoroso publicista e hábil político, literato sazonal e sertanista persistente, sobressaiu-se igualmente como pesquisador e cientista. Governador de quatro Províncias, foi igualmente comandante-em-chefe na frente matogrossense na Guerra do Paraguai. Mas é como estudioso do Brasil Central e ardente defensor da navegação do rio Araguaia que ganha um significado especial para os nossos tempos.

PRIMEIROS ANOS

Nasceu José Vieira Couto de Magalhães a 1º de novembro de 1837, na Província de Minas Gerais, na fazenda do Gavião, município de Diamantina. Foram seus pais o capitão Antônio Carlos de Magalhães e d. Tereza do Prado Vieira Couto.

Seu pai, português de nascimento entre cujos ancestrais se identifica o célebre navegante Fernão de Magalhães, era um negociante de diamantes que havia se casado

em ilustre família paulista, sendo sua mãe filha do notável matemático e naturalista José Vieira do Couto. Este descendia do Mestre de Campo Tomé Antunes do Couto, português de nascimento que veio para o Brasil em comissão científica e militar. Estabelecendo-se em São Paulo, constituiu família e se tornou conhecido entre os sábios de seu tempo. Mais tarde, no desempenho de seu cargo na demarcação de terras, fixou-se em Minas.

O historiador mineiro Sóter Couto transcreve em seu livro *Vultos e Fatos de Diamantina*¹ o registro de nascimento do futuro Brigadeiro, nos seguintes termos:

No livro 111, página 19, do registro de batismo da Vila Diamantina, lê-se: 'aos dezoito dias do mês de dezembro de mil oitocentos e trinta e sete anos, me foi apresentada uma certidão do reverendo Cônego Joaquim Gomes de Carvalho, na qual declarava: que no dia dezanove de novembro próximo passado batizou solenemente e poz os Santos Olhos ao inocente José filho legítimo do Capitão Antônio Carlos de Magalhães e de D. Tereza Antônia do Prado Vieira Couto e que forão seus padrinhos o Dr. Christiano Gação Stockler e D. Maria Cândida Ferreira Prado. Nasceu no primeiro de novembro do referido ano de que foi êste assento. O pároco Sebastião José de Almeida..

Teve desde a infância, por estrito controle do pai, uma rigorosa educação formal no lar e em seguida no já celebrado Seminário do Caraça. Aos 17 anos, em 1854, vai a São Paulo concluir os estudos preparatórios e matricula-se no curso jurídico do Largo de São Francisco. Concluiu o curso em 1859 e no ano seguinte defendeu tese para doutoramento.

No período de estudante, Couto de Magalhães, além das matérias próprias ao Curso de Direito, desenvolvia uma febril atividade intelectual. Lingüística, literatura e filosofia eram os seus campos de predileção. No Mosteiro de São Bento ensinou Kant e Hegel e estudou profundamente português, francês, latim, grego e sânscrito. Entre seus alunos teve o futuro presidente da República, Prudente de Moraes, e a quem coincidentemente, por força da proclamação da República, entregaria o governo da Província de São Paulo. Apaixonou-se pela ficção e escreveu vários contos e novelas.

Um perfeito retrato desse período de vida de estudante ele faria anos depois em carta dirigida a seu amigo, o Conselheiro Homem de Melo:

Esse pequeno conto (Os Guaianás) é, como tudo o que tenho escrito, feito aos trambolhões e às carreiras. Lembras-te ainda daquele nosso bom tempo de saudosa memória da rua da Força? Formávamos um grupo engraçado e cômico, sobretudo quando nos reuníamos na sala de jantar. O Ferreira Dias palpitava de entusiasmo lendo o Lamartine,

¹COUTO, Sóter. *Vultos e Fatos de Diamantina*, Ed. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1954

V. estudava história pátria como um fanático, gesticulava repetindo os enérgicos discursos fervorosos da época da independência; eu passeava de um lado para outro, com uma gravidade tudesca, estudando o alemão. Éramos três entusiastas fardados diversamente. Nossa vida era então um agitar constante: ora escrevíamos artigos de política, ora discutíamos, ora corríamos apressados para as aulas, passeávamos, fazíamos ginástica, jogávamos espada, líamos poesias, exercitávamo-nos na conversação francesa ... era um constante agitar. Pois bem, assim como foi a nossa vida de calouros, continuou a minha, com a diferença - a confusão e o labirinto não já eram tão alegres, mas eram sempre - tantos ou mais complicados.

Foi no meio desse redemoinhar que eu escrevi o opúsculo intitulado - *Destino das Letras no Brasil*, que escrevi os "Traços Biográficos sobre os Poetas Acadêmicos" e outras coisas que estão inéditas. Nas férias de 1858 e 1859 deu-me na veneta de escrever romances. Eu estudava então o português e assentei de escrever um pequeno ensaio em estilo quinhentista - foi o conto "O estudante e os monges", que publiquei na 'Revista Acadêmica'; concluí aquele original tipo que havia começado quanto morávamos juntos, isto é, o Dr. Calmiru e escrevi o que agora publico.²

ENTRE A LITERATURA E A CIÊNCIA

A verdade é que se tratava de um erudito precoce. Aprofundava-se em história natural, zoologia, botânica, mineralogia, geologia ao mesmo tempo em que entrava a estudar outros idiomas como o inglês, o alemão e o espanhol. Sobre essa erudição escreveria o Conde de Afonso Celso: *Em 1862, consagrou-se à física e à mecânica, procedendo a experiências, adquirindo instrumentos de preço. Quando em Londres, entregou-se ao estudo da medicina e da astronomia.*³ Montou, mais tarde, importante observatório astronômico em São Paulo, oferecendo-o, por fim, à Escola Politécnica dessa capital. As suas obras patenteam não vulgares conhecimentos de mineralogia, geologia, botânica, zoologia, antropologia.⁴

Os Guaianás, lançado em 1860, é um romance histórico sobre a fundação de São Paulo e praticamente nele se encerra as pretensões ficcionais do bacharel. Dois

² Apud "Viagem ao Araguaia", Cia. Editora Nacional, Col. Brasileira, vol. 28, 1975. Texto publicado no semanário *O Brasil Contemporâneo*, em novembro de 1887.

³ Em seu diário inédito até há pouco e recém publicado (Diário Íntimo, org. Maria Helena P.T. Machado, Companhia das Letras, 1998) Couto de Magalhães faz repetidas referências aos estudos que desenvolvia em Londres, bem como àquelas pesquisas que havia desenvolvido até então no Brasil.

⁴ Apud LEITE, Aureliano. *O Brigadeiro Couto de Magalhães*, Gráfica Sauer, Rio de Janeiro, 1936

anos depois escreve um estudo sobre a revolta de Filipe dos Santos - *Revolução de Minas em 1720* - que lhe propiciaria o ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Todavia, é em dois outros trabalhos, que publicaria nos anos seguintes, que se mostra por inteiro com seu estilo límpido, correto e particularmente erudito.

Viagem ao Araguaia, são as memórias da expedição que realizou aos rios Araguaia e Tocantins, ao tempo em que era Presidente da Província de Goiás e contava apenas 24 anos de idade. A primeira edição foi publicada em 1863 na capital de Goiás. Em 1889 o jornal paulista "O Federalista" publicou o livro em forma de folhetim, reunindo-o em seguida numa brochura, sendo que a terceira edição (por muitos confundida com a segunda) somente seria editada em 1902. A redação foi mantida idêntica às duas anteriores já que, escrita no decorrer da excursão, muitas vezes em situações extremamente penosas, o General não permitiu que, já naquela segunda edição, de 1889, fosse lhe feita qualquer alteração. As edições seguintes portanto mantiveram-se assim idênticas às que foram lançadas ainda em vida do autor.

O enfoque central do livro, e que marcaria presença constante ao longo da vida de Magalhães, é a da navegação dos rios Araguaia e Tocantins e das potencialidades econômicas e sociais daí advindas. A questão o empolgaria tanto que, mesmo retirado da administração pública, a ela se lançaria como arrojado empresário. No ano de 1863, em sua mensagem à Assembléia Provincial, chamaria enfaticamente a atenção dos legisladores para esse ponto que se lhe afigurava de máxima importância para o futuro da Província de Goiás. Os rios regionais, no seu entender, eram um natural e indispensável escoadouro dos produtos - para o sul, o rio Taquari; para o norte, o Araguaia e o Tocantins. E os seus estudos e viagens de desbravamento levaram-no à conclusão de que o rio Araguaia era mais adequado do que o Tocantins para colocar as relações comerciais de Goiás com os centros comerciais de Mato Grosso, Pará e a Amazonas. A este respeito, aliás, faz uma incisiva defesa. Veremos em outro ponto os esforços de Couto de Magalhães, seja como Presidente das Províncias de Goiás, de Mato Grosso e do Pará, seja como empresário privado para tornar real o sonho da navegação regular do Araguaia-Tocantins.

A navegação do Araguaia, na macro visão do grande brasileiro, não objetivava somente a facilitar as comunicações e o comércio de gêneros entre Goiás os centros produtores e consumidores daquelas Províncias como igualmente alçava vôo para um projeto de extraordinário alcance ainda hoje: ligar a foz do Amazonas ao do Prata. O capítulo II - "O Araguaia debaixo do ponto de vista comercial" - é todo dedicado à defesa desse projeto e a destruir as objeções que a ele se apresentavam. Nesse plano, exposto logo no capítulo I, "Mudança da Capital, colocava também a necessidade imperiosa da transferência da capital de Goiás para Santa Leopoldina, lugarejo à margem do Araguaia. Vale aqui relembrar a notável antevisão do estadista: na década de 40 do século seguinte a capital de Goiás seria transferida, ainda que não para as margens do Araguaia, mas de toda forma para um local que propiciava melhores condições

administrativas. Posteriormente, com a criação do Estado de Tocantins, era a sua capital, Palmas, que se localizaria às margens de um rio.

Essa viagem inaugural pelo Araguaia, mal havia tomado posse no governo, foi a primeira de uma série de outras que o intrépido viajante fez pelos sertões da Amazônia, reafirmando um traço, quase diríamos genético, de sua personalidade, descendente que era do velho Anhangüera das bandeiras. A viagem, na qual enfrentou diversos perigos, inclusive de morte, durou 35 dias e percorreu 176 léguas, tinha finalidades exploratórias da geografia mas visava também ao conhecimento da realidade da Província que iria administrar. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que redigia as notas de viagem e descrevia os acidentes geográficos que encontrava - lagos, serras, riachos etc - adotava também inúmeras medidas administrativas.

O livro, quando de sua terceira edição, trouxe em apêndice um glossário de dialetos dos Xavantes, Xerentes, Carajás e Caiapós.

Até o fim da vida Couto de Magalhães manteve um extraordinário e aparentemente inexplicável entusiasmo pelo Araguaia. Em trabalho publicado em dezembro de 1898 na "Revista do Arquivo Público Mineiro"⁵ Afonso Celso entremostra a verdadeira fascinação que o Araguaia despertou no general, ao mesmo tempo em que lhe descreve o caráter:

Tão profundas e sinceras foram as impressões do General Couto de Magalhães pelo Araguaia, das belezas, das riquezas naturais e do futuro promissor daquela extensa via fluvial, que ele descreve com tanta elevação nessa Viagem, que, contando apenas 24 anos de idade, graduado doutor em Direito, falando corretamente o francês e o inglês, possuindo regular fortuna, podendo gozá-la em qualquer parte do mundo civilizado, não lhe faltando até para isso os elementos oficiais, pois governavam os seus mais íntimos amigos; oferecendo-lhe o governo imperial outra presidência - a de Minas ou Pará - escolheu esta, preterindo a de sua terra natal - Minas, onde poderia ostentar legitimamente a sua justa vaidade de moço, se a tivesse. Mas não! Preferiu província estranha, talvez de mais responsabilidade governamental, só para ficar o mais perto possível do já então seu Araguaia.

No entanto, mais famosa que essa obra sobre a navegação do Araguaia, está um outro livro de Couto de Magalhães que ganhou importância além fronteiras. Encomendada diretamente pelo Imperador, *O Selvagem*, seria publicado em 1876, ano da Exposição Universal, realizada na Filadélfia, e onde figuraria na Biblioteca Americana como obra representativa do pensamento etnográfico e da política do governo brasileiro em relação aos indígenas. Pedro II deu grande importância política

⁵ Incluído na parte introdutória da terceira edição de "Viagem ao Araguaia".

a esse acontecimento, para lá se deslocando e se apresentado ao lado do presidente americano na inauguração da feira.

O livro de Magalhães, diz um autor contemporâneo, *surgia ali como uma obra ilustrativa da preocupação do imperador com a construção de uma identidade nacional brasileira, e com a preservação e civilização dos índios, questões em voga na época.*⁶ Com efeito, *O Selvagem* constitui-se numa eloqüente manifestação de simpatia e defesa da causa indígena, inserindo-se aliás num esforço, desenvolvido no Segundo Império, de valorização do indianismo. No dizer da historiadora Maria Helena Machado,

*[...] a obra além de estar inserida no romantismo nativista, inclui-se em toda uma corrente de valorização do indianismo que no Segundo Reinado ganhava um tom oficial e palaciano, integrando-se ao projeto literário e artístico encetado no trono e posto em prática tanto no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro quanto na Academia Imperial de Belas-Artes. No Segundo Reinado, a distribuição dos títulos de nobreza com nomes indígenas, a revivência, agora em torno da corte e da província de São Paulo, da voga de trocar os sobrenomes de origem portuguesa por aqueles de raiz indígena-tupí - que havia marcado, na Independência, o alvorecer do nacionalismo das elites brasileiras, sobretudo das províncias nordestinas -, o surgimento de estudos etnológicos e históricos das populações indígenas, atestavam que o indianismo se transformara em instrumento na construção de uma identidade nacional.*⁷

A busca de uma identidade nacional estimulava o aparecimento de estudos etnológicos, históricos e lingüísticos das populações indígenas. A expectativa do imperador em torno do valor científico da obra não poderia ter caído em melhores mãos. Estudioso, culto, com experiência na convivência direta com os indígenas como poucos e sendo um homem do Império, Couto de Magalhães realizou um significativo trabalho monográfico. Ao fazer um relato histórico e etnológico dos índios do planalto central brasileiro, descreve-lhes os hábitos, os costumes, as religiosidades e seu imaginário através das lendas, que compilou no decorrer de suas viagens. Exemplificando a importância da língua como instrumento decisivo para a atração pacífica desses tribos, o livro traz um curso de língua tupi-nheengatu. A obra enfim constitui-se num memorável esforço para derrubar preconceitos contra os índios e os mestiços seus descendentes ao mesmo tempo em que reafirma a sua visão do índio como legítimo representante da

⁶ Cf. Maria Helena P.T. Machado, op. cit., pg. 12

⁷ Ob. cit, id., ib, pg. 13/14

nascente nacionalidade brasileira e como componentes decisivos para a *constituição de uma raça americano-brasilica*.⁸

Enfim, com *O Selvagem* Couto de Magalhães se consagra como um dos grande predecessores da antropologia e etnologia brasileira contemporânea, transformando-se em, por assim dizer, num “pai” dessas ciências em solo brasileiro. Nessa obra com perfeição se unem o cientista e o pesquisador de campo, o humanista e o estadista.

Num artigo de imprensa publicado em 1887 se disse: *Infelizmente é O Selvagem menos conhecido entre nós que na Europa; lá foi traduzido para as línguas francesa, alemã e inglesa, e é tido em alta consideração pelos sábios. O ilustre professor Gubernatis fez em italiano um longo resumo, e tece-lhe os maiores encômios*. E mais adiante, numa igual referência ao autor, enfatiza:

N'O Selvagem, o Dr. Couto de Magalhães ostenta-se um erudito de fina água e filantropo dos mais acrisolados. Estudando a língua tupi, discute com admirável critério as mais difíceis questões de lingüística, e sustenta, com boas razões, a maior antigüidade do tupi que o sânscrito. Dá a morfologia desse idioma, analisa-lhe as belezas e riquezas, e registra-lhes as lendas, prestando um enorme serviço nesse ponto. Discutindo os costumes, religião e origem do indígena brasileiro, traz para a Antropologia valiosos dados e fatos novos de um interesse extraordinário, pois assim deve-se reputar tudo que nos narra o ilustre viajante, do que observou entre os costumes e instituições dos Caiapós, Guatós e Chambioás. As descrições topográficas, botânicas e geológica são contribuições reais para o estudo físico das regiões percorridas pelo General Couto de Magalhães.

E encerrando, o articulista procura enfocar outros aspectos da personalidade fascinante de nosso biografado. Diz ele: *Agora, deixando o sábio, vejamos o filantropo. Advoga com uma tal eloqüência e nobreza de sentimentos a causa do aproveitamento do indígena para o país e para a civilização, que o leitor se sente logo ganho para o seu lado. É baseado, porém, em sólidas razões fornecidas pelas ciências naturais e na filosofia das cifras que demonstra o General Couto de Magalhães as vantagens da catequese do nosso índio, e com todo critério apresenta o melhor meio para consegui-lo, que é o estudo da língua tupi - o instrumento mais próprio para semelhante conquista.*⁹

Todavia o tema, por mais científico que fosse e por maior a autoridade daquele que o expunha, não era pacífico e se prestava a inúmeras controvérsias. Haviam, em

⁸ Id., ib., pg. 14

⁹ in: D'O Brasil Contemporâneo, vide nota 2

todos os meios, fortes resistências a considerarem os direitos dos índios. A publicação de *O Selvagem*, a par dos encômios, fez frutificar polêmicas e críticas ferozes, contra o livro e contra o seu autor. Um dos jornalistas mais respeitados da época, Joaquim Serra, lamentava que um homem do porte de Couto de Magalhães perdesse o seu valioso tempo e o seu reconhecido talento com assuntos tão insignificantes quanto este dos indígenas: *Como é que um homem prático se ocupa de tais coisas?*- escreveu ele nos jornais mais importantes da Capital do Império.

Magalhães, sempre pronto para o enfrentamento, com grande lucidez retorquiu no mesmo diapasão: *Em primeiro lugar, não há estudo algum, por mais abstrato que pareça, que, cedo ou tarde, não traga seus frutos práticos. Em segundo lugar, se é útil estudar, descrever e classificar até a mais miserável planta de nossos campos, ver o mais rude e pobre mineral de nossos montes, muito mais nobre e útil é estudar, descrever e classificar o homem americano, e vou prová-lo.*

Essa lógica límpida e sensata se impõe em todas os seus argumentos, e ainda hoje 'O Selvagem' é tido como obra clássica da etnologia americana.

Além dessas duas obras mais conhecidas, deixou ainda os seguintes livros e diversas notas e memórias: *Os guyanazes ou a fundação de São Paulo; A Revolta de Philippe dos Santos em 1720, Anchieta e as línguas indígenas* e, recém publicado (1998), os seus diários que cobrem o período de 1880 a 1887, a que a organizadora intitulou de *Diário Íntimo*.

Esse rápido perfil do intelectual mostra de modo indiscutível, não existissem também as suas inquestionáveis qualidades como administrador e estrategista militar, o quanto José Vieira Couto de Magalhães está particularmente ligado ao Centro Oeste e a Amazônia.

POLÍTICO INVULGAR. ADMINISTRADOR NOTÁVEL

Concluído o curso de Direito, de imediato o destacado estudante mineiro é convidado para ser Secretário da Província de Minas como auxiliar da administração do Conselheiro Vicente Pires da Mota. Em 1862, aos 24 anos de idade, é designado presidente da Província de Goiás. Tomando posse em 8 de janeiro de 1863 nela permaneceu até 5 de abril de 1864, ano em que foi convidado a assumir a presidência de sua Província natal, dela tendo declinado, para logo depois assumir a do Pará, na qual ficou até 1865.

Tanto na direção dessas duas Províncias, quanto posteriormente na de Mato Grosso, além das providências da burocracia administrativa, o grande empenho do jovem presidente foi sempre pelo estabelecimento de rotas através do Araguaia.

A navegação do Araguaia, desde os ensaios de Souza Coutinho, excetuando-se o curto período dos esforços empreendidos por D. Francisco de Assis Mascarenhas (1804 - 1809), permanecerá abandonada por várias décadas, até que surge o empenho de Couto de Magalhães.

Assumindo o governo de Goiás em 1863, Couto de Magalhães empreende esforços junto ao Ministro da Marinha mostrando a importância da navegação fluvial para retirar a Capitania da estagnação em que vivia, e o faz demonstrando com dados comparativos que era mais vantajoso o comércio por via fluvial com Belém do que o que se realizava com o porto do Rio de Janeiro e de Santos. Os números apontavam que a diferença no custo dos fretes e dos produtos oscilavam entre 50% a 70% em favor da rota através do Araguaia - Tocantins. De agosto de 1863 a janeiro do ano seguinte, o engenheiro Valeé empreende viagem de exploração no Araguaia, dela resultando diversas indicações valiosas para o empreendimento da navegação. Essa foi a primeira viagem de exploração do Araguaia - Tocantins de características profissionais e com abordagens científicas.

Também o próprio Couto de Magalhães empreendeu viagem pelo Araguaia com o objetivo tanto de saber a situação da população ribeirinha quanto a de conhecer as condições de navegabilidade. Dessa sua primeira expedição é que resultou na "memória", que se tornaria um dos clássicos da historiografia nacional. Nessa obra defende ele o Araguaia como um meio mais promissor que o Tocantins, tanto porque era melhor navegável e poder-se-ia aumentar a povoação na região percorrida, desta forma incrementando-se as trocas, como porque Mato Grosso seria beneficiado pela facilidade da intersecção do Araguaia com o Taquari, resultando na concretização do velho sonho da possível interligação das bacias amazônica e platina. Escreve ele:

Sempre que se fala na navegação do Araguaia apresentam-se logo dois argumentos, que aos olhos de muitos parecem irrespondíveis: as cachoeiras do Tocantins e o deserto das margens do Araguaia.

Entretanto, estes argumentos de nada valem.

Não se trata de saber se a navegação é ou não dificultosa; trata-se, sim, de sua conveniência. Quando é que um meio comercial qualquer convém? Todos sabem que é quando deixa lucro. Desde que se demonstre que o transporte por via do Araguaia é muito mais barato do que outro qualquer meio, está demonstrado que o Araguaia é o melhor dos meios de transporte.

Falar em cachoeiras, em praias desertas, é pedantismo próprio de quem não vê as questões por sua verdadeira face. Eu, que sou consumidor, que me importa se o ferro que eu compro custou a quem o conduziu muitos trabalhos e lutas? Para mim a única questão interessante é a do preço do ferro. Se, por via do Araguaia, compro por preço inferior ao que compraria por meio das estradas do sul, o Araguaia me deixa um grande benefício. (...).

Com todas as dificuldades que existem atualmente na navegação do Araguaia, e que serão removidas desde o momento em que a navegação se estabeleça mais regularmente, a arroba chega muito

mais barata, vinda do Pará, do que vinda do Rio de Janeiro. Fiz um cálculo minucioso destas despesas... .

A seguir, Couto de Magalhães apresenta um cálculo deveras detalhado. Com base numa carga de 1.900 arrobas saídas de barco numa viagem de Santa Leopoldina ao Pará, e outra de igual volume transportada em bestas de carga da Capital de Goiás ao porto de Santos, demonstra que o transporte por via do Rio de Janeiro sairia quase 300% mais caro. Para reforçar ainda mais o argumento do preço do transporte, adverte ele que só comparou peso com peso, sem incluir outras variantes como, por exemplo, o da limitação da capacidade dos animais no transporte de grandes volumes de cargas. E o entusiasmo do jovem bacharel vai mais adiante no descortinar de um horizonte cujo perscrutar vale para os dias presentes. Numa antevisão digna dos melhores estadistas, prossegue:

A perspectiva, porém, mais grandiosa não é essa; até aqui enxergamos uma redução, nos transportes para Goiás, de 200%, o que já não é pouco para o presente; se, porém, lançarmos as vistas para o futuro, a navegação deste rio é de tão grande magnitude, que tem de vir alterar a face das coisas, não nesta Província, mas em todo o Império. O estadista que for sinceramente interessado pelos negócios do país, não pode deixar de sentir-se verdadeiramente animado, diante dela. Aí vão os dados. Pelos últimos exames procedidos, já nesta Província, já na de Mato Grosso, temos que o Araguaia é navegável até ao porto do Rio Grande; que daí ao rio Taquari, no lugar em que lhe faz barra o Coxim, existe apenas a distância de 40 léguas; que o Taquari é navegável daí para baixo, de sorte que temos a foz do Amazonas ligada à do Prata por uma navegação fluvial interrompida por 40 léguas, e talvez por menos, visto que nenhum estudo há do Araguaia acima desse porto e, tendo ele aí 300 braças de largura, é provável que dê navegação muitas léguas acima.

Quais sejam os produtos da parte de Goiás adjacente ao Araguaia e da parte de Mato Grosso, nos vales do Taquari e Paraguai, é o que é fácil imaginar, considerando que o primeiro destes rios oferece os variadíssimos e ricos produtos do Pará sem o calor excessivo e sem as pestes dessa Província. A fertilidade de Mato Grosso é conhecida de todos. Considere agora o leitor o impulso imenso que não teria nossa indústria, desde o momento em que o fumo do vapor ondeasse no azulado céu destas novas Índias !¹⁰

Como presidente do Pará estabelece um plano de desobstrução das cachoeiras dos rios Araguaia e Tocantins, tendo para esse fim encomendado na Inglaterra um

¹⁰ Sobre a navegação do Araguaia e a participação de Couto de Magalhães veja-se o deste autor, MATO GROSSO TERRA E POVO, ed. Verdepantanal, Cuiabá, 1999

navio próprio para quebrar rochedos abaixo do nível da água. Providências paralelas foram adotadas: abriu canais, estudou as cachoeiras com o objetivo de encontrar meios práticos para superá-las, estabeleceu estímulos para fomentar a pequena navegação, discutiu insistentemente, tanto com a Assembléia Provincial quanto junto aos estudiosos e aos possíveis empreendedores, a exequibilidade de seus planos. A todos oferecia abundante informações geográficas e possibilidades comerciais e a todos pedia ajuda financeira para o empreendimento. O fato político marcante nesse período foi a sua forte desavença com o bispo D. Antônio de Macedo Costa, que o acusava de estar cometendo irregularidades.

Em setembro de 1866, em plena Guerra do Paraguai e com o solo brasileiro invadido, é nomeado presidente da Província de Mato Grosso. O seu nome foi escolhido pelo Imperador, entre vários outros candidatos, pelas inúmeras qualidades pessoais que demonstrara possuir, entre as quais a do talento administrativo, a da energia e disciplina pessoal e a da indiscutível bravura. O presidente acumulou então as tarefas administrativas e o comando da guerra, demonstrando toda a sua competência de estrategista militar. A retomada de Corumbá foi o maior feito, o que lhe valeria ao final da guerra, entre outras honrarias do Exército, o galardão de general. Nesse período enfrentou uma outra guerra não menos terrível e que ceifou milhares de vidas, a epidemia da varíola.

Após o conflito, o general, em meio ao rescaldo da guerra e da rotina administrativa, manteve vivo o seu sonho de estabelecer a navegabilidade do Araguaia. Em fevereiro de 1867, com o objetivo de apoiar a navegação a vapor estabelece uma colônia militar, na margem esquerda do Araguaia, na localidade de Itacaiú (*Ita-acaiú*), a 180 quilômetros abaixo da localidade de Registro do Araguaia. Nesse mesmo ano é eleito deputado pela Província de Goiás, licenciando-se em seguida para poder permanecer na presidência de Mato Grosso.

Em 1868, apesar dos enormes esforços administrativos despendidos na reconstrução da Província e em meio aos ataques da imprensa nacional que atacava seu projeto como um sonho ou uma loucura, Couto de Magalhães não descuidava de sua permanente preocupação e com a autorização do governo imperial funda a Empresa de Navegação do Rio Araguaia.

No ano anterior, havia adquirido um vapor de guerra que se achava estacionado no rio Paraguai. Dele retirou todos os apetrechos militares, dando-lhe características de um barco comercial. Uma vez preparado, fê-lo descer pelo rio Cuiabá, pegando o São Lourenço, até a barra do Piquiri. Aí, desmontado e transportado em carros de bois, varou os sertões e chegou ao Araguaia.

A verdadeira epopéia em que se transformou esse episódio vale aqui ser relatado, na descrição apresentada no prefácio da segunda edição de *Viagem ao Araguaia*:

O transporte efetuou-se em 16 carros, que conduziam em caixas, além do vapor desmanchado, torno, forjas, todo o material de uma oficina para armá-lo e fazê-lo funcionar regularmente, ferramenta adequada a repará-lo, fundir ferro e bronze das peças da máquina que se deteriorassem - objetos enviados não só de Cuiabá, como do Pará e Goiás, de cujas administrações os requisitara. Imagine-se a soma de trabalho que isto importou!

A viagem dos carros foi de 100 léguas, através de bravio sertão, desprovido de tudo. Eram eles escoltados por 20 praças, com machados e enxadas, a abrirem picadas, construírem pontilhões, à medida que avançavam. Vários ficaram pelo caminho, prostrados de fadiga, ou vítimas de sezões. Houve desinteligências entre os chefes, malogrando-se quase a expedição. Não cessavam os jornais de vaticinar que os restos do infeliz vapor seriam, afinal, abandonados e se perderiam no deserto intransitável!

Couto sobrepujou todas as contrariedades com serenidade e firmeza. Merecem atenta leitura, como exemplos do quanto alcança a força de vontade, os ofícios, contendo importantes dados históricos, geográficos e estatísticos, nos quais ele participa ao Ministério da Marinha e ao da Agricultura o que havia realizado. Trazem a data de 25 e 29 de maio de 1868, redigido este último no pouso defronte da foz do rio Vermelho, e constam do relatório da Agricultura, bem como do Jornal do Comércio de 14 de agosto do mesmo ano.

Instalou-se a oficina em pleno sertão, armou-se o vapor, - calcule-se com que labor! Couto lá foi em pessoa inaugurar a navegação do Araguaia.¹¹

No dia 28 de maio de 1868, na margem esquerda do rio, a 180 km de Vila Boa, na presença de Couto de Magalhães e do Dr. João Bonifácio Gomes de Siqueira, 1º Vice-Presidente de Goiás, o barco Araguaynerú - assú foi lançado às águas. Foi um momento de grande euforia para Couto de Magalhães, que por quase uma década vinha sendo acusado de louco e visionário. Em ofício ao Ministro do Império, Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas, dando conta do acontecido, Couto de Magalhães vai à forra: [...] *agora digam o que disserem, nem por isso deixará de ser certo que eu dei o primeiro passo para unir a foz do Amazonas à do rio da Prata pelo nosso interior: essa glória ninguém me pode tirar.*

Nesse ano deixa a presidência da Província. Embora respeitado e festejado por sua sabedoria, tirocínio, disposição e energia por muitos e bastante prestigiado pelo governo, o general sofre igualmente muitas críticas pela imprensa e no

¹¹ Op. cit., pgs. 18/19

parlamento. Um dos seus opositores expõe com acrimônia e comemora a sua saída do governo: *Enquanto isso* (referia-se a epidemia que grassou) *o déspota que, como Nero, tocando uma flauta no clarão do incêndio de Roma, - nos dias calamitosos em que a varíola fazia milhares de vítimas, divertia-se em corridas de veados e pescarias, foi demitido felizmente*, escreveria depois Joaquim Ferreira Moutinho em suas *Notícias sobre a Província de Matto Grosso*.

Deixando Mato Grosso, prepara-se para assumir o seu mandato de deputado às Cortes pela Província de Goiás. Mas, nesse interregno, o Imperador dissolve a Câmara e convoca novas eleições. Concorre a novo mandato mas não é reconduzido.

Um tanto amargurado e decepcionado com a vida pública, Couto de Magalhães pensa em outras iniciativas. Estava nascendo o empresário.

O EMPREENDEDOR VISIONÁRIO

Retornando a São Paulo, Couto de Magalhães dedica-se aos negócios. Já possuía algumas economias, mas, com a morte dos pais em Diamantina, uma quarta parte da herança (dividida em igual forma com os irmãos Antônio, Antonino e Leopoldo) lhe veio às mãos.

Dedica-se então a vários empreendimentos. Investe em sociedade de ações, se torna sócio de diversas indústrias, entre as quais a de papel de Salto de Itu e participa da exportação de couro cru para a Inglaterra. Mais tarde viria a ocupar uma das diretorias do Banco de São Paulo.

Em 71 funda o Colégio de Língua Princesa Imperial Dona Isabel destinado a educação de crianças indígenas.

Mas o seu grande lance de empresário arrojado, e que proporcionaria um significativo aumento em sua fortuna pessoal, viria quatro anos depois. Em 1875 obtém do governo a concessão para a construção e exploração de 170 quilômetros da estrada de ferro entre São Paulo (Cruzeiro) a Minas (Três Corações), a *Minas and Rio Railway Ltd.*, vulgarmente conhecida como Estrada de Ferro do Rio Verde. Vai então a Londres, onde fica de 1880 a 1881, para negociar o financiamento da obra. O trecho é inaugurado três anos depois.

Investidor na cafeicultura, ajuda a fundar a Sociedade Promotora da Imigração em 1886. No ano seguinte, no prosseguimento de suas pesquisas científicas, monta em casa um avançado observatório astronômico, que seria mais tarde doado à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

DE VOLTA À POLÍTICA

Empresário poderoso e influente, o afastamento das lides partidárias era apenas relativo. Nos bastidores da política paulista, Couto de Magalhães era ouvido. Assim, em 1888 o seu retorno à atividade política e partidária se faz de forma triunfante. Se

torna o chefe do Partido Liberal em São Paulo e é nomeado presidente da Província. Não obstante, foi um brevíssimo governo já que meses depois seria colhido pela proclamação da República.

Monarquista convicto, embora instado por amigos, sócios e correligionários a aderir ao novo regime, a isso se recusa terminantemente. Até o fim foi um homem extremamente fiel às suas convicções e firme nas decisões que assumia.

Vale recordar aqui a descrição do que foi o seu último momento na atividade política e que é bem uma amostra do seu caráter. Testemunha ocular dos fatos, o deputado por Minas Gerais, Dr. Pedro Mata Machado, relataria na imprensa o acontecido:¹²

Conterrâneo do General Couto de Magalhães e redator-chefe do 'Liberal Acadêmico', comparecia algumas vezes em Palácio. Na tarde de 15 de novembro de 89, sabendo na rua de São Bento da proclamação da República, descia em direção ao palácio. Ao entrar no largo do Rosário, vi, dirigindo-se apressado para mim, o meu contra-parente e prezado amigo Dr. Pedro Lessa, que me disse em voz alta:

- Já soube da proclamação da República? Estou livre (dois dias antes afirmara que se mantinha republicano por coerência com as levianas afirmações acadêmicas); agora posso ser monarquista, seu correligionário; vamos a palácio oferecer nossos serviços ao Couto de Magalhães.

Deu-me o braço e penetramos na rua Imperatriz. Aí, parando na porta do 'Diário Popular', ele gritou para o Dr. Júlio de Mesquita, que estava assentado na sala de entrada:

- Ó Júlio, vou aqui com o meu correligionário, o Pedro Mata, oferecer ao Couto de Magalhães os nossos serviços em defesa da monarquia. O Dr. Mesquita correu para junto de nós, exclamando:

- Lessa, você está doido? Foi a surpresa que o perturbou?

- Doidos estão vocês. República de soldados, quando nosso papel vale mais do que ouro? Doidos estão vocês; e eu, que sou hoje livre, vou declarar-me monarquista.

Seguimos em silêncio e, ao subirmos os primeiros degraus da escada do Palácio, o Lessa, que continuava a dar-me o braço, parou e me disse:

- Minha entrada em Palácio agora causaria surpresa; vá só; depois eu me manifestarei.

¹² *Apud* Aureliano Leite, op. cit.

Subi, procurei o General e, na sala, onde estava com poucos amigos, permanecemos, com intercalados comentários sobre o acontecimento. O General Magalhães quase não falava. Algum tempo depois, chamaram para o jantar e quando findava, entregaram ao Presidente um boletim encimado pelo título em letras garrafas: - "Viva a República" - e noticiando a proclamação desta. O Dr. Couto de Magalhães leu-o em voz alta pausada e, após pequeno silêncio, afirmou:

- O que lhe posso dizer é que a República está feita: é, está feita. Eu conheço bem o Deodoro; ele não se meteria em brincadeiras. Também lhes posso afirmar que a ordem será mantida. A República está feita, mas há de cair, como caiu na Espanha; é, passado o período da experiência, há de cair, como caiu na Espanha.

Regressamos à sala e, com poucas falas e menor número de amigos, esperávamos notícias do Rio, que não chegavam, quando, cerca de meia noite, anunciaram em Palácio, Bernardino de Campos e Júlio de Mesquita; logo introduzidos, disseram ao General que estava proclamada a República e eles vinham receber o governo. Aquele replicou-lhes não ter prova alguma do fato; era o responsável pela ordem, pela vida e segurança da população de São Paulo; não lhe provavam que a Constituição houvesse desaparecido e, por isso, ele permaneceria no seu posto. Insistiram os emissários, falando em "Possível revolta do povo, agitado nas ruas da cidade." O General, sereno e calmo, retorquiu:

- Que me pode acontecer? ... tenho vivido bastante, não me importa morrer; sem vida, os Srs. podem levar-me por aquela porta; sem honra, não. É, sem vida podem levar-me, sem honra não."

OS ANOS FINAIS

Couto deixa o governo, sucedendo-o um ex-aluno de Filosofia, Prudente de Moraes. Volta então às atividades empresariais e científicas, dedicando-se particularmente ao seu observatório de astronomia, montado em sua casa às margens do Tietê. Solteiro convicto, passava horas a "ouvir estrelas", como costumava dizer. Bonachão, alegre, riquíssimo em seu derredor foi sendo espalhada a fama de excêntrico, quando não de lunático pela vozes maledicentes. Mesmo os amigos e admiradores comentavam. O já referido artigo publicado no semanário "O Brasil Contemporâneo" em 1887, portanto quando ainda dispunha de todo o poder político assim se referia: "Em duas palavras: o Dr. Couto de Magalhães é um excêntrico, mas um excêntrico de talento e de coração."

Mas o pior estava por vir. Em 1889 as primeiras manifestações da terrível doença que o levaria ao túmulo começaram a dar sinais. Uma crise nervosa lhe

acometeria no ano seguinte tão logo descobrira que estava com sífilis. Em uma ocasião encontraram-no vestido no belo uniforme de general do Império, alegre e muito contente pela próxima visita que o Imperador lhe iria fazer. Só que ... o uniforme estava pelo avesso e o general, de polainas, estava descalço. Essa suposta visita que D. Pedro II lhe faria se tornaria uma fixação permanente. É então internado no Sanatório dos Ingleses, em São Paulo. No ano seguinte viaja à Europa para prosseguir no tratamento de sua já combalida saúde.

Em 92, tendo já recobrado a sanidade, regressa, para logo em seguida ser denunciado como financiador da Revolta da Armada. Floriano Peixoto determina a sua prisão. A saúde frágil levam-no a interná-lo no Hospital Militar. Pouco tempo depois, dão-lhe permissão para se ausentar do país. Retorna à Europa e vai à Argélia. De lá remete uma série de cartas que é publicada no 'Jornal do Comércio'.

Retornando ao Brasil, se torna cada vez mais recluso e passa a ser conhecido como "o solteirão da Ponte Grande" (bairro onde localizava sua residência, às margens do Tietê).

A saúde, duramente atacada pela sífilis, definhava a olhos vistos. Falece no Rio de Janeiro em 14 de setembro de 1898, a pouco mais de um mês para completar 61 anos de vida.

Homem de vida simples, quase espartana, no final da vida dedicado apenas aos livros e às suas pesquisas astronômicas, José Vieira Couto de Magalhães deixou uma vultosa fortuna para seus familiares e três filhos naturais.

Todavia, o seu legado maior foi não só o seu caracter mas sobretudo a sua antevisão de estadista voltado para o desenvolvimento econômico e social do planalto central e a sua luta pelo respeito aos indígenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JORGE, Miguel. *A vida de um homem*, Goiânia, Departamento Estadual de Cultura, 1970.

MAGALHÃES, Couto de. *Viagem ao Araguaia*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 7ª ed., 1975. [Brasiliana]

———. *O Selvagem*, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. [Reconquista do Brasil].

———. *Diário Íntimo*, (org. Maria Helena P. T. Machado), São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1998. [Retratos do Brasil]

* CARLOS GOMES DE CARVALHO

É membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, da Academia Mato-grossense de Letras, onde ocupa a cadeira 40; do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional entre outras instituições culturais.

Publicou, os seguintes livros:

1. **Legislação Ambiental Brasileira - Contribuição para um Código do**

Ambiente (Leis e Jurisprudência) - Editora de Direito, SP.

2. Dicionário Jurídico do Ambiente

Ed. Letras & Letras - S. Paulo - 1991

3. Introdução ao Direito Ambiental

Ed. Verdepantanal - Cuiabá - 1990 - 1ª ed.

Ed. Letras & Letras - S. Paulo - 1991 - 2ª ed.

Ed. Letras & Letras - S. Paulo - 1998 - 3ª ed.

4. A Natureza pede Socorro

Ed. Oriente - Goiânia - 1975 - 1ª ed.

Ed. Verdepantanal - Cuiabá - 1989 - 2ª ed.

5. Natureza

Ed. Letras & Letras - S. Paulo - 1992

6. Constituição do Estado de Mato Grosso, Leis Complementares e Legislação de Interesse dos Municípios - (Organizador dos textos, seleção e notas)

Edições CEJUP - Belém (Pa.) - 1993

Edições Verdepantanal/Ed. Adriana - Cuiabá, 1998

7. Legislação Agrária do Estado de Mato Grosso - (Organizador dos textos, seleção e notas)

Edições CEJUP - Belém (Pa.) - 1993

8. A Administração Pública e seus Servidores. (Organizador dos textos, seleção e notas)

Edições Verdepantanal/Ed. Adriana, Cuiabá, 1998

9. Convergência - I (Estudos de Direito Ambiental, Filosofia da História e Literatura)

Ed. Amazônia - Cuiabá - 1988

10. Hematopoemas

Edição da Fundação Cultural de Mato Grosso - 1989

11. A Arquitetura do Homem

Edições Matogrossenses - Cuiabá - 1980

12. Direito do Ambiente e Sociedade

in: Revista do Curso de Direito da Univ. Fed. de Uberlândia - (MG), vol.17, dez.1988

12. Congresso das Raças - Um manifesto por uma estética ecológica
(discurso de posse na cadeira 40 da Academia Matogrossense

de Letras - 1985)

13. Direito do Ambiente e Sociedade, in: Revista do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia - MG., vol. 17, dez. 1988

14. DIVERSOS OUTROS TRABALHOS FORAM, E ESTÃO SENDO, PUBLICADOS EM FORMA DE OPÚSCULOS, ARTIGOS DE REVISTAS E JORNAIS, entre os quais a revista de Cultura Vozes (Rio de Janeiro, vol 92, 1998/ Cadernos do UNICEN (Universidade de Cuiabá - UNIC, 1998), etc.

Pe. ANTÔNIO RODRIGUES, SJ

Pe. José de Moura e Silva

O sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Pe. José de Moura e Silva, escolheu para patrono o soldado, depois irmão e depois padre jesuíta Antônio Rodrigues.

O ilustre patrono tem lugar na obra do Pe. Serafim Leite - *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Tomo IX, Rio de Janeiro, 1949, pp. 81-83: *Soldado e Missionário*. Nasceu cerca de 1516 em Lisboa. Em 1535 partiu de Sevilha como soldado na Armada de D. Pedro de Mendoza. Assistiu à primeira fundação de Buenos Aires (1536) e à de Assunção (1537). Foi com Irala ao Chaco e com Fernando de Ribeira pelo Paraguai acima até ao atual Estado de Mato Grosso. Viajou, por terra, do Paraguai a S. Vicente, onde entrou na Companhia em 1553, e assinalou-se logo pela sua atividade, crédito e estima que granjeou de todos os Índios, com o conhecimento que tinha da língua tupi-guarani. Preparou com Nóbrega a fundação de S. Paulo; e em 1556 seguiu com o mesmo Nóbrega, de quem era intérprete, para a Bahía, onde fundou várias Aldeias, nomeadamente a do Rio Vermelho. Na Guerra do Paraguaçu acompanhou Mem de Sá. No segundo combate, mais difícil, Mem de Sá falou aos Portugueses, Antônio Rodrigues aos Índios, e alçaram (*sic*) vitória. Dada a sua autoridade e prudência, estudou mais algum latim e moral, ordenando-se de Sacerdote, e numa Aldeia, a de S. Pedro (Baía), celebrou a 1.^a missa, a 18 de Novembro de 1562. O B. Inácio de Azevedo levou-o para o Sul, na Armada, com o fim de ter mão e trato com os Índios, que Mem de Sá conduziu do Espírito Santo para a conquista do Rio de Janeiro em 1567, em cujo Colégio, logo fundado, permaneceu na catequese dos Tamoios e outros Índios, até à morte a 19 de Janeiro de 1568. Excelente religioso, grande língua, grande cantor e tocador de flauta: organizou os filhos dos Índios, em grupos corais, um dos segredos do seu prestígio.

1. *Cópia de uma do Irmão Antonio Rodrigues para os Irmãos de Coimbra*, de S. Vicente, 31 de Maio de 1553. (*Bras. 3(1)*, 91v-93v). Cópia em castelhano. traduzida em português e publ. em *Antônio Rodrigues, soldado, viajante e jesuíta português na América do Sul no século XVI*, com introdução e notas do Padre Serafim Leite, S. L., Rio de Janeiro, 1936, 4.^o, 20 pp. Separata dos *Anais da B. N. do Rio de Janeiro*, XLIX (1936); e em S. L., *Páginas de História do Brasil* (S. Paulo 1937) 122-136.

2. Carta do Irmão Antonio Rodrigues para o padre Nobrega [1556]. Trad. italiana em *Nuovi Avvisi*, 3.^a P. (Veneza 1562) 57-57v. transcrita de "Cartas dos Padres", cód. da B. N. do Rio de Janeiro, I, 5, 2, 38, f. 195v, em *Cartas Avulsas*, impressas em 1887, reimpressas e publicadas (Rio 1931) 232.

3. *Cartas do Ir. Antonio Rodrigues para o P. Nobrega*, s. a., *Nuovi Avisi* (1562) 57 v-58; - *Cartas Avulsas* (1931) 234-235.

4. *De uma outra do mesmo*, 1559. *Nuovi Avisi* (Veneza 1562) 58v-59.

Esta carta consta aqui de 50 linhas impressas. As primeiras 15 estão em *Cartas Avulsas*, 326, com o título de *Carta de Antonio Rodrigues para o Padre Nobrega*. A outra parte da carta trata da Guerra dos ilhéus, e é do P. António Blasques ao P. Geral, em 10 de Setembro de 1559, data que pertence à carta de Blasques, não à de Rodrigues.

5. *Cópia de quanto escreveu depois o mesmo Irmão Antonio Rodrigues ao Padre Nobrega*. Em *Nuovi Avisi* (Veneza 1652) 59v-60; - *Cartas Avulsas* (1931) 237-238.

O tradutor italiano, de *Nuovi Avisi*, vendo o nome de S. Paulo aplicado a uma terra, não advertindo que se tratava de uma Aldeia da Baía, escreveu "San Paolo di Goa". O mais corresponde.

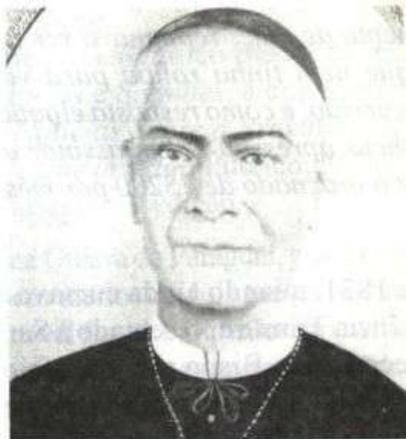
6. *Carta do P. Antonio Rodrigues ao P. Manuel da Nobrega, dando conta da vitoria alcançada por Mem de Sá na Guerra de Paraoçu*, [escrita no Paraguaçu], hoje véspera de S. Miguel [28 de Setembro de 1559]. Incluída na carta de Francisco Pires, de 2 de Outubro de 1559. ("Cartas dos Padres", cód. da B. N. do rio de Janeiro. f. 65v). Publ. em *Cartas Avulsas* (Rio 1931) 244-246.

7. *Carta de António Rodrigues ao Padre Provincial Luiz da Grã*, da Aldeia do Bom Jesus [Baía], 1561. Em "Cartas dos Padres", cód. da B. N. do Rio de Janeiro, 1, 5, 2, 38, donde se transcreveu em *Cartas Avulsas*, 295.

8. *Carta de Antonio Rodrigues para os Irmãos da Bahia*, da Aldeia do Bom Jesus, 1561. ("Cartas dos Padres", cód. da B. N. do Rio de Janeiro). Publ. nas *Cartas Avulsas*, 296-297. Tinham saído em italiano, *Nuovi Avisi*, 4.^a P. (Veneza 1565) 170-171v.

Estas duas cartas (7-8) foram-nos conservadas por António Blasques, que as transcreve noutras suas. Também depois da carta do Ir. António Rodrigues (supra nº 5), se lê em Nuovi Avisi (Veneza 1562) 60v-61: "Cópia de quanto o mesmo escreve ao P. Geral da Companhia de Jesus, da Baía do Salvador aos 10 de Setembro de 1559". Materialmente parece de António Rodrigues, autor da carta precedente, e como tal a dão Barbosa Machado, Sommervogel, e Streit; mas é de António Blasques, como se infere dos adjuntos e consta de outros documentos. - Ver Blasques (António).

Serafim Leite. *Um Lisboaeta Ilustre do Século XVI - António Rodrigues, Soldado, Conquistador e Jesuíta no Boletim Cultural e Estatístico (da Câmara Municipal de Lisboa)*, 1 Lisboa 1937) 327-331".



DOM JOSÉ ANTÔNIO DOS REIS - 1º BISPO DE CUIABÁ

Clóvis de Mello

I - SÍNTESE BIOGRÁFICA

Nasceu em São Paulo, a 10 de janeiro de 1798 e faleceu em Cuiabá, a 11 de outubro de 1876. Formou-se em Direito, em 1832, pela faculdade de Direito de São Paulo, sendo da 1ª Turma daquela Faculdade.

Descendente de família humilde, a seu respeito escreveu Nabuco de Araújo, citado por ESTEVÃO DE MENDONÇA nas *Datas Mato-Grossenses*:

Coberto de andrajos, com os pés nus, exausto de fome, gelado pelo frio e pela sede, sofrendo dias inteiros a falta de nutrição pelo vexame de estender a mão para pedir, não faltava contudo às aulas, cuidando de alimentar o espírito com mais preciosa seiva, merecendo pela assiduidade, estudo e aplicação, a atenção de seus mestres e condiscípulos. As horas vagas, empregava-as o excelente moço em remendar no fundo do aposento, e com suas próprias mãos, os sapatos e as roupas; sentado sobre uma pele de carneiro, que lhe servia de leito, tecia meias para vender e assim minorar a sua miséria. Por essa forma, conseguiu o termo dos seus estudos eclesiásticos, e sendo aprovado com louvores, foi proposto pelo proprietário da cadeira para o lugar de lente substituto de Teologia Dogmática e Moral. Contra essa indicação insurgiram-se os seus companheiros de turma,

3. Com (1562) 57 *sob o fundamento de que "repugnava ver na cadeira do magistério um homem que nem tinha roupa para vestir-se decentemente". Sabedor do ocorrido, e como resposta eloqüente àquela imposição, o bispo D. Matheus apressou-se em assinar a portaria de nomeação, marcando-lhe o ordenado de 7\$200 por mês.*

A 27 de agosto de 1831, quando ainda cursava a Faculdade de Direito, fora eleito Bispo pela Regência Trina e apresentado à Santa Sé por Carta Imperial de 07.01.1832, sendo preconizado Bispo por Gregório XVI, a 02 de junho do mesmo ano. Recebeu a sagração episcopal das mãos de Dom Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, tomando posse do seu bispado a 02.06.1833, por seu procurador - Cônego JOSÉ DA SILVA GUIMARÃES, e, a 27 de novembro do mesmo ano, chegava a Cuiabá.

No morticínio de 30 de maio de 1834, conhecido pelo nome de "RUSGA", Dom José, procurando aplacar a ira popular, saiu às ruas com o crucifixo às mãos; porém, baldados foram seus esforços e suas súplicas. O levante explodiu e se espalhou por toda a Província. O povo irado reclamava a retirada dos portugueses do solo pátrio.

No mesmo ano de 1834, Dom José teve de seguir para o Rio de Janeiro, como representante de São Paulo na Câmara dos Deputados, só retornando à Cuiabá em janeiro de 1842. Todavia, no Rio, para onde levou alguns candidatos ao estado eclesiástico, cuja preparação fora iniciada pelo Frei José Maria de Macerata, teve D. José a oportunidade de ordenar vários sacerdotes: PP. Benedito de Araújo Filgueira e Manoel da Costa e Silva, em 1839; em 1840, ordenou mais quatro padres: PP. Bernardino Rodrigues Nunes, José de Vasconcelos Castelo Branco, Joaquim José Ferreira da Cunha e Manoel Pereira Mendes. Estes seis padres vieram imediatamente para Cuiabá. Educador emérito, Dom José organizou o ensino eclesiástico em sua própria residência na Rua Antônio Maria. Fundou, em 1853, o Seminário da Conceição, tendo sido nomeado o Pe. Ernesto Camilo Barreto para reger a Cadeira de Teologia Dogmática e Moral. Todavia, o lançamento solene da pedra fundamental do Seminário da Conceição somente ocorreu a 07 de dezembro de 1858. Falecido em 1876, apesar de todos seus esforços, Dom José não conseguiu ver terminado o Seminário, cujas obras foram concluídas, em 1882, por Dom CARLOS LUÍS D'AMOUR.

O Seminário da Conceição viveu nos anos de 1853 a 1866 seu período áureo.

Comendador da Ordem de Cristo, Prelado Doméstico e Conde Romano, o 1º Bispo de Cuiabá foi, em Mato Grosso, um dos iniciadores do abolicionismo. Era

sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de várias outras sociedades culturais. Escreveu *Pastorais* e *Sermões*, a cujo respeito disse Joaquim Ferreira Moutinho, em sua obra *Notícias Sobre a Província da Mato Grosso*: - *Se fossem publicados lhe fariam o nome imortal*. Publicou: *Compêndio de Teologia Moral*, dois volumes, 1837, que atingiu a 3ª edição.

Em 1867, em plena Guerra do Paraguai, grassou na Província da Mato Grosso a epidemia da varíola e, em menos de dois meses, metade da população de Cuiabá pereceu vitimada pelo terrível flagelo. Dom José transformou sua própria residência em hospital para os enfermos; passava as noites em permanente vigília, num trabalho da profunda piedade e santa abnegação.

Eis a razão pela qual, o nosso confrade ESTEVÃO DE MENDONÇA tinha dele este conceito: *Todo o bem que se pode dizer do Bispo Dom JOSÉ ANTÔNIO DOS REIS, falecido nesta capital a 11 de outubro de 1876, ficará sempre aquém das suas virtudes*.

Ao tomar posse na Poltrona Acadêmica nº 9, RUBENS DE MENDONÇA reafirma o justo conceito que o ilustre pai tinha a respeito de D. JOSÉ. Transcreve, também, notícia da morte de Dom JOSÉ, publicada pela *Situação*, jornal da época:

Em seu belo caráter predominavam notavelmente a mansidão e a bondade. Durante a cruel epidemia da varíola que se manifestou em Cuiabá e assolou toda a Província, o digno prelado não se afastou do foco pestilento e com sua palavra consoladora e bolsa caridosa correu em socorro dos seus diocesanos.....Depois de um tranqüilo e edificante episcopado de quarenta e três anos, dez meses e três dias, o mais longo que tem havido no Brasil, expirou rodeado de amor e veneração do seu rebanho, que o pranteou como verdadeiro pai. O palácio episcopal não poderia conter a onda de povo para vê-lo partir para a derradeira viagem. No dia 12, o seu cadáver, que não pôde ser embalsamado, foi levado com um acompanhamento de mais de cinco mil pessoas e sepultado na Catedral. Foi nesse momento que vozes se ergueram uníssonas exprimindo o pensamento, que será guardado como relíquia do ilustre morto: "ASSIM SE PODE MORRER!"

Esta síntese biográfica de Dom JOSÉ ANTÔNIO DOS REIS de minha autoria, publicada no *D.O. Cultura*, edição de 30.11.93, não revela, nem de longe, a grandiosidade da vida e da obra do Primeiro Bispo de Cuiabá.

Passamos, assim, a descortinar as passagens mais importantes da vida do grande varão paulista e mato-grossense.

II - O PRIMEIRO NETO DE TIBIRIÇA NO EPISCOPADO NACIONAL

O Pe. Wanir Delfino César, meu ilustre mestre, do I.H.G.M.T, Instituto Histórico Geológico de Sorocaba e da Academia Mato-Grossense de Letras, cuja presidência exerceu antes que insidiosa moléstia o roubasse de nosso convívio, escreveu, sob o título epigrafado, os dados genealógicos do primeiro Bispo Diocesano de Cuiabá, Dom JOSÉ ANTÔNIO DOS REIS (Rev. do I.H.G.M.T- 1953-1954 - Tomos LIX-LXII - Anos XXV - XXVI).

Nesta preciosa pesquisa, o Pe. Wanir nos revela a árvore genealógica de Dom JOSÉ até Martin Afonso Tibiriçá, o famoso cacique que ajudou os jesuítas na consolidação da Missão, a 25 de janeiro de 1554, data consagrada como de fundação da cidade de São Paulo.

Dom JOSÉ era filho de Francisco Mendes de Oliveira, falecido em 18 de outubro de 1804, e de Ana Maria Franco, cujo óbito ocorreu a 22 de outubro de 1812. Nascido em 10.01.1798. Dom JOSÉ ficou órfão em tenra idade, quando passou aos cuidados de um tio, Cônego da Sé, que, já muito idoso, logo veio a falecer.

Órfão e sem recursos, árdua foi a caminhada de Dom JOSÉ rumo ao seu luminoso porvir.

Na *Síntese biográfica de Dom JOSÉ ANTÔNIO DOS REIS*, elaborada por Luis-Philippe Pereira Leite, da Academia Mato-Grossense de Letras e do I.G.H.M.T, cuja Presidência exerceu, ao longo de 20 (vinte) anos, no período de 1976 a 1996, quando, praticamente, foi o mecenas das Revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, refere-se o eminente historiador, que é membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aos mais diferentes aspectos da vida do varão ilustre Dom JOSÉ ANTÔNIO DOS REIS (Rev. Do I.H.G.M.T, - 1955- 1976- Tomos LXIII - CVI - Anos XXVII - XLVIII, págs. 118/128)

Neste excelente trabalho, Luis-Philippe ressalta o Curso de filosofia realizado por Dom JOSÉ, em 1813, quando o mais brilhante orador sacro do Brasil Imperial, o padre Frei Francisco de Montalverne, abriu, em São Paulo, um Curso de Filosofia, no qual se destacou Dom JOSÉ, atraindo para ele as atenções do próprio Bispo Diocesano de São Paulo, Dom Matheus da Abreu Pereira.

Justifica-se, assim, a proteção dispensada por Dom Matheus ao jovem estudante, estimulando-lhe a carreira eclesiástica e nomeando-o altareiro da Sé. Versado em filosofia, devotado inteiramente aos estudos, apesar das condições adversas, foi relativamente fácil ao obstinado estudante ingressar no campo da Teologia, com grande aproveitamento, sendo ordenado sacerdote no sábado santo do ano de 1821, aos 23 (vinte e três) anos de idade.

Note-se, outrossim, que, tamanha era a inteligência e preparo do então jovem clérigo, que ainda em 1818, aos 20 (vinte) anos de idade, foi nomeado professor substituto das cadeiras de Teologia Dogmática e Moral, até 1821, data de sua ordenação e, no dia da Páscoa, celebrou sua primeira missa.

Consta que o Pe. JOSÉ ANTÔNIO DOS REIS tomou parte discreta nos pródomos da Independência e que estivera ao lado do Príncipe D. Pedro, na noite da Independência, no Teatro de São Paulo.

IV - OUTRAS ATIVIDADES DE DOM JOSÉ, APÓS SUA ORDENAÇÃO.

Em 1823 seguiu para Minas Gerais, para ensinar Filosofia na cidade de Pouso Alegre, exercendo o magistério e o sacerdócio.

Em 1825, a chamado do Presidente da Província de São Paulo, Monteiro de Barros, Visconde de Congonhas do Campo, o Pe. JOSÉ ANTÔNIO DOS REIS assumiu a direção da primeira Biblioteca Pública da Província, por indicação do Bispo Dom Matheus.

Exerceu, também, as funções de membro do Conselho Geral da Província, Vereador da Câmara Municipal, Juiz de Paz de Sé e, como sacerdote, foi Capelão e Diretor do "Convento de Santa Teresa". Foi, ainda, Deputado à Assembléia Provincial, da qual foi Presidente.

A primeira Biblioteca Pública da Província funcionou, inicialmente, em salas do velho Convento de São Francisco e fundiu-se, mais tarde, com a Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo, situada ao lado do referido Convento, no Largo de São Francisco.

V - DOM JOSÉ - O JURISTA

Os Cursos jurídicos no Brasil foram criados pelo Ato Imperial de 11 de agosto de 1827.

O Pe. JOSÉ ANTÔNIO DOS REIS matriculou-se, em 1828, na 1ª Turma da Faculdade de Direito de São Paulo, tendo colado grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 24.10.1832, obtendo, pela sua aplicação, medalha de ouro, podendo-se afirmar que foi o aluno nº 1 da primeira turma da Faculdade de Direito de São Paulo, tendo sido aluno, dentre outros, de PRUDÊNCIO GIRALDES TAVARES DA VEIGA CABRAL, Professor da Cadeira de Direito Civil, cuiabano, Patrono da Cadeira nº 10 da Academia Mato-Grossense de Letras, cujo ocupante

é o eminente jurista Acadêmico Corsíndio Monteiro da Silva, um dos luminares das letras jurídicas pátrias.

Por ocasião do sesquicentenário da criação dos dois primeiros Cursos Jurídicos no Brasil, em São Paulo e Pernambucano, pela Lei Imperial de 11 de agosto de 1827, o Centro Acadêmico XI de Agosto da veneranda Faculdade de Direito de São Paulo prestou homenagem a Dom JOSÉ com uma placa de bronze, colada ao pedestal de seu busto, em frente ao vetusto Seminário da Conceição, que ele edificou na colina do Bom Despacho. Na placa, estão gravadas estas palavras:

Ao aluno nº 1 da Faculdade de Direito de São Paulo - Da 1ª Turma, em 24-10-1832 Dom José Antônio dos Reis, no centenário de sua morte. Homenagem eterna dos Acadêmicos de S. Paulo.- Centro Acadêmico XI de Agosto - 11- X - 1976.

A propósito do tema, escreveu o Acadêmico Ernesto Pereira Borges, que foi titular da Cadeira nº 6 da Academia Mato-Grossense de Letras e Secretário do I.H. G. M.T, estas palavras:

[...] pondo assim em destaque o valor e a significação dessa homenagem vinda dessa augusta Faculdade de Direito para o saudoso Bispo de Cuiabá, que foi o seu primeiro aluno matriculado e primeiro Diplomado, em primeiro lugar e com medalha de ouro. "Colocada e assim considerada, dentro das contingências difíceis de sua época, e dentro das circunstâncias precárias do meio em que atuou, a figura do saudoso Dom José se projeta em toda dimensão e altitude, com os atributos e as qualidades extraordinárias de sua excelsa personalidade. (Revista do I.H.G.M.T - 1978 - Tomos CLX - CX - Ano L - pág.45).

VI - DOM JOSÉ - BISPO DE CUIABÁ

Corria o ano de 1831, quando, certo dia de setembro, em plena manhã radiosa, quando o Pe. JOSÉ ministrava de diácono em Missa Solene, chegou-lhe o decreto da Regência de 27 de agosto que o elegia Bispo de Cuiabá. Era o primeiro paulista, neto de TIBIRIÇA, elevado às honras do episcopado. Era, também, o primeiro Bispo saído Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

Foi Sagrado a 8 de dezembro de 1832 e iniciou sua penosa viagem para a Diocese de Cuiabá, no segundo semestre de 1833.

Em lenta cavalgada, em lombo de burro, inicia Dom JOSÉ o longo itinerário terrestre, passando pela Vila Boa de Sant' Ana de Goiás, quando teve a oportunidade feliz de sagrar o primeiro Bispo daquela Diocese, Dom Francisco Ferreira de Azevedo, a 29 de setembro de 1833.

Na formosa oração que proferiu na sessão de sua posse no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1954, por ocasião do IV Centenário da cidade de São Paulo, Dom Francisco de Aquino Corrêa faz questão de ressaltar quão difícil teria sido a travessia do incomensurável deserto oriental de Mato Grosso, nos idos de 1833:

Que horror! quando, ao cair das tardes, os índios bravos assobiavam, os jaguares rugiam, as cascavéis chocalhavam, as antas estatelavam o mato no seu trote desabalado, e as varas de queixadas avançavam, estralejando os colmilhos, num retintim de combate!

A Diocese de Cuiabá foi criada pela Bula *Sollicita catholici gregis cura*, de Leão XII, em 15.07.1826.

A então Prelazia de Cuiabá fora administrada, no período de 1808 a 1821, por Dom Luís Pereira de Castro, que faleceu em 1821, sendo substituído pelo frei José Maria Macerata, que governou a Prelazia de 1823 a 1831, quando foi destituído de suas funções por decreto regalista da Regência, expedido pelo Ministério da Justiça e Negócios Eclesiásticos, por não ser brasileiro. O Arcebispo da Baía nomeou Pe. Antônio Tavares, Vigário Capitular, em 1831, até a chegada de Dom José.

Mato Grosso viveu um período político muito conturbado, a partir da nomeação do último Capitão-General, Francisco de Paula Magessi Tavares, que assumiu a administração da Capitania a 6 de janeiro de 1819. Seu governo foi absolutamente desastroso e impopular, o que resultou na sua deposição na noite de 19 para 20 de agosto de 1821. A propaganda da Independência muito contribuiu para recrudescer o sentimento nativista. Em 1821, assumiu o poder uma Junta Governativa, sob a Presidência de Dom Luis de Castro Pereira, Prelado de Cuiabá e Bispo de Ptolomaída, que veio a falecer no exercício dessas funções, no mesmo ano de 1821, e foi sepultado na Catedral. *Nessa fase de transição do período colonial para o primeiro império, Mato Grosso viveu um regime de anarquia que durou até 1825, quando assumiu o governo da então Província de Mato Grosso o Tenente-Coronel José Saturnino da Costa Pereira.* (História de Mato Grosso, de Rubens de Mendonça, 3ª edição, 1981, pág. 27).

A conjuntura política continuou conturbada, mesmo após a posse do Presidente Antônio Corrêa da Costa, em 21 de julho de 1831, o qual enfrentou novas dificuldades, até que, não querendo participar do levante que então se prenunciava, entregou o

Governo ao Capitão José de Melo Vasconcelos e este, em seguida, o transferiu ao Coronel João Poupino Caldas, caudilho de real prestígio na Província.

Dom Aquino, no seu discurso de posse no I.H.G.S.P, registra a injustiça praticada contra o Frei José Maria de Macerata, “santo e taumaturgo”, destituído de sua investidura prelatícia, fato este que concorreu para o recrudescimento do “JACOBINISMO INDÍGENA”. E assinala:

Quer-me parecer que esta mesma atmosfera pesada e lúgubre, em que Dom José foi encontrar a diocese, não permitiu que a sua recepção correspondesse à magnitude do evento. Esta, ao menos, a impressão que nos causa, e a explicação que nos sugere o silêncio das crônicas.

VII - DOM JOSÉ E A “RUSGA” OU “MATANÇA DOS BICUDOS

Sob a inspiração e o comando do Cel. João Poupino Caldas, a 30 de maio de 1834, por volta das 11 horas da noite, irrompeu o movimento nacionalista contra os “bicudos”, alcunha pejorativa que os cuiabanos davam aos portugueses. Era a reação violenta e sanguinária contra os portugueses, cuja tirania, no período colonial, deixara marcas profundas nos brasileiros que viviam nesta distante Província.

Ninguém poderia refrear a fúria da massa popular que exigia a retirada dos portugueses do solo pátrio. Muitos portugueses foram assassinados e seus estabelecimentos comerciais completamente depredados.

Dom JOSÉ, nessa hora de horror, angústia e confusão, empunhando um grande crucifixo, saiu pelas ruas, tentando acalmar a população revoltada. Tudo em vão.

Dom Aquino perpetuou o fato neste soneto:

*Ao grave badalar do sino sobre a torre,
Em plena meia-noite, eis que o motim se agita:
Vibram os clarins, cortando a calada infinita
E há tropel de quem foge, e vascas de quem morre.*

*O sangue português em púrpuras escorre,
No vale em flor, por onde o Cuiabá dormita:
Trinta de maio! Noite atroz! Noite maldita!
Que eterno sobre ti, o nosso pranto jorre!*

*Então foi que se viu (aparição arcana!)
Entre acesos brandões, a pé, de rua em rua,
O Bispo Dom José passar, triste e silente!*

*Nas mãos ambas erguendo a cruz, onde amplamente,
Cristo os braços abria, exangue, à luz da lua,
Aplacando o furor da tempestade humana!*

VII -DOM JOSÉ NA CORTE

No período de 16 de outubro de 1834 a 20 de janeiro de 1842, Dom JOSÉ permaneceu ausente da Diocese, no Rio de Janeiro, convocado que fora como representante de São Paulo na Câmara dos Deputados. Em duas legislaturas consecutivas, Dom JOSÉ, Bispo e Jurista, bem cumpriu seu mandato de Deputado.

Em 24 de agosto de 1839, foi empossado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o “Silogeu Brasileiro”, a que haveriam de pertencer, também, o Bispo Dom Carlos Luíz D’Amour e o Arcebispo Dom Francisco de Aquino Corrêa.

Coube-lhe, ainda, officiar a sagração episcopal de Dom Manoel de Monte Rodrigues da Araújo, como Bispo Diocesano do Rio de Janeiro e futuro Conde de Irajá, pondo fim a uma pendência entre a Santa Sé e o Governo Imperial.

Participou, a 18 de julho de 1841, da solene coroação do Imperador Dom Pedro II, ostentando no peito a cobiçada comenda da Ordem de Cristo.

Não descurou dos seus misteres de Bispo, eis que ordenou dezenas de sacerdotes, além de participar da formação dos candidatos da Diocese da Cuiabá, que ele levava consigo.

Durante a permanência de Dom JOSÉ na Corte, o Bispado de Cuiabá foi governado pelo Pe. José da Silva Guimarães, de 1834 a 1841.

Dotado de grande cultura, o Pe. José da Silva Guimarães exerceu importantes cargos eclesiásticos e civis, inclusive o de Presidente da Província, no período de 1840 a 1843. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e é o Patrono da Cadeira nº 7 da Academia Mato-Grossense de Letras, ocupada pela querida confrreira D. Maria de Arruda Müller, decana do Sodalício.

VIII - O SEMINÁRIO DA CONCEIÇÃO - A VOCAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO FOI UMA CONSTANTE NA VIDA DE DOM JOSÉ.

No seu retorno definitivo para Cuiabá, cuidou desde logo de organizar o ensino eclesiástico, com o firme objetivo da fundação de um Seminário. Por este ideal, ele haveria de derramar sangue, suor e lágrimas que se fundiram nas grossas paredes da majestosa construção.

Por ocasião do Centenário do Seminário da Conceição, Dom Orlando Chaves, então Arcebispo Metropolitano de Cuiabá, editou importante Carta Pastoral, para comemorar o “gratíssimo acontecimento”. Desta histórica Carta Pastoral colhem-se preciosas informações a respeito do magistério de Dom JOSÉ até o lançamento da pedra fundamental, a 7 de dezembro de 1858; sua fase áurea de 1853 a 1866; sua decadência a partir da guerra do Paraguai.

Assim, Dom José, em aqui retornando, deu início às aulas de Teologia em sua própria residência, na Rua Antônio Maria, velho sobrado onde funcionou a primeira Cia. Telefônica de Cuiabá. Em 1844, nomeou o Pe. Manoel Simões Pires de Miranda professor público de Teologia Moral, ampliando o ensino, até então ministrado só por ele. Ordenou quase duas dezenas de sacerdotes.

A 13 de abril de 1853, obteve Dom JOSÉ a edição do Decreto Imperial nº 1.149, que criava oficialmente a Cadeira de Teologia Dogmática e Moral e, a 22 do mesmo mês, Aviso Ministerial nomeava o Pe. Ernesto Camilo Barreto, da Arquidiocese da Bahia, para vir reger a recém-criada Cadeira. O Curso do Seminário funcionou, inicialmente, na própria residência episcopal e, posteriormente, nas sacristias da antiga Capela do Bom Despacho. Os Estatutos foram aprovados em 15 de setembro de 1854.

Dom JOSÉ, com muita persistência, queria um edifício próprio para o Seminário a que deu o nome de “Seminário da Conceição” em homenagem à Padroeira do Império.

Com uma Diocese completamente parca de recursos, Dom JOSÉ teve de socorrer-se de muitas súplicas ao Governo do Império e da Província. Lançada a pedra fundamental a 7 de dezembro de 1858, a obra só foi completada em 1882, pelo bispo Dom Luis D'Amour. Todavia, em 1863, o prédio já oferecia condições de nele funcionarem as aulas.

Em sua Carta Pastoral, assim se refere Dom Orlando Chaves ao prédio do Seminário:

Dom José, varão de vistas largas, quis que a grandiosidade do edifício do Seminário refletisse a idéia que êle tinha da formação do Clero da Diocese. Escolheu o engenheiro do Exército Major Pedro Heitor, homem competente, para elaborar-lhe a planta, cabendo ao nobre Capitão Antônio Cerqueira Caldas, mais tarde Barão de Diamantino, dirigir as obras.

Por muitos anos seria o edifício mais grandioso da Capital e da Província. Hoje ainda pode ser admirado em toda a majestade de suas alas: a fachada voltada para o nordeste tem 39 mts. por 13,50

mts. e a ala do Sudeste, 48 mts. por 13 mts. A altura 12mts., em dois andares. A construção ocupa uma área de 1.150 mts.2, com 2.300 mts.2 de pavimento nos dois andares. Os alicerces da pedra canga sustentam vigorosamente as paredes de 1 mt de largura e 12 mts. de altura, de taipa socada. Seu perfeito estado após 100 anos atesta a solidez da construção.

A ampla escadaria de pedra de 7 mts. de largura, da fachada, com que se sobe da portaria do Seminário para a Igreja do Bom Despacho também é construção de Dom José.

O corpo docente do Seminário, sob a direção do Pe. Ernesto Camilo Barreto, era da melhor qualidade e, naquela época, era o único Estabelecimento de Ensino Secundário da Província; foi o centro de estudos da juventude cuiabana e por ali passaram grandes vultos da história mato-grossense, como os irmãos Murinho, Generoso Ponce, o Almirante João Batista das Neves, o Senador Azeredo, entre outros varões ilustres.

O Seminário da Conceição foi a grande obra de D. José.

Em *Lendas e Tradições Cuiabanas*, o historiador Francisco Alexandre Ferreira Mendes, Edição da Fundação Cultural de Mato Grosso, 1977, narra, que de 1890 a 1894, esteve o Seminário entregue aos padres Lazaristas. Com a retirada dos Lazaristas, o Seminário voltou à administração direta do bispo. Em 1895, com a idade de dez anos, entrou como aluno o menino Francisco de Aquino Corrêa, o futuro grande Arcebispo. Fechado o Seminário em 1899, Dom Aquino foi para o Liceu Salesiano São Gonçalo e a 4 de novembro de 1904 ingressou no Noviciado Salesiano do Coxipó, iniciando a sua brilhante trajetória. Os missionários franciscanos dirigiram de 1904 a 1907. Dom Carlos, que residia na Rua 13 de junho, transferiu sua residência para o Seminário. Dom Aquino, ao deixar o Governo do Estado, a 22 de janeiro de 1922, passou a residir no Seminário, onde permaneceu por trinta anos. De 1934 a 1941, Dom Aquino implantou o Noviciado no Seminário, que reviveu seus dias de glória. Quarenta e três estudantes chegaram ao sacerdócio, entre eles os Padres Pedro Cometti e Firmo Pinto Duarte.

Com a Segunda Guerra Mundial, terminaram as expedições missionárias e o Seminário transformou-se em Aspirantado. Em 1957, com a posse de Dom Orlando Chaves na Arquidiocese, o Seminário manteve um curso ginásial, ocupando todo o prédio. Dom Orlando passou a residir na "Torre de Marfim", Palácio Arquiepiscopal. Posteriormente, a Rádio Bom Jesus instalou-se no prédio, onde também se encontra o "Museu Dom Aquino", por iniciativa feliz do Pe. Wanir Delfino Cesar. No período de 1918 a 1922, o Frei Ambrósio Daydé, tendo como arquiteto e construtor o também francês Leon Joseph Louis Mousnir, fez erigir no alto do morro do Seminário, no local

da antiga capela, “a pequena obra prima da arquitetura”, em estilo predominantemente gótico. O Seminário da Conceição ficou situado entre o Palácio Episcopal e a Igreja do Bom Despacho, sendo este monumento escolhido como símbolo de Cuiabá e foi tombado pela Fundação Cultural de Mato Grosso, D.O.E., de 13/10/1977.

IX - PELICANO DO DESERTO, DOM JOSÉ!

Ao cuidar do apostolado de Dom JOSÉ, quando do seu retorno definitivo para Cuiabá, Dom Aquino o cognomina “Pelicano do Deserto”:

Aqui começa propriamente o grande episcopado de Dom José: sepultou-se vivo, no deserto, donde não mais saiu, ao longo de quase trinta e cinco anos! Por toda aquela silenciosa amplidão, só se ouvia palpitar um coração de Bispo: era o seu!

Mais adiante, assinala o grande Arcebispo:

Coube ao primeiro Pastor daquele imenso aprisco, lídimo Pastor, que por tantos anos, dia e noite, conviveu com as suas ovelhas, infundir-lhes nova vida, ou melhor, a própria vida, plasmando assim, paternalmente, a alma do nosso povo.

Em seguida, vem a linguagem metafórica da ave “hierática e sagrada”:

É o pelicano um corpulento palmíde das solidões marinhas do Medio, a quem dedicou a musa de Musset clássicos versos, poetizando a tradição popular de que nutria ele os filhinhos com a própria carne e sangue. E assim, quando, à tarde, uma dessas tardes melancólicas do oceano, volta ele ao ninho, cansado de longos e inúteis vôos, diz o poeta que a faminta ninhada corre a receber o biscato, mas o pobre pássaro, que nada pescou, só lhes propina, por único alimento, o coração a sangrar: “Pour toute nourriture, il apporte son coeur!”

Pelicano do deserto, Dom José! Pelicano da solitária Diocese de Cuiabá! Foste, em verdade, essa ave hierática e sagrada, que, na tua extrema pobreza, não pudeste oferecer aos filhos espirituais senão o teu coração de Bispo! Mas, nesse coração, os alimentastes com os manjares da imortalidade, que são a fé, a esperança e a caridade!

Depois de referir-se às raras, mas bem preparadas visitas, às sessenta Cartas Pastorais, às suas constantes pregações das verdades eternas, à sua devoção à Virgem Maria, cuja Imaculada Conceição defendeu perante o Papa Pio IX, Dom Aquino assim encerra este título:

Pelicano do deserto, Dom José! Mas foi, sobretudo, com a caridade evangélica do teu coração, que sustentastes o teu povo, pugnando pelos direitos dos humildes, dos pobres e dos escravos, e confortando a todos, nos transeis mais angustiosos, como a "Rusga", a Guerra do Paraguai e as "bexigas", ou peste da varíola, em que viste tombar mais da metade de teus padres, e em que tal foi a mortandade, que mal se podiam sepultar os cadáveres, apesar de teres instalado no teu Seminário e na tua residência particular dois hospitais de variolosos, de quem te fizeste o mais caridoso enfermeiro!

X - MORTE GLORIOSA

A biografia de Dom JOSÉ ANTÔNIO DOS REIS, Primeiro bispo de Cuiabá, constante da magnífica oração de posse do Arcebispo Dom Francisco de Aquino Corrêa no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, acha-se publicada no volume II, Tomo III, da obra comemorativa do centenário de nascimento de Dom Aquino, organizada pelo ilustre Acadêmico Corsíndio Monteiro da Silva, Brasília, 1985, e impressa no Centro Gráfico do Senado, com expressa autorização dos Senadores Nilo Coelho e Moacyr Dalla e o empenho do Senador Gastão Müller, representante de Mato Grosso na Câmara Alta. Esta edição especial das obras de Dom Aquino constitui marco relevante da cultura mato-grossense e brasileira, merecendo especial destaque e referência.

Ao fazer referência a morte de Dom JOSÉ sepultado na Igreja Matriz, como o foi Pascoal Moreira Cabral, relembra Dom Aquino a imponência dos ofícios fúnebres que então foram celebrados reunindo as mais altas autoridades até os mais humildes fiéis, quando a alma popular não se conteve e murmurou:

Assim se pode morrer!

Reportando-se à Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XXXIX, parte segunda, página 535, ano 1876, transcreve o exórdio da oração proferida no Silogeu Brasileiro pelo Dr. J. Tito Nabuco de Araújo:

Ouçõ agora uma música celeste; parece que meus olhos estáticos contemplam um quadro maravilhoso; Vejo um túmulo cercado de querubins e anjos, desferindo em haspas eólias, cânticos sagrados. O perfume da mira embalsama a atmosfera; uma luz semelhante à eletricidade refulge no mármore; o orvalho bendito das lágrimas de milhares de justos, dourados pelos reflexos da luz divina, caem como chuva de ouro sobre uma fronte adormecida e cercada da auréola dos eleitos do Senhor.

*Quem é o santo, que dorme?
De quem essa lousa, convertida em trono de glória?
Um coro angélico, como jamais ouvirei na terra, glorificou o nome
do justo e sagrou um santo.
O justo e o santo, que os arcanjos memoram no céu, chamava-se
entre os vivos Dom José Antônio dos Reis, Bispo de Cuiabá.*

E Dom Aquino conclui sua elocução com estas palavras:

*Depois de tudo isto, Senhores, é natural e justo que, também nós
repitamos com o povo cuiabano:*

*“Assim se pode morrer!” Porque, morrer assim, não é morrer, mas
imortalizar-se!”*

Há 20 séculos, o filho de um carpinteiro nascia, em Belém, numa choupana e foi colocado por sua mãe numa manjedoura, que lhe serviu de berço.

Dezenove séculos mais tarde, Dom JOSÉ foi um dos mais humildes servidores do filho de José e Maria.

Novos pregadores surgiram para a defesa do domínio material, mas a grandeza do espírito resplandece para o predomínio de um mundo novo, na visão beatífica de Deus e do mundo da espiritualidade. Há uma inquietante perplexidade em todo o orbe, num mundo conturbado pela agitação cibernética. Parece que é chegada a hora do apocalipse! É nessa hora que ressurgem os “mágicos”, que vão sustentar, com pilastras imperecíveis, as colunas mestras da humanidade inteira. É nessa hora que ressurgem os heróis, os justos e os santos, como paradigmas do homem e da humanidade.

Dom JOSÉ ANTÔNIO DOS REIS é um dos “magos”, que nos despertam para a caminhada em direção à espiritualidade, independentemente da crença que professamos.

Cuiabá, janeiro de 1999.

JOSÉ ANTÔNIO PIMENTA BUENO

João Antonio Neto

Foi encontrado, exposto, recém nascido, na manhã de 4 de dezembro de 1804, à porta da casa do Cirurgião-Mor, José Antônio Pimenta Bueno, que o recolheu, batizou-o e lhe deu o próprio nome.

Doutorou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, tendo ingressado mais tarde na Magistratura, como Juiz-de-Fora de Santos; Deputado, de 1845 a 1847 e Senador por São Paulo; presidente das Províncias do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso (1836).

Em 1859, chegou a Conselheiro de Estado, tendo sido Ministro de Estrangeiros, em 1848. Em 1870 tornou-se Presidente do Conselho e foi durante o seu Ministério que se publicou o Manifesto Republicano em 1870. Como Conselheiro de Estado foi o primeiro a formular o conjunto de medidas *que desenraizou a escravidão do nosso solo, em 1871* (Tavares Lira). Refere-se o historiador à Lei que declarou livres os nascituros.

Pimenta Bueno foi *uma das grandes assumidades da ciência jurídica. Foi político, Deputado, Senador, Chefe de Gabinete, plenipotenciário, em arriscada missão (no Paraguai); mas, acima de tudo, foi o grande comentarista da Constituição do Império, a que dedicou um livro, clássico em nossas Faculdades.*¹ *O livro magistral, diz Haroldo Valadão – (naquela sua personalíssima linha filosófica, comparatista e realista), metódico, sistemático, claro, completo, profundo, harmonioso e agradável, com divisões perfeitas e facilmente acessíveis. Penetrou, disse, 'por conexão indeclinável', no Direito Administrativo e no Judiciário, desenvolvendo na parte do Poder Executivo, o Conselho de Estado, e o Ministério Público, alteando o Poder Judiciário, mas dando ênfase exemplar aos Direitos dos Brasileiros, com o último e mais desenvolvido Título da obra.* (op. cit. p. 138)

A respeito de *Direito Internacional Privado e Aplicação de seus princípios às Leis Particulares do Brasil* (1863), o mesmo H. Valadão explica: *Nem na Espanha nem em Portugal, nem na América Central ou América do Sul, havia ainda aparecido qualquer trabalho doutrinário, completo e metódico como aquele. No mundo havia os trabalhos de Story nos Estados Unidos, 1834, Roco na Itália,*

¹ - MENDONÇA, Estêvão de. *Datas Matogrossenses*, p. 164. Segundo o nosso historiador, Estêvão de Mendonça, Bueno deixou, em sua passagem pela administração de Mato Grosso 'sulcos profundos'. Entre muitas obras assinaláveis, o mesmo historiador destaca Ter sido Bueno quem introduziu a 1ª tipografia na Província, o que deu origem ao jornalismo deste Estado (O 1º jornal, *Themis Mato-Grossense*, circulou a 14.8.1839). Bueno também consolidou os direitos de Mato Grosso à região que, hoje, constitui o Município de Paranaíba (MS), que era disputado por Goiás.

1836, Westlake na Inglaterra, 1858, que eram respeitáveis, de alto valor, mas sem um tratamento sistemático dos assuntos que constituem o objeto da disciplina. A única equiparável no método de Pimenta Bueno foi a de Von Bar, saída em Hanover, menos de um ano antes, em 1862, e que era conhecida do tratadista brasileiro.²

Não discrepa destes encômios o que se diz na *História Geral da Civilização Brasileira*, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda: *Além disso pode gloriar-se o Brasil de ter produzido a primeira obra sistemática, precisa e completa sobre o conflito de leis no espaço: o "Direito Internacional Privado" de Pimenta Bueno (Rio, 1863), obra pioneira magistral.*³

Outro trabalho seu, de méritos incontestáveis e de caráter renovador e criativo é *Apontamentos sobre o Processo Criminal pelo Juri*, de 1849, o qual foi uma das conseqüências felizes da publicação do Código Criminal, de 1832, que tem sido considerado muito acima da média cultural das obras jurídicas então publicadas.

Por último, merece destaque especial *Apontamentos sobre Formalidades do Processo Civil*, 1850, considerada obra básica do nosso Direito.

Ordem da publicação dos principais trabalhos de Bueno:

- 1 – *Apontamentos sobre o Processo Criminal pelo Juri*, 1849.
- 2 – *Apontamentos sobre Formalidades do Processo Civil*, 1850.
- 3 – *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*, 1857 (1º, no Brasil e na América Latina).
- 4 – *Direito Internacional Privado e Aplicação de Seus Princípios às Leis Particulares do Brasil*, 1863 (1ª obra sistemática sobre o conflito de leis no espaço).

Pimenta Bueno foi chamado o "Blackstone brasileiro" e faleceu no Rio de Janeiro em 18 de fevereiro de 1878.

BIBLIOGRAFIA

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 4ª ed., São Paulo, Difel, 1982. v. V.

MENDONÇA, Estêvão de. *Datas Matogrossenses*. Goiânia, Rio Bonito, 1973.

VALADÃO, Haroldo. *Ensino e Estudo do Direito, Especialmente do Direito Internacional Privado no Velho e no Novo Mundo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1940.

² - VALADÃO, Haroldo. *Ensino e Estudo do Direito, Especialmente do Direito Internacional Privado no Velho e no Novo Mundo*. p. 234.

³ - HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, v.V, p. 365.



VISCONDE DE TAUNAY

Corsíndio Monteiro da Silva

O Visconde, bem o sabemos, e ninguém aqui ignora, tem lugar de destaque tanto em nossa literatura quanto em nossa história.

Quanto menos não seja, por aquilo que podemos extrair do seu epitáfio redigido por ele próprio:

*Aqui jaz o autor de duas obras
Que alcançaram renome valioso
De **Inocência**, a história sertaneja,
E de **Laguna**, o feito glorioso.*

Como se vê, o próprio Taunay, em sua avaliação final, considerava que a sua memória poderia perdurar pelo menos por essas duas obras: o romance *Inocência*, o nosso bucólico **Romeu e Julieta**, e a *Retirada da Laguna*, em que registra *um episódio da Guerra do Paraguai* e do qual foi um dos sofridos protagonistas.

Lembremos, a propósito, estas palavras que o mesmo Taunay disse ao Imperador Dom Pedro II, na festa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, oferecida aos oficiais do encouraçado chileno *Cóchrane*, aportado no Rio de Janeiro em fins de outubro de 1889, ao lhe mostrar essas suas duas principais obras devidamente encadernadas - *A Retirada da Laguna* e *Inocência*, que ia oferecer ao Comandante Constantino Bannen.

Eis as duas asas que me levarão à imortalidade.

E Dom Pedro II aprovou a feliz idéia do presente e a motivação do seu orgulhoso autor porque, também ele, exigente como era, muito apreciara aqueles dois livros do

seu pupilo, a quem, há pouco mais de mês, agraciara com o honroso título de Visconde com grandeza.

São, pelo menos, estas duas obras que, com efeito, lograram ficar na memória de nossa gente, como dois marcos da Cultura Brasileira – o romance *Inocência* e *Retirada da Laguna*, obras essas festejadíssimas, não só no Brasil como, praticamente, no mundo inteiro. Não há negar, foram duas obras-primas, cada qual no seu gênero, e que muito nos dignificam.

Inocência, um romance de costumes da vida sertaneja, produto da observação, da experiência, da imaginação do jovem autor em seu retorno à Corte após o sucesso da Força Expedicionária Brasileira em território mato-grossense. O segundo livro é uma crônica militar escrita pela pena brilhante de um jovem artista que rememora o calvário dos expedicionários brasileiros que, do Rio, de São Paulo e de Minas adentraram o território nacional para rechaçar as forças de Solano Lopes que, ousadamente, invadiram o sul de Mato Grosso, provocando pânico nas populações fronteiriças, em flagrante desacato à nossa soberania.

Essa obra valeu a Taunay a alcunha de Xenofonte brasileiro. Havendo sido escrita originariamente em francês, língua em geral falada no quotidiano de sua família, foi adotada como obra de leitura obrigatória aos alunos da Academia Militar da França.

De notar que Alfredo d'Escagnolle Taunay escreveu ambos estes livros antes mesmo de completar 30 anos de idade, ou, mais precisamente, escreveu *A Retirada da Laguna* quando tinha 25 anos (o prólogo é de outubro de 1868) e o romance *Inocência* teve sua primeira edição em 1872, ao completar 29 anos.

E foram publicados sob o pseudônimo – Sílvio Dinarte. Na França, chegaram a supor fosse *Le Retraite de Laguna*, uma obra de algum escritor francês oculto por pseudônimo, tais a beleza e a fluência do estilo, muito próprias de quem domina aquele idioma.

Foi o romance vertido para o francês, para o inglês (tanto na Inglaterra, quanto nos Estados Unidos), para o alemão, para o italiano, para o espanhol, o sueco, o dinamarquês, o polonês, o flamengo, o árabe, o japonês..., o que deu a Taunay renome internacional.

Seu texto foi adaptado ao teatro italiano por Sílvio Bocanera e a uma peça em espanhol por José Clemente Soto, de Buenos Aires.

Cumpramos observar que ninguém menos que o consagrado Mestre Miguel de Unamuno aconselhara a tradução para a língua de Cervantes, do romance *Inocência*, impressionado que ficara com a leitura dessa obra, que reconheceu de inequívoco valor literário.

No Brasil, o romance foi teatralizado pelos dramaturgos Carlos Góes, Roberto Gomes, Rodrigues Barbosa e Jorge R. da Cunha, de 1915 a 1921. Inspirou uma ópera,

que recebeu o mesmo nome *Inocência*, ao maestro Leo Kessler, sobre um libreto do conhecido poeta Emiliano Pernetá, ópera essa que foi muito aplaudida na época.

Um ator italiano Capellani extraiu do romance de Taunay, em 1915, uma fita cinematográfica que foi exibida nas principais casas de espetáculo do Brasil. Depois desse filme, outros aconteceram, como um recentíssimo sob a responsabilidade do Diretor cinematográfico Walter Lima Jr., protagonizado por Fernanda Torres e Edson Celulari, nos papéis de **Inocência** e de **Cirino**.

No registro que fez o Visconde de suas memórias para serem divulgadas em forma de livro quando de seu centenário em 1943, escreveu ele com franqueza, posto que com minguada modéstia, que esse seu romance era *a base da verdadeira literatura brasileira*, fazendo a seguinte observação:

O estilo suficientemente cuidado e de boa feição vernácula preenche bem o fim, revestindo do prestígio da frase descrições perfeitamente verdadeiras em que procurei reproduzir, com exatidão, impressões colhidas em pleno sertão.

Confessou Taunay ser *Inocência um livro honesto e sincero* e que esperava não haverem *as gerações futuras* de tê-lo em pouca conta. Aduziu que seu pai, Félix Emílio, que Dom Pedro II e o Ministro francês Auguste Gérard, *muito entendidos em coisas literárias, espíritos imbuídos das grandes tradições clássicas do belo e do bem da verdade, sobremaneira exaltaram, rememorando, a cada instante, os principais episódios*, relatados no romance.

Ainda assim, já na segunda edição que saiu nove anos depois da primeira, sob a responsabilidade dos editores G. Leusinger & Filhos, do Rio de Janeiro, valeu-se Taunay dos conhecimentos da língua portuguesa de que era possuidor o Dr. Heráclito de Alencar Pereira da Graça, mais conhecido por Heráclito Graça, celebrado autor da obra *Fatos da Linguagem*, coletânea de artigos sobre assuntos filológicos, resultante da polêmica que entreteve com o escritor, dicionarista e gramático português Cândido de Figueiredo.

Heráclito Graça foi Deputado pela Província do Ceará, havendo sido Presidente da Paraíba e do Ceará, fixando residência no Rio de Janeiro, em 1877, quando fez amizade com Taunay, que era do mesmo partido político.

O renome de Heráclito Graça como vernaculista se fez ao enfrentar destemidamente o gurú da época, que se propunha a ensinar os brasileiros *o que se não devia dizer*, para, à viva força, inculir a estes bárbaros a língua portuguesa tal como falada por Frei Amador Arrais, Jorge Ferreira de Vasconcelos, João de Barros, Diogo Bernardes ou Fernão Mendes Pinto: era o temido Cândido de Figueiredo, que mantinha uma coluna de consultas gramaticais no Jornal do Comércio do Rio. Ali, o

mestre luso pontificava e azorragueava nossa indigência que trazia a língua, que herdáramos de Portugal, *mais andrajosa que capa de pedinte...*

Taunay para precatar-se de críticas que tais, mesmo porque já estava na alça de mira do temido Sílvio Romero, valeu-se de Heráclito Graça, que se afinava mais com o seu pensar sobre o uso adequado da língua portuguesa pelos brasileiros, sem que fosse preciso macaquear a sintaxe lusa, como dizia o poeta. Tanto que consultado, igualmente, um outro estudioso da língua, o gramático Cândido Lago, sobre o texto do romance em vias de ser editado, reagia, com veemência, o jovem Taunay, porque as correções propostas não desfigurassem o desenho fraseológico adotado em seu livro, que ele queria espelhasse o modo brasileiro de dizer e de expor, e fosse *verdadeira base da literatura brasileira*, e que, por isso, não comportava arremedos de autores clássicos portugueses, por mais respeitáveis que fossem.

Deste modo, a nosso ver, essa, a de 1889, é a edição que contém o texto definitivo do romance *Inocência*, sendo que a 5ª só saiu quatro anos depois do falecimento de Taunay, e por uma outra editora de São Paulo, já sob a supervisão de seu filho, o Dr. Affonso d'Escragnolle Taunay.

É oportuno registrar que *A Retirada da Laguna* foi escrita quase de improviso, a instâncias aborrecidas de seu pai, Félix Emílio. Em 1874, foi feita a tradução para o português por Salvador de Mendonça, diplomata, jornalista, escritor, e um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras.

Ora se deu que Taunay não escondia seu pouco apreço por essa tradução, até que, em 1901, nova tradução foi feita pelo Barão de Ramiz Galvão. Posteriormente, o Dr. Affonso d'Escragnolle Taunay empreendeu, com todo o critério e com pleno conhecimento do estilo de seu pai, senão mesmo como preito de saudade, a tradução definitiva que a Companhia Melhoramentos de São Paulo passou a publicar em edições primorosas e enriquecidas de farta documentação.

O primeiro trabalho que Taunay publicou depois de *A Retirada da Laguna* e de *Inocência* foi *Cenas de Viagem*. Este pequeno livro foi, de pronto, muito elogiado pelo Dr. Herbert Smith, eminente naturalista americano, residente por algum tempo no Brasil, que o qualificou como sendo *um dos melhores estudos sobre a natureza selvática dos nossos sertões, quer do ponto de vista descritivo, quer do ponto de vista científico*.

Numa outra obra sua, sob o título *Céus e Terras do Brasil*, obteve grande sucesso, havendo sido vertida para o alemão, pelo Dr. Carlos Müller, e, para o espanhol, pelo escritor Vicente Quesada.

Ocorre que o Visconde de Taunay escreveu muitos outros livros. Recordemos alguns mais conhecidos: *O Encilhamento*; *Ouro sobre Azul*; *Manuscrito de uma Mulher*; *Amélia Smith*; *A Cidade do Ouro e das ruínas*; *A Guerra do Pacífico*; *Ao Entardecer*; *Cartas da Campanha*; *Dias de Guerra e de Sertões*; *Dois Artistas*

Máximos – José Maurício e Carlos Gomes; Em Mato Grosso Invadido; Entre os nossos Índios; Goiás; Homens e Coisas do Império; José Maurício Nunes Garcia; Marcha das Forças; No Declínio; O Visconde do Rio Branco; Paisagens Brasileiras; Recordações de Guerra e de Viagem; Servidores Ilustres do Brasil; Viagem de Outrora; Visões do Sertão; Augusto Leverger; Reminiscências e ainda um volume sob o título *Filologia e Crítica*, isto sem falarmos em suas *Memórias*, um livro excelente, de cativante leitura.

Taunay foi, igualmente, um estudioso de Botânica, havendo sido Professor de Mineralogia e Geologia na Escola Militar. Foi, também, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras.

Pelas mãos de José Maria Paranhos, o Visconde do Rio Branco, que foi seu professor e que, quando Primeiro Ministro do Império, se empenhou em que fosse publicada, às expensas do Governo, o livro *Retirada da Laguna*, com tradução de Salvador de Mendonça, foi o ainda jovem Alfredo d'Escragnolle Taunay recomendado à atenção dos seus correligionários de Goiás. Daí nasceu a vida de Taunay para a política partidária com a sua eleição para a Câmara dos Deputados em 1872, havendo sido reeleito em 1875. Destarte, o Visconde do Rio Branco podemos afirmar haver sido o profeta dos destinos de Alfredo d'Escragnolle Taunay.

O Visconde do Rio Branco – pai, como sabeis, do Barão do Rio Branco – foi, em certo sentido, o grande artífice da carreira política de Alfredo d'Escragnolle Taunay, seu antigo aluno: fê-lo seu Oficial de Gabinete quando Primeiro Ministro; empenhou-se em que seu livro *A Retirada da Laguna* fosse traduzido para o português por um dos homens mais ilustres da época, Salvador de Mendonça, e publicado às expensas do Governo Imperial; indicou seu nome à consideração de uns correligionários de Goiás e, com isso, logrou elegê-lo à Câmara dos Deputados, havendo sido reeleito na legislatura seguinte.

Acontece que o jovem Taunay, com o seu coeficiente pessoal, se destacou entre os parlamentares, pela sua simpatia, pela sua honradez, pela palavra fácil, fluente, pelo interesse por problemas sociais, além de sua natural rebeldia, perfilhando projetos não raros oriundos de partido político diverso do seu, o Conservador.

Com 31 anos, casou-se com Cristina Teixeira Leite, filha dos Barões de Vassouras, havendo sido, a seguir, em 1875, promovido a Major e, em 1876, nomeado Presidente de Santa Catarina, cargo que desempenhou até 1877.

No Palácio do Desterro, em 1876, nasceu-lhe o filho Affonso, que havia de se tornar grande historiador e membro destacado do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras, e, por muito tempo, Diretor do Museu Paulista, o consagrado Dr. Affonso d'Escragnolle Taunay.

A queda do seu partido, o Conservador, em 1878, fê-lo afastar-se temporariamente da política, propiciando-lhe uma longa viagem à Europa, que

ele aproveitou, colhendo idéias para, depois, pô-las em prática quando retornasse ao Brasil.

Em 1880, retornou às atividades políticas com sugestões de reformas e criação de instituições sociais já de há muito aceitas pelos países europeus, escrevendo diariamente para os jornais, suscitando soluções para os problemas que então afligiam o país, pugnando pela grande naturalização (que, basicamente, era idéia de seu pai, Félix Emilio), pelo casamento civil, pela necessidade de se atraírem para o Brasil grandes massas de imigrantes europeus (neste ponto, só fazendo restrições à imigração asiática tal como depois o fez o aristocrata Raul de Leoni...).

Quando dos debates pela abolição da escravatura, deles participou ativamente ao lado de Joaquim Nabuco.

Em 1881, elegeu-se Deputado por Santa Catarina.

Em 1885, com a volta ao poder do Partido Conservador, foi nomeado Presidente da Província do Paraná, pondo em prática suas idéias, conseguindo fixar, na parte meridional daquela Província, milhares de colonos europeus.

Em janeiro de 1886, seus eleitores de Santa Catarina o reelegeram Deputado Geral.

Com a morte do Barão de Laguna, único Senador por Santa Catarina, pleiteou a sua sucessão. Nas eleições de 14 de junho, foi o mais votado dos candidatos da lista tríplice apresentada à alta decisão da Coroa, por quem, a 28 de agosto, se viu escolhido Senador.

Tinha, então, 44 anos de idade: era o mais jovem Senador do Império, onde se destacou pelas idéias novas que, há algum tempo, vinha defendendo.

Nele, teve a Lei de 13 de maio apaixonado e ardoroso defensor, já havendo votado, antes, com os Liberais, em favor da libertação dos escravos sexagenários.

A 6 de setembro de 1889, alcançou aquilo que aprecia sua maior glória, o coroamento de toda a sua vida: foi pela Coroa agraciado com o honroso título de Visconde com grandeza.

Com a inesperada proclamação da República, Taunay fica profundamente deprimido e se retira por inteiro à vida privada, buscando, aos poucos, preencher o vazio que se estabeleceu ao seu redor sem a presença querida de seus amigos, como Dom Pedro II, a quem idolatrava com justa razão.

Quando, a insistência de amigos, ia a alguma reunião de intelectuais, como acontecia com os que idealizavam fundar a Academia Brasileira de Letras, era ele visto a dedilhar, solitário, um piano, instrumento muito comum nas residências, clubes, restaurantes ou bares da época.

Ainda assim, começou a se ocupar com literatura histórica, crítica de arte.

Cultivou a música desde seus verdes anos: com 4 anos de idade, já tocava piano acompanhado de sua irmã Adelaide.

Compôs peças sacras, para canto e órgão; romances para canto e piano; valsas e mazurcas; estudos de concertos; noturnos; peças para piano e violino, e, inspiradas no estilo de Chopin, compôs valsas a que deu o título de Chopinianas, antecipando, assim, as célebres Bachianas Brasileiras de Heitor Vila-Lobos.

Vencido pelo diabete, doença contraída na Guerra do Paraguai, talvez pelo excesso de quinino que ingeria para enfrentar as doenças geradas pela região pestífera dos pantanais, faleceu, Taunay a 23 de janeiro de 1899, na cidade do Rio de Janeiro, quando ainda nem completara 56 anos de idade! Coube a Joaquim Nabuco dar-lhe o extremo adeus em nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em que disse que o Brasil inteiro lamentava a perda que sofria, tão reduzido que estava em sua glória com o desaparecimento de Taunay.

A respeito dos desânimos de José de Alencar quanto às incertezas da posteridade, indagava Taunay em um dos seus escritos: *Qual, porém, a inteligência, por mais alevantada, valente e confiante em si, que não agite, inquieta, essa dolorosa perplexidade, a indagar consigo mesma, se poderá porventura escapar do desastre irremediável e do esquecimento eterno?*

Com efeito, suas duas obras-primas foram as asas que o levaram à imortalidade, embora, como disse um dos seus biógrafos, o maior título é o de continuar a ser um dos padrões do nosso patriotismo e um dos grandes homens do Brasil.

O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso reconhece o seu valor, a sua imortalidade, Taunay, Visconde de Taunay, Alfredo d'Escragnonle Taunay, como escritor primoroso, como um dos fundadores do romance brasileiro, como o nosso Xenofonte, como o exemplo do verdadeiro político que sempre se interessou pelos problemas nacionais, e de inequívoco espírito público, como homem de apurada sensibilidade que até a linguagem universal da música nos soube transmitir que bem merece aquilo que lhe disse o grande Joaquim Nabuco: *O Brasil inteiro terá, orgulho de ti, já o tem...*

A posteridade, na comemoração dos 80 anos do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, se preza, no Centro Oeste de nosso país ao qual tanto amou, tanto que por ele sacrificou a sua mocidade, a sua vida, enfim, se preza de exornar com folhas de louro a sua frente de verdadeiro herói que o Brasil inteiro reverencia e agradece.

O CORONEL DO CORPO REAL DE ENGENHEIROS RICARDO FRANCO DE ALMEIDA SERRA

Adauto Dias de Alencar

O Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra nasceu na bela cidade do Porto, em Portugal, em 1748 e faleceu no Forte de Coimbra a 1º de janeiro de 1809. Seus restos mortais foram transferidos do Forte de Coimbra para Vila Bela, sendo sepultado na capela de Santo Antônio dos Militares, a 10 de agosto de 1810.

Serviu a Mato Grosso durante 27 anos. Chegou ali no princípio de 1782 para fazer parte da 3ª Comissão de Limites da fronteira com o Império colonial espanhol. Foi assim que o Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, comandando a 3ª Comissão de Limites de Fronteira, composta pelos engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra, Joaquim José Ferreira, Francisco José de Lacerda e Almeida e Antônio Pires da Silva Pontes, a 26 de junho de 1782 chegaram às cordilheiras do Grão-Pará, hoje denominada Ricardo Franco, em frente à Vila Bela da Santíssima Trindade.

Francisco José de Lacerda e Almeida e Antônio Pires da Silva Pontes foram homenageados com o município de Pontes e Lacerda, em Mato Grosso.

Foi na administração do Capitão-General Caetano Pinto de Miranda Montenegro, em 1797, que Ricardo Franco de Almeida Serra foi encarregado de reconstruir o velho Forte de Coimbra, à margem direita do Rio Paraguai. Estudando a posição do Forte, achou por bem, Ricardo Franco, erguer um novo Forte a 130 metros distante do primeiro.

Escolheu um local onde a visão para o Rio Paraguai era muito ampla e também os flancos direito e esquerdo e, também, a parte traseira ofereciam mais condições de defesa. Tais fatos iriam comprovar-se depois.

A grande ausência de víveres e armamentos foram os meios que faltaram aos comandantes de fortes de fronteiras. Ainda não totalmente concluído o Forte de Coimbra, a Espanha, que jamais se conformara com a presença de Portugal em terras brasileiras, determinou a invasão do referido Forte pelas forças comandadas por Lázaro de Ribera Espinasa, comandante-em-chefe daquela região fronteira com o Rio Paraguai.

Julgando-se senhor todo poderoso, D. Lázaro de Ribera Espinasa, enviou ao Coronel Ricardo Franco um insolente ultimato, como veremos:

Abordo de la goleta Nuestra Señora del Carmen, 17 de setiembre de 1801; ayer a la tarde tubo el honor de contestar el fuego que V. S. hizo de esse fuerte; y habiendo reconocido que las fuerzas com que voy inmediatamente a atacarlo son muy superiores a las de V. S. no puede menos de vaticinarle el ultimo infortunio; pero, como los vasallos de S. M. Católica, sabem respetar la leuer de la humanidad, aun em madio de guerra, portanto pido a V. S. se rinda a las armas del Rey mi amo, pues de lo contrario a cañon y a espada, decidire de la suerte de Coimbra, sufriendo su desgraciada Guarniciaon todas las extremidades de la guerra, de cuyas se vera libre V. S., conueniere com mi propuesta, contestando categoricamente esta en nel término de uma hora. Ass: D. Lázaro Ribera.

O mesmo emissário que levou o insolente ultimato, levou a resposta de Ricardo Franco, nos seguintes termos:

Forte de Coimbra, 17 de setembro de 1801; tenho a honra de responder a V. Exa., categoricamente, que a desigualdade de forças foi sempre um elemento que muito animou o português a não desamparar o seu posto de defendê-lo até a última extremidade, a repelir o inimigo e sepultar-se debaixo das ruínas do forte que lhes foi confiado. Nesta solução está toda a gente deste presidio, que tem a distinta honra de ver em frente a excelsa pessoa de V. Exa., a quem Deus guarde. Ass: Ricardo Franco de Almeida Serra.

A guarnição do Forte de Coimbra compunha-se de 110 praças, um canhão pequeno de calibre “UM” e um pequeno navio, enquanto que D. Lázaro Ribera dispunha de 600 a 800 homens e canhões de calibres 4, 6 e 8, de longo alcance.

A investida de D. Lázaro contra o Forte de Coimbra foi infrutífera e diante da resolução de Ricardo Franco em resistir até às últimas conseqüências, o governador de Assunção bateu em retirada para a cidade que governava. A atitude louvável de Ricardo Franco valeu-lhe a promoção ao posto de Coronel, trezentos mil réis de tença e a comenda do hábito de São Bento de Aviz.

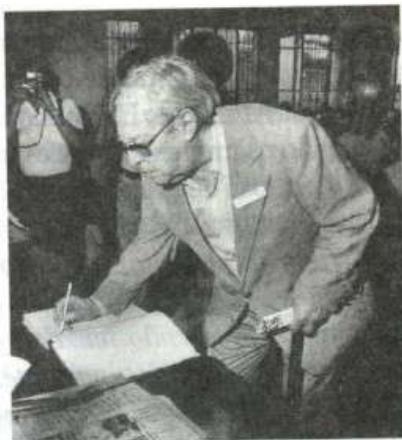
Era comum os fortes darem abrigo aos índios da região e os protegiam. Assim foi que uma índia Guaná foi acolhida no Forte de Coimbra, e Ricardo Franco lhe ensinou a língua portuguesa e latina. Quando atingiu 14 anos, foi tomada por esposa por Ricardo Franco, e recebeu o nome de Mariana Luiza e tiveram 2 filhos.

1 – Ricarda Manuela de Santa Rita, nascida em 1803 e falecida com 73 anos, a 23 de novembro de 1876, e sepultada no cemitério do Porto. Casou-se a 5 de junho de 1826 com Vicente Tibúrcio de Sousa. Aqui há controvérsia, pois Ricarda Manuele se casou com 20 anos, nascida, portanto, em 1806. Deste

casamento nasceram os filhos:

- a) Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, batizado na catedral de Cuiabá a 7 de abril de 1827, com um mês de idade;
- b) Maria, batizada na catedral de Cuiabá a 7 de abril de 1827, com um mês de idade (gêmea com Ricardo Franco);
- c) Mariana, batizada na catedral de Cuiabá a 11 de dezembro de 1831, com 5 meses;
- d) José, batizado na catedral de Cuiabá a 10 de novembro de 1833, com um mês de idade;
- e) João;
- f) Jerônimo;
- g) Emília;
- h) Vicente.

2 – Augusto Martiniano de Almeida Serra, nascido por volta de 1808, pois em 1832 peticionou ao Juiz dos Órfãos de Cuiabá, dizendo que contava com 23 anos e pedia a herança deixada por seu pai. Faleceu solteiro e sem filho, quando contava 25 anos, mais ou menos.



SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Elizabeth Madureira Siqueira

Escolhi o Historiador Sérgio Buarque de Holanda como meu Patrono no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso não por snobismo ou mero caráter provinciano, na medida em que somos, ambos, paulistas, mas, sobretudo porque ele representou, na dilatada e expressiva historiografia brasileira, um dos poucos elementos que privilegiou o estudo histórico da sociedade brasileira entendida como plural, onde a alteridade constitui marca indelével. Em busca desse Brasil plural, meu Patrono, tal como Capistrano de Abreu, preferiu palmilhar territórios sertanejos na busca do entendimento do caráter não só do homem brasileiro mas, sobretudo, do tracejamento de um Brasil mais ampliado, formado por etnias diversas, por usos e costumes plurais, de religiões e modos de vida constituídos através de um processo muitas vezes calado pela maior parte da historiografia. Nessa busca, Sérgio Buarque de Holanda adentrou ao cenário mato-grossense, especialmente em duas de suas importantes obras: *Caminhos e Fronteiras e Monções*.

Filho de pai pernambucano e de mãe carioca, meu Patrono é paulistano de nascimento – 11 de julho de 1902 –, tendo vindo à luz numa casa do bairro da Liberdade, hoje coração da cidade de São Paulo. Sua formação intelectual foi primorosa. O primário, realizado numa das mais tradicionais escolas paulistas, a Escola Modelo Caetano de Campos, sendo que o ginásial e secundário no também tradicional Colégio São Bento.

Quando, em 1921, a sua família mudou-se para o Rio de Janeiro, Sérgio Buarque ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, mais tarde, Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, bacharelando-se em 1925. Foi em pleno curso universitário que teve início sua carreira intelectual.

Leitor assíduo e inveterado, acostumava escrever, timidamente, as avaliações que fazia das leituras, de textos produzidos em tiras de papel. Uma delas despertou o interesse de seu eminente professor Afonso de E. Taunay que, após ler uma dessas tiras resolveu publicar seu conteúdo na imprensa, para espanto e surpresa de Sérgio Buarque. Daí para frente, após o aplauso do grande historiador passou a contribuir em diversos periódicos cariocas. Lembrou, Manuel Bandeira, um de seus amigos, que: *Nunca me esqueci de sua figura, certo dia, em pleno largo da Carioca, com um livro debaixo do braço, e no olho direito o monóculo que o obrigava a um ar de seriedade. Naquele tempo não fazia senão ler. Estava sempre com o nariz metido num livro ou numa revista – nos bondes, nos cafés, nas livrarias.*¹

Como um dos integrantes do grupo modernista, Sérgio Buarque de Holanda fundou, em parceria com seu grande amigo Prudente de Moraes Neto, a Revista *Estética*, periódico cujo nome foi uma sugestão de Graça Aranha. Antes, meu Patrono já escrevera junto à tradicional revista carioca *Klaxon*, de duração efêmera.

Em 1929 transferiu-se, a convite de Assis Chateaubriand, para a Europa, onde visitou a Alemanha, Rússia e Polônia, fixando residência em Berlim, onde estudou mais a fundo e na língua original, os escritos de Meinecke, Max Weber, Gundolf Kafka e Rilke. Foi colaborador, no país germânico, da Revista *Duco*, sendo que não deixou de ser correspondente em periódicos brasileiros, como no *Diário de S. Paulo*, *O Jornal* e da *Agência Internacional de Notícias*. Não somente atuou no campo literário e jornalístico, mas também chegou a traduzir alguns *scripts* de filmes famosos na época, dentre eles, destacamos *Anjo Azul*, estrelado por Marlene Dietrich. Em 1930 teve sob sua responsabilidade uma secção da revista *Brasilianische Rundschau*, editada pelo Conselho de Comércio Brasileiro de Hamburgo.

Voltando da Europa nos primeiros anos da década de 30, dedicou-se daí para frente aos estudos históricos e na área da ciência sociais. O fruto desse esforço foi a clássica obra *Raízes do Brasil* que, apesar de “superada” no momento de sua edição, segundo opinião do próprio autor, marcou indelevelmente a historiografia brasileira. Na opinião de José Honório Rodrigues, constituiu-se ela, ao lado de *Casa Grande e Senzala*, *Sobrados e Mucambos*; *Obras definitivas no quadro da historiografia brasileira deste século pela marcada originalidade de pesquisa criadora dos fatos e pela força da análise integradora das conexões íntimas, estruturais e superestruturais e da seqüências dos períodos característicos.*²

¹ - NOGUEIRA, Arlinda Rocha. “Sérgio Buarque de Holanda, o homem”. In: *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. p. 20.

² - RODRIGUES, José Honório. *História e historiadores do Brasil*. p. 27.

Foi nessa fase de amadurecimento intelectual, que Sérgio Buarque de Holanda casou-se com Maria Amélia Alvim, carioca de Niterói, com quem teve sete filhos: Heloísa (Miucha), Sérgio Filho, Álvaro, Chico, Maria do Carmo, Ana Maria e Maria Cristina. Educados numa ambiência intelectual, os sete filhos seguiram destinos diversos, porém, como dizia seu pai: *Mais do que ter filhos arquitetos ou professores, acho importante saber que cada um escolheu a atividade que mais lhe agrada, na qual pode, por isso mesmo, conseguir melhor desempenho. Do meu lado, fico até muito feliz ao ver alguns de meus filhos se fazendo ouvir por tão grande número de pessoas.* A essa última referência, Sérgio Buarque estava indicando o volumoso e arquetípico trabalho lítero-musical de seu genial filho Chico Buarque de Holanda, cujas composições são interpretadas com maestria por sua irmã Miucha.

Sérgio Buarque não foi autor de muitas obras, mas certamente, aquelas que produziu primaram-se pela maturidade intelectual e densidade literária e histórica. Vejamos suas produções em livro:

1936 – *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio.

1944 – *Cobra de Vidro*. São Paulo, Martins.

1944 – *História do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio.

1945 – *Monções*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil.

1957 – *Caminhos e Fronteira*. Rio de Janeiro, José Olympio. (Coleção Documentos Brasileiros, 89)

1958 – *Visão do Paraíso: os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo. Tese apresentada na USP para concorrer à Cadeira de História da Civilização Brasileira da FFCL.

1972 – *O Brasil Monárquico*. São Paulo, DIFEL. (Coleção História da Civilização Brasileira, II)

1979 – *Tentativas de Mitologia*. São Paulo, Perspectiva. (Coleção Debates – Crítica).

1986 (após sua morte) – *O Extremo Oeste*. São Paulo Brasiliense/SEC.

A produção intelectual de maior volume foi aquela deixada em periódicos – jornais e revistas nacionais e internacionais. Um fator dignifica a obra de Sérgio Buarque de Holanda, o número de edições e de publicações no Brasil e no exterior. A exemplo, *Raízes do Brasil* foi editada 19 vezes no Brasil e uma na Espanha, outra na Itália e outra no Japão.

Uma das contribuições importantes de meu Patrono foi no campo das traduções, uma vez que ele, como bom poliglota, tinha facilidade e domínio perfeito de várias línguas. Insere-se nesse campo a significativa obra *Memórias de um colono no Brasil (1850)*, de autoria de Thomas Davatz, imigrante que deixou registrada, como uma das poucas falas dos colonos do século XIX, suas impressões e a vida difícil e violenta a que se submeteu o colono europeu.

Sérgio Buarque primou seu trabalho por buscar recuperar as “falas silenciadas”, os campos da historiografia até então nunca trilhados, o que faz do conjunto de suas obras um cadinho precioso da memória nacional. Foi o que aconteceu com *Monções*, peça preciosa da literatura histórica e básica para os estudos referentes ao movimento sertanista via Oeste brasileiro. Nela, Buarque de Holanda reconstitui o cotidiano e o imaginário dos monçoeiros do século XVIII que, adentrando-se ao sertão através da farta rede hidroviária, partia de Porto Feliz (SP) e atingia as famosas Minas do Cuiabá (MT). O estudo do bandeirismo paulista ganhou uma nova interpretação a partir dos escritos de Sérgio Buarque, uma vez que ele conseguiu, ao mesmo tempo, estudar um movimento mais geral de expansão de fronteira, inserindo o estudo do particular – os monçoeiros e as monções. Ao final dessa obra, que introduziu o vernáculo Monção, meu Patrono introduziu expressiva quantidade de fotos e desenhos de artefatos utilizados nas monções e na extração de minérios, assim como anexou um documento inédito, escrito pelo Pe. Siqueira num texto que avalia e descreve os processos rudimentares, sete e oitocentistas utilizados nas Minas Gerais, em Mato Grosso e em Goiás.

Caminhos e Fronteiras, dá o fecho ao estudo monçoeiro, pois reconstitui o cotidiano dos bandeirantes em suas lidas sertanistas, onde a figura do índio como mão de obra, revelou um lado que a historiografia omitia até então: o saber indígena:

Entre povos que ignoravam a palavra escrita, esses meios de comunicação assumem um significado comparável ao dos roteiros e a aranzéis, tão abundantemente empregados durante a colonização pelos brancos. Em lugar de ser simples escravo das suas aptidões naturais, dos cinco sentidos, que tinha excepcionalmente apurados, o índio tornava-se, assim, o senhor de um admirável instrumento para disciplinar metodicamente muitas daquelas aptidões: criar e recriar mil e um recursos adequados a cada situação nova, sujeitar-se, onde fossem necessários, a comportamentos que garantissem meios de subsistência. Dentro dos limites que lhe permitia sua técnica, dentro do sistema de avanços e recuos, de liberdade e submissões em que se agitava, também podia desenvolver ao máximo um poder inventivo orientado para o bem do grupo, como se deve esperar de homens para quem o viver era antes e acima de tudo um conviver.³

Sérgio Buarque, com essa obra, desmitifica a figura do bandeirante como a “raça de gigantes”, uma vez que demonstra o saber indígena como fundamental para o brilho da colonização branca no interior da fronteira oeste. Citemos alguns trechos onde nosso Patrono, trabalhando com a alteridade, consegue revelar uma faceta histórica oculta até então:

³ - HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*, p. 22

Aos sentidos exercitados pelo gênero de vida que levam, acrescenta-se neles, conforme já se notou acima, um sendo de orientação quase miraculoso. Disso há exemplo na extraordinária habilidade cartográfica de que frequentemente são dotados. Von den Steinen descreve-nos como um capitão Saiuá desenhou na areia, para sua informação, parte do curso do Alto Xingu, com os numerosos afluentes e com indicação, além disso, de treze tribos ribeirinhas[...] Não é pois de admirar se de desenhos semelhantes houve quem dissesse que não são inferiores aos de cartógrafos europeus da Idade Média e em certos aspectos os ultrapassam[...] Assim, os saltos e as cachoeiras, que causam contratempos aos remadores, são indicados por meio de convenções; a extensão de cada afluente é, de certo modo, expressa na relação aproximada que guardam entre si do senhor; a forma de cada montanha aparece igualmente modelada na areia úmida. Até a maior ou a menor regularidade no curso de um rio encontra expressão nessa rústica geografia.

Mas não é esse aspecto da "cartografia" indígena o que mais importa. Ao lado do detalhe preciso ou pitoresco, exagerado aqui e ali pela surpresa, há em alguns desses desenhos indício de um aproveitamento rigoroso da experiência anterior, em esquemas onde tudo visa ao útil. Para tanto é indispensável a existência de uma verdadeira elaboração mental, de um poder de abstração, que não se concilia facilmente com certas generalizações ainda correntes acerca da "mentalidade primitiva".⁴

Uma outra importante contribuição de Buarque de Holanda foi, certamente, a desmitificação da imagem do bandeirante vestido de roupas de couro e botas. Para ele, o bandeirante, rústico, andava descalço: *Muito embora a documentação existente a respeito seja bastante falha, há mais de um motivo para supor-se que, nas longas jornadas, os bandeirantes e cabos de tropa andassem frequentemente descalços.*⁵

Outro aspecto de extrema relevância histórica diz respeito à sobrevivência das bandeiras e monções durante as penetrações sertanistas. Nessas ocasiões, os indígenas tornavam-se, pelo conhecimento que tinham do território que milernamente pertenciam, elementos indispensáveis aos sertanistas:

⁴ - Ibidem. p. 21-22.

⁵ - Ibidem. p. 24.

*Precisamente a criação doméstica de abelhas, como a praticam hoje os Pareci e os Tereno, fornece-nos exemplo sugestivo da maneira pela qual as influências estranhas chegam a entrosar-se na tradição de um povo. [...] O sistema de criação de abelhas em cabaças facilmente transportáveis deveria, por todos os motivos, encontrar menor resistência. Não obstante o escasso rendimento que anuncia – seguramente mais escasso do que a exploração abelheira silvestres – tal sistema representa todavia um avanço sensível no processo de domesticação. Mais transigentes do que o gentio da terra mostraram-se muitos colonos brancos, adotando em larga escala os recursos e táticas indígenas de aproveitamento do mundo animal e vegetal para a aquisição de meios de subsistência.*⁶

É mais propriamente no capítulo intitulado *Frotas de Comércio*, que Sérgio Buarque de Holanda adentra especificamente na História de Mato Grosso, quando pondera que: *O descobrimento do Coxipó-Mirim, que marca o ponto de partida para a história das monções, precedeu de alguns anos uma das grandes empresas bandeirantes, talvez a última grande empresa bandeirante, que foi a jornada aos Goiases do segundo Anhangüera.*⁷

Para elaborar essa parte específica da obra, Sérgio Buarque de Holanda, cioso pesquisador, esteve em Cuiabá e foi no Arquivo Público de Mato Grosso, naquele tempo dirigido pela competente Vera Randazzo, que ele encontrou farta documentação capaz de calçar suas importante análise. O primeiro cronista das minas cuiabanas, José Barbosa de Sá foi, também, utilizado como importante fonte de consulta: *A regra geral exprimia-se antes no alvoroço que, segundo um cronista da época, despertou a notícia desse descobrimento, pois observa esse cronista – abalaram-se “muitas gentes, deixando casas, fazendas, mulheres e filhos, botando-se para estes sertões como se fora o paraíso encoberto em que Deus pôs os nossos primeiros pais.”*⁸

Ao findar a análise da saga bandeirante e indígena pela fronteira oeste, Buarque de Holanda considera que os dois sistemas monçoeiros – do sul, via Tietê, e o do norte, via Guaporé-Madeira-Amazonas, constituíram a maior rota integrativa nacional: *A função histórica dessa estrada de mais de dez mil quilômetros de comprimento, que abraça quase todo o Brasil, supera mesmo a de quaisquer linhas de circulação natural de nosso território, sem exclusão próprio São Francisco, por muitos denominado o “rio da unidade nacional”*⁹

⁶ - Ibidem. p. 63.

⁷ - Ibidem. p. 160.

⁸ - Ibidem. p. 165.

⁹ - Ibidem. p. 179.

Transitando do universo amplo e conjuntural da história ao específico e pontual, a produção historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda marca indelevelmente um avanço, seja no rigor metodológico, seja na forma da moderna narrativa.

Em *Raízes do Brasil*, buscou compreender a especificidade da cultura brasileira que, herdeira de um histórico processo europeu que teimava em manifestar-se no cenário tropical. Ao analisar esse descompasso e, como modernista, tentando recuperar sinais e signos distintivos da brasilidade, considerava:

*A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem.*¹⁰

Obstinado em desvendar o lado típico do brasileiro, incitava os pesquisadores a uma investigação mais pontual, capaz de dar conta das especificidades e, através delas, conseguir construir uma identidade nacional:

A variedade de pontos de vista deveria ser documentada pelo historiador assim como a diversidade mutável dos interesses. Essa mesma variedade encerra para nós uma vantagem preciosa, servindo para dar realce aos problemas culturais, sociais e econômicos que ficariam obscurecidos em muitos pontos, se nos fossem propostos sob uma forma unilateral e incolor. Ela faz fixar melhor as divergências, medir, calcular seus motivos, ajudando a não aceitar sem críticas as opiniões parciais. É dessas opiniões que se faz a história em grande parte e a história do Brasil em quase tudo. Para estudar o passado de um povo, de uma instituição, de uma classe, não basta aceitar ao pé da letra tudo quanto nos deixou a simples tradição escrita. É preciso fazer falar a multidão imensa dos figurantes mudos que enchem o panorama da história e são muitas vezes

¹⁰ - HOLANDA, Sérgio Buarque de - *Raízes do Brasil*, p. 3.

*mais interessantes e mais importantes que os outros, os que apenas escrevem a História.*¹¹

Muitos analistas da historiografia concebem que Sérgio Buarque de Holanda, antes mesmo da corrente francesa intitulada História Nova, teria inaugurado uma *Histoire de la mentalité*. Ronaldo Vainfas, no entanto, refuta essa assertiva, considerando que:

*Teria sido Sérgio Buarque, então, apesar de meus reparos iniciais, nosso historiador das mentalidades avant la lettre? Francamente, por tudo o que tentei expor até aqui, e o fiz com grande dificuldade, continuo a dizer que não. Com alguma pertinácia e boa dose de ceticismo, creio ser difícil classificar Sérgio Buarque, seja como historiador das mentalidades (porque muita coisa o afasta das "mentalités" francesas), seja somente como historiador das idéias, porque sua obra conjunta verticalizou, como em "Caminhos e Fronteiras", por exemplo, a história da cultura material e dos hibridismos culturais concretamente vivenciados, e não apenas narrados ou sonhados. Sérgio Buarque fazia simplesmente história e o fazia de forma rebelde, a desafiar os caminhos, qualquer caminho.*¹²

A produção histórica de Sérgio Buarque de Holanda representa um marco na historiografia brasileira pois, unindo harmoniosamente visão totalizante e micro, consegue oferecer aos leitores uma narrativa híbrida que, liberta das tradicionais "camisas de força", persegue, acima de tudo, recuperar e construir uma história plural que abraça, fraternal e democraticamente, os diversos segmentos que, como sujeitos únicos, construíram a História do Brasil.

Concluamos com uma citação que reflete a esperança de que o autor era possuído:

*Teremos também os nossos eldorados. Os das minas, certamente, mas ainda o do açúcar, o do tabaco, de tantos outros gêneros agrícolas, que se tiram da terra fértil, enquanto fértil, como o ouro se extrai, até esgotar-se no cascalho, sem retribuição de benefícios. A procissão dos milagres há de continuar assim através de todo o período colonial, e não a interromperá a Independência, sequer, ou a República.*¹³

¹¹ - HOLANDA, Sérgio Buarque. Introdução às memórias de Thomas Davatz. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva (org.)-

¹² - VAINFAS, Ronaldo. "Sérgio Buarque de Holanda: historiador das representações mentais". In: CÂNDIDO, Antonio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. p. 57.

¹³ - HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. p. 323.

BIBLIOGRAFIA

- BLAJ, Ilana. "Sérgio Buarque de Holanda: historiador da cultura material". In: CÂNDIDO, Antonio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 29-48.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *Verdes anos de Sérgio Buarque de Holanda: ensaio sobre sua formação intelectual até Raízes do Brasil*. In: SÉRGIO Buarque de Holanda: vida e obra. São Paulo, SEC/USP-IEB, 1988. p. 27-54.
- CÂNDIDO, Antonio. A visão política de Sérgio Buarque de Holanda. In: CÂNDIDO, Antonio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 81-88.
- DAVATZ, , Thomas. *Memórias de um colono no Brasil*. Tradução e Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte-São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1980.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda". In: CÂNDIDO, Antonio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 11-28.
- . *Estilo e método na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. In: SÉRGIO Buarque de Holanda: vida e obra. São Paulo, SEC/USP-IEB, 1988. p. 73-82.
- DULCI, Luiz. "Sérgio Buarque de Holanda petista". In: CÂNDIDO, Antonio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 89-100.
- FAORO, Raymundo. "Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras". In: CÂNDIDO, Antonio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 59-70.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Extremo Oeste*. São Paulo Brasiliense/SEC, 1986.
- . *Monções*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- . *Raízes do Brasil*. 20ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *Sérgio Buarque de Holanda: o homem*. In: SÉRGIO Buarque de Holanda: vida e obra. São Paulo, SEC/USP-IEB, 1988. p.17-26.
- PRADO, Antonio Arnoni. "Raízes do Brasil e o modernismo". In: CÂNDIDO, Antonio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 71-80.
- VAINFAS, Ronaldo. "Sérgio Buarque de Holanda: historiador das representações mentais". In: CÂNDIDO, Antonio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 49-58.
- WITTER, José Sebastião. *Sérgio Buarque de Holanda: o professor*. In: SÉRGIO Buarque de Holanda: vida e obra. São Paulo, SEC/USP-IEB, 1988. p. 55-60.



**PROF. JOSÉ ESTEVÃO CORRÊA,
MEU BISAVÔ.**

Afrânio Estevão Corrêa

Não conheci meu bisavô, prof. José Estevão Corrêa patrono da cadeira que ocupo no IHGMT: ele morreu anos antes do meu nascimento. Mas tomei conhecimento de sua vida e da sua obra, através do que, sobre ele, escreveram acadêmicos e historiadores e, principalmente, através do que meu pai me contava. Ele fora criado por seu avô. E entre os dois, estabeleceu-se uma enorme afinidade, com a intimidade de pai e filho.

Prova disso tive há poucos dias, quando relia papéis no preparo deste trabalho. Entre muitos livros que foram do meu bisavô, tenho uma preciosa Bíblia católica, tradução portuguesa da Vulgata Latina, de autoria do escritor Antônio Pereira Figueiredo, editada em 1864, Paris. Como era comum antigamente, os pais anotavam na segunda capa da Bíblia, as datas de nascimento e batismo dos seus filhos. O Prof. José Estevão não fez diferente e anotou ali os nascimentos e batismos dos seus 5 filhos: *Antenor Augusto, Audelino Augusto, José Augusto, Mariana Augusta e Maria*. E entre essas datas, anotou também: *Caio - nascido a 22 de abril de 1888 e batizado no dia 12 de janeiro de 1889*. Junto com seus filhos, estava o neto que ele criava com especial carinho.

Quando eu nasci, por coincidência, no mesmo dia do seu nascimento, meu pai o homenageou incluindo o “Estevão” no meu nome.

Ninguém melhor resumiu a figura do prof. José Estevão Corrêa, do que o prof. Nilo Povoas em seu livro *Galeria dos Varões Ilustres de Mato Grosso* que passo a transcrever literalmente. (1)

Consagrar uma vida inteira ao magistério, em Mato-Grosso, já é alguma coisa mais que patriotismo; é renunciar a tudo o que uma pessoa possa aspirar na vida.

A figura veneranda do grande educador José Estevão Corrêa é daquelas que impressionam fortemente, não só pela bondade que irradiava da sua alma de mestre e de artista consagrado, como também pela obra social e humana que executou, com zelo, sabedoria e dedicação inexcedíveis.

Nasceu José Estevão Corrêa em Cuiabá, aos 2 de agosto de 1840 e faleceu nessa mesma cidade, aos 12 de outubro de 1917.

Foi, incontestavelmente, uma das figuras de maior relêvo no cenário político-social da nossa terra, a que prestou os mais assinalados serviços. Deve-lhe a Instrução Pública de Mato-Grosso as mais belas palmas com que as enflorara nos áureos tempos em que esteve à testa desse importante ramo da administração pública estadual que, graças aos seus esforços, adquiriu grande prestígio e eficiência, hoje decaída pela ação nefasta da politicagem.

Data a sua atividade no setor do ensino público estadual da sua nomeação efetiva, independente de concurso, mediante autorização legal, por título de 2 de junho de 1870, para a cadeira de matemática do curso secundário anexo ao Seminário da Conceição, que se instalava em Cuiabá sob a paternal assistência do Bispo D. José Antônio dos Reis, prolongando-se por um período de quase meio século, que terminou na véspera do seu falecimento.

Regeu, por espaço de seis anos, a mesma cadeira na antiga Escola Normal e, no Licêu Cuiabano, desde a criação daquele instituto de ensino, de onde a morte o arrebatara inexoravelmente.

Cometeríamos, portanto, grave injustiça se nesta modesta galeria dos varões ilustres de Mato-Grosso, omitíssemos o seu nome, aureolado por tantos e tão valiosos títulos de benemerência. Aliás, já a Academia Matogrossense de Letras, o mais autorizado órgão da nossa cultura, consagrara o mérito desse eminente educador, já incluindo o seu nome entre os patronos das suas cadeiras, já redondo-lhe merecimento preito de homenagem em esplêndida manifestação

pública realizada por ocasião do centenário do seu nascimento, ocorrido a 2 de agosto de 1940.

Não fôra José Estevão Corrêa apenas o mais antigo membro do magistério público do Estado de Mato-Grosso; não fôra apenas o professor emérito que se impunha ao respeito e à consideração da mocidade estudiosa do seu tempo pela nobreza do seu porte, pela austeridade dos seus gestos e atitudes, pela profundidade da sua cultura, pelo zêlo e dedicação no cumprimento dos seus deveres; mas o professor que maior projeção teve em Mato-Grosso, o incentivador irrealizado do ensino público da nossa terra, a que ligou indissolúvelmente o seu nome.

Em brilhante elogio do patrono da sua cadeira na Academia Matogrossense de Letras, prestou o professor Filogônio Corrêa, que com êle convivera dez anos a fio na Congregação do antigo Liceu Cuiabano, o seguinte depoimento:

Durante quase meio século da sua permanência na atividade do magistério, não houve no departamento do ensino uma só iniciativa, um só reforma, uma nova fundação de escola, que não tivesse a sua sempre acatada colaboração, só imitada pela colaboração sábia e prudente de Ernesto Camilo Barreto. Foi o regulamentador do departamento da Instrução Pública durante decênios, professor de diversas cadeiras, Inspetor Escolar da Capital, Diretor do Liceu Cuiabano e Diretor-Geral da Instrução Pública, deixando em todos esses lugares agradável memória da sua passagem. Grande amigo de festas e recompensas escolares, incentivava-as com frequência nas suas numerosas visitas a estabelecimentos de ensino públicos e particulares, não poupando esforços para estimular a infância estudiosa.

Como se põe de manifesto através dêsse depoimento valioso e sincero de quem bem de perto o conheceu e admirou a sua atuação, José Estevão Corrêa prestou, como nenhum outro, até então, os mais relevantes serviços à sua terra natal, sendo, portanto, pequenas, em relação à grandeza dos seus merecimentos, tôdas as homenagens que a posteridade lhe vem tributando por ocasião do centenário do seu nascimento.

Diz Estevão de Mendonça nas suas prestantes DATAS MATOGROSSENSES: Nos fastos da Instrução Pública em Mato-Grosso ficarão assinalados quatro períodos - o da direção do padre Ernesto Camilo Barreto, o da direção de José Estevão Corrêa, e os que compreendem as administrações do dr. Antônio Herculanô de

Sousa Bandeira e do Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa.

José Estevão Corrêa foi, de fato, a encarnação perfeita do verdadeiro mestre; daquele que instrue, do mesmo passo que educa; daquele que, ao mesmo tempo que enriquece o espírito da juventude com os conhecimentos das ciências e das letras, aprimora o seu caráter com a prática sistemática das virtudes morais e cívicas, para que a obra educacional não venha a gerar mostrengos.

A administração do ensino público em Mato-Grosso teve na pessoa dêsse ilustre matogrossense um incentivador entusiasta e de raro descortínio e a sua atuação nesse setor foi das mais eficientes, fecundas e patrióticas.

Foi êle, na Diretoria-Geral da Instrução Pública, que pôs em execução o plano da reforma do ensino elaborado pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa e da criação da nova Escola Normal, em 1910.

Poucos, em verdade, se terão entregues, como José Estevão Corrêa, de corpo e alma e êsse sacerdotício sublime de instruir e educar a infância e a juventude.

Político morigerado e, sobretudo, cheio do devotamento à causa pública, foi deputado provincial em duas legislaturas, cargo que exerceu com dignidade e competência, como era costume no seu tempo, em que "não se procuravam cargos para homens, mas sim homens para os cargos".

Outros cargos de administração exerceu ainda êsse impoluto cidadão, de entre êles e do Inspetor do Tesouro do Estado, em que deixou os traços inapagáveis da sua competência invulgar e da sua inquebrantável honestidade.

Colaborou em diversos jornais e revistas do Estado, demonstrando sempre invejável cultura.

José Estevão Corrêa foi um apaixonado cultor da música, a que se dedicou com carinho, organizando em sua residência, com os seus familiares, deliciosos concertos que se tornaram inesquecíveis.

Passou pela vida difundindo a virtude, a ciência e a arte e, por isso, o seu nome há de ficar na memória dos prósperos para a edificação das gerações futuras.¹

No dia 2 de junho de 1870, aos 30 anos de idade, meu bisavô foi nomeado professor de matemática do Seminário da Conceição, iniciando sua carreira no magistério

¹ - PÓVOAS, Nilo. *Galeria dos Varões Ilustres de Mato Grosso*. v. II. p. 77.

que somente terminaria no dia da sua morte, quando, antes de falecer, assinou as últimas atas das bancas examinadoras que presidia.

Falando sobre a reforma do ensino em Mato Grosso, realizada no Governo Pedro Celestino em 1911, o historiador Lenine Póvoas escreveu o seguinte:

Para essa brilhante “revolução do ensino”, foi decisiva a presença na diretoria da Instrução Pública (cargo correspondente ao de secretário da Educação) do eminente professor José Estevão Corrêa, mestre competentíssimo e grande pedagogo, uma das figuras maiores da intelectualidade matogrossense nas primeiras décadas da República.²

Seus companheiros de época no Liceu Cuiabano, como os professores Isác Povoas e Philogonio Corrêa, ao se referirem ao prof. José Estevão, mencionam também as suas qualidades de jornalista, mas ainda faltam pesquisas sobre sua atuação nessa área, a não ser referências avulsas, como a de Dunga Rodrigues em seu livro *Reminiscências de Cuiabá*, onde referindo-se aos jornais de Cuiabá, inclui um chamado **Pega Onça e Dunda**, sem data de circulação, que teria como diretores José Estevão Corrêa, Augusto Ramiro de Carvalho e Francisco Carlos Bueno Deschamps.

É difícil imaginar-se meu bisavô, de roupa preta como sempre usava, dirigindo um jornal de humor com tal nome.

Os jornais também fazem referências costumeiras aos saraus que promovia, não só em sua casa, como também quando participava em espetáculos públicos com seus filhos Antenor e Mariana Augusta formando conjuntos de piano e violino que agradavam a todos.

No dia 24 de fevereiro de 1899, segundo registro de Estevão de Mendonça em *Datas Matogrossenses*:

Realizou-se em Cuiabá devido aos esforços do directora instrução pública, professor José Estevão Corrêa, a mais sumptuosa festa escolar que esta capital tem assistido.

Às 5 horas da tarde reuniram-se no edifício do Liceu Cuiabano todos os professores das escolas públicas e particulares, acompanhados dos respectivos alumnos, em número elevadíssimo. Organizado o prestito, na melhor ordem, percorreu em seguida o seguinte itinerário: - praça d. Carlos, avenida Murtinho, ruas barão de Melgaço, 11 de Julho, general Valle, Villas Bôas, 13 de Junho, 27

² – PÓVOAS, Lenine C. *História Geral de Mato Grosso*. v. II, p. 216.

de Dezembro, 7 de Setembro, 1º de Março, Antonio João, bispo d. José, coronel Peixoto, Misericórdia e Couto de Magalhães, recolhendo-se ao Collegio Salesiano.

À frente da primeira columna, composta de cerca de 300 meninas, todas vestidas de branco e empunhado bandeirolas multicôres, tocava a música do 8º batalhão de infantaria; à frente da segunda columna, composta de cerca de 600 meninos, incluídos dos alumnos, do Collegio Salesiano, tocava a música da companhia de operários militares; à frente do grupo formado pelos alumnos do Liceu Cuiabano, ladeado pelos professores, tocava a música do corpo de polícia. As bandas de música do Arsenal de Guerra e da Escola de Marinheiros ficaram à frente dos alumnos desses estabelecimentos militares.

A passeiata foi de um effeito deslumbrante, pela bôa ordem e inexcédível gosto", disse um dos jornaes de então. Recolhido o prestito ao Collegio Salesiano, já repleto de senhoras e cavalheiros da melhor sociedade, seguiu-se a cerimônia de distribuição de prêmios e diplomas aos alumnos approvados nos exames annuaes, cerimônia que terminou por um emocionante himno escolar, cantado por uma turma de meninas, acompanhadas ao piano por distincta amadora.

A terceira parte dessa encantadora festa foi assim descrita pelo **O Matto-Grosso**:

O concerto que seguiu-se foi sustentado pela exímia pianista, d. Mariana Augusta Corrêa Neves, e teve a seguinte execução:

Duetto Credi a Me, do maestro G. Polloni, cantado pelas alumnas Aurea Mamoré e Maria José de Oliveira.

Ouvertude da **Italiana em Argel**, de Rossini, executada ao piano pelas exmas. sras. dd. Francisca Izabel de Figueiredo e Marianna Augusta Corrêa Neves.

Coplas de Piparote e Pimpinella da magica **Bico de Papagaio**, pelos alumnos Aida Neves e José de Sampaio.

Valsa da Gran Via **Caballero de Gracia**, pelo alumno Delfino de Proença, com acompanhamento de côro.

Duetto de F. Campana, **Addio**, pelos alumnos Azelia Mamoré e Caio Corrêa.³ **Canarios**, grande polka de concerto, executada ao piano pelas exmas. sras. dd. Salustia Monteiro de Lima e Francisca Izabel de Figueiredo.

Duetto **Ah! vieni meco!** do maestro Campana, cantado pelas alumnas Udelina Astrogilda Capistrano de Oliveira e Aida Neves.

³ — Azelia Mamoré, posteriormente, depois de casada, tornou-se conhecida como Professora Pon+a, mãe de João Batista Martins de Melo. Caio Corrêa, meu pai, tinha na época 11 anos de idade e d. Poná provavelmente também.

Côro Sur le bi, sur le ban, no qual tomaram parte diversos alumnos. Duetto de Meirinho e a Pobre, pelos alumnos Maria José de Oliveira, e Indalecio de Proença.

Melodrama lyrico em um acto Cavalleria Rusticana, do maestro P. Mascagni, por alumnos de diversas escolas.⁴

Muitos dos seus livros ficaram comigo, mas a maioria tomou destino desconhecido. Dos que guardo, estão um exemplar da Taboa de Logarithmes, de F. Callet, tiragem de 1866, reproduzindo a de 1795. Um livro precioso. Há também uma *Astronomie populaire*, de Camille Flammarion, impressa em Paris em 1903, com a seguinte dedicatória:

Ao sr. Major José Estevão Corrêa, no dia dos seus anos, esta recordação amiga dos seus antigos discípulos: Antonio Portella e Juliano da Silva.

2 - agosto - 1910.

Vê-se então, que o prof. José Estevão tinha também o título de major de Guarda Nacional, o que nunca foi mencionado pelos seus principais biógrafos que foram os professores Philogonio Corrêa e Nilo Povoas, nem por meu pai. O título de major teria sido apenas uma forma cordial de referir-se ao mestre?

Austero e reservado em seu comportamento habitual, o prof. José Estevão era dotado de um permanente bom humor, irreverente quando tinha intimidade e, acima de tudo, inteligente e culto. Sua biblioteca era variada, com livros sobre filosofia, português, matemática, aritmética, ciências, astronomia, história, demonstrando a cultura variada que tinha. Gostava de música, tinha excelente ouvido e tocava piano e violino e, com frequência, promovia saraus em sua casa e por vezes, juntamente com os filhos, tocou em espetáculos teatrais de Cuiabá, como alguns jornais noticiaram.

Dos seus filhos, quem melhor herdou as qualidades musicais foi Mariana Augusta Corrêa Neves, que em Cuiabá foi conhecida como d. Nhazinha, minha madrinha, mãe da professora Maria Neves (Ninita), Nadir e Emerita e do juiz Eurindo Neves. D. Nhazinha foi uma pianista de “tocar baile” sozinha.

Tive alguma convivência com os filhos do prof. José Estevão, meus tios-avós, José Augusto, Antenor Augusto e meu avô, Audelino Augusto. Os dois últimos fizeram carreira no Ministério da Fazenda e foram, antes de 1930, cada um num período, diretores do Tesouro Nacional no Rio de Janeiro e guardavam a chave do cofre da Nação, que levavam para casa.

⁴ – MENDONÇA, Estêvão de. *Datas Matogrossenses*.

Tia Catita, (Catharina Leverger Corrêa), neta do Barão de Melgaço e casada com o tio Antenor, me contava que ele, com frequência, levava para casa uma “maleta” cheia de dinheiro novo, emitido pelo Tesouro Nacional, que assinava manualmente, cada nota. Tia Catita passava o dinheiro e tio Antenor ia assinando, última chancela antes do dinheiro entrar em circulação. No dia seguinte, ele tomava o bonde para o centro da cidade, levando a mala com dinheiro.

Todos falavam pouco, eram bem humorados e irreverentes, e adoravam a leitura.

No dia 12 de outubro de 1917, o prof. José Estevão morreu, sem ter ficado doente, sem nunca ter faltado um dia, sequer, às suas aulas. Como um sábio, deitou-se e morreu sem um gemido.

Seu sepultamento no Cemitério da Piedade contou com a presença de centenas de amigos, colegas de trabalho, alunos e autoridades e foi à beira do seu túmulo, que o prof. Isac Povoas proferiu um emocionante elogio fúnebre, escrito à mão, peça que sobreviveu durante 82 anos, guardada, inicialmente por meu pai e posteriormente por mim!

Eis o seu inteiro teor, agora divulgado pela primeira vez:

Mestre:

Vem a Congregação do Liceu Cuiabano, pela voz do seu presidente, trazer ao consumado mestre e amigo que, deixando inesperadamente o nosso convívio, parte para as regiões ignotas do Além, o seu derradeiro e comovido adeus.

Não poderia certamente, o Destino, com a inapelabilidade dos seus desígnios, desfechar-nos golpe mais doloroso e acabrunhador do que este, privando-no, para todo o sempre, do amigo leal e dedicado, do companheiro bondoso e prestativo que, nesta casa de ensino ocupou sempre, pela sua cultura e integridade moral, lugar do mais destacado relevo.

Choram todos neste momento de aflição e de angústia, porque compreendem, em toda a sua nitidez, a rudeza do golpe e o vácuo desolador que ele vem abrir em derredor de nós. Dora avante, não teremos, para animar as nossas palestras quotidianas, a graça, em espírito fino e esse marcado aticismo que deram sempre relevo inconfundível às suas exposições. Não teremos mais, nas nossas reuniões deliberativas, a iluminar os nossos passos e a clarear os nossos horizontes, o brilho reconhecido de sua inteligência e o critério elevado das suas argumentações, a que tanto nos habituamos, por isso que os vimos sentindo desde o momento em que entramos para este tradicional

instituto de ensino secundário. Não teremos mais, diante da nossa vista, como quetigando-nos a segui-la em toda linha, a retidão invariável dos seus atos, a simpatia enfeitiçante de suas atitudes e essa assiduidade notável, por todos reconhecida e proclamada e que foi sempre a tônica no cumprimento dos seus deveres.

Mestre:

Homens do seu feitio moral, com tantos e tão preciosos atributos a adornar a sua personalidade de escol, deveriam permanecer por mais tempo no cenário da vida, para servir de exemplo aos que nela entram para iniciar a sua luta pela existência. Principalmente nos tempos que correm, em que se vêem notando aqui e ali, movimentos que se congregam, que se dirigem no sentido da inversão da ordem natural das coisas, relegando para um segundo plano o cumprimento exato do dever.

*Em todos os atos da sua vida, suas qualidades mais, além das apontadas ficaram bem patentes aos olhos de todos e eu não me furtarei de apontá-las aqui: as de homem ciente e consciente. Vimo-las acompanhando constantemente a belíssima trajetória do professor austero e capaz, sem deixar, do mesmo modo, de seguir **pari passu** as pegadas do jornalista emérito e do **conteur** admirável. Ciência e consciência teve o Mestre bondoso e dedicado na aproximação da sua viagem derradeira. Sim, porque de outro modo, não se explica a sua preocupação insistente, o seu aqodamento em ver lavradas as atas todas das bancas examinadoras, em que tomou parte já como presidente, já como examinador. Queria lançar em todas elas a sua assinatura "para ter durante as férias, o seu espírito tranqüilo", dizia ele. Em verdade, porém, o que queria o Mestre era ver tudo em ordem para a sua partida definitiva, evitando uma falha, uma senão oriundo da falta de uma assinatura, viesse invalidar um ato que por ele praticado. O que é certo, o que viu com espanto a corporação docente do Liceu Cuiabano, foi deixar de bater, repentinamente, aquele coração de ouro, no dia exato que se seguiu ao da assinatura da última ata!*

Alma boníssima, afeita sempre à prática do Bem, jamais escutou a voz de um necessitado, sem que o socorresse; jamais viu deslizar uma lágrima por uma face sofredora, sem que procurasse enxugá-la.

Pelo coração, essa sensitiva do nosso organismo, viveu sempre e por ele morreu, morreu, digo mal, senhores, porque o que morre se extingue, fenece e o grande Mestre cuja ausência que apenas se inicia hoje já nos faz saudades, em verdade não morreu. Transfigurou-se. Os seus despojos materiais são recolhidos neste sarcófago; mas o seu

nome limpo e acatado como a sua vida toda, cheia dos mais sublimes ensinamentos, esses não desaparecerão jamais; irão para os capítulos da História, edificando as gerações.

O prof. Isác Povoas, seguido posteriormente por seu irmão Nilo Póvoas, conseguiu sintetizar em palavras, a vida, a obra e a personalidade do prof. José Estevão Corrêa.

José Estevão Corrêa nasceu em Cuiabá, no dia 2 de agosto de 1840 e era filho do major José Vicente Corrêa e de d. Mariana, neto de Manoel Joaquim Corrêa e bisneto de Francisco Corrêa da Costa, português natural da Freguesia de N.S. da Boa Viagem de Massarelos, no Porto que foi o primeiro Corrêa da Costa chegado a Cuiabá, em fins do século XVIII, casado com a paulista de Itu, Maria Teresa de Jesus. Com os seis filhos que teve, formou o enorme clã da família Corrêa da Costa de Mato Grosso.⁵

Como era comum à época, alguns filhos adotaram o sobrenome de Corrêa da Costa, outros o de Paula Corrêa e alguns, somente o de Corrêa.

Aos 18 anos, foi nomeado praticante para o quadro da tesouraria da Fazenda, onde trabalhou por 31 anos, aposentando-se na função de contador em 30 de outubro de 1889, aos 49 anos.

Antes de completar 25 anos, casou-se com d. Rosa da Glória Paes Corrêa, no dia 25 de fevereiro de 1865.

Antes de completar 25 anos, casou-se com d. Rosa da Glória Paes Corrêa, no dia 25 de fevereiro de 1865.

De 1870 a 89, durante 18 anos, ele manteve as duas atividades, além do mandato que exerceu (mais de uma vez) como deputado provincial à Assembléia Legislativa, onde estava em 1877, como 2º secretário, aos 37 anos da idade.

Do final do século XIX até sua morte, dedicou-se integralmente ao ensino, não somente no exercício do magistério, mas em funções públicas na área.

Sou seu bisneto e hoje, é com emoção e orgulho que relembro sua vida.

⁵ – MESQUITA, José de. Genealogia Cuiabana – Corrêa da Costa. *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*.



**MARIA DIMPINA DE ARRUDA LOBO
OU
MARIA DIMPINA LOBO DUARTE**

Nilza Queiroz Freire

Nasceu aos 15 de maio de 1891 em Cuiabá, filha de Francisco de Arruda Lobo e Amélia Inocência.

Bacharelou-se em Ciências e Letras pelo Liceu Cuiabano no ano de 1909. Foi a primeira aluna (sexo feminino) que alcançou esse título nesta tradicional Escola.

Fundou o Colégio Particular São Luiz, do qual foi proprietária, Diretora e professora.

Casou-se com Firmo Pinto Duarte, sendo mãe de sete filhos.

Ingressou no funcionalismo federal, através de concurso para postalista dos Correios e Telégrafos, obtendo o primeiro lugar entre os participantes de todo o Brasil. Foi a primeira mulher funcionária pública do Estado de Mato Grosso, uma das fundadoras do Grêmio Literário Júlia Lopes e da Federação Matogrossense pelo Progresso Feminino. Fundou e foi a primeira Diretora da Escola Doméstica Júlia Lopes de Almeida.

Destacou-se à frente dos trabalhos da Liga de Assistência aos Lázaros.

Foi uma das fundadoras da revista *A Violeta*, da qual foi diretora, redatora e efetiva colaboradora.

Escreveu também na revista *O Garimpeiro*, editada pela Missão Salesiana em Guiratinga.

Lutou pela construção de uma Estrada de Ferro para o norte de Mato Grosso e também por rodovias.

Tem uma obra editada: *Folhas soltas* (1955), sobre a Família.

Obteve medalha de prata num concurso de âmbito nacional promovido pelo *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro.

Foi por muito tempo oradora e líder das mulheres mato-grossenses, destacando-se da luta pelo voto feminino e outros direitos da mulher.

A Prefeitura municipal de Cuiabá conferiu o seu nome a uma das escolas no bairro Coxipó da Ponte e uma rua no Bairro Boa Esperança.

Para falar das atividades literárias de Maria Dimpina Lobo Duarte, recorri à memória da Acadêmica centenária, Maria de Arruda Müller – sua amiga –, a qual, secretariada pela filha Helena Müller de Abreu Lima, assim se expressou:

Conheci Maria Dimpina ainda solteira, quando iniciamos a criação do Grêmio Júlia Lopes, ao qual pertencia a Revista "A Violeta". Maria Dimpina foi aluna do Liceu Cuiabano, sendo, naquela época, uma das três moças a estudar em colégio misto.

Fez concurso para os Correios e foi nomeada desde então.

Abriu curso particular e, dentre seus alunos, estava Firmo Pinto Duarte que, mais tarde, tornou-se seu esposo.

Desde o início da criação da Revista "A Violeta", Maria Dimpina foi uma colaboradora assídua, eficaz e de idéias muito adiantadas para a época. Assinava com vários pseudônimos, entre eles, "Arinapi" e "Correspondência de Dona Martha".

Muito inteligente, desde o início, brilhou nos textos que editou.

Para apreciação das suas idéias, faremos uma amostragem das suas crônicas, escritas com muito amor à Deus, à Família, à Cuiabá, ao Estado de Mato Grosso e à Pátria brasileira.

AMOSTRAGEM LITERÁRIA MATÉRIAS PUBLICADAS NA REVISTA "A VIOLETA"

Instrução

Muito buscamos fazer nestes últimos anos, principalmente pela instrução; muito temos conseguido, é verdade, mas também é inegável que muito nos falta.

E enquanto o lar não for a escola, e a escola não for o lar, teremos de lamentar essas pequenas faltas.

Percorrendo os lares encontraremos também duas correntes distintas, uma daquelas cujos pais quotidianamente completam no lar a obra do mestre, outra, ou daqueles que a destroem ou daqueles que a enfraquecem porque ignoram talvez que a melhor obra do mestre é fraca, se lhe falta o apoio do lar.

[19-11-1918 – (a) Arinapi]

Crianças de ruas

Uma das primeiras necessidades que reclama particular atenção e vivo interesse por parte não só da nossa população, como dos nossos governantes, é a vigilante fiscalização das crianças nas ruas.

É muito sensível o modo pelo qual estas crianças longe da tutela dos pais, vão degradando-se, corrompendo-se, fazendo-se perdidas.

É causa pena vê-las! Alegres, joviais, inteligentes, desperdiçam essa inteligência em troca de pequeninos prazeres que as corrompem – o jogo, o fumo, etc.

[24-09-1919 – (a) Arinapi]

Literatura

Em dias da semana atrasada, no Cine Parisien, desenrolou-se um espetáculo raro em nosso meio; o primeiro, feito por uma mentalidade feminina.

Madame Andradina, a festejada conferencista que Cuiabá tem a honra de hospedar, fez a sua estreia, nesta cidade.

Escritora inteligente, agrada pelo estilo e pelos conceitos; verdadeira oradora, maneja com tanta facilidade a sua palavra, tornando-a triste, entusiástica, engraçada, arrogante ou amável, segundo a exigência do assunto.

[s.data, (a) Araripi]

Construção da Estrada de Ferro

Desde que iniciamos a publicação da "A Violeta", tornei-me propagandista de uma estrada de ferro que unisse Cuiabá aos centros civilizados.

A Estrada de Ferro Norte Mato Grosso, concessão do Governo do Estado a uma acreditada firma paulista, cujos trabalhos foram iniciados, sempre teve em mim uma entusiasta fervorosa.

Otimista intransigente, nunca perdi a esperança de ver realizara esta grande obra, fadada a resolver todas as outras necessidades e destinada ao maior incremento da agricultura, da pecuária, da indústria, do comércio, da povoação do solo.

Esta estrada solucionaria o problema dos transportes, pois, há anos não possuímos outro meio de comunicação senão o fluvial, dificultoso e péssimo pelos rios Cuiabá e Paraguai.

Constroem-se prédios, melhora-se a viação urbana, fundam-se sociedades de cultura e só lhe falta o principal, o problema único: comunicação.

[s.data – (a) Maria Dimpina]

Conselhos aos jovens

Manda a moral que defendamos a nossa honra e a nossa integridade, acima de todas as paixões e assim triunfará o patriotismo, crescerá a virtude, estiolará o vício, tudo para a glória e honra da Nação.

[out. e nov. 1942 – (a) Maria Dimpina]

Arte (Música)

Falemos hoje da Música.

O piano não está abandonado de todo. As professoras Maria de Lourdes e Dunga Rodrigues nos mimoseiam de quando em quando com uma de suas bem organizadas audições, comprovantes da perícia de quem ensina, e do gosto artístico de quem aprende.

Mas o piano está só!

Abandonado de outros instrumentos que o auxiliavam, chora saudades infindas de José Estêvão Corrêa, de Januário Rondon, que tinham, ainda em família, um conjunto de violino, bandolim, flauta e violoncelo, uma verdadeira escola de Arte, atestando a nossa educação primorosa e sentimental!

Avante, pois, quem tem, além de capacidade, patriotismo; por quanto trabalhar para o progresso espiritual e educacional do povo é por em ação os verdadeiros sentimentos de amor à terra do berço.

[30-09-1944 – (a) Maria Dimpina]

Divórcio

Quereis um amor duradouro e uma felicidade perfeita? Respeitai a promessa que fizestes um dia depois de longo namoro, de duradouro noivado, naquela época em que ela era tudo para vossa felicidade e tudo fazíeis em troca dessa almejada união.

Não é o divórcio que lhe restituirá a felicidade perdida!

Até aqui não falamos de desamparo dos filhos do casal desunido.

Na alegria e na dor, quão agradável e consoladora é a doce união dos pais para gozar ou sofrer a sorte de seus filhos!

[07-09-1945 – (a) Maria Dimpina]

Arte (Pintura)

Nenhum assunto nos colocaria mais à vontade, presentemente, que esse que nos proporcionou uma grata notícia de que fomos conhecedora por uma irradiação transmitida da Capital da República: Inês Correia da Costa, nossa ilustre coestaduana, sob os auspícios do Instituto Brasil-Estados Unidos faziam uma exposição de Pintura, sua primeira e grande exposição de Arte.

Não nos foi surpresa a glorificação do nome de Inês Correia da Costa, rebento ilustre e vigoroso de duas famílias que se destacam pela cultura e pela inteligência.

Inês é filha do saudoso Coronel Pedro Celestino, ex-Presidente e ex-Embaixador de Mato Grosso no Senado brasileiro, vulto inconfundível de nossa história política e que além de inúmeros e relevantes serviços ao nosso Estado deixou, qual monumento que, nem a ação do tempo poderá destruir, a reforma da Instrução Pública Primária do Estado, obra de sua iniciativa aqui realizada pelo grande educador paulista, Leovegildo Martins de Melo.

E esta vocação para a cultura transmitiu à sua geração, da qual a filha é um exemplo vivo.

[28-11-1945 – (a) Maria Dimpina]

Cidadania

Para que o Brasil, porém, se mantenha firme, de pé, altivo e nobre, é preciso que haja dentro do seu território, paz, união, povo sadio, comércio ativo, agricultura produtiva, pecuária bem amparada, isto é, que o Brasil aproveite de suas riquezas em benefício de seus próprios filhos e que, estes, sejam patriotas verdadeiros, colocando a Pátria acima de interesses pessoais.

É preciso, enfim, que cada brasileiro seja um cidadão e que nenhuma atitude venha tomar a não ser aquela que coloque, acima de tudo e de todos, os interesses, a elevação moral e a economia da Pátria.

[31-03-1946 – (a) Maria Dimpina]

Direito a voto

Dirigindo-se à mulher cuibana:

Você vai dar voto para escolher o primeiro Magistrado do País, o Presidente da República, e os Senadores e Deputados que irão elaborar as leis que deverão decidir dos nossos destinos, da sorte de nossos filhos e, quiçá, até de nossos netos.

Já pensou você, pois, o que pode ser o seu voto para a desgraça humana se não tiver você a força necessária para colocar os interesses da coletividade acima de suas simpatias pessoais?

Pensar e votar, mas votar bem é o seu lema!

As urnas! Pensamos que só existem duas testemunhas que vêm como e em quem você votou: Deus e a sua consciência.

Deus que tudo vê e sua consciência que julgará a você, ou com a paz que é dada aos que praticam o bem, ou com o remorso que eternamente aflige os que andam mal com ela.

[s.data – (a) Maria Dimpina]

Democracia

Estamos em pleno regime democrático.

Está promulgada, felizmente sob a proteção de Deus invocada pelos legisladores, a Constituição que deve reger o nosso País.

Ouvimos, não sabemos se atribuída com propriedade ou mal disfarçada calúnia, que, um dos grande homens que o Brasil conta atualmente, deixou, em um momento de aborrecimento talvez, escapar a frase: não há penicilina que cure o Brasil!

Queremos crer que um sistema de cura pela auto-sugestão individual de cada um dos que são responsáveis pelos interesses e destino da coletividade brasileira cuidando do bem geral antes do seu próprio, deixaria o nosso País não só livre destes choques nervosos, mas, ativo para os importantes empreendimentos que engrandecem os povos.

Não somos feministas na acepção vulgar do termo.

Não temos compromissos partidários.

Somos pela democracia, pela obediência às leis.

[set. e out. 1946 – (a) Maria Dimpina]

Incentivo aos jovens

Carta aberta ao Sr. Hélio Bastos.

Nesta época em que os jovens abrindo os olhos para a fantasia mundana, envaidecendo-se de sua inteligência, começam a enveredar-se para as idéias materialistas, ateístas e outras que tais, o Sr. aos 18 anos, se mostra um espírito altaneiro, elevado, digno de ser imitado, ponto a sua inteligência ao serviço de Deus, à elevação moral da Família, à glória e ao amor de seus pais.

Agradeço o mimo delicado e precioso de seu poema e desejo que ele prepare muitas famílias para festejarem Bodas de saudades, como

Antônio José e Maria Isabel, personagens de sua criação, em seu sempre encantador poema.

[S. data – (a) Maria Dimpina]

Família

Leiamos um pouco de D. Júlia, essa mulher inconfundível que pôs a sua pena ao serviço de formação inteligente da família brasileira, e cuja vida e família, foram livros abertos aos olhos de quem os quisesse ler.

Empolgada pela leitura de conceitos desta ordem ditados por esta genial patrcia é que dei início à minha formação cultural, como redatora d' "A Violeta".

E ainda é porque, quando se me depara a ocasião fortuita, não me afasto desta idéia: contribuir sempre que for possível para a educação eficiente da mulher para o lar, que serviria de tema à palestra que eu faria ao microfone d' "A Voz do Oeste" para atender ao gentil convite do competentíssimo e operoso Diretor do Centro de Saúde do Estado.

[S. data – (a) Maria Dimpina]

Maria Dimpina Lobo Duarte foi casada com o meu tio materno Firmo Pinto Duarte.

As famílias, naquela época, se visitavam e até passavam o dia na casa de parentes e amigos; minha lembrança busca a imagem daquela família que estava sempre unida: pai, mãe, filhos.

O casal trabalhava nos Correios e Telégrafos, em horários diferentes, enquanto ela atendia à burocracia da então ECT, no interior da Agência-Centro, em Cuiabá/MT, ele prestava serviço na parte térrea, diretamente em contato com a clientela da repartição, conforme a escala de trabalho, seu horário se estendia até às 21:00hs.

Pretendo tirar, da memória, cenas domésticas que me ficaram gravadas, relacionadas com a família Lobo/Duarte; são elas:

Causas Sociais

Em determinada época, quando o casal Maria Dimpina/Firmo trabalhava na Agência Centro dos Correios e Telégrafos, em Cuiabá/MT, o Governo transferiu para Cáceres-MT, o cabeça do casal, Firmo Pinto Duarte. D. Maria Dimpina sempre soube se expressar..., ainda mais para defender causa própria... Pois bem, ela se dirigiu ao Presidente Getúlio Vargas – no seu primeiro mandato (03-11-1930 a 29-10-1945) –, através de uma exposição de motivos, explicando-lhe a inconveniência de se transferir somente um dos cônjuges e alertando para o desfecho da família, a maior

célula da sociedade... Em função disso – no 2º mandato do Presidente Vargas (31-01-1951 a 24-08-1954) –, D. Maria Dimpina viu sua luta vitoriosa com a publicação da Lei nº 1711, de 28-10-1952 – “Estatuto dos Funcionários Públicos”, que regeu os funcionários públicos federais até 10-12-1990 –, na qual foi consignado o seguinte:

Seção VII – DA LICENÇA À FUNCIONÁRIA CASADA

Art. 115 – O funcionário casado terá a licença sem vencimento ou remuneração, quando seu cônjuge for mandado servir, ex-officio, em outro ponto do território nacional ou quando eleito para o Congresso Nacional.

§ 1º – Existindo no novo local de residência repartição do serviço público centralizado ou de autarquia federal o funcionário será nela lotado enquanto ali durar a permanência do cônjuge.

§ 2º – A licença e a remoção dependerão de requerimento devidamente instruído”.

Foi a força do palavreado da D. Maria Dimpina que levou o então Presidente a adotar a licença “ex-officio” no caso da transferência de um dos cônjuges, cujo benefício está confirmado na Lei nº 8112, de 11-12-1990, que substituiu aquele Estatuto, no Regime Jurídico Único.

Este item foi incluído na matéria “Mulheres de Mato Grosso”, de minha autoria – na qual destaquei três elementos femininos, entre eles, Maria Dimpina Lobo Duarte –, publicada no jornal *Caminhando* da Universidade Federal de Mato Grosso, edição de 08-03-1991, página 5.

Religião

Católica fervorosa, além de preparar a si e à família, espiritualmente, para as funções da Semana Santa, providenciava roupa nova a todos, a fim de se apresentarem dignamente.

Em seguida, vinha a Páscoa, que nunca passou despercebida na sua casa. Juntamente com as amigas de Aidinha Epaminondas, Elza Nigro entre outras, Maria Dimpina Lobo Duarte participava, também, da recepção após a comunhão pascal, incluindo desde guaraná ralado, considerando que, naquela época, os participantes deviam estar em jejum, para receber a eucaristia.

Essa celebração pós Páscoa – chá com bolo –, acontecia no Seminário da Conceição (ao lado da Santa Casa de Misericórdia), sob as vistas do Arcebispo Dom Francisco de Aquino Corrêa.

Entusiasta da Música

Numa das visitas que lhe fizemos, ela nos recebeu e chamou o tio Firmo que se encontrava no quintal, cuidando das plantas; como ele não atendia, ela nos disse: *Vou chamá-lo com música*, e foi dedilhar o piano. Logo o tio apareceu para apreciá-la, trazendo a colheita das fruteiras que cultivava.

Retribuição de presente

Falando anteriormente em fruteira, minha homenageada ganhou de uma amiga de São Gonçalo – ½ dúzia de xícaras; retribuiu a fineza com a produção do seu quintal, argumentando o seguinte: *Você me presenteou com material da Indústria; eu retribuo com colheita da Agricultura.*

Ancestrais

Na família Pinto Duarte, de onde se originaram 10 (dez) irmãos, somente os filhos do tio Firmo têm ou tiveram nomes dos seus ancestrais, pelo valor que a D. Maria Dimpina conferia aos antepassados. Vejamos, a seguir: Francisco (nome do avô materno); Joaquim (nome do avô paterno); Maria Eulália (o primeiro, em homenagem à Virgem Maria, o segundo, reverência à avó paterna); Firmo (nome do pai).

Juventude

D. Maria Dimpina tinha muita preocupação com a mocidade, fora dos bancos escolares e arredia da boa educação, feita em casa. Sempre que havia oportunidade, os aconselhava, pessoalmente ou através das suas valiosas crônicas. Para o elemento feminino, da sua amizade, presenteava com o livro *Boas Maneiras*, uma forma de contribuir para a fineza da mulher.

Minha irmã Vanildes, afilhada do casal Maria Dimpina/Firmo, foi uma das que recebeu aquele livro.

Oratório

Na sua casa, na sala de visitas, havia um belo nicho com os santos da sua devoção; aquele lugar era sagrado e, por isso muito respeitado pelos seus filhos.

Quando vieram os netos – filhos de Lalita, que morava na casa vizinha –, estes aproveitaram a ausência da avó, para manusear os santos. Quando D. Maria Dimpina chegou dos Correios e Telégrafos, observou as imagens em posições diferentes e exclamou: *Quem mexeu no meu oratório e deixou os santos emparelhados, como se fossem dançar quadrilha?...*

Esse oratório devia ser destinado ao primeiro neto que constituísse família; daí porque se encontra na casa do Júlio César, em sala de destaque, como era o gosto da avó.

Cenas de amor

01 – o Casal Firmo/Maria Dimpina tinha um hábito singular: comia no mesmo prato, desde o dia do casamento; o prato ficava na quina da mesa, tendo meu tio na cabeceira e, ela, do seu lado direito. Essa singularidade presenciei não só na residência do casal, mas, também, num dos restaurantes do Rio de Janeiro.

02 – Ainda, no Rio de Janeiro, então Capital Federal, a convite do filho Francisco (Lelito), meu rio Firmo se aprontava para ver uma disputa entre Flamengo/Fluminense, o comentado “Fla-Flu”, a ser realizado no Maracanã.

D. Maria Dimpina perguntou onde iam e, quando soube do programa, se animou a acompanhá-los. Meu tio se espantou e lhe disse: *Maria, não a convidei porque você não gosta de futebol*, ao que ela respondeu: *Gosto de todo lugar onde eu possa estar com você; além disso irei conhecer o Maracanã* e foi tratando de se vestir.

03 – Como se sabe, o mato-grossense é o maior consumidor do guaraná produzido no Amazonas. O casal Maria Dimpina/Firmo não fazia por menos, incluindo, nas suas despesas, o bastão de guaraná, para ser ralado em casa, antecipando o horário de uso.

Essa tarefa competia ao tio Firmo; ele se levantava mais cedo para ralar o guaraná e, ao terminar a tarefa, dava três palmadinhas do bastão na grosa, avisando à esposa que o serviço estava feito.

Em seguida, D. Maria Dimpina se levantava para preparar a bebida e, juntos, cada qual com seu copinho, tiraram o jejum, saboreando a primeira bebida do dia.

04 – Na casa de D. Maria Dimpina, o amor estava no ar as 24 horas do dia, nos mínimos detalhes.

O casal, como dissemos acima, era apreciador do guaraná, tomado duas vezes ao dia: uma primeira bebida e duas horas após o almoço.

Quando o tio Firmo pegava o serviço a partir do meio dia, ela levava o guaraná para ele; da mesma forma ele retribuía, quando a esposa estava trabalhando.

A família morava na rua Barão de Melgaço, perto da Assembléia Legislativa e o Correio-Central, no mesmo lugar onde se encontra – na Praça da República.

É oportuno dizer que a população andava a pé.

05 – Pela sua experiência de vida, era uma ótima conselheira, principalmente nos assuntos de Família.

Ao perceber a tristeza de uma sua amiga, cuja alma fora invadida por nuvens tenebrosas, escreveu:

Elas passam... e a bonança vem, sem que te apercebas desses vaivéns da sorte!

○ mundo canta quando a gente chora!...

E, sendo essa tristeza relacionada com o marido, não saía por aí falando mal dele... ○ dia em que eu, Maria Dimpina, tiver a coragem de depreciar meu marido, deverei ter, também, a dignidade de me separar dele.

É preferível ter-se a ventura, como disse o Poeta, de parecer aos outros venturosa!

06 – Cuidadosa com os filhos, confiava a instrução deles aos salesianos; a educação era feita em casa, com religião, verdade, energia e amor.

Quando os filhos eram pequenos, D. Maria Dimpina os preparava para declamação, canto, mensagem de carinho, etc, a fim de ser apresentado ao pai, tio Firmo, por ocasião de seu aniversário.

Como se viu, pai, no conceito dela, não era somente o pagador de despesa, mas o chefe da casa, merecedor de todo o respeito e carinho.

Lançamento Literário

Em 1955, quando o seu filho Firmo se ordenou sacerdote salesiano, D. Maria Dimpina publicou a obra *Folhas Soltas*, sobre a Família.

Após a folha de identificação, leremos *Oferenda*, dedicada ao padre Firmo Pinto Duarte:

1944 – FIAT! Separei-me de ti com resignação e confiança cristã.

1955 – MAGNIFICAT! É a minha alma agradecida que entoou seu canto de alegria ao beijar-te as mãos unguidas pelos misteres sacerdotais.

Jesus! Maria! Agradeço, com meu dedicado esposo, companheiro solidário comigo em todos os momentos, a grande dita de sermos pais de um Sacerdote e vos pedimos, seja ele um Santo Ministro de Deus.

Conversando com ela sobre o padre Firmo, assim se expressou: a cada hora em que me lembro ser mãe de um sacerdote, faço, mentalmente, a seguinte jaculatória: Meus Deus, eu não sou digna.

Dedicatória

Na folha seguinte da obra *Folhas Soltas*, acham-se as outras dedicatórias:

A Firmo, meu bem querido esposo, o grande incentivador da minha constância, como jornalista

Após meus caríssimos filhos, aos quais pretendo deixar nestas singelas páginas o exemplo da perseverança e do trabalho e a perpetuação do cuidado que sempre tive em educá-los para Deus, para a Pátria e para a Família.

A referida obra é feita de amor, do começo ao fim; o esposo, tio Firmo, e cada filho recebeu uma ou mais mensagens, além de amigos queridos.

Reli *Folhas Soltas* graças à valiosa colaboração da minha irmã Vanildes, afilhada do casal Maria Dimpina/Firmo; a obra em questão, editada há mais de 40 anos – amarelecida pelo tempo –, traz a seguinte dedicatória:

Aos caríssimos Edgard/Vanildes, com o meu cordial abraço. A
autora, em 11-12-1955.

Festas pós ordenação

Ato contínuo à ordenação do filho Firmo, o casal recebeu os convidados para um laudo almoço.

Na programação seguinte – três dias de missa –, foram servidos “chá com bolo” aos presentes, nas acomodações de cada igreja. As amigas Aidinha Epaminondas e Elza Nigro sempre estiveram à frente dos preparativos.

Para cada ato religioso – a ordenação propriamente dita e as três primeiras missas –, D. Maria Dimpina usou vestido novo, previamente confeccionado por D. Nenê, respeitável costureira do bairro Mundéo. Ela se preparou espiritual e materialmente para receber o filho sacerdote, tal a sua alegria.

Regalia do Padre Firmo

Os sacerdotes e as freiras mato-grossenses e cuiabanos, quando estavam em Cuiabá, ficavam com seus familiares durante o dia, mas, à noite, recolhiam-se às respectivas casas religiosas.

Com o Padre Firmo era diferente...; ele se hospedava, de corpo e alma, na casa dos pais. Foi, então, que perguntei à D. Maria Dimpina:

– Por que era permitida essa regalia ao seu filho?

Ao que ela me respondeu:

– *Porque nossa casa é salesiana.*

Dinamismo

Apesar das suas ocupações de funcionária pública, dona de casa, esposa e mãe, nunca se afastou das suas atividades literárias e religiosas.

Além de ser uma das fundadoras da revista *A Violeta*, da qual foi diretora, redatora e efetiva colaboradora, foi a fundadora da União de Ex-Alunas Salesianas de Cuiabá, sendo uma das Presidentes.

No Colégio Coração de Jesus, na sala da Ir. Hilda Bodstein, existe a galeria de Presidentes da referida União de Ex-Alunas, onde a D. Maria Dimpina se destaca.

A sala foi inaugurada com o retrato dela, sendo que, o Padre Firmo – seu filho –, fez a celebração, oportunidade em que se reuniram todas as Presidentes.

Escola de Serviços Domésticos

Como funcionária pública, trabalhando fora, D. Maria Dimpina conhecia – mais que outras donas de casa dedicadas somente ao lar – as necessidades de ter uma auxiliar para ajudar nos serviços domésticos. Pois bem, apareciam as ajudantes, porém, sem nenhum preparo para dominar, com sabedoria, os serviços aos quais se propunham.

A partir dessa realidade, fundou a “Escola Doméstica Júlia Lopes de Almeida”, da qual foi a primeira Diretora.

Além dos serviços domésticos propriamente ditos, a Escola em questão ensinava trabalhar com economia – qualidade rara no profissional dessa área –; ensinava boas maneiras no trato, assiduidade, pontualidade, asseio consigo e no serviço, respeito aos patrões, etc.

Educação da filha

Contrastando com os serviços domésticos, certa época, minha prima Lalita manifestou vontade de aprender a tocar piano.

A mãe, D. Maria Dimpina disse que, além de encaminhá-la ao estudo da Arte, iria ensiná-la, na ocasião oportuna, os serviços de copa, da cozinha, enfim, todos os serviços domésticos, ao que a filha respondeu com desdém:

– *Deus me livre!*

A palavra retornou à mãe que lhe disse, em resposta:

– *Minha filha, a Música é um ornamento da inteligência, a arte culinária é uma necessidade do corpo. Não se admite um espírito culto, predisposto ao Belo, num corpo enfraquecido e mal alimentado. Se há uma vaidade intolerável na mulher, seja essa de detestar os humildes serviços domésticos que lhe pertencem.*

Uma senhorita que executando uma sonata ao piano, cora-se para contar que teve necessidade de preparar o jantar da família, não é educada.

Recepção a noivo

A prima Lalita, sua filha, já comprometida para o casamento, desejou convidar o noivo para almoçar com ela aos domingos e, para isso, solicitou opinião da sua mãe, Maria Dimpina; esta lhe respondeu:

– *Pode contar com o meu consentimento, desde que você faça os almoços, para que ele veja seu desempenho e possa sentir que, tendo competência, poderá comandar, futuramente, uma auxiliar doméstica.*

E, diga-se de passagem, a Lalita é uma excelente quituteira!

Divisão de trabalho

Dizem que os americanos ajudam as mulheres nos serviços domésticos. Na casa dos meus tios, essa prática envolvia ambos os sexos...; quantas vezes, estávamos em visita aos queridos parentes, quando ela, D. Maria Dimpina mandava o filho caçula, Firmo – hoje Padre Firmo – preparar o café e servir aos visitantes.

Criando quatro filhos, sendo três do sexo masculino, os serviços deviam ser divididos, principalmente para não sobrecarregar a única filha.

Dessa forma, qualquer um dos filhos era totalmente afinado para atender às ordens da mãe.

Centenário de nascimento

Pelo relacionamento que a D. Maria Dimpina sempre manteve com as instituições Salesianas, o Colégio Coração de Jesus festejou seu centenário de nascimento, a 15 de maio de 1991, cuja programação – iniciada com missa celebrada pelo seu filho, Padre Firmo – esteve a cargo da citada Ir. Hilda Bodstein.

A solenidade seguinte realizou-se no teatro da mesma Instituição educacional, onde tive a oportunidade de falar, representando a família do marido – Pinto Duarte; Maria de Arruda Müller discursou sobre a amiga querida, chegando a se emocionar com a sua perda; Pedro Rocha Jucá fez sua oração representando o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso; a neta, Carolina – a querida Calu –, filha do Joaquim (Quinco), representou a família Arruda Lobo; finalmente, falou o Padre Firmo, agradecendo a homenagem.

Prosseguindo, farei amostragem da coragem da D. Maria Dimpina e do seu temperamento para vencer os obstáculos.

Conta-nos seu filho, Padre Firmo, no discurso que fez em Barra do Garças/MT, quando recebeu o título de cidadão barra.garcense:

Meu pai, abnegado telegrafista foi transferido de Cuiabá para a remota estação telegráfica dos Tachos, na área indígena de Meruri.

Jogados em cima da carga de um caminhão, fizemos a longa e arriscada viagem. Minha mãe contaminava a todos com uma grande alegria que brotava de seu espírito de mulher corajosa e inteligente.

Serras íngremes, rios, areões, pântanos e uma série de obstáculos intransponíveis eram vencidos pelo motorista, acostumado com aquelas ocultas e primitivas paragens.

Havíamos feito mais da metade do caminho quando quebrou o eixo do caminhão. Bem me lembro, era um sábado ensolarado. Debaixo da

canícula ardente, caminhamos o dia todo, para alcançarmos a fazenda Fortaleza, do Sr. João Gabriel. Pediu-lhe, o motorista, dois favores: um cavalo a fim de retornar a Cuiabá em busca de recursos e a hospedagem para a família do telegrafista.

Fomos colocados na tulha de milho. Exaustos da viagem e retraídos pelo incômodo que parecíamos dar, acabrunhados, passamos ali aquele domingo. Até o sorriso desaparecera do rosto da Mamãe. Segunda-feira, pela manhã, a criançada da fazenda começou a se preparar para as aulas. Mamãe ficou sabendo que o professor era um velho mestre-escola. Propôs lecionar por aqueles dias e a substituição foi feita com reservas. O resultado, porém, logo apareceu. Do rancho de milho, passamos a ser hóspedes de honra ca Casa Grande. De filhos de intrusa, fomos considerados como filhos da professora.

Na fazenda Fortaleza ficamos um mês inteiro, até que retornasse o motorista de Cuiabá. Na hora da partida, os alunos agarrados na saia de Mamãe, diziam a uma só voz:

– Não vá embora, professora, não vá embora!!!

O espírito maravilhoso da criatura que me deu o ser, mostrou-me esta sua primeira manifestação de carinho a este leal e nobre povo do Leste, ensinando-me, desde criança, a adaptar-me aos ambientes e às pessoas, criando o clima de amizade sem o qual nunca pode haver o verdadeiro apostolado.

Outra faceta de D. Maria Dimpina, contada no discurso anteriormente referido, proferido pelo seu filho, padre Firmo, em Barra do Garças/MT:

Em 1935, meu pai foi transferido para Lageado, hoje Guiratinga. Corria o tempo dos bamburristas e Guiratinga de antanho era a Capital dos garimpeiros. Enquanto Papai manipulava o Morse, Mamãe lecionava nos padres e juntamente com o dinâmico Diretor, Padre João Duroure, fundou a revista "Garimpeiro" – porta-voz de todas as currutelas.

Por toda essa luta de D. Maria Dimpina, cheia de religiosidade, ela me impressionou muito bem!... pela sua fé, pelo seu amor, pelas lutas sociais, enfim, ela MARIA DIMPINA LOBO DUARTE é uma das lembranças bonitas que eu gosto de ter, razão porque escolhi como Patronesse.

Minha tia centenária, Eulália Pinto de Barros – irmã mais velha do tio Firmo – , fazendo referência à cunhada Maria Dimpina e aos filhos desta, sugeriu:

– Pela luta da mãe de vocês e as vitórias conquistadas, vocês – repito – deviam pedir-lhe, de joelhos, sua bênção.

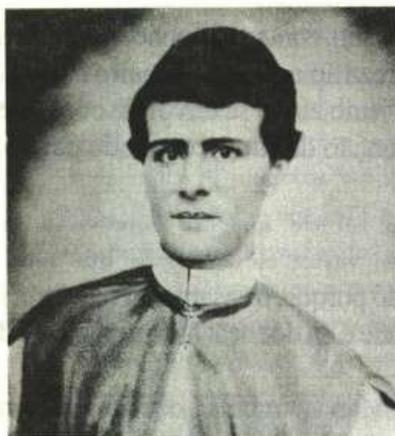
Ela mesma, a tia centenária, conta que conheceu Maria Dimpina como namorada do Firmo. Como a mãe Natureza amadurece primeiro a mulher, Maria Dimpina tinha os pés no chão, enquanto o Firmo ainda se envolvia com os enlevos da mocidade. A tia centenária chamava a atenção da futura cunhada para o fato, e ela, à vontade e muito bem vestida, concluiu:

- Gosto tanto do Firmo que, se hoje visto seda — segurou o vestido —, poderei vestir chita, desde que seja ao seu lado.

Ecumpriu o prometido porque, o casamento de Maria Dimpina/Firmo persistiu na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, até que a morte dela, em 10 de dezembro de 1966, separou o casal.

A imagem de Maria Dimpina Lobo Duarte sempre estará comigo, como uma figura de grande valor, a qual, havendo nascido no século passado, viveu 66 anos e 7 meses neste século XX, deixando exemplo de vida para quem a conheceu pessoalmente, e àqueles que a conhecerão pela leitura destas lembranças.

Campo Grande/MS, 02-03-1999.



Padre ERNESTO CAMILO BARRETO

(Lampejos biográficos de um egrégio sacerdote)

Avelino Tavares

Outro Dia

*Afirmas coração que tudo te falhou:
Felicidade, amor, confiança, promessa...
Rogas socorro e amparo de alma opressa
Para esquecer o fel que te agonia!...
Recordemos, no entanto, a natureza,
Tudo espera por Deus: o céu, a vida, o solo,
Ante a luz matinal que acalma, polo a polo:
— Outro dia, outro dia!...*

Padre Ernesto Camilo Barreto - vivendo a dimensão da exuberante eternidade em outro dia, outro dia.

Enriquecemos estes lampejos bibliográficos do espírito iluminado do padre Ernesto, com alguns tópicos das descrições históricas do imortal historiador Virgílio Corrêa Filho, inseridas na interessantíssima Publicações *Baianos em Mato Grosso*: (Publicações avulsas n.º 7 - 1998), sob patrocínio da Prefeitura Municipal de Poxoréu, na administração Lindberg Nunes Rocha.

Assim se expressou o historiador:

Não obstante o desconforto da travessia da hinterlândia, em busca de Cuiabá, cidade bandeirante plantada no centro geométrico da América do Sul,

mais de um baiano a empreendeu, resoluto, porventura com esperança de retornar, quando não o levassem as circunstâncias regionais a transformar o exílio sertanejo em centro de afeições agarrativas.

No capítulo contido à página 21 da referida publicação, alusiva Padre Ernesto Barreto, assim descreveu o mega historiador.

Não tinha ainda atravessado a primeira década de existência, quando acompanhou, assustado, as peripécias da "Sabinada".

Nascido a 19 de fevereiro de 1826, em Cachoeira, chamava-se Ernesto Camilo Barreto, nome que, por longo prazo, trocou pelo de frei Ernesto de São Joaquim Barreto.

Para a ordem franciscana entrou, apenas ultimados os estudos primários, e permaneceu até conseguir a sagração de presbítero, em que oficiou o arcebispo Dom Romualdo Antônio de Seixas, a 30 de novembro de 1850.

Não lhe correria, porém, a vida serenamente, entre orações e ofícios.

Quis conhecê-la fora dos conventos, corresse embora o risco de deixar enlaçar-se pelas tentações mundanas.

Secularizou-se em fevereiro de 1852, antes que análoga tomasse outro egresso do convento, que as musas impeliram contemporaneamente a entoar as "Inspirações do Claustro."

Padre Ernesto, revolucionário do saber, do amor, da liberdade. Na condição de ex franciscano, recebeu do primeiro bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, o reconhecimento, o respeito, pelos méritos culturais e morais, do destacado homem de Deus.

Padre Ernesto foi um iluminado em prol da Cultura mato-grossense em especial cuiabana.

Quando D. José Antonio dos Reis, nos idos de 1853, fundou e incrementou o Seminário Episcopal da Conceição - com a dupla função de iniciar nos estudos eclesiásticos os rapazes de vocação religiosa e facilitar o ensino de algumas disciplinas do curso secundário aos pretendentes às carreiras liberais. O nosso biografado, enigmático Padre Ernesto, *chegou no caráter de Lente de Teologia Dogmática e Moral*, tendo se destacado em diversas matérias que ensinou tais como Teologia Exegética, Religião-Retórica e Eloquência Sagrada. Padre Ernesto Camilo Barreto, um espírito iluminado, acima dos limites do seu tempo. A exemplo do Cristo passou por exacerbadas dores morais e humilhações, por transcender tradições teológicas-políticas-sociais.

Em 1859, fundou *A Imprensa de Cuiabá*. Jornalista notável, independente e corajoso, combateu idéias do então presidente da Província de Mato Grosso, Coronel Antônio Pedro de Alencastro, que, enfurecido com a *crítica inteligente, que lhe examinava os atos da administração, e uma atitude arbitrária e desumana, o*

talentoso Padre Ernesto, fora preso em plena "Igreja da Matriz" - no dia da festa do Espírito Santo, preso, logo após o término de um dos seus talentosos discursos sacros, quando proferiu em latim "VADE SED VENIO AD VOS"; traduzindo em português, significa "Vou porém volto a vós".

A premunicação aconteceu. O enigmático sacerdote voltou a Cuiabá, após a demissão de Alencastro na presidência da província de Mato Grosso.

No dia 1.º de maio de 1869, o ilustre protonotário apostólico Ernesto Camilo Barreto, passara a ocupar uma poltrona como Deputado pela província de Mato Grosso.

A vida eclética do douto sacerdote católico fê-lo membro da loja Estrela do Oriente onde alcançou o título de "Príncipe Rosa Cruz", tendo chegado ao ápice-grau 33.

Na opinião respeitável do professor Nilo Póvoas, Padre Ernesto *constituiu-se um dos mais valiosos fatores de formação e desenvolvimento de cultura mato-grossense, destacando-se num relevo acentuado, o padre Ernesto, como centro em torno do qual gira todo movimento cultural de seu tempo.*

Epiódio digno de registro para gáudio que transcendeu o padre Ernesto, foi a constituição de uma família, que ele acariciou nas terras cuiabanas. Dentre seus membros, a irmã que fora, pelo padre tutelada, Umbelina Carolina Barreto, que se apaixonou por Joaquim Rodrigues Calháu.

A vinda da família Barreto para Cuiabá - a distância fazê-los-iam esquecer aquele incontrolável amor. Ledo engano, Cuiabá fora o cenário daquele enlace matrimonial dir-se-ia "escrito nas estrelas". Romance poético-gênese-berço de *A Província de Mato Grosso, O Mato Grosso* onde a poesia apaixonada de Joaquim Rodrigues Calháu, iluminava Cuiabá, logo após a Proclamação da República.

1999- Estamos vislumbrando o raiar do 3.º milênio. Momento histórico, pela revolução tecnológica, em que a informática domina espaços no âmbito das comunicações.

O mundo apenas, uma ilha, enfrentando realidades e paradoxos díspares. A economia de mercado globaliza-se - a genética, o computador encanta e fascina.

Surgem em contrapartida, gangues urbanas, incentivadas pelo terrorismo mundial da taxicomania, doenças epidêmicas incontroláveis. Surge no Brasil, um fenômeno nacional na Igreja Católica, padre Marcelo Rossi. Os seus cânticos, os seus trejeitos, alucinam e inspiram os assombrosos carnavais, coloridos e sonografados, a grande passarela dos carnavais- Avenida Sapucaí - cantando composições do Padre Marcelo Rossi. Verdadeiras mensagens alucinosas de fascinação.

A mocidade brasileira ingênua, criando novos temas carnavalescos...

A igreja católica que já produziu S. João Batista Maria Vianey, cura D'árs (1796-1859) (Padroeiro de todos os Párocos do Mundo); Santa Bernadette de Lourdes, "A vidente de Lourdes" (1844-1879); São Francisco de Assis (1182-1226); Padre Manoel da Nóbrega.

Padre Ernesto, um revolucionário singular há 173 anos passados.

Dentre as singularidades marcantes, destaca-se a construção de uma família.

Admite o historiador e Jurista Aduino de Alencar, que ele tenha se casado em “segredo de Justiça” - com Maria do Rosário Pires, sua ex escrava. O amor desencravando limites. Desse matrimônio nasceram oito filhos, dentre eles João Barreto e Ernesto Pereira Borges, pessoas queridíssimas na vida de Cuiabá. Conheço, respeito e admiro, a vida dos descendentes do padre Ernesto: Arinil Vigne Barreto, excelente criatura humana morando na Rua 24 de Outubro, neta do Padre Ernesto. Lembro-me dos dias finais de D. Maria do Rosário, esposa do Padre Ernesto, nos idos de 1932.

Éramos vizinhos, pois nasci menos de 100 metros da casa onde morava a popular e querida “Cheá Maria do Padre”. Todos os amigos do bairro “Quilombo”- iam velar os dias finais da viúva de Padre Ernesto.

Até que chegou o momento em que ela declamou o poema *Outro dia*.

Nestes momentos de profundas transições planetárias - Padre Ernesto Camilo Barreto, na dimensão poética, *Outro Dia...*

Padre Ernesto engajado em alguma Estrela, a declamar:

*Fui poeta e fui cantor
a vida vivi assim
semeei Deus e o Amor
e o Céu se abriu para mim*



JUSCELINO KUBITSCHKEK

O Verdadeiro Desbravador do Planalto Central

Weller Marcos

INTRODUÇÃO

Existe uma dívida de gratidão que precisa ser resgatada no processo histórico do Brasil Central, pois, ainda que figura de projeção internacional, respeitada pela sua genialidade criadora e realizadora, o ex-presidente brasileiro Juscelino Kubitschek de Oliveira, não tem sido por nós mato-grossenses, reverenciado na medida justa de sua glória. É um resgate que queremos fazer na construção deste trabalho que integra a produção literária e cultural na comemoração dos 80 anos de nosso querido Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Não poderia a mim ter sido dada honra mais dignificante, o que tanto orgulho me proporciona. Primeiro, por ser mineiro de Ouro Preto; segundo, por ter tido a felicidade, no tempo ainda moço de minha vida, de poder partilhar com meus pais, irmãos e centenas de amigos (nos idos tempos de 1958), da epopéia de construção da Nova Capital do Brasil, em terras goianas. Hoje, uma cidade metrópole, permanentemente, integrada ao nosso Brasil Central.

Honrado também, foi meu pai, mineiro como eu e JK, em ter podido plantar naquele chão pioneiro de Brasília a sua primeira tipografia, editando a *Tribuna de Brasília*. Este, o primeiro jornal impresso na nova capital, que dizia e mostrava, a todo o Brasil, particularmente, ao do litoral majestático da nossa colonização inicial, que Brasília não era apenas um sonho. Era uma realidade! A maior, das verdades que a instituição política nacional já produziu em todos os tempos!

Falar de Juscelino Kubitschek, o Nonô para a intimidade mineira, o JK, para a simplicidade brasileira é correr risco de ser sempre repetitivo, e até, temerariamente, insignificante; principalmente, pelo que já foi escrito na excelente autobiografia de JK, e o que dele falaram muitos mitos das letras brasileiras como Josué Montello, Murilo Melo Filho, Adolpho Bloch, Ricardo Maranhão entre tantos, e tantos outros milhares de biógrafos desse que foi um dos nossos maiores patrícios e contemporâneos.

Os antigos desbravadores do Brasil-Central foram com muita propriedade denominados bandeirantes. Eram, condutores das bandeiras paulistas, dos comboios de aventureiros que buscavam fortuna para o rei e para si, e índios para a escravidão. Acreditamos que não se deva chamar Juscelino de “bandeirante moderno”, o que ele conduziu não foi uma bandeira de escravocratas; mas, sim, uma legião de trabalhadores; não simples aventureiros; antes, liderou construtores e formadores de uma nova geração política nacional.

Para melhor ilustrar este nosso estudo, temos forçosamente que retornar ao alvorecer dos anos 50, quando a elite cultural e política brasileira ainda se concentrava, basicamente, no Rio de Janeiro, ramificando-se por São Paulo, com focos no nordeste e sul do País. Era esse o Brasil conhecido, dos livros; dos jornais (os mais importantes também editados naquele eixo), e das emissoras de rádio, que eram os principais veículos de comunicação da época, dimensionando o Brasil, sempre reportando os Estados do litoral como a realidade do desenvolvimento Nacional, e os do Brasil-Central como a terra misteriosa, selvagem, inóspita e atrasada: “O Inferno Verde”.

O Resgate para a História

O Brasil Central já mitificou um grande número de figuras de sua história. A maioria está, identificada como desbravadores, e o Marechal Rondon é o exemplo mais, habitualmente, citado e lembrado quando se quer narrar o episódio da civilização desta vasta região brasileira.

Os mato-grossenses, enaltecem, orgulhosos o trabalho indigenista e de penetração de Cândido Mariano nas inóspitas e selvagens áreas, do passado dessa região; erguendo a sua rede telegráfica, identificando os territórios indígenas, operando como verdadeiro catequista na relação dos povos primitivos com os novos ocupantes do chão brasileiro.

Enquanto, orgulham-se aqueles, da figura indomável desse verdadeiro soldado das selvas, Goiás, por sua vez, ufana-se dos bandeirantes até ali chegados, como o Anhanguera, por terem se antecipado, ainda que de forma drástica e violenta, no processo de ocupação e na abertura do desenvolvimento do Brasil-Central, consolidado com a fundação da cidade de Vila Boa de Goiás.

Não é necessário ir muito longe para se buscar exemplos de dezenas de outros mitos; verdadeiros “gigantes” desse chão cravado na história do Brasil, conquistado a ferro e fogo para a nossa carta geográfica. A Guerra do Paraguai, a Expedição

Roncador Xingu, a Fundação Brasil-Central, foram episódios marcantes, definitivamente identificados com este processo determinante que tingiu de verde-amarelo-azul e branco o torrão: ora, selva, cerrado, planalto; ora, pantanal vestido de plumárias mil. Ai, também, se alojam nomes os mais respeitados de nossa história, identificados com o sofrimento, audácia, coragem, determinação, e sobretudo civismo.

Comentar tais episódios, e homens, numa época globalizante como a que vivemos _perdida num clima de internacionalismo neo-liberal, com a humanidade sonhando o apocalíptico mundo sem fronteiras, quando nossa juventude já se mostra perdida, fugindo da identidade idiomática pátria, mergulhada na perplexidade do inusitado, nos faz acreditar, com uma certa ponta de decepção, que já não somos os brasileiros que fomos e jamais voltaremos a ser os nacionalistas que éramos!

O poeta, cantou que no meio do caminho havia uma pedra. A história nos ensina que no meio da estrada há um nome: Juscelino Kubitschek de Oliveira, de quem o Brasil Central já nem tanto se lembra e fala, e Mato Grosso já há muito esqueceu, embora jamais o pudesse fazer.

Uma idéia errônea sobre JK

É inaceitável, e até repulsiva, a idéia de que Juscelino foi um aventureiro sem qualquer perspectiva, um sonhador irresponsável segundo acusavam muitos de seus adversários políticos. Longe disso, era, verdadeiramente, um estrategista, sabendo o que fazer com as idéias e as oportunidades.

Ainda assim, muitos biógrafos preferem simbolizar a construção de Brasília, realizada por Juscelino Kubitschek, de forma simplista, como se nada tivesse sido planejado antecipadamente. Há, depoimentos históricos, bastante contraditórios sobre o assunto.

Murilo Melo Filho, em um dos bons textos escritos sobre Juscelino, acreditou nesta possibilidade quando narrou: *certo dia, em plena campanha eleitoral, o candidato Juscelino Kubitschek acabara de falar num comício na cidade goiana de Jataí. Como era de costume, franqueava depois ao público presente o direito de fazer lhe perguntas. Naquela vez, um popular adiantou-se e interpelou:*

— Já que o senhor se declara disposto a cumprir integralmente a Constituição, desejo saber se irá por em prática aquele dispositivo da Carta Magna, que determina a transferência da Capital da República para o planalto goiano. A pergunta era desconsertante. O candidato, com ajuda de uma equipe, já havia traçado os planos de governo, através das Metas. Em nenhuma delas, porém, havia referência a mudança da capital, cuja idéia me parecera um sonho irrealista.

Mas, naquele momento ele se deparava com o problema cara a cara. A mudança estava prevista na Constituição. Pensou um pouco e respondeu:

— Acabo de prometer que, cumprirei, na íntegra, a Constituição e não vejo razão para ignorar esse dispositivo. Durante o meu quinquênio, farei a

mudança da sede do governo e construirei a nova Capital.

Murilo Melo Filho, afirmaria ainda: *a partir daquele momento o Plano de Metas já estava alterado, para nele incluir-se a construção de Brasília, como meta síntese.*

Como vemos, o jornalista acreditava ter sido Brasília concebida por inspiração desse simples diálogo, e assim pensa ainda a maioria dos brasileiros.

Ernesto Silva, é outro que pensava da mesma forma. Médico da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, foi Secretário da Comissão de Localização da Nova Capital, Presidente da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital e Diretor da Novacap- Cia. Urbanizadora da Nova Capital. Escreveu o livro *História de Brasília* uma das mais completas obras de pesquisa sobre a nova Capital e, é autor do seguinte depoimento: *Tudo começou no dia 4 de abril de 1955, em Jataí, cidade do interior de Goiás; segue o texto relatando a mesma história de Murilo Melo Filho.*

Porém é preciso saber que políticos são muito mais pertinazes do que imaginamos. Às vezes criam a situação favorável para poder germinar a semente de suas idéias. Não são tão simplistas; quase não dão muito valor ao que sugere o povo aos seus ouvidos! Seria Juscelino uma exceção da regra geral?

Naquelas eleições, o País ainda estava traumatizado com a morte do presidente Getúlio Vargas, ocorrida em 1954, e existiam inúmeras marchas e contra marchas que se articulavam contra o processo eleitoral democrático. Não havia clima para improvisações e aventura.

Eleito Juscelino Kubitschek presidente, o Congresso Nacional já tinha em seu Poder, aprovado desde o dia 19 de abril de 1956 o projeto de criação da Novacap-Companhia Urbanizadora da Nova Capital. Documento, por certo elaborado e estudado com mais tempo do que podia permitir o fluxo e refluxo de uma campanha política difícil e adversa, enfrentada pelo então candidato de Minas Gerais ao governo do País.

Como disse, anteriormente, os tempos conturbados da época não permitiam improvisos e aventuras. Ainda mais, audácia, como a de tirar da cidade chamada por todos os brasileiros de "Maravilhosa", o carimbo de Capital Nacional. É bem verdade, que não se deve anular o mérito histórico do interlocutor de Juscelino naquele comício, o "Toniquinho", ou Antônio Carvalho Soares, um modesto homem do interior. Também não se deve ignorar a sutileza do então candidato Juscelino quando afirmou ter sido "pego de surpresa", pois, todo o povo brasileiro de longa data já conhecia aquele quadrilátero que sempre aparecia em todos os mapas do Brasil, no centro do Estado de Goiás. Não é possível, imaginar, que JK jamais houvesse pensado no problema ao elaborar seu plano de Trinta Metas.

O mesmo Ernesto Silva, descuidadosamente, lembra no seu artigo *Brasília – A Síntese* que a idéia da interiorização da capital já estava envelhecida. Em 1789, os

inconfidentes a queriam transferir para São João del Rei. Mais tarde José Bonifácio, Hipólito da Costa, Varnhagem e tantos outros pugnaram pela transferência, para o Planalto Central. A Constituição de 1891 a inseriu em seu texto. Em 1922, o presidente Epitácio Pessoa mandou erigir um marco perto da cidade de Planaltina, inaugurado a 7 de setembro, data do centenário da Independência do Brasil, ao qual enganosamente lhe dão o nome de pedra fundamental.

Dando cumprimento ao que dispunha a Constituição de 1946, o General Dutra, que era mato-grossense de Cuiabá, mandou realizar trabalhos efetivos na região. Finalmente no Governo de Getúlio Vargas, em 1953, criou-se a COMISSÃO DE LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL FEDERAL, primeiramente chefiada pelo general Caiado de Castro, um goiano, e mais tarde pelo marechal José Pessoa Cavalcante de Albuquerque.

ALGUMAS BIOGRAFIAS SENSATAS

Há, os que pensam de maneira diferente o processo, identificando-o a um resultado político e científico, como James Holston, em *A Cidade Modernista*, comenta: *Para Kubitschek, a analogia possibilitava-lhe alegar que, assinalando o epicentro do espaço nacional, a fundação de Brasília significava nada menos do que uma nova fundação do Brasil. Assumindo o epíteto de seu predecessor imperial, o Rei dom João III, o Povoador Kubitschek viu esse ato de fundar uma capital como o meio de estabelecer uma soberania irradiadora, para consolidar, civilizar e povoar seu país continente.*

Lembra, ainda, Holston, o próprio entendimento de Juscelino sobre o ato de mudança da capital: *Contudo, mantendo as apropriações caleidoscópicas características desse tipo de legitimação, a analogia de Kubitschek também se referia ao primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Souza. Em suas memórias (1975:369), ele descreve a missão de Tomé de Souza como uma versão de seu próprio projeto de desenvolvimento. "Os dois governantes", sugere ele, "chegaram às margens de uma terra vazia com dois planos nas mãos: um para a construção da capital (Salvador e Brasília), o outro para organização institucional da comunidade política (o Regimento de Governo do Brasil Colonial e as Leis Orgânicas de Brasília).*

O mesmo autor identifica o papel preponderante da imprensa no processo de recrutamento dos pioneiros e construtores de Brasília, utilizada com maestria pelo presidente. E aí, forçosamente há que se incluir o trabalho realizado no Núcleo Bandeirante a partir de 26 de janeiro de 1958, pelo semanário a Tribuna de Brasília – editado pelos jornalistas José Emilianio da Silva e Norton Camargo Passos; além de um grande grupo de outros jornalistas goianos e mineiros que compareceram na construção de Brasília, naquela hora de pioneirismo.

Lembra Houston que: Kubitschek promoveu sua campanha de recrutamento

por meio da imprensa, do rádio e da televisão. *Não que esta campanha fosse absolutamente necessária para pôr o projeto em marcha. Para isso ele tinha apenas de vencer a oposição no Congresso*".

Mesmo com excelente avaliação o autor comete o engano de não dar o devido valor ao trabalho da imprensa que motivou os pioneiros na construção de Brasília.

Diante dessas concepções é nos fácil deduzir que jamais haveria possibilidade de JK ter idealizado Brasília tendo por motivação um fato ocasional, imprevisto e improvisado, fora do Plano de Metas. Na verdade esta seria a carta que JK reservara para vencer o jogo contra seus adversários.

Uma excelente análise sobre JK nos é fornecida por Ricardo Maranhão, em *O Governo Juscelino Kubitschek*. O autor mostra um Juscelino cauteloso, prático e objetivo: *Juscelino Kubitschek de Oliveira fala sobre sua obra como governador de Minas Gerais. Refere-se a um final de mandato em que já tinha os olhos cobiçosos na cadeira de Presidente da República. Em poucas palavras, dá a sua visão política do desenvolvimento nacional. Não faz mal que as palavras tenham sido escritas em 1975, e trabalhadas pela elaboração de texto de Carlos Heitor Cony. O que importa é perceber aí a ideologia "desenvolvimentista" de JK, misturada ao mesmo tempo com a imagem nacional que projetou de sua conduta política. O mineiro de Diamantina além de trabalhar em silêncio como convém, conseguiu fazer um barulho dos diabos sobre alguns velhos sonhos da classe média brasileira, como o "desenvolvimento autônomo", a "industrialização" e a "democracia"*.

Mais adiante lembra Ricardo Maranhão: *Todos os elementos que figuram nas palavras de JK fazem parte de um linguajar ideológico que recupera várias décadas de aspirações políticas nacionais*.

Sugerimos, então, complementar o pensamento do autor de "Um mineiro que fez barulho", com a certeza de que entre essas aspirações, naturalmente, também estava a da mudança da capital.

A construção da Pampulha como referencial histórico

Juscelino travou com a Igreja Católica, quando Governador de Minas Gerais, uma luta sem trégua com o Bispo Dom Antonio Cabral que não ficou satisfeito com a construção da Igreja de São Francisco da Pampulha, idealizada por um arquiteto comunista como o era Oscar Niemeyer. Enquanto

em Belo Horizonte o bispo brigava com Juscelino, no Rio de Janeiro o Senado da República recebia para apreciação dos seus senadores, um projeto que autorizava o Executivo a nomear uma comissão e realizar estudos definitivos sobre a mudança da Capital da República para o Planalto Central. A imprensa carioca à época comentou: "O projeto foi sensatamente emendado para que sua marcha não se apresse e só possa estar aprovado nos próximos cem anos". E dizia também: "Aí então, nomeia-se a comissão especial que vai estudar em definitivo a mudança, depois virá outra comissão para examinar as conclusões da primeira e assim por diante".

Que relação poderia haver entre esses dois episódios ocorridos naquele longínquo ano de 1952? O que existiria em comum da divergência do bispo Dom Antonio Cabral com Juscelino, e um projeto de mudança da capital federal tramitando no Senado?

Antes é preciso entender o que acontecia no Brasil daquela época.

Na década de 50, florescia no País, uma expectativa modernizadora. Como já vimos, a elite cultural estava baseada no Rio de Janeiro e desacreditava da eficácia política dos governantes, a imprensa fazia pilhéria com a maioria deles. O fantasma do comunismo, desde o término da II Guerra Mundial, em 1945, aterrorizava essa parte do mundo, atrelada ao novo senhor da América, os Estados Unidos. Até intelectuais mais notáveis, como Augusto Frederico Schmidt declararam horrores ao regime russo, demonstrando grande equívoco: “Sou católico e não posso aceitar outra religião, outro credo. Um homem como eu dá um preço extraordinário à liberdade. Meu amor pela liberdade é uma coisa total. Só posso ver com horror o advento do comunismo, além de outras razões mais profundas” - dizia ele. Também Manuel Bandeira, o livre poeta se assustou: *Já perdi inteiramente a fé e esperança de ver o Brasil melhorar até os fins de meus dias... houve um tempo em que vi com bons olhos nossos comunistas. É que ainda não estava a par da política celerada deles. Por isso fui inocente útil. Coloquei meu nome em abaixo - assinados protestando contra a violência da polícia. Fui convidado e aceitei saudar Pablo Neruda, numa festa comunista. A pedido deles, levei Neruda e Nicolas Guillén à Academia e saudei-os lá...*

Então, é fácil deduzir que as coisas não eram tão simples assim. Intelectuais, homens declaradamente comunistas como Oscar Niemeyer e outros tantos valorosos gênios de sua época, não eram aceitos no mundo político e cultural, suficientemente vigiado em seu estado conservador.

Naquele mesmo período um outro grupo trabalhava a exposição da Arquitetura Brasileira, no Museu de Arte Moderna para homenagear a visita ao País do arquiteto suíço Le Corbusier. E quem era no Brasil o maior discípulo daquele verdadeiro gênio? Oscar Niemeyer, autor do polêmico projeto da igreja da Pampulha. Ele próprio o sabia, na sua condição de Arquiteto do Futurismo, ao dizer: *Na arquitetura moderna do Brasil se distinguem duas personalidades que exercem uma influência decisiva sobre minha formação: Lucio Costa e Le Corbusier.*

Foi na raiz desse acontecimento, dessa perspectiva criadora, desse novo contingente de arquitetos e engenheiros, revelados pela primeira vez numa exposição organizada pelo Serviço de Patrimônio Artístico e Histórico Nacional, em 1942, (em que foi exposto acervo fotográfico da arquitetura brasileira no livro “Brazil Builds”), que o futuro presidente da República Juscelino Kubitschek, buscou a base da construção de Brasília, a nova capital que não precisaria esperar tanto tempo, para ser construída, como imaginavam os jornalistas cariocas. Afinal, o protecionismo chauvinista para com o Rio de Janeiro, era, definitivamente, colocado por terra com a decisiva vontade de Juscelino de construir Brasília, durante seu governo, e de convidar para a tarefa,

justamente, a Lúcio Costa (O plano piloto), e a Oscar Niemeyer (projeto arquitetônico).

Está aí a confirmação daqueles momentos a que nos referimos atrás no presente estudo: A igreja de São Francisco da Pampulha, construída por JK em Belo Horizonte representou, na verdade, não só o início de uma revolução na arquitetura tradicional da Igreja Católica, revelada para o resto do Brasil mas também, o surgimento de uma moderna concepção da estrutura política e cultural que haveria de surgir de gênios como Niemeyer, e Lúcio Costa, ao construírem Brasília demonstrando que queriam identificar para o mundo uma nova Nação, muito diferente daquela dos séculos anteriores.

A luta modernista de JK na construção da UnB

A antiga indisposição de setores da Igreja Católica, que não aceitou em Minas a construção da Pampulha, com linhas modernas, aconteceu também na grande obra de construção da Universidade de Brasília. O professor Darcy Ribeiro é quem nos dá conhecimento do assunto: *Aí então ocorreram dois golpes contra a Universidade de Brasília. O primeiro golpe foi uma rasteira feia, mas generosa, afinal, que me deu Israel Pinheiro: eu queria esse terreno aqui, esse que afinal conseguimos – toda parte de baixo, 300 hectares debaixo do Plano Piloto, e ele me deu 6 mil hectares a seis quilômetros de distância, e eu aceitei e disse: Bom, nós vamos fazer agora um Centro de Tecnologia do Cerrado...* ironizou Darcy Ribeiro. E, continuando o comentário afirma: *“em seguida um golpe pior, JK, o próprio, me chama para eu ter uma conversa com ele, difícil, um diálogo que de minha parte podia ser feroz, da parte dele era o mais delicado possível, mas foi um diálogo dos piores de minha vida, em que ele me disse que tinha recebido a visita de Dom Helder, falando da reunião dos Bispos e também falando da Companhia de Jesus em que argumentaram que a principal Universidade de Washington era uma universidade católica, e que eles aspiravam, sem despesas para o Estado, fazer em Brasília uma grande Universidade Pontifícia, uma grande Universidade Católica. E Juscelino disse: “Eu lavo as mãos”- e isso era horrível, porque Juscelino abriu mão da Universidade – Lavar as mão para não ficar nem com uma, nem com outra.*

Então, Darcy Ribeiro, segundo ele próprio escreveu teve uma “idéia diabólica”, ameaçando ao presidente Juscelino: *Olha, eu vou procurar os inimigos da Companhia de Jesus, porque são os cães de Deus - os dominicanos – só eles podem me ajudar.*

A resistência dos adversários de JK contra a construção de Brasília

No dia 03 de maio de 1957, ainda no chão bruto do Brasil-Central, numa região inóspita, o presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, assentava, definitivamente, o marco da construção de uma nova capital para o Brasil, com a realização da primeira missa de Brasília. Um ano antes, em 1956, o país ainda vivia

sob o impacto emocional do suicídio de Getúlio Vargas, ocorrido em 24 de agosto de 1954. Este fato favoreceu emocionalmente o projeto de construção de Brasília.

A morte de Vargas, agitou as correntes político – ideológicas que continuaram suas articulações com acentuadas divergências; umas, trabalhando, para a introdução definitiva do capital estrangeiro no País, outras pregando, idéias de sentimento nacionalista; no centro dessas divergências dois grupos sociais importantes: a burguesia nacional e o contingente assalariado. O primeiro sempre se sustentando com o sonho de um país internacionalista, para poder utilizar do capital externo e implantar indústrias, produzir uma agropecuária forte, exportar e manter uma elite política nacional, que a impedisse a participação cada vez mais crescente dos ideais nacionalistas; o segundo que queria, por sua vez, as reformas: agrária, educacional, fiscal, política e administrativa, todas contextualizadas nas aspirações dos blocos socialistas.

No Rio de Janeiro, centro cultural do Brasil, estava estabelecido o principal foco dessas divergências, alimentadas pela UDN conservadora, tendo o jornalista e deputado Carlos Lacerda como seu principal porta voz. Na outra ponta desse verdadeiro “iceberg”, mergulhado em profundas águas, o PTB com seu segmento nacionalista manobrando com os interesses dos trabalhadores, prestigiados pelas leis trabalhistas criadas e implantadas pelo presidente Getúlio Vargas; e o PSD que alinhava a corrente da classe média, disposta a incentivar o desenvolvimento, porém, conciliando o mais possível as idéias políticas da época.

Neste cenário político adverso, conturbado e hostil, é que JK governou o Brasil e enfrentou duras campanhas da oposição, sendo uma das principais encetada pelo senador Daniel Krieger. Este, não aceitava nem mesmo a legitimidade da eleição daquele político mineiro para a Presidência da República, e chegou a contestá-la da Tribuna do Senado: *A posse do Sr. Juscelino Kubitschek, se assemelha ao reconhecimento do filho ilegítimo, pelo casamento posterior...* Depois também diria Krieger em discurso no Senado: *Nos últimos meses do governo Juscelino Kubitschek, continuei, como vice-líder da UDN, a combater tudo que reputava errado... Finda a nossa missão, vi, com surpresa, deputados situacionistas entregando ao Presidente Juscelino Kubitschek listas de nomeações, principalmente nos órgãos da Previdência Social....* Estas são declarações históricas de uma oposição sistemática de Krieger, que influenciou negativamente sobre a construção de Brasília. O Senador também não perdeu oportunidade de critica-la à sua maneira sempre radical: *Dois dias antes da data oficialmente marcada para o transferência da capital, minha mulher e eu fomos para Brasília, hospedando-nos no Anexo do Brasília Palace Hotel.*

Ali permanecemos quatro dias, mudando-nos depois, para o apartamento que nos havia sido reservado, na SQS 105, Bloco “F”... A indigência de móveis e sua parcimoniosa distribuição causaram profunda revolta, chegando um deputado em sinal de protesto-a incendiá-los. A nova metrópole não dispunha de condições para suportar o peso de uma capital da República. Somente um governo obcecado pela idéia

mudancista poderia ter fixado a data de 21 de abril de 1960 para promover a transferência da capital. A cidade inacabada oferecia o aspecto de um acampamento improvisado. Os que chegavam e os que nela permaneciam não dispunham do menor conforto. As deficientes refeições eram feitas em lugares inadequados, transformados em restaurante de emergência.

Numerosas ruas ainda não asfaltadas, “bridavam” os “sofredores” com torvelinhos de pó, durante a estiagem e com lama em profusão, no período chuvoso. Os fatores negativos faziam crescer as saudades do Rio e aumentavam o repúdio à nova capital. Naquele ambiente de angústia, depressão e revolta, iniciávamos nossas tarefas. O presidente, com os dias contados pela fatalidade dos prazos, despreocupou-se, totalmente, de Brasília.

Os “confinados” compulsórios da metrópole que se resignassem entre o irremediável, pois ele precisava concentrar sua atividade em assegurar a sua sobrevivência política. Nesse sentido continuou com o seu dinamismo e audácia. Uma vaga foi aberta no Senado, para que ele a ocupasse; e as medidas para o seu retorno, após o término do mandato do Sr. Jânio Quadros, foram múltiplas e evidentes. Juscelino Kubitschek de Oliveira transmitiu o poder a Jânio Quadros, candidato ostensivo à sua sucessão. A primeira e mais perniciosa consequência da mudança, tal como realizada, foi o esvaziamento do poder civil. A capital de uma nação, como afirma Blakstone, não pode ficar afastada de um grande centro, onde pulse a vida, onde a opinião pública se faça ouvir, onde a imprensa exista e encontre repercussão” - afirmava Krieger sobre Brasília.

Certamente, é desse tipo de inconveniente oposição que teria fugido JK, ao construir Brasília no Planalto Central. Inaugurando-a ainda em obras na data estabelecida pelo seu governo. Perturbado por uma imprensa discricionária, e partidária comandada pelo udenista Carlos Lacerda; no Rio de Janeiro, cidade onde havia concentrada uma população com opinião, pública exigente e muito mais identificada com o turismo, as belezas naturais da sua formação geográfica, e as suas praias; alimentando uma burocracia, que aniquilava o serviço público federal. O Rio de Janeiro era portanto, um centro político perigoso que não permitia mais a continuidade democrática das administrações federais e não podia, com certeza permanecer como a capital do País.

Epílogo

Juscelino sofreu muitas injustiças, durante e depois de seu governo, mas não deixou nunca de aceitá-las como designo da sua condição de político notável.

Entre essas perseguições, a mais profundamente sentida foi a cassação dos seus direitos políticos, e a perda do mandato de senador por Goiás. Estávamos nos primeiros momentos do Golpe Militar de 64, quando o Presidente Castelo Branco tomou a decisão: *A Revolução exige, para sua continuidade, a efetivação de novas cassações.* Os militares já haviam cassado o Senador Amauri Silva, que fora no governo João Goulart, Ministro do Trabalho.

Nem a interferência dos influentes amigos de JK conseguiu demover o general, no exercício da presidência, de sua intenção: *Não cassá-lo seria faltar com os meus deveres para com a Revolução*. Entre os aliados, JK contou a seu favor com Filinto Müller, José Maria Alkmin, Pedro Aleixo, Paulo Sarasate, Armando Falcão e Amaral Peixoto.

Filinto, após a cassação de JK renunciou a liderança do Governo dizendo: *Embora me conserve no propósito de auxiliar a Revolução, não poderia permanecer na liderança do sistema que cassa o candidato do meu partido*. Foi, Filinto, ironicamente, substituído, pelo senador Daniel Krieger.

Concluindo este nosso trabalho queremos repetir um trecho do discurso do então deputado estadual Ronaldo Canedo que em nome da bancada da Aliança Renovadora Nacional prestou homenagem em 1979, com um brilhante discurso por ocasião da solenidade legislativa comemorando a denominação do Plenário da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, de Presidente Juscelino Kubitschek. Disse o deputado: *Esse o esmaecido esboço daquilo que o filho de Diamantina realizou, e se ele, ainda quando afastado da vida publica, fazia pulsar o coração dos brasileiros, se ódio jamais venceu, em sua alma, a força do perdão, Juscelino foi grande demais para seu tempo e seu meio. E, porque, realmente, ele reuniu em si todos os valores expostos, pertence ele, agora, ao maior tesouro humano que o Brasil poderia possuir e jamais esquecerá. A ele se aplica, com exatidão, este notável pensamento: 'Todas as gerações, todo passado de uma raça, se expandem nesses belos gênios, que são as flores maravilhosas duma raça. Esses gênios são a verdadeira glória dessa nação e todos, até o mais humildes devem orgulha-se dela; não aparecem por acaso, nem milagrosamente, mas representa o fecho dum longo passado e sintetizam a grandeza do seu povo e da sua raça'*.



VIRGÍLIO CORRÊA FILHO - UM GIGANTE !

João Alberto Novis Gomes Monteiro¹

Gosto sempre de abordar uma personalidade, sobre a qual escrevo, como pessoa humana e não apenas como dona de um frio e burocrático *curriculum vitae*, ainda que excepcional seja este. Isto considero essencial, sobretudo se convivi com o abordado. A mais, como é costume entre nós, nas grandes famílias há sempre homônimos e, em se tratando de personalidades ilustres, no futuro estarão, suas lembranças, sujeitas a confusões. Consideremos também que, quanto maior for a importância da obra deixada para a posteridade, mais longo será o tempo em que seu autor será lembrado - o que torna mais obrigatório identificá-lo, assim evitando equívocos em longínquo futuro.

Desde a minha mais tenra idade ouvia, em família, falarem em "Virgilinho". A princípio cheguei até a pensar que se tratasse de um parente, criança como eu, que vivia no Rio de Janeiro. Aos poucos fui conhecendo quem era este "Virgilinho", tão orgulhosamente citado como escritor e historiador, que brilhava desde a, então, capital da República. Assim, sua figura me foi se agigantando, fazendo-me parecer impróprio o carinhoso diminutivo familiar pelo qual era tratado, pelo fato de ser filho de outro Virgílio ou por querer traduzir o mais irrelevante aspecto da avaliação de um homem em corpo e alma: a pequena estatura que possuía.

¹ - O autor é sócio efetivo e membro do Conselho Fiscal do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e membro efetivo da Academia Mato-grossense de Letras, da qual é o atual presidente

Na família Alves Corrêa, da ascendência materna de minha mãe, tinha existido e ainda havia outros Virgílios, não menos merecedores da consideração e orgulho por parte dos familiares . Porém, este aqui abordado, era o Virgílio Alves Corrêa Filho, primo-irmão da minha avó Antonieta . Além deste parentesco, “Virgilinho” havia se casado com Edith Corrêa da Costa - prima-irmã de minha mãe -, filha que era de Pedro Celestino Corrêa da Costa e Constança Novis Corrêa da Costa . Não bastassem estes laços familiares maternos, meu pai também tinha ascendência Corrêa da Costa, como o próprio Virgílio que teve, por avô materno, o cel. Cesário Corrêa da Costa .

Em meu íntimo nasceu, então, uma grande curiosidade em conhecer, pessoalmente, o ilustre parente e isto se deu quando, em 1.949, fui estudar no Rio de Janeiro.

Em 1.950, já cursando o primeiro ano de Medicina na Faculdade de Ciências Médicas, fui morar em uma pensão, na Rua Moraes e Silva, ao lado da casa da tia Corina - irmã do meu avô Alberto e viúva de Pedro Celestino -, tia e madrastra da Edith, esposa do “Virgilinho”, que morava logo acima, na Praça André Rebouças . Quase todas as noites, após o jantar, nos reuníamos em casa da velha tia . Em 1.951 mudei-me para mais perto da faculdade, em São Cristóvão . Mas aquelas agradáveis reuniões, certamente, devem ter continuado - vivíamos numa época em que não havia ainda a televisão para atrapalhar a convivência com familiares, vizinhos e amigos .

Assim teria sido até que pertinaz enfermidade vitimou a prima Edith, levando-a do nosso convívio, em 1.953 . Já como estagiário dos serviços de Clóvis Corrêa da Costa - outro ilustre primo, que brilhava na Medicina brasileira - no hospital da Fundação Gaffrée -Guinle, onde também trabalhava João Mário da Silva Pereira - sobrinho, afilhado e médico-assistente da enferma - acompanhei todo o seu sofrimento, a desolação do seu esposo, filhos e familiares . Após o infausto ocorrido, Virgílio publicou no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, em 25 de outubro de 1.953, o belíssimo artigo - transcrito na *Revista da Academia Mato-grossense de Letras*, No. XLIII, de 1.954/55 - que assim termina : “E morta, acompanharam-na os ‘pensamentos idos e vividos’ que ditaram esta melancólica e sombria página de saudades ”. Quanta sensibilidade !

Na viuvez, Virgílio contou com a permanente assistência de suas dedicadas filhas

Falar sobre a importância da obra de Virgílio Corrêa Filho e detalhá-la, mesmo que resumidamente, ocuparia todo volume deste número jubilar da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso* . Outro volume seria necessário para citar o quanto foi escrito, enaltecendo-lhe a vida terrena e os trabalhos publicados, pois continua sendo, ele, indiscutivelmente, o maior nome na preservação da memória mato-grossense e um dos nossos mais notáveis escritores . Sua brilhante atuação em nosso Instituto Histórico e na Academia Mato-grossense de Letras é por demais conhecida . Também o são sua participação na vida pública e profissional, igualmente nas entidades e órgãos de âmbito nacional a que pertenceu ou a que deu sua valiosa colaboração :

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IBGE, Conselho Nacional de Geografia, Jornal do Comércio, etc.

Porém, aos que quiserem conhecer *quem e o que foi* Virgílio Corrêa Filho, recomendo a leitura da magnífica publicação “Recordações inéditas de Virgílio Corrêa Filho”, editada pela sua família, no Rio de Janeiro, em comemoração ao seu centenário de nascimento, em 1.987 . Esta verdadeira jóia é prefaciada pelo general Samuel Augusto Alves Corrêa que, fielmente, descreve o escritor e o homem que foi seu pai : “.....a sensibilidade e a grandeza de sentimentos estilo elegante e escoreito e a luta dignificante pela vida em que perseverou, ocultando a todos nós suas desilusões, frustrações e dificuldades, que não se refletiam no seu modo de ser, sempre afável, paciente, humilde, compreensível e prestativo”. Esta obra, além de impressões pessoais de filhos, nora e netos, traz uma auto-biografia do homenageado e detalhada relação de suas atividades literárias, profissionais e políticas . Assim, tal publicação deve ser divulgada, preservada e sempre reeditada, por ser importantíssima para o Estado de Mato Grosso .

Pelo seu trabalho na pesquisa e divulgação do nosso passado, Virgílio Corrêa Filho se identifica com a própria história de Mato Grosso - ninguém poderá dissociá-los em qualquer estudo sério da historiografia mato-grossense .

Virgílio trabalhou até quando lhe permitiram suas condições físicas, por volta do final de 1.964 . Como escreve seu filho Maurício, na citada preciosa publicação : “Certamente Papai não teve o fim de vida que desejou : morrer na ativa sempre trabalhando, pois o trabalho, ele considerava estimulante dádiva divina Na verdade Papai, como uma vela, aos poucos se extinguiu” . Nascido em 8 de janeiro de 1.886. faleceu aos 86 anos, em 11 de setembro de 1.973 .

Hoje integro o Conselho Fiscal do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e presido a Academia Mato-grossense de Letras, entidades das quais - há oito décadas - Virgílio Corrêa Filho foi um dos fundadores . Já o havia escolhido para patrocinar a Cadeira que ocupo em nosso venerando Instituto Histórico, que ora chega a oitenta anos de importante trabalho iniciado, principalmente, por ele .

Mas, o que poderia dizer neste artigo, aquele menino de outrora que chegou, em sua inocência, a pensar que o “multi-parente” Virgilinho fosse do seu tamanho ?

Em poucas palavras resumirei o conceito que, de há muito, se me formou : já naquela época o “**Virgilinho**” era o gigante, que sempre será, a engrandecer a cultura mato-grossense !

FELIPE JOSÉ NOGUEIRA COELHO

Edvaldo de Assis¹

Sendo indispençavelmente necessaria huma inteira e individual noção de todos os rendimentos annuaes de cada huma das repartiçoens porque se faz a arrecadação da Minha Real Fazenda, e das despezas a que se applicão os mesmos rendimentos; para que no Meu Real Erario se possam fazer os respectivos Assuntos com a distincção e clareza que tenho determinado.

(Carta de dom José I, para o governador e capitão general da capitania de Mato Grosso)

O ADMINISTRADOR

Para administrar os órgãos da administração colonial a coroa portuguesa tinha certa cautela na escolha dos agentes que representavam Portugal nas colônias. Para alguns cargos o perfil era mais exigente, como o grau de instrução, a ascendência e mesmo a etnia, excluindo assim, judeus, negros e mulatos.

Na colônia os cargos mais importantes eram de governador geral, governadores das capitanias, desembargadores, juizes, ouvidores, procuradores, provedores, que ocupavam do judiciário, dos negócios da fazenda, da defesa territorial e da militarização, ajudada pelos ocupantes de postos militares, como de capitães generais; dados aos governadores das capitanias, mestre de campo, alcaides, capitães e sargentos. Papel importante teve a Igreja representada pelos bispos, chanceleres, vigários e visitantes. As atribuições e competência de cada administrador estavam prescritas nos regimentos e nas instruções. O governador geral era a autoridade máxima na colônia, a quem estavam subordinadas as demais autoridades, quer civil ou militar.

A administração fazendária inicialmente esteve em mãos do provedor-mor, como autoridade máxima, auxiliar imediato do governador geral, com ampla competência, incumbido da arrecadação dos tributos régios e nos pagamentos de propinas, cômguas, terça, soldos e outros tipos de pagamentos. Os dirigentes fazendários eram os mais polidos e homens de confiança, pois, tinham papeis importantes na colônia, faziam funcionar a máquina arrecadadora, que sustentava a coroa.

¹ — Edvaldo de Assis é historiador, professor da UNIVAG, membro do Inst. Geogr. Hist. MT, tendo como patrono Nogueira Coelho

O provedor-mor, cargo que foi extinto em 1770, autoridade encarregada dos negócios da fazenda, residia em Salvador, sede do governo geral. Nas capitânicas tinha-se a figura do provedor, que prestava contas de sua administração à metrópole. Nessa distribuição de cargos a capitania de Mato Grosso era vista com um olhar mais atento haja visto estar situada em região de mineração e de fronteira com as terras do domínio da Espanha. Quaisquer deslizes por parte das autoridades significavam prejuízos econômicos e mesmo políticos para a metrópole. Mesmo assim a documentação nos revela vários escândalos praticados por pessoas representantes do rei, a começar pelo governador e capitão general, da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, quando de sua permanência em Cuiabá, (1726-1728). Durante esse curto espaço de tempo não foram poucas as perseguições, as corrupções e outras formas de violência contra a população.

A mais célebre notícia de corrupção desse período foi a troca de ouro por chumbo, na carga que seguiu para São Paulo, como produto da arrecadação dos quintos. Em carta datada de 18 de junho de 1761, o governador e capitão general de Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura, informando ao secretário do Conselho Ultramarino, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a conivência do intendente do ouro, João da Fonseca com o ouvidor, Manoel Antunes Nogueira, na exploração clandestina do diamante, o que era proibido por ordens régias.

Denúncias de desvios de ouro, exploração ilegal de diamante e outros tipos de corrupção eram constantes, envolvendo administradores e religiosos inescrupulosos, em todo o período colonial em Mato Grosso, embora medidas severas fossem tomadas para conter tais irregularidades.

Tudo nos leva a crer que foi na gestão do marquês de Pombal (1750-1777) primeiro ministro do rei dom José I, que houve de fato uma maior preocupação com a administração colonial, principalmente sobre a questão econômica, apertando o cerco contra os maus administradores, exigindo transparência nas contas públicas.

No reinado de dom José I, a Fazenda passou por uma reestruturação, extinguiu o conselho da Fazenda e criando o erário régio, órgão centralizador de toda política fazendária, transformando algumas provedorias, como a do Rio de Janeiro, de Pernambuco e de Minas Gerais em juntas de arrecadação e administração da Fazenda Real, criou a intendência da Marinha e armazéns gerais, na Bahia. Em Mato Grosso a provedoria permaneceu com a mesma designação até por volta do ano de 1810, tendo como alegação a falta de pessoal qualificado para administrar uma junta.

Ainda no bojo das reformas administrativas foi abolida o cargo de provedor-mor que existia na sede do governo geral e, criou-se novos métodos de arrecadação, determinando que a contabilidade fosse feita em livros específicos para receita e despesas e criando novos impostos, como por exemplo, o subsídio literário, receita que tinha a finalidade de sustentar o ensino em Portugal e nas suas colônias. Esse

subsídio, em Mato Grosso, começou a ser arrecadado a partir de 1775, pagos pelos comerciantes da carne verde e da aguardente, da vila de Cuiabá e de Vila Bela, aos cofres da provedoria da fazenda, que registrava-se em livro próprio.

Em Mato Grosso desde os primeiros momentos da colonização nas minas do Cuiabá já se encontrava instalado o aparelho arrecadador, tendo em 1723 seguido de São Paulo para Cuiabá os primeiros livros para registros da arrecadação dos quintos, sendo então provedor dos quintos, Lourenço Leme. Dois anos depois já encontravam-se no arraial os seguintes funcionários encarregados de arrecadar os tributos para a coroa, eram eles: no cargo de provedor dos quintos, o capitão-mor, Jacinto Barbosa Lopes, como tesoureiro o sargento-mor, Luiz Castanho de Almeida e como provedor dos registros, Inocência Martins. Até 1728 havia cargos distintos para provedor dos quintos e provedor do registro, quando foi unificado, ficando apenas um provedor da Fazenda Real, responsável pela arrecadação e fiscalização dos quintos e, para a administração dos registros, onde geralmente dois funcionários régios (o fiel e o administrador do registro) eram responsáveis pela conferência e recebimento dos direitos de entradas, imposto que os comerciantes estavam obrigados a pagar pela circulação de mercadorias e de escravos.

Em 1736, foram criadas as intendências do ouro em Minas Gerais, Bahia e em Mato Grosso para o recolhimento de capitação e censo. O imposto de capitação e censo foi abolido em 1750, passando o ouro a ser quintado. Mato Grosso não tendo ainda casa de fundição, enviava seu ouro para a casa de fundição, em São Paulo, funcionando desde 1686, embora passando por alguns períodos de paralisação e restabelecida em 1751. Com a criação da intendência o titular acumulava o cargo de provedor da fazenda. Em 1738, chegou a Cuiabá o dr. João Nobre Pereira, como provedor da fazenda, sendo o primeiro a acumular o cargo com o de intendente.

Até o ano de 1761, a provedoria esteve sediada em Cuiabá, transferida a partir dessa data para Vila Bela, então sede da capitania. Com a transferência da provedoria para Vila Bela, Cuiabá não ficou sem o órgão arrecadador, sendo criada para esta vila, uma provedoria comissária. A provedoria da fazenda tinha uma estrutura bastante simplificada, trabalhando apenas cinco funcionários régios além do provedor: um tesoureiro, um escrivão, um almoxarife, um meirinho e um procurador da coroa, como poderes de fiscalistas, arrecadadores e de controladores das lavras auríferas. O funcionamento da provedoria de Mato Grosso por muito tempo foi regido pelos regimentos dos provedores das Minas Gerais, tendo entre as atribuições, a de controlar a descoberta das minas, auxiliar na administração e descoberta das minas, averiguar a importância das minas descobertas, demarcação das terras minerais e outras.

Nada adiantaria o marquês de Pombal fazer quaisquer reformas senão escolhesse pessoas idôneas para conduzir a política administrativa e econômica. Essas pessoas não seriam apenas os governadores, mas também todos os demais

administradores régios. É nessa escolha de homens/pensadores iluministas que foi nomeado o bacharel, Felipe José Nogueira Coelho para provedor da provedoria da fazenda real de Mato Grosso.

Felipe José Nogueira Coelho, bacharel, formado pela Universidade de Coimbra, foi nomeado para o cargo pelo rei dom José I, através do decreto de 4 de janeiro de 1774, embarcando no ano seguinte para Mato Grosso, tendo chegado a Vila Bela em fevereiro de 1776, vindo pelo Pará. Tomou posse no cargo de provedor em 17 de mesmo mês, dada pelo então governador e capitão general, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, Como acontecia com a maioria dos administradores que vianham para a colônia, Nogueira Coelho também, veio sem sua família, deixando-a em Portugal, recebendo um salário de 1.800\$000 réis, O provedor da provedoria da fazenda real acumulou o cargo de intendente do ouro, ganhando mais 200\$000 réis pela função, portanto a qualificação requeria um salário digno.

Nogueira Coelho administrou a intendência do ouro por curto tempo, pois, com o funcionamento da fundição, a partir do ano de 1772, a intendência passou a ser subordinada a essa casa. Com a morte do ouvidor, dr. Luiz de Azevedo Sampaio ocorrido em 12 de junho de 1779, Nogueira Coelho, dois anos após ter chegado a Mato Grosso passou a responder também pela ouvidoria, até a chegada do novo titular, entregando o cargo ao dr. Joaquim José de Moraes, em dezembro de 1779. Por ocasião da instalação da Junta de Justiça, Nogueira Coelho passou a presidir essa Junta, na qualidade de provedor, ouvidor e sendo juiz relator do auto que envolveu o réu José Tavares Barbosa, por ter sido o assassínio do ouvidor, Azevedo Sampaio.

O provedor Felipe José Nogueira Coelho com toda a sua capacidade administrativa cuidou de aumentar a arrecadação da capitania, procurando cobrar dos credores da extinta Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão e ainda encheu os cofres públicos com os pagamentos feitos pelo Senado da Câmara que desde o governo de Antônio Rolim de Moura (1751-1764) tinha débitos com a provedoria. O provedor ainda foi privilegiado na sua administração, pois, a receita ainda foi ampliada com o pagamento do quinto do ouro pelos mineradores de Vila Bela, que anteriormente eram isento desse tributo, conforme medidas tomadas pela coroa, visando incentivar o povoamento na região do Guaporé. Os cofres também foram recheados com os pagamentos dos direitos de entradas que passaram a ser cobrados no registro de Jauru. Embora a receita oriunda do quinto beneficiasse somente a metrópole e fosse administrada unicamente pela casa de fundição.

Além do aumento da receita da capitania de Mato Grosso verificada na administração de Nogueira Coelho, este provedor procurou colocar toda a contabilidade em ordem, o que não fizeram seus antecessores, deu prosseguimento às instruções da metrópole, conforme carta datada de onze de janeiro de 1764, dirigida ao governador e capitão general, João Pedro da Câmara (1765-1769) recomendando uma melhor

organização da receita e das despesas, anotando em livros próprios o que fosse concernente ao eclesiástico, ao militar, à despesa civil e extraordinária e ainda mais, *declarando-se em cada huma das ediçoens da Receita o Rendimento a que pertence; o tempo em que se venceo; e o nome do Rendeiro, que pagou ou do Administrador no cazo que a renda se ache administrada por conta da Minha Real Fazenda.* (correspondência)

O mandato de Nogueira Coelho a frente da provedoria durou quase onze anos e alguns meses, de fevereiro de 1776 até o início do ano de 1787, quando foi substituído pelo bacharel, Antônio Soares Calheiros Gomes e Abreu.

Felipe Nogueira Coelho foi privilegiando por fazer parte de uma administração, tendo como governador e capitão general, o bacharel, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1789), homem dos mais cultos entre os representantes da coroa, enviados para a capitania de Mato Grosso. Com suas preocupações pela expansão territorial e garantias das fronteiras, esse capitão general construiu fortificações, incentivou povoamentos, criando as povoações de Albuquerque e Vila Maria. Não cessavam ainda suas preocupações pela descobertas e pesquisas da flora mato-grossense e pela preparação de mão-de-obra capaz de explorar as riquezas minerais e florestais.

O MEMORIALISTA

Felipe José Nogueira Coelho escreveu as memórias da capitania de Mato Grosso, embora sua pretensão fosse escrever a história da provedoria da Fazenda Real e da intendência do ouro, como o mesmo nos coloca: *Escrevo n'nestas Memorias como principal objecto a historia da provedoria da fazenda real e da intendencia do ouro d'esta capitania de Mato Grosso*". o que não ocorreu, porém, relatando o cotidiano da capitania, enfatizou as questões que dizem respeito à tributação. Os dados não são tão freqüentes, apesar das condições que o memorialista teve para realizar sua pretensão, estando à sua disposição os principais arquivos. As memórias cronológicas trazem informações confiáveis e têm subsidiado vários pesquisadores que trabalham com assuntos ligados à história econômica colonial

Nogueira Coelho apesar de ter chegado à capitania de Mato Grosso em fevereiro de 1776, seus relatos datam a partir de 1719, tendo como fonte a crônica de José Barbosa de Sá *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus principios thé os presentes tempos* e documentos existentes nos arquivos da ouvidoria, da intendência do ouro e da provedoria da fazenda real. Os manuscritos deixados por Nogueira Coelho foram oferecidos ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pelo desembargador, Antônio José da Veiga, sócio correspondente dessa instituição e publicados na Revista desse Instituto, tomo 13, 2º semestre de 1850.

Os manuscritos de Nogueira têm valor inestimável para a historiografia, embora

esse memorialista às vezes, repetindo aquilo que Barbosa de Sá e Joaquim da Costa Siqueira já tinham escrito, porém seus acréscimos e minúcias dão peso maiores a esse trabalho, nos colocando diante de informações novas e, portanto, de uma nova fonte fidedigna para a história de Mato Grosso, cobrindo o período de 1719 a 1780.

Nogueira Coelho, homem do século XVIII, utiliza-se em suas memórias de uma redação que não difere de outros escritos desse período. Comparando as informações contidas em Barbosa de Sá, com a de Nogueira ou de Joaquim da Costa Siqueira, tratam-se da mesma escrita, porém, cada um enfatiza um acontecimento com mais ou menos informações. Vejamos como um fato ocorrido no mesmo ano é tratado por diferentes cronistas:

Em agosto de 1761 chegou o primeiro ouvidor de Mato Grosso, Manoel José Chaves por carta régia, em que se ordenou que o governador da capitania lhe dê posse, por não haver tempo para se lhe passar a costumada pelo desembargo do paço, como se deixa ver do 3º registro da ouvidoria, fl. 125 A tenacidade do ouvidor, que foi João Antônio Vaz Morilhas em não querer sair da vila de Cuiabá, sendo já suspenso por ordem real, lhe produziu a prisão por outra ordem, fazendo-se-lhe sequestro em mais de dose mil oitavas pela achada de bastantes ainda que pequenos diamantes, o que bem consta dos autos da provedoria n.º 484. Foram 12,994 oitavas. (Nogueira)

Anno de 1761, festejou-se nos meses de julho e agosto, o casamento dos Príncipes Filhos do Senhor Rei, Dom José, com comédias, danças, fogos, cavalhadas, findas as festas, foi preso o Doutor Antônio Vaz Morilhas, seqüestrados os seus bens, remetidos para Vila Bela, e de lá para Portugal pelo Grão Pará; Foi deposto do cargo no anno de 1755, e neste anno que vimos preso, sequestrados os bens, e remetido, o Ministro mais perfeito, que o mundo vio, e só teve (Barbosa de Sá)

Anno de 1761 Foi preso o doutor João Antonio Morilhas e remetido para Matto Grosso, sendo sequestrados os seu bens (Siqueira)

Em cumprimento à determinação do Aviso de 25 de junho de 1760, expedido em consequência das representações e queixas oferecidas contra o ouvidor Dr. João Antônio Vaz Morilhas, efetuou-se em julho a prisão do dito ministro e o sequestro de seus bens, que montaram em 19.000 oitavas de ouro. (barão de Melgaço)

Nesses quatro textos registram-se notícias do envolvimento do ex-ouvidor Antônio Vaz Morilhas, em Cuiabá. Nogueira Coelho escreveu um pouco mais do que

Barbosa de Sá e mais do Siqueira. Enquanto o primeiro enfatiza a chegada do novo ouvidor, o segundo dá ênfase aos festejos do casamento dos príncipes, o terceiro é bem sintético, dando pouca importância ao fato e o barão de Melgaço dá ao fato o mesmo peso que dão os primeiros. A utilização de uma fonte não exclui o uso de outras, portanto os trabalhos deixados por Nogueira, por Barbosa de Sá, por Siqueira ou pelo barão de Melgaço se complementam. Nogueira Coelho representante do século XVIII e o barão de Melgaço, homem do século XIX, estavam mais preocupados no registro de ações administrativas, Barbosa de Sá e Siqueira, mais com o cotidiano da vila de Cuiabá

Para Barbosa de Sá, a capitania de Mato Grosso vivia em dias de festas e glórias, a exemplo das notícias narradas no ano de 1763. Nogueira Coelho apresenta um outro mundo, a capitania vivendo sempre em lutas de fronteiras, acionando guarnições militares, criando corporações e organizando contingentes militares.

Registrando os acontecimentos do ano de 1778, Nogueira Coelho se ocupou de apenas duas linhas para noticiar a morte do rei dom José I, enquanto que Costa Siqueira dá destaque a esse acontecimento. Vejamos:

Nos principios do anno de 1778 se fizeram as reaes exequias do Sr. Rei D. José, porque tarde chegou a noticia da sua morte (Nogueira).

No dia 25 se celebraram as exequias reais na igreja matriz, onde se levantou um magestoso e bem elevado mausuléo, com o maior aceio, riqueza e pompa que póde ser, e orou nessa ocasião o ver. Bento de Andrade Vieira, natural da cidade de São Paulo, que enterneceu a todo o auditorio, assim pelo que relatou, como porque o fez com lagrimas: findou esse acto com tres descargas que deu o regimento de milicias, que depois de completa a acção e recolhido o sanado deram tres descargas. (Siqueira)

Sobre a morte do ouvidor Luiz de Azevedo Sampaio ocorrida em 12 de junho de 1778, Nogueira nos dá a seguinte informação:

Na rua dos Mercadores pelas cinco horas da tarde do dia 12 de junho foi morto com tiro de espingarda o Dr. Luiz de Azevedo Sampaio, que era ouvidor desta capitania, ainda que aliás só falleceu pelas oito horas da noite. Foi o homicida um José Tavares Barbosa, que com o dito ministro tinha tido algumas dissensões antigas, e era natural do termo da cidade de Lamego. Em execução da sentença da junta de justiça foi enforcado dentro de oito dias na mesma rua e logar do tiro, em que se mandou levantar a forca, e nella deixar o corpo pendente por tres dias, e a cabeça e mãos até se consumirem pelo tempo.

Costa Siqueira é mais sintético ao anunciar esse crime:

Em 2 de Dezembro entrou na jurisdição de ouvidor da comarca pela lei o juiz de fóra desta villa o Dr. José Carlos Pereira, por haver fallecido na capital o Dr. Ouvidor Luiz de Azevedo Sampaio, morto de um tiro por um José Tavares Barbosa, natural do bispado do Porto, do reino de Portugal. (Siqueira).

O barão de Melgaço não tão sintético, utilizando-se de uma linguagem oitocentista escreve com toda a coerência da sua época, talvez tendo como referencial os manuscritos de Nogueira Coelho, o que pode ser confrontado :

A 12 de junho o ouvidor Dr. Luiz de Azevedo foi morto a tiro em Vila Bela. O assassino, José Tavares Barbosa não procurou fugir e entregou-se à prisão. Foi sentenciado à morte e executado dentro de oito dias. Fazendo ciente ao governo deste acontecimento, o general participava que ia também mandar proceder a uma devassa sobre as violências e desatinos praticados pelo dito ouvidor - o que tudo foi aprovado por Provisão de 20 de julho de 1778.

Infelizmente, Felipe Nogueira Coelho não conseguiu estender seus registros por mais tempo, porém, outros deram continuidade aos trabalhos cronológicos, a exemplo de Joaquim da Costa Sequeira, do barão de Melgaço e do Senado da Câmara, que teve a incumbência de registrar todos os fatos ocorridos na capitania e província de Mato Grosso.

BIBLIOGRAFIA

- ASSIS, Edvaldo de A administração fazendária em Mato Grosso.(inédito)
- BOXER, C. R. O império colonial português (1415-1825) 2. ed. Lisboa: Edições 70, 1981.
- CARTA do governador e capitão general, Antônio Rolim de Moura para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, secretário do Conselho Ultramarino. AHU, lata 35, doc. 28.
- CARTA do governador e capitão general, Antônio Rolim de Moura para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, secretário do Conselho Ultramarino. AHU, lata 32, doc. 8.
- CARTA de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, secretário do Conselho Ultramarino, ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso, João Pedro da Câmara. APMT, lata, 1765

COELHO, Filipe Nogueira - Memórias cronológicas da capitania de Mato Grosso, principalmente da provedoria da fazenda real e intendência do ouro. Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras. , tomo XIII, p. 137-99, 1872.

DECRETO de dom José I, nomeando Felipe José Nogueira Coelho para provedor da capitania de Mato Grosso. AHU - CU -BRASIL- MATO GROSSO. Cx.16 doc. 1

MELGAÇO, Augusto Leverger, barão de. Apontamentos cronológicos da província de Mato Grosso. Rev. Inst. Hist Geogr. Bras. V. 205, p. 208-385, out./dez. 1949.

SÁ, José Barbosa de. Relações das povoações de Cuiabá e Mato Grosso, de seus princípios até os presentes tempos. Cuiabá: UFMT, 1975.

SALGADO, Graça.(coord.) Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: IML, 1985.

SIQUEIRA, Joaquim da Costa - Compêndio histórico cronológico das notícias de Cuiabá, repartição da Capitania de Mato Grosso. Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras. Tomo XIII, p.5-123, 1850.

ULISSES CUIABANO

Lídio Modesto da Silva

Nascido em Cuiabá, era filho do Major-honorário João Luís Pereira e de Maria Luiza Pereira Cuiabano, representando Ulisses Cuiabano um marco no contexto cultural de Mato Grosso, especialmente nas áreas históricas e literárias.

Seus estudos tiveram início na cidade verde, bacharelando-se em Ciências e Letras pelo Liceu Cuiabano, primeiro estabelecimento público de ensino secundário, criado em dezembro de 1879 e inaugurado no início de 1880.

Optou pela carreira do magistério, tendo atuado como professor junto a vários estabelecimentos de ensino. Foi também Diretor dos grupos escolares de Rosário Oeste e o "Senador Azeredo" de Cuiabá.

Além da atividade magisterial, Ulisses Cuiabano teve uma participação expressiva junto a vários periódicos mato-grossenses: *O Jornal*, *O Correio do Estado*, *O Neophito*, *A Reação*, *A Violeta* e muitos outros.

Pertenceu às duas mais importantes e tradicionais instituições culturais de Mato Grosso, o antigo Centro Matogrossense de Letras, hoje Academia Mato-Grossense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, tendo sido, de ambas, um dos mais antigos membros. Seu ingresso junto à Academia Matogrossense de Letras se deu nos primórdios dessa Instituição, mais precisamente, em 5 de junho de 1921, momento da criação do Centro Matogrossense de Letras, tendo integrado os 12 sócios efetivos. Seu nome foi proposto pelo sócio fundador, Estêvão de Mendonça.

Suas lides magisteriais fê-lo mudar-se, de Cuiabá, para a antiga freguesia de Santo Antônio do Rio Abaixo, hoje Santo Antônio do Leverger, onde viveu temporariamente, afastando-se temporariamente dessas duas instituições. De volta a Cuiabá, Ulisses Cuiabano candidatou-se, novamente, à Academia Matogrossense de Letras, possivelmente na década de 40, vindo a ocupar a Cadeira nº 20, mais tarde transformada na de nº 16, atualmente em vigor. Na ocasião, assim se expressou Ulisses:

É verdade que a minha presença nesta Casa não constitui uma novidade, pois já havia eu sido eleito para uma das cátedras do então Centro Matogrossense de Letras, que, depois se transformou nesta Academia: não tomei posse, porém, do lugar que me fora merecidamente ofertado, e passei, por força dispositiva dos nossos estatutos, para a categoria de sócio correspondente. Nesta qualidade tenho contribuído, apesar de parcamente com os meus pobres trabalhos para a elaboração da esplêndida Revista, editada por este instituto da cultura matogrossense.

Ulisses Cuiabano teve uma intensa atuação junto à Academia Matogrossense de Letras que, a 26 de abril de 1951, emitiu um voto de pesar pelo seu falecimento.

Na categoria de literato e poeta, Ulisses Cuiabano deixou-nos expressiva produção:

Os Bacuraus (1923) / A queda (1923) / O Cruzeiro do Sul: miragem (1941) / Impressões de leitura (1941) / No álbum de Verinha (1939) / Vilancete (1932) / Cipreste (1922) / A cigarra (1924) / Velha aroeira (1930) / Ocaso (1935) / Carlos Gomes (1937) / Novos bandeirantes (1937) / O poeta das ilusões (1938) / Meu amado Brasil (1944) / Velho farol (1948) / Manhã em Corumbá (1948) / Pedro Trouy e sua obra poética (1929)

Discurso de recepção ao acadêmico Raimundo Maranhão (1947) Discurso de recepção ao acadêmico Rubens de Mendonça (1944)

Discurso ao arcebispo D. Francisco de Aquino Corrêa pelo jubileu episcopal.

Francisco Ferreira Mendes, em discurso de recepção a Ulisses Cuiabano, enaltece a beleza de sua poética:

Deixai-me, porém, manifestar uma opinião - as vossas produções, têm um colorido vivo, que realça, que entusiasma, que sugestiona pela singeleza, que são o encanto que traduz os painéis simbólicos do regionalismo matogrossense.

É que tivestes, contato direto com o sertão de nossa terra, e essa influência, agiu naturalmente no vosso espírito.

Dormistes muita vez em pousos ao relento, à sombra gasalhosa dos timboais, nas cabeceiras dos veios sem par de nossa terra: respirastes a pureza oxigênia do ar, umidecido com o sereno, fecundo pelas essências balsâmicas, que se volatizam das mimosas passifloras sertanejas; ouvistes a cantiga singela e melodiosa da simples gente do sertão, e a vossa alma de poeta se enlevou no sublime simbolismo dessas cenas tão rubras de lirismo pátrio, que as toadas sertanejas, somente elas na sua plangência sonora, sabem comunicar aos corações.

E afigura-se-me, na fantasia, passar por vossa mente, aqueles quadros tão originais dos sertões matogrossenses, quando a 'hevea-brasiliensis', então no esplendor da sua pujança, acenava para o mundo a sua munificência - o entrecruzar nas campinas viridentes, nas várzeas matizadas, nos cerrados entrelaçados de lianas, ou nos capoeirões gigantescos, dos lotes de tropas, tangidos pelos meandros sinuosos, conduzindo o rico produto que a imprevidência do tempo e a displicência inconfessável dos homens, deixaram tombar na mais desoladora das crises, que haveriam de ferir a economia nacional.

(...) Apesar deste acerto, oiçamos o poeta, numa das suas produções, conhecidas pela sua original imagem, que foi motivo de intensa polêmica, quando, com Alcindo de Camargo, Cesário Neto e José Dias de Barros, sustentávamos pelas colunas do periódico 'A Cidade', em 1924, a defesa das instituições jornalísticas em nossa capital, fugindo às lides da política que então, quase que somente proporcionavam motivos para as pugnas da imprensa indígena:

OS BACURAUS

*Bacuraus que adejais pela tardinha,
Aos zigue-zagues pelo espaço a fora,
O vosso vôo incerto me apavora,
Pois me traz à lembrança a sorte minha,*

*Com a volúvel, tortuosa linha
Que traçais pelo espaço, nesta hora,
Assim, minha alma tristorosa, chora,
Para ao depois sorrir, a pobrezinha.*

*E como vós, que andais cruzando os ares,
Em rápidos volteios singulares,
A palidez marmórea do sol posto,*

*Minha alma vaga assim, triste, erradia,
Ora presa nas fimbrias da alegria,
Ora envolta nos véus de atroz desgosto.*

BIBLIOGRAFIA

- MENDONÇA, Rubens de. *Antologia Borôro*. (Estante Mato-Grossense, v. 4). Cuiabá, 1946.
- SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Estudo Bibliográfico da História, Geografia e Etnologia de Mato Grosso*. Cuiabá. CCS, 1992.
- VARJÃO, Valdon. Cadeira nº 16. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. Comemorativa ao Jubileu de Diamante. p. 157-166.



PADRE RAIMUNDO CONCEIÇÃO POMBO MOREIRA DA CRUZ

Moacyr Freitas

Nasceu em Corumbá – MS, a 8 de dezembro de 1913; filho de Raimundo Rodrigues Pombo Moreira da Cruz e de Joana Pires Moreira da Cruz.

Optou pela carreira eclesiástica, ingressando na Ordem Salesiana. Prestou relevantes serviços aos salesianos, especialmente como Professor de Português, Matemática, História e Desenho junto ao Liceu Salesiano São Gonçalo.

Como literato, sua vocação esteve ligada ao teatro, tendo produzido muitas peças que foram encenadas em Cuiabá.

Além de mestre, dedicou-se às artes literárias e teatrais.

Ingessou na política, candidatando-se ao governo do Estado de Mato Grosso em 1982, não logrando êxito.

Ao lado de sua vida religiosa, exerceu todos os cargos no Colégio Salesiano, de professor a diretor e, fora do Colégio, exerceu função na área da Educação pública.

Entrou para o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso a 19 de junho de 1976 e foi membro da Academia Mato-Grossense de Letras, onde ocupou a Cadeira nº 4, cujo Patrono é o Padre José Manuel de Siqueira, tendo sido ocupada anteriormente pelo Arcebispo de Cuiabá, Dom Francisco de Aquino Corrêa.

Faleceu em Cuiabá a 29 de julho de 1996.

Produção Intelectual:

No Teatro:

Heróis Hodiernos – Drama em três atos

Educação Moderna – Comédia em dois atos

O Último Pelotão – Drama em cinco atos
Caduquice de Avô – Comédia em dois atos
A Múmia de Tibiriçá – Comédia em três atos
Hosana! Cruxifige! Surrexit! – Drama da Paixão de Cristo, em três atos
Oke Waggun – Drama indígena, em três atos
Pipoca – Farsa em um ato
A Mulher Seca do Cai-Cai – Farsa em um ato
A Estátua do Zé Carrapeta – Adaptação de comédia italiana, em dois atos
O Sinal Misterioso – Drama em cinco atos
O Capitão Jaguarí – Drama em três atos
Crime em Noite de Amor – Drama em três atos

Na Literatura

Tempestade na casa do vizinho – Romance contemporâneo
Lê e Medita – Contos para a juventude
Um página por dia – Contos
O Príncipe Operário ou *A Vida de São José* – História Sagrada
Um Conto e um Propósito – Conto
Oração à pátria – Revista da Academia Matogrossense de Letras 1944-1945(23/26)
A Última prece – Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1959-1961(53-54)
Discurso de posse na Academia Mato-Grossense de Letras – Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1962(55)
Oração à Pátria – Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1944
Palestra em comemoração à Independência do Brasil – Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1955
Última Prece – Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1961
O papel do Clero na Independência – Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1977
Debate no Encontro Nacional de Cultura – Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1977
D. Francisco de Aquino Corrêa – Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1985
Na Assembléia Legislativa e na Televisão – Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1978
O Nome Cuiabá – Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1989

ARNALDO ESTEVÃO DE FIGUEIREDO

Lourembergue Alves

Arnaldo Estevão de Figueiredo pertence, por parte de pai, a linhagem dos Figueiredo da Vila de São Faustino do Peso da Régua, Bispado do Porto - Portugal¹. Seu pai, Antônio Estevão de Figueiredo, era filho de Anna Pinto de Figueiredo². Esta era a terceira filha de Luís José Pinto de Figueiredo com Anna Vieira de Almeida³.

Luís José e Anna Vieira, além de Anna Pinto de Figueiredo, tiveram outros filhos, a saber: Isabel Pinto, Maria Theodora, Antônio Maria e Francisco Miguel.

Luís José Pinto de Figueiredo, bisavô do Dr. Arnaldo, era o quinto filho do Mestre de Campo Antônio José Pinto de Figueiredo e de Dona Isabel Nobre Pereira - aquele português e esta, paulista⁴.

Além de Luís José, o Mestre de Campo Antônio José e Dona Isabel tiveram mais nove filhos. Foram eles: Sargento-mor José Antônio, Ajudante Antônio José, Padre Constantino José, Joaquim José, João José, Maria Magdalena das Virgens, Anna Luiza de Paula, Luiza da Fonseca e Izabel Nobre⁵.

Já o Mestre de Campo Antônio José nasceu do casamento do português Antônio José Pinto de Figueiredo Osório com Anna Luiza Maria Pinto da Fonseca.

O português Antônio José Pinto de Figueiredo, que chegara em terras matogrossenses por volta de 1750, teve grande participação no governo do Capitão-General Luís Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres⁶, como mestre de campo e demarcador de terras.

Segundo José de Mesquita⁷, esse Antônio José Pinto de Figueiredo faleceu no dia 7 de maio de 1795, deixando para seus descendentes uma grande fazenda, casas de sobrado no fim da Rua de Cima (hoje Rua Pedro Celestino), sesmarias de criar nas margens do Bento Gomes e Piranema e Cachoeira, Rio Acima.

¹ MESQUITA, José de. Genealogia Mato-grossense. São Paulo: Resenha Tributária, 1992, p. 17.

² INVENTÁRIO de Antônio Estevão de Figueiredo, março nº 85, processo nº 331, datado de 17 dezembro de 1910, Cartório do 5ª Ofício, Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, 70p.

³ MESQUITA, José de. Genealogia Mato-grossense. Op. cit.

⁴ Ibidem.

⁵ Ibidem, p. 18.

⁶ LUÍS de Albuquerque foi o maior dos administradores da Capitania de Mato Grosso, durante o período colonial. À frente do governo de Mato Grosso (por dezesseis anos, onze meses e sete dias), esse Capitão-General não só construiu vários fortes (dentre os quais o Forte de Coimbra), como também fundou a povoação de Registro do Jauri em 1774; Corumbá (que se iniciou com o Presídio de Albuquerque), em 1778, Vila Maria, hoje Cáceres, em 1778; São Pedro de El-Rei, atual Poconé, em 1782; povoação de Casalvasco, em 1782.

Por volta de 1835, um dos filhos do Mestre de Campo Antônio José, Luís José Pinto de Figueiredo também veio a falecer. Quando isso ocorreu, a filha deste último, Dona Anna Pinto de Figueiredo (avó do Dr. Arnaldo), já era casada com Francisco Pedro⁸.

Dona Anna e Francisco Pedro tiveram quatro filhos. Foram eles: Tibúrcio, José, Amélia e Antônio Estevão de Figueiredo.

O quarto filho de Dona Anna, Antônio de Figueiredo, casou-se com Antônia Maria de Almeida, em fins da década de 1840.

Antônia Maria de Almeida descendia, pela linha paterna, da genealogia dos Almeida e, pela materna, da dos Campos Maciel⁹. Ela era a décima segunda filha de Antônio José de Almeida e Dona Anna de Campos Maciel¹⁰.

Os pais da esposa de Antônio Estevão de Figueiredo tiveram, além de Antônia Maria, outros filhos, a saber: João Chrizóstomo de Almeida, Maria Magdalena de França (casada com Manoel da Silva Rodrigues), Anna Rosa, Antônio José de Almeida Filho, Izabel de Campos de Almeida Coelho (casada com o Tenente Manoel Coelho de Almeida), Salvador Bueno, Escolástica Pedrosa de Barros (casada com José Paes da Silva), Manoel Constantino, Manoel José, José Felipe, Joaquim Pinheiro e Maria de Campos¹¹.

Os pais de Dona Antônia Maria moravam num sítio denominado "Morro das Araras", no distrito das Brotas. Foi nesse sítio que sua mãe, Dona Anna de Campos

⁷ MESQUITA, José de. Genealogia Cuiabana - Títulos Prados e Figueiredos. In: Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso, Ano XII, números XXIII e XXIV, 1930, p. 13-50.

⁸ INVENTÁRIO de Maria Luiza Pinto de Figueiredo. 1866, maço 79, Cartório 2ª Ofício, Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

⁹ INVENTÁRIO dos bens que ficaram por falecimento de Dona Anna Campos Maciel, esposa de Antônio José de Almeida, maço 6A, processo nº 87, 1870, Cartório 5ª Ofício, Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

¹⁰ OS CAMPOS Maciel provém da família Antunes Maciel, a partir de Rosa de Campos Maciel. Esta fora casada com José Gomes da Silva - português, natural de Ávero. Os Antunes Maciel de Mato Grosso descendem de Sorocaba. Antônio Antunes de Maciel, vindo de Sorocaba, instalou-se em Mato Grosso, figurando entre os descobridores de ouro de Cuiabá e os que fundaram o primeiro povoado em terras onde hoje se encontra a Capital mato-grossense. Os irmãos Antunes e Maciel atuaram também nos acontecimentos mais importantes que determinaram a incorporação da província de Mato Grosso ao Brasil. Um deles, João Antunes Maciel, chegou a superintendente das minas do Cuiabá.

¹¹ INVENTÁRIO dos bens que ficaram por falecimento de Anna Campos Maciel. Op. cit.,

Maciel faleceu, no dia 1º de dezembro de 1851. Seu pai, Antônio José de Almeida, alguns anos depois, também faleceu no mesmo sítio¹².

Antes de falecer, Antônio José de Almeida pôde conhecer mais uma de suas netas, primeira filha de Dona Antônia Maria Almeida com Antônio Estevão de Figueiredo (sorte que não ocorreu com Dona Anna de Campos Maciel, que falecera antes do nascimento dessa neta), chamada Antônia Mattozo.

O Tenente-Coronel Antônio Estevão de Figueiredo e Dona Antônia Maria tiveram, ao todo, doze filhos. Pela ordem de nascimento, chamavam-se: Antônia Mattozo (casada com o Capitão José Mattozo), nascida em 1870; Tibúrcio, em 1871; Mariana da Silva Pereira (casada com João Caetano da Silva Pereira), em 1873; Amélia Guilhermina (casada com Emílio Mayer), em 1875; Eliza Costa (casada com João Lopes da Costa), em 1878; José Estevão (casado, em primeiras núpcias, com Dona Elisa Corrêa da Costa, e em segundas núpcias, com Dona Mariana), em 1880; Amália, em 1888; Antônio Estevão de Figueiredo filho (casado com Dona Delmira Monteiro), em 1889. Além desses, o casal teve ainda duas filhas que faleceram ainda na primeira infância - ambas se chamavam Anna, nascidas em 1882 e 1885¹³. Arnaldo era o décimo primeiro. Depois dele, nascera o caçula Francisco Pedro, em 6 de julho de 1896.

Todos eles nasceram na fazenda "Paulo Lopes". Esta fazenda situava-se no distrito de Brotas (Município de Cuiabá), bem no sopé da Serra das Araras, na margem do rio Jangada.

Hoje, a região onde se localizava a fazenda "Paulo Lopes" pertence ao Município de Rosário Oeste. Este Município, por sua vez, localiza-se quase no coração da Chapada Mato-grossense, tendo parte de suas terras abrangidas pela bacia Amazônica e parte pela bacia do Paraguai, com uma extensão territorial de 23.490 quilômetros quadrados.

A fazenda dos Estevão de Figueiredo media um pouco mais de duas léguas quadradas - 13 mil hectares - mais ou menos. Com o falecimento dos pais de Dona Antônia Maria de Almeida Figueiredo, na segunda metade do século XIX, uma das partes do sítio "Morro das Araras", como herança, foi anexada à "Paulo Lopes".

A infância do Dr. Arnaldo ficou restrita à fazenda "Paulo Lopes". Ele admirava a natureza, os animais e os pássaros. Era um "homem do campo", como ele próprio costumava se intitular.

A vida no campo modelou a formação educacional e profissional de Arnaldo Estevão de Figueiredo. Em suas veias passaram a correr o

¹² Ibidem.

¹³ INVENTÁRIO de Antônio Estevão de Figueiredo. Op. cit.,

*'sangue da terra', o sangue de um profissional dela. Ele tinha o gosto pela terra, herança do Mestre de Campo Antônio José Pinto de Figueiredo Osório. Daí esse instinto do menino Arnaldo. Desde criancinha se lhe metera na cabeça aquela idéia de trabalhar como demarcador de terras, de prosseguir o trabalho daquele Mestre de Campo. A sua participação ativa na demarcação de terras no Estado, a sua luta pelo povoamento de Mato Grosso e, ainda, a conclusão do curso de agronomia, no Rio Grande do Sul, confirmam essa minha interpretação.*¹⁴

Na fazenda "Paulo Lopes", Arnaldo permaneceu até os oito anos de idade. Nela ele também aprendeu as primeiras letras do abecedário. As aulas, realizadas na varanda da casa após os afazeres da fazenda, eram ministradas pela sua irmã Mariana (Iaiá).

Aos oito anos, Arnaldo se mudara para a Capital do Estado. Entrando-se, à cavalo, em Cuiabá, através do Lavapés - bairro que se estendia da antiga rua 24 de Outubro (hoje Senador Azeredo) até o Largo da Mãe dos Homens (atual Praça Clóvis Cardoso). Daí, ele desceu à rua Cândido Mariano até a casa número 63 - sua nova residência, que possuía duas portas e duas janelas de frente.

*A residência de número 63, situada na rua Cândido Mariano, em que morava a família Estevão de Figueiredo, não podia ser identificada nem como a de pessoas da elite dominante local, nem como a de gente pobre. A casa apresentava o 'status' de camada média, pois possuía um espaço considerável que servia de pátio interno, onde se localizava o poço, plantas ornamentais e medicinais, horta e árvores frutíferas (romãs, pitangas, jabuticabeiras, mangueiras, goiabeiras, cajueiros e bananeiras), nas sombras das quais Arnaldo brincava e que, na época da florescência, guinava aos seus galhos, empanturrando-se dos deliciosos frutos.*¹⁵

Matriculou-se na Escola Pública do ABC, situada atrás da Igreja da Boa Morte. Nesta Arnaldo fez o elementar.

Necessitando fazer o curso preparatório para poder ingressar-se no Liceu Cuiabano, ele foi estudar na Escola "São Sebastião", em 1902. No ano seguinte prestara o exame de seleção para o Liceu, sendo aprovado com a média 6,0¹⁶.

¹⁴ ALVES, Lourembergue. Arnaldo Estevão de Figueiredo: O Último Cruzado da Colonização de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. 1993. RIHGMT, 1998.

¹⁵ ALVES, Lourembergue. Op. cit., p. 42.

¹⁶ GAZETA Oficial, 1ª de dezembro de 1903.

Em 1910, após seis anos de estudos no Liceu Cuiabano, concluiu o curso de Bacharel em Ciências e Letras.

Dois anos depois, contemplado com uma bolsa de estudos concedida pelo Presidente do Estado Pedro Celestino, ingressara na Escola "Eliseu Maciel" de Pelotas (juntamente com mais três companheiros, também bolsistas, Salvador Pompeu, Juliano e Adildo).

[...]um jovem de vinte anos incompletos, franzino e ligeiramente corcovado, que logo nos primeiros dias de curso, se fez notar e respeitar. Não foi uma vitória da força física, mas sim da força de seus conhecimentos e da seriedade do seu riso desprezioso, que deixava uma tal sensação de homem completo e formado que os outros estudantes - inclusive os mais velhos - procuravam a sua companhia, impressionados com a inteligência e a facilidade de comunicação daquele mato-grossense.

Olhavam-no como algo poderoso e diferente, mas ainda assim próximo deles. Arnaldo era austero para consigo mesmo, ordenado, metódico e disciplinado, que fazia de sua vida escolar uma vida de trabalhos árduos e de estudos sem descanso, mas que era de uma enorme indulgência para com os outros [...] Quando não estava debruçado sobre os livros, estava com os olhos abertos para a vida. Meditava sobre ela [...] Assim, vivia dentro da vida e sobre os livros. Eis porque ele se saiu notavelmente bem na Escola de Agronomia "Eliseu Maciel" de Pelotas. Seu desempenho foi tão expressivo que Luís Philippe Pereira Leite o chamou de 'o agrônomo número um de Pelotas - Rio Grande do Sul' ...¹⁷

Arnaldo concluiu o curso de agronomia em 1914. Como engenheiro agrônomo, retornara para Cuiabá (juntamente com os três companheiros). Exerceu a atividade de demarcador de terras nos seringais mato-grossenses.

Em 1917, mudou-se para Campo Grande.

[...] devido à sua dedicação e competência, demonstrada nos trabalhos de demarcação de terras em que realizou em áreas mato-grossenses, tornou-se um dos mais famosos engenheiros agrônomos do País. Seu escritório em Campo Grande, montado desde 1921, ganhou respeito e credibilidade - o que lhe garantiria mais de meio

¹⁷ ALVES, Lourembergue. Op. cit., p. 63, 64.

século de existência. Em 1980, por exemplo, ele contava com mais de 200 constituintes¹⁸.

Casou-se com Mendora Alves Fialho (a Dorinha, como era conhecida), no dia 24 de fevereiro de 1920.

[...] Dorinha nasceu em 1901, na fazenda São João, que se situava numa das regiões do Município de Nioaque denominada Passa Cinco.

[...] oriunda de uma família de tradição rural. Filha do poconeano Alexandre de Arruda Fialho e da sul-mato-grossense Rita Alves Corrêa. Além dela, o casal Alexandre e Rita Fialho teve onze filhos.

[...] embora nascida na fazenda São João, Dorinha passou sua infância na fazenda Pontal - ponto de encontro de políticos celestinistas...

Por volta de 1916, passou a participar de uma bandinha, na qual tocava bandolim. Essa bandinha promovia festas e serestas pelas ruas e casas de Campo Grande.

Numa dessas festinhas, Dorinha conheceu o Dr. Arnaldo. Conquistou-o com seus gestos bem delicados e femininos, olhos brejeiros e cintilantes, cabelos curtos e castanhos, alegria e a destacada imposição de sua forte personalidade.

Diante de tantos predicados, Dr. Arnaldo não se titubeou, pediu-a logo em casamento.

*[...] Esse casal teve cinco filhos e onze netos [...] e passou meio século de vida e amor, vencendo todos os obstáculos que apareceram [...]*¹⁹

Quando se casou, Dr. Arnaldo administrava a cidade de Campo Grande.

[...] Pelo Partido Republicano, foi eleito 2^a Vice-Intendente de Campo Grande, na eleição de 3 de agosto de 1919.

Mas, um atrito político com a Câmara Municipal, levou Antônio Norberto a renunciar-se do cargo de Intendente, em 20 de janeiro de 1920.

Diante dessa renúncia, Dr. Arnaldo assumiu o cargo de Intendente (uma vez que o 1^o Vice também renunciara), em 1920. Administrou Campo Grande por apenas onze meses e dezenove dias, do dia 20 de janeiro de 1920 ao dia 10 de janeiro de 1921.

[...] Ele fez um bom governo [...] tomou gosto pela administração pública.

¹⁸ ALVES, Lourembergue. Op. cit., p. 74.

¹⁹ Ibidem., p. 79-82.

[...] Disputou as eleições de 1923 sem concorrente [...] No dia 2 de janeiro tomou posse como Intendente do Município de Campo Grande [...] sucedendo-se a Arlindo de Andrade Gomes. ²⁰

Em 1932, participou ativamente da Revolução Constitucionalista e, igualmente, do Governo Separatista do Sul de Mato Grosso ²¹. Derrotadas as forças constitucionalistas, as tropas militares do Interventor de Mato Grosso, Leônidas de Matos, reassumiram o controle de Campo Grande e de todo o sul do Estado.

Seis anos depois, perdera a mãe, Dona Antônia Maria. Esta grande perda não o tirou das atividades profissional e comunitária. Assim, em 1939, ao lado de outras personalidades campo-grandenses, fundou o Rotary Clube de Campo Grande. Foi também o seu primeiro presidente. Deste elegeu-se, em 1944, Governador do Distrito 28 do Rotary Clube.

Na condição de Governador do Distrito 28 do Rotary Clube, Dr. Arnaldo pode percorrer quase todo o Estado de Mato Grosso, além de promover inúmeras atividades visando o bem-estar das comunidades mato-grossenses. Isso, somado com as suas outras atividades comunitárias realizadas à frente do Rádio Clube e da Associação dos Criadores (além de seu excelente trabalho como demarcador e medidor de terras), o fez conhecido, respeitado e admirado. Sua competência administrativa passou, então, a ser reconhecida em todo o Estado. O que lhe valeu o carimbo do passaporte para ser candidato do Partido Social Democrático (PSD) ao governo de Mato Grosso. Elegendo-se em 1947.

Tomara posse do governo do Estado no dia 8 de abril de 1947. Cercando-se, então, de intelectuais, escritores, jornalistas, professores, advogados e elementos ligados ao meio cultural mato-grossense.

Procurou consolidar um *modus vivendi* de compreensão, de respeito e de profundo interesse pelos problemas políticos administrativos. Respondendo as críticas oposicionistas com ações e medidas que pudessem destruir a crise financeira de Mato Grosso e resolver a série de problemas que desafiavam o governo.

Muitas de suas propostas foram duramente criticadas. Algumas delas, obtiveram sucesso apenas limitado em fazê-las passar pela Assembléia Legislativa, embora hoje pode-se verificar que isso ocorreu em parte porque sua prudência e eloquência preparavam o caminho para sua concretização final ²². Sua administração, também, foi bem sucedida em fazer aproveitar um programa de colonização para a região mato-grossense ²³. Teve características eminentemente progressistas para a época. Isto pode ser perfeitamente detectado na luta pela colonização do Estado ²⁴.

²⁰ ALVES, Lourembergue. Op. cit., p. 111-113.

²¹ Ibidem., p. 98.

²² ALVES, Lourembergue. Op. cit., p. 165.

²³ Ibidem, p. 166.

²⁴ Ibidem.

Depois de ter realizado um excelente trabalho à frente do Executivo mato-grossense, Dr. Arnaldo renunciou no dia 2 de julho de 1950 para se candidatar ao Senado. Mas as urnas das eleições de 3 de outubro não o conduziram à senatoria²⁴.

Não se elegendo Senador, ele retornara por inteiro à vida profissional. Mas não abandonou o seu dever público (como ele próprio dizia).

*[...] fazia de seu dever público, uma inquebrantável convicção e um instrumento de luta pelos interesses do Estado e do povo mato-grossenses. Não foram muitos, os mato-grossenses, que adotaram tal postura. Poucos, também, juntaram no comportamento político tantas qualidades respeitáveis e amáveis.*²⁵

Embora afastado da vida partidária, ele jamais deixou de acompanhar os movimentos políticos. Defendeu, como poucos, as riquezas naturais de Mato Grosso²⁶, num tempo em que a ecologia ainda não era modismo²⁷. Advogou, com fundamentos e sem interesse particular, a divisão do Estado de Mato Grosso²⁸.

Foi, assim, trabalhando, conversando, opinando ou expondo suas idéias, que Arnaldo Estevão de Figueiredo partira para o outro lado da vida, no dia 15 de dezembro de 1991.

Não tivemos a venturosa sorte de conhecer pessoalmente o Dr. Arnaldo. Mas, levados pela admiração a sua personalidade singular, dedicamos a estudar a beleza serena de suas idéias e a evocação de seus feitos administrativos e políticos (o que nos possibilitaram a escrever um trabalho biográfico sobre ele, constituído de 300 páginas). Por isso o escolhemos como patrono da nossa cadeira no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Dr. Arnaldo - um homem, um ser humano, um brasileiro, um mato-grossense e um sul-mato-grossense - que todos deveríamos conhecer (muito dele pode ser visto na Casa da Memória Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, em Campo Grande). Deveríamos conhecê-lo para tirar do seu saber tanto quanto dele em nós comporte. Mesmo os que o recusam não podem escapar à sua presença - presença de amor e de colonizador de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

²⁴ Ibidem, p. 221.

²⁵ Ibidem, p. 223.

²⁶ Ver seus artigos publicados na Gazeta Oficial do Estado, em 1915; ALVES, Lourembergue. Op. cit., p. 243-75.

²⁷ Ver FIGUEIREDO, Arnaldo E. de. "A Velhice de um Rio". Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá (CXIX-CXX): 35-42, 1983.

²⁸ Ver ALVES, Lourembergue. Op. cit., p. 89-100.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

- INVENTÁRIO DE Antônio Estevão de Figueiredo. Maço nº 85, processo nº 331, de 17 de dezembro de 1910, Cartório do 5º Ofício. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, 70 p.
- INVENTÁRIO dos bens de Maria Magdalena de Figueiredo, esposa do Capitão Antônio Maria Pinto de Figueiredo, ano 1873, Maço 55, processo 742, Cartório 5º Ofício. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.
- INVENTÁRIO dos bens que ficaram por falecimento de Anna de Campos Maciel, esposa de Antônio José de Almeida, Maço 6 A, processo nº 87, 1870, Cartório 5º Ofício. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.
- INVENTÁRIO de Maria Luísa Pinto de Figueiredo, 1866, Maço 79, Cartório 2º Ofício, Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Lourembergue. **Arnaldo Estevão de Figueiredo: O Último Cruzado da Colonização de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul**. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, 1998.
- FIGUEIREDO, Arnaldo Estevão de. **A Velhice de um Rio**. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Cuiabá (CXIX-CXX): 35-42, 1983.
- MESQUITA, José de. **Genealogia Mato-grossense**. São Paulo: Resenha Tributária, 1992.
- MESQUITA, José de. **Genealogia Mato-grossense**. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Cuiabá (CXX): 30-37, 1950.



HERCULES FLORENCE

Aníbal Alencastro

ANTOINE HÉRCULES ROMUALD FLORENCE, nasceu em Nice, na França em 1804. Em 1º de maio de 1824 desembarcou no Rio de Janeiro onde trabalhou numa loja de modas de seu compatriota e, depois, em uma livraria. Em 1825, atendendo a anúncio publicado num jornal, apresentou-se ao Barão Langsdorff, sendo contratado como segundo desenhista da sua expedição. O cargo assumido por Florence, tinha sido antes ocupado pelo grande artista Johan Moritz Rugendas. A Expedição Científica Langsdorff foi uma das mais importantes, que percorreu o Brasil no século XIX, organizada pelo Cônsul Geral da Rússia, o Barão Grigori Ivanovitch Langsdorff, tendo como principal objetivo, descobertas científicas, e outras pesquisas, estudo sobre produtos não conhecidos no mercado, coleção de objetos de todo o reino natural.

A expedição percorreu vastas regiões do interior do Brasil - São Paulo, Minas Gerais Mato grosso, Rondônia, Amazonas e Pará. O mais importante itinerário - a viagem através dos sertões do extremo oeste e do norte pelos rios, iniciou-se em 22 de junho de 1826 em Porto Feliz (SP) e terminou em 16 de setembro de 1828 em Belém do Pará.

Grande foi a produção artística de Florence ao longo de toda a viagem. Além de seus valiosos desenhos e pinturas, Hercules Florence escreveu num precioso diário da expedição, no qual descreve com minúcia as regiões percorridas e fornece interessantes informações no manuscrito *Esboço da Viagem feita pelo Sr. Langsdorff ao interior do Brasil desde setembro de 1825 até março de 1829*, sendo posteriormente traduzida e publicado, com o título de *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*.

Florence nos deixou registros de excelentes informações, até mesmo suas impressões pessoais sobre vários temas, a exemplo uma perfeita descrição da nossa

Cuiabá em 1827, discorrendo seus aspectos urbano, ainda colonial, o costume e a vivenda de seus habitantes.

Registrou através de desenhos as famosas minas ouríferas de Cocais (hoje, Nossa Senhora do Livramento).

No caminho Cuiabá – Diamantino, descreveu com grande realismo cada passo da sua expedição, citando rios, vilarejos e em especial a exuberante flora mato-grossense.

Na Vila de N.S. da Conceição do Alto Paraguai Diamantino, enfocou um flagrante de uma das mais tradicionais Festa do Senhor Divino Espírito Santo.

Em 1829 a expedição estava de volta ao Rio de Janeiro, Florence vai residir na Vila de São Carlos (atual Campinas); casa-se em 1830 deixando posteriormente numerosa descendência.

Estabelece-se com uma loja de tecidos e dedica-se também a pesquisas dos primórdios processos fotográficos

Apesar de não ter o seu nome reconhecidamente como o inventor da fotografia, mas participou ativamente do processo, do seu aperfeiçoamento tanto Joseph Nicéphore Niépce, o inventor da fotografia na França, em torno de 1826, quanto nosso precursor Hercules Florence, (1833 aqui no Brasil).

55 anos, viveu ativamente Hercules Florence no Brasil, adotando-a como sua nova terra, vindo a falecer na pequena Campinas em 27/03/1879.



CARMINDO DE CAMPOS

*SE ESTIVESSE VIVO, O JORNALISTA, POETA E COMERCIANTE
CARMINDO DE CAMPOS ESTARIA FAZENDO CEM ANOS.*

Benedito Pinheiro de Campos

Se fosse vivo, o poeta e jornalista cuiabano Carmindo de Campos estaria completando 100 anos. Para comemorar o centenário do pai e lhe prestar uma homenagem, seus filhos organizaram uma série de solenidades, em maio de 1998.

Carmindo de Campos nasceu no dia 28 de maio de 1898, no antigo bairro Lavapés, hoje conhecido como Goiabeira e, desde muito cedo, esteve envolvido com a comunicação, mais notadamente a imprensa. Ainda adolescente, trabalhou como aprendiz de tipografia na antiga imprensa Oficial do Estado. Em seguida, entrou para o Correio de Cuiabá através de concurso público. Após a fusão dos Correios e Telégrafos, ele continuou na empresa, chegando a ocupar todos os cargos de chefia. Ele foi, em determinada época, o superintendente dos Correios e Telégrafos de Mato Grosso e Goiás, o que equivaleria hoje ao cargo máximo na região Centro-Oeste.

Carmindo de Campos sempre teve um pendor especial pelo jornalismo. Além de uma estreita ligação com o Patrono das Comunicações, marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Junto ao doutor Agrícola Paes de Barros que, no ano anterior, criou o jornal *A Luz*, fundou, em 1925, um dos principais jornais da cidade, *A Capital*. O veículo chegou a circular durante um bom tempo.

Além de jornalista, ou melhor, muito antes de sê-lo, Carmindo de Campos já era um poeta. *sempre fez poesias, mas muitas delas se perderam*. É apontado hoje como

um dos integrantes do primeiro grupo de poetas modernistas de Mato Grosso que tinha, entre outros, Rubens de Mendonça, Gervásio Leite, Corsíndio Monteiro da Silva, Agrícola Paes de Barros. Mesmo fragmentada e dispersa, sua produção poética chegou a ser compilada pela Fundação Cultural de Mato Grosso num livro chamado *Pérolas Esparsas*.

Em 1998 durante o seu centenário de nascimento o Instituto Cultural e Artístico CUIABÁLIA Lançou uma Obra mais completa de seus feitos: *MEMÓRIAS DE UM CUIABANO*.

Além de gostar muito de jornalismo, Carmindo também queria dar à Capital mato-grossense o acesso às mesmas publicações que podiam ser lidas nas importantes cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Trouxe então para Cuiabá as revistas *O Cruzeiro*, *Vida Doméstica* e *A Careta*. O poeta também foi responsável pela importação de vários figurinos de moda diretamente da França, colocando à disposição da sociedade da época o que de mais moderno se vestia na Europa.

A atividade levou Carmindo a abrir sua própria livraria, chamada também de *A Capital*. Em sua livraria, uma das pioneiras da cidade - Rua 13 de Junho, onde hoje está a galeria GG-, ele vendia livro de vários autores famosos da época e revistas. Homem de "tino comercial", criou a Agência Campos de Representação e propaganda. Era, na verdade, uma representante de laboratórios tradicionais que fabricavam produtos como Eparema e creme dental Kolynos, entre outros artigos de higiene e beleza.

Ele também que foi o responsável, pela chegada do primeiro colchão de molas a Cuiabá, *Da marca Probel*, o mesmo aconteceu com a primeira cadeira de barbeiro, da marca Ferrante.

Carmindo teve relevante importância na história de Rondonópolis. Como grande amigo de Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, teria sido um dos fundadores daquela cidade, embora não se tenha reconhecido devidamente o fato até hoje. Lá, o poeta e jornalista fundou a primeira farmácia do município.

Carmindo de Campos foi casado durante 52 anos com Maria Pinheiro de Campos, filha de uma tradicional família de Santo Antônio de Leverger. Os dois tiveram oito filhos, apenas um deles falecido. Foram cinco mulheres e três homens que lhe deram nada menos que vinte e cinco netos e trinta bisnetos.

Carmindo de Campos sempre foi muito devotado à família, sempre aberto ao diálogo, inimigo de discussões, homem polido, discreto, sincero e amigo de todos. Prestativo e caridoso, auxiliava àqueles que o procurava ora com palavras, ora com conselhos, até mesmo metendo a mão no bolso para ajudar alguém que precisava.

Carmindo de Campos era um apaixonado pelo Rio Cuiabá, pois o peixe não faltava em sua mesa. Era verdadeiramente um cuiabano de Chapa e Cruz.

Quero neste instante lembrar um dos poemas mais lindos de sua autoria, conversando com o Rio Cuiabá.

Rio Cuiabá

O Rio Cuiabá é tão manso, tão manso,
Que as areias formam bancos em seu leito.
Mas, o nosso rio é maluco,
Derepente zanga, enche, cresce, transborda
E, arrasa a população ribeirinha.
Oh!, Meu velho amigo, rio Cuiabá...
Estou zangado. Muito zangado com você.
- O motivo? Você então não sabe meu amigo?
Eu sou testemunha-o vi raivoso e matreiro...
Derrubando casas no Barcelo e no Terceiro.
-Palavra que Fiquei surpreso e indignado,
Do seu procedimento mau, desesperado...
Como alguém que tivesse bebido bastante e embriagado! ...
O Meu rio que sempre foi bom dava peixe a pobreza,
Que sempre andou em seu leito, sem fazer mal a ninguém,
De repente desanda a ser mau, ser perverso e ser malvado:
- Ora isso, meu amigo, francamente, me deixou encabulado.
- Não faça mais isso não. Não torne a encher, tanto –
- Não se envaideça em crescer, em ser grande, em ser mar.
Você deve contentar-se em ser rio, e não deixe,
Não deixe envaidecer-se, e, continue, meu amigo a criar peixe.
- Você já tem fama de ser bom, de ser humano, -
- Ouça um conselho mais : não faça mal ao cuiabano,
Não só ao cuiabano, como a todos que aqui aportem,
Pois não é negócio correto... levar um banhista à morte.
Assim, meu amigo, vou esperar de você toda a nobreza,
Não derrubar mais nenhuma casa e dar peixe à pobreza,
E eu ficarei, como sempre, com a lira dedilhando,
A cantar a sua bondade e o seu nome exaltando!...

Carmindo de Campos, não foi somente o poeta, jornalista, empresário; ele teve o seu lado humano, de homem sensível, participativo às coisas do cotidiano.

Carmindo foi um homem que soube ser bom em todo sentido, quer como funcionário, quer como colega e amigo.

Os contínuos, os serventes, os carteiros, os chefes de seção, enfim, todos procuravam o Carmindo para pedir-lhe sua orientação, não só como chefe, em matéria de serviço, como em assunto particular. A todos atendia com aquele seu espírito de coleguismo. Nunca foi prepotente e jamais fez valer sua autoridade com rancor.

Como homem foi simples, modesto e amigo de todos.

Seu círculo de amizade era enorme e inúmeras vezes via-se ele batendo “papolargado” com pessoas extremamente humildes, como velhos e bons amigos.

Como cidadão manteve uma linha de conduta impecável.

O poeta cantou Cuiabá, a sua *Cidade Agarrativa*.

Cuiabá

CUIABÁ, minha velha e lendária cidade,
Você está remoçando...
Está ficando mais bonita...
Está ficando mais, cada vez mais catita!...
Se o Pascoal Moreira Cabral visse você agora?
Garanto. Não ia mais embora.
Nem Pires de Campos e nem outro bandeirante,
Porque você, Minha velha, está fascinante!...

Você bem merece a liderança,
Desse velho e valente Mato Grosso.
Você tem um quê que prende a gente,
Você minha velha, é um colosso!...
Tudo em você, tudo, recende a Brasil,
Seus morros, seu rio piscoso, seu céu de anil!...
Seu rio é seu pai, e igual não há:
Foi dele que tiraste esse nome poético: CUIABÁ.

Oh minha cidade linda, não sei porquê:
Quando longe, sinto imensas saudades de você.
Sinto saudades do pacú, do bagre da piraputanga,
Do licor de pequí, do doce de cajú e da manga!...
Sinto saudades desse calor sadio,
Que às vezes é melhor,
Muito melhor que o frio,
Oh! MINHA cidade linda, igual não há:
Oh! Minha velha e idolatrada: CUIABÁ!

(Carmindo de Campos)

É esse, meus amigos o perfil desse homem que sempre norteou meu proceder.
É esse perfil de homem que particularmente, sempre o chamei de “Meu Pai” “Meu Jornalista e Poeta Carmindo de Campos”, meu patrono no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

DES. LUÍS DA COSTA RIBEIRO

Suíse Monteiro Leon Bordest

Nilo Póvoas, em Galeria dos Varões Ilustres de Mato Grosso, ao tecer comentários sobre a vida Luís de Costa Ribeiro considerava que: *Sua beleza não era essa beleza efêmera que brilha, rebrilha e se desfaz à beira do túmulo, mas a beleza que esplende em gestos e atitudes nobres da alma e que se projeta pela eternidade adentro.*¹

Luís da Costa Ribeiro nasceu na vila de São Pedro D'El Rei, hoje cidade de Poconé, Estado de Mato Grosso, aos 16 de dezembro de 1858 e faleceu em Cuiabá, aos 11 de maio de 1931.

Foram seus pais o diamantinense Comendador Luís da Costa Ribeiro e dona Ana Joaquina de Arruda Ribeiro, ambos de descendência ilustre pois o primeiro descendia do tronco de André Alves da Cunha um dos fundadores de São Pedro D'El Rei, que fora o primeiro juiz ordinário e guarda-mor, nos fins do século XVIII, conforme informação de José de Mesquita no seu *Nobiliário Matogrossense*², e a segunda da linhagem dos Arrudas, primitivos povoadores de Mato Grosso, de que nos dá notícia a *Nobiliarchia Paulistana*.

De ilustres antepassados herdou Costa Ribeiro nobre feito moral, rigidez de caráter e fidalguia de maneiras que o colocaram em notável relevo no meio em que viveu e que imprimiram-lhe linha de fina aristocracia que todos reconheceram e admiraram. Segundo o Acadêmico Clóvis de Mello, *Luís da Costa Ribeiro iniciou o curso secundário no Seminário da Conceição, nesta capital.*⁴

Convencido da alta inteligência do filho, demonstrada nos estudos iniciados em Cuiabá e prosseguidos no Colégio Köpke, de Petrópolis, seu pai no leito de morte, recomendou aos familiares que tudo fizessem para que não fossem interrompidos os estudos de Luís.

Em 1876, acometido de febre amarela, foi impedido de realizar os exames preparatórios para se matricular na Faculdade de Direito de São Paulo.

Somente no ano seguinte concluiu os preparatórios no Colégio São Bento matriculando-se na Faculdade de Direito, realizando assim sua aspiração e do seu falecido pai.

¹ - PÓVOAS, Nilo. *Galeria dos Varões Ilustres de Mato Grosso*. v.2, p. 31.

² - MESQUITA, José de. *Nobiliário Matogrossense*. RIHGMT, ano VIII/IX, t.15/16, 1926.

³ - LEME, Pedro Taques de Almeida. *Nobiliarchia Paulistana*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1921.

⁴ - MELLO, Clóvis de. "Luís da Costa Ribeiro". *RIHGMT*, 1994, p. 340.

Durante o seu curso Jurídico, teve de enfrentar o jovem acadêmico as maiores dificuldades oriundas da falta de recursos que, no entanto, conseguiu superar a custa de penosos sacrifícios. Relata-nos ainda Clóvis de Mello que: *Desde o segundo ano do curso jurídico, saía o acadêmico Luís da Costa Ribeiro, nas férias escolares, para as comarcas vizinhas a São Paulo, para fazer defesas perante o júri, adestrando-se, assim, na oratória forense.*⁵

Quando se achava no quinto ano do curso jurídico, fora o bacharelado Costa Ribeiro distinguido pelo Governo Imperial com honrosa comissão na então Província de Pernambuco, onde, aproveitando o tempo, concluiu o seu curso, tomando, na Faculdade de Direito de Olinda, o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, aos 3 de novembro de 1882.

Aos 4 de janeiro de 1883 aportava em Cuiabá, trazendo um sólido e vasto cabedal de conhecimentos e a esperança de muito poder realizar em benefício de sua terra, que ele tanto amava.

Em aqui chegando, solicitou o seu provimento no cargo de Promotor da Justiça da comarca da Capital, o qual se achava vago, que no entanto lhe fora negado sob a alegação de ter sido seu falecido pai adversário político da facção que na ocasião detinha o poder.

Barrado na sua modesta pretensão abriu o Dr. Luís da Costa Ribeiro a sua banca de Advocacia, onde juntamente com o hábil e talentoso Francisco Agostinho Ribeiro, exerceu com real proveito a sua profissão de advogado, até o ano de 1884, quando recebeu do General de Batovi o decreto de sua nomeação para o cargo de Auditor de Guerra. Exerceu ainda os cargos de Juiz Municipal e de Órfãos do Termo de Santa Cruz de Corumbá, de Juiz Substituto da Comarca da Capital, de Juiz de Direito da Comarca de Livramento, instalada a 19 de março de 1890 e o de Desembargador do Tribunal da Relação do Estado, organizado em 1891, sendo dentre muitos, um dos escolhidos para a composição da colenda Corte, da qual foi Presidente durante oito anos sucessivos.

Espírito emancipado, manifestou-se o Desembargador Luís da Costa Ribeiro contra certas arbitrariedades governamentais sendo por isso, afastado violentamente de suas funções, passando ao exercício de atividades políticas que lhe propiciaram ensejo de prestar ao Estado relevantes serviços como membro da Constituinte Estadual.

Com a reorganização do Tribunal da Relação do Estado, foi o Desembargador Luís da Costa Ribeiro reconduzido à Magistratura Estadual, nela permanecendo até 1905 quando pediu a sua aposentadoria.

Do seu alto critério e competência profissional falam com eloquência, os trabalhos forenses que editou em folhetos, no exercício da advocacia e o desempenho

⁵ - Ibidem.

que deu a todos os encargos com que o honraram a confiança do governo. Foi dessa maneira que ele impôs ao respeito e à admiração de seus conterrâneos que viram nele uma inteligência superior e um alto senso de dignidade.

Foi, porém nas altas funções de magistrado e de Presidente da Corte de Apelação do estado que maior projeção tivera do Dr. Costa Ribeiro pela sua notável integridade moral.

Alem da Magistratura dedicara-se também a política e ao jornalismo. Como político fez parte da Assembléia Constituinte de que foi um dos elementos mais representativos, colaborando na feitura da primeira Carta Magna do Estado, assim como de outras leis. Foi Deputado Estadual em várias legislaturas, sendo autor e colaborador de diversas leis e regulamentos acatadoras do interesse público.

Orador de invejáveis recursos proferiu memoráveis discursos na tribuna do Foro, no Parlamento e solenidades cívicas.

Sua vocação para o jornalismo transparece desde a sua vida estudantil. Colaborou em vários jornais como o *Onze de Agosto*, *A Nova Aurora*, *A Matraca*, *Fraternidade Literária*, *A República*, *A Nova Geração*, de São Paulo; *O Oásis*, *O Corumbaense*, de Corumbá; *A Gazeta*, *O Mato Grosso*, *A Revista Mato Grosso*, *A Situação*, *O Estado de Mato Grosso*, *A Coligação*, *O Debate*, de Cuiabá. Como nos elucida Clóvis de Mello, Luís da Costa Ribeiro usava dois pseudônimos, Mário Santerre e Saint-Just.⁶

Magistrado, político, jornalista Luís da Costa Ribeiro foi homem público de destaque, chefe de família exemplar, amigo de sua terra e de sua gente, um dos sócios fundadores do Instituto Histórico de Mato Grosso.

Em nossa investigação, pudemos elencar a seguinte produção de nosso Patrono: *A Imigração perante a Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso*. Corumbá, Editora Corumbaense, 1886.

“Um Patriota Mártir”. In: *Revista Mato Grosso*, Ano VIII, nº 4/5. Cuiabá, 1911.

“Salve 1915” (Sagração Episcopal de D. Aquino Corrêa. In: *RIHGMT*, ano 12, nº 1. Cuiabá, 1915,

“Nossos dias”. *Revista do Centro Matogrossense de Letras*. Cuiabá, 1923(4).

BIBLIOGRAFIA

PÓVOAS, Nilo. *Galeria dos Varões Ilustres de Mato Grosso*. Cuiabá, Fundação Cultural de Mato Grosso, 1977. V.1 e 2.

MESQUITA, José de. *Nobiliário Matogrossense*. RIHGMT, ano VIII/IX, t.15/16, 1926.

MELLO, Clóvis de. “Luís da Costa Ribeiro”. *RIHGMT*, 1994, p. 340-342.

LEME, Pedro Taques de Almeida. *Nobiliarquia Paulistana*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1921.

⁶ - Ibidem.

MANOEL CAVALCANTI PROENÇA

Gabriel Francisco de Mattos

Manoel Cavalcanti Proença, o *Maneco* que conheci de casos contados por minha avó e meus pais, falando de um senhor bonachão e culto, com o raro dom da boa prosa, aliando simplicidade e profundidade, nasceu em Cuiabá a 15 de Julho de 1905, filho de Alexandre Leite Proença e de Esmeralda Cavalcanti Proença, e faleceu em 16 de Dezembro de 1966, no Rio de Janeiro.

Órfão de pai aos quinze dias de nascido, Maneco começou seus estudos em Cuiabá na Escola Modelo Barão de Melgaço, passando depois para o Liceu Cuiabano. Aluno brilhante, daqui saíria em busca de novos horizontes, levado por um parente militar, para o Colégio Militar do Rio de Janeiro e depois para a Escola Militar de Realengo.

Ainda no colégio militar, em 1922, começa a escrever no jornal interno *A aspiração*, do qual seria redator-chefe, não sem antes ganhar dois concursos de poesia e um de contos.

De Realengo, Maneco vai servir em Três Corações/MG, de onde sai cabo de cavalaria em 1924. No ano seguinte, como militar, teria seu primeiro “grande banho de brasilidade” participando da busca à Coluna Prestes no Nordeste. Em 1926 viaja pelo vale do São Francisco, buscando dados para aquele que seria seu primeiro livro.

Mas ainda vai correr muito chão, em 1927 faz concurso para a Escola de Veterinária do Exército, aprovado, será sempre o primeiro da turma, até a formatura em 1930, quando casa-se com Esmeralda Bechara e vai servir em Cuiabá

Em 1932, de volta ao Rio de Janeiro, é nomeado professor da Escola de Veterinária e faz o curso de Biologia no Instituto Oswaldo Cruz. Passando a pesquisador nesse Instituto em 1933, tem trabalhos sobre helmintologia e entomologia publicados em revistas científicas do país e do exterior. Esses trabalhos acabam levando-o em Missão Cultural e Científica, pela Ministério das Relações Exteriores, ao Paraguai em 1943.

No ano seguinte escreve seu primeiro livro, o ensaio *Ribeira do São Francisco*, que conquista o 1º Prêmio Visconde de Taunay, da Biblioteca do Exército.

Inicia carreira no magistério em 1945 como professor de Português e Literatura do Colégio Militar do Rio de Janeiro; em seguida ocupa vários postos administrativos no governo federal, entre os quais o de diretor do Serviço de Alimentação da Previdência Social no governo Dutra, e o de Assessor Cultural no governo Juscelino Kubistchek.

Nessa época, Maneco participa daquela roda que reúne a melhor boemia literária do Rio de Janeiro, sem no entanto perder sua simplicidade de interiorano, de homem que abriu seu caminho pelo trabalho e pelo estudo. Acompanhava da arquibancada do Maracanã o seu América, gravava os cantadores nordestinos que tocavam no Largo do Machado, já se interessava pela literatura de cordel e, principalmente, não dispensava o

passeio matinal regado a conversas no botequim, no barbeiro, no ponto de taxi de um esquina da Av. 28 de Setembro. Aquela vivência de onde sai uma obra humanista e lírica, sem negar um travo de indignação com as injustiças.

Em 1950 escreve seu monumental *Roteiro de Macunaíma*, levantando as influências, referências e citações da rapsódia de Mário de Andrade, sendo até hoje a mais completa e séria fonte de consulta sobre essa obra. Pelo trabalho, ganhou o Prêmio do Departamento Cultural de São Paulo.

Em 1953 publica seu primeiro livro de contos, *Uniforme de Gala*, onde já exercita sua veia crítica e humorística sobre a vida da caserna. Esses contos mostram também uma visão lírica da vida das pessoas comuns, sobretudo com *Dina morreu por uma tarde de julho* e *Claudino de Jesus*.

No ano seguinte é convidado para membro do Instituto de Geografia e História do Exército e recebe a Medalha do Pacificador - Duque de Caxias.

Em 1955 aparece seu estudo *Ritmo e Poesia*, trabalho também pioneiro onde são analisados os ritmos poéticos, inclusive os da literatura de cordel. No ano seguinte mais uma coletânea de contos sobre a caserna, *Nove anos de praça*, e participa de uma coletânea de contos sobre a mesma temática, intitulada *Nove histórias reúnas*.

Do ano de 1956 data também a parceria com Francisco de Assis Barbosa e Antonio Houaiss para lançar as obras completas de Lima Barreto. O próprio Houaiss lembra em artigo de 1969 do *fecundo influxo comum de influências culturais e afetivas desse período, apesar de Maneco achá-lo um caturra empenhado em catar pulgas em elefantes*.

No ano seguinte entra para a Academia de Filologia do Estado da Guanabara e funda o Departamento de Língua Portuguesa da Academia Militar de Agulhas Negras, da qual é nomeado professor chefe.

Em 1958 publica *No Termo de Cuiabá*, obra fundamental sobre Mato Grosso, *Trilhas do Grande Sertão*, sobre Guimarães Rosa e *Augusto dos Anjos e outros ensaios*, primeira coletânea de ensaios literários.

É chamado para assessor do Gabinete Militar do governo Juscelino Kubitschek, e depois exerce vários cargos no governo Sete Câmara, no Rio de Janeiro.

Mas a insatisfação com a realidade nacional já é forte, em 1960 publica sua "rapsódia-ou-o que?" *Manuscrito Holandês (A Peleja do Caboclo Mitavaí com o Monstro Macobeba)*, uma deliciosa sátira sobre a influência estrangeira em nosso país, transformada anos depois em enredo de Escola de Samba carioca. O Mitavaí Arandu do livro seria o filho de Macunaíma.

Em 1961 pede reforma da vida militar, e nesse mesmo ano faz parte do grupo de trabalho para o estudo de uma legislação de proteção ao menor abandonado. Com a reforma, cresce a produção literária em várias áreas, e em 1965 é diretor da *Revista da Civilização Brasileira*, importante órgão de resistência e discussão da realidade nacional naqueles anos difíceis.

Ciente das coisas do Brasil, como Monteiro Lobato, se lança à literatura infantil, e sob a influência da Literatura de Cordel, produz o *Passarim dos meus trabalhos*,

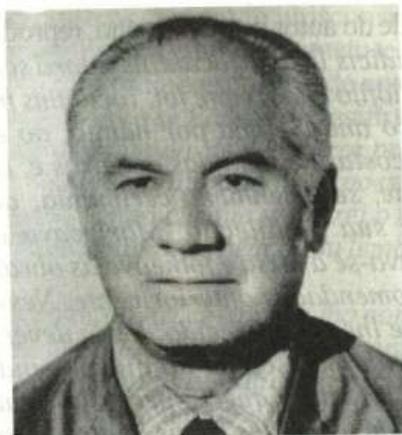
com os personagens *Rapidíneo Calafate*, *Calmino Tiro* e *Queda* e *Sossegório Clarineta*. Além desse ainda produziria *Estória de João Cenoura e seu cavalo Maxixe*. Nos últimos anos de vida dedica-se ao estudo da figura literária de José de Alencar, ministrando curso sobre sua obra na Universidade do Ceará e publicando a edição crítica de centenário do romance *Iracema*.

Em 1967 é publicada sua novela póstuma, *O Alferes*, a qual me mostrou um caminho para a ficção histórica em Mato Grosso. Na verdade, Maneco mostra em sua obra múltiplas possibilidades para nossa cultura, merecendo sempre ser lido e relido por aqueles que constantemente se perguntam quem somos e para onde vamos neste país.

No ano de 1971 seus principais trabalhos de crítica seriam reunidos no volume *Estudos Literários de M. Cavalcanti Proença*, na Coleção *Documentos Brasileiros*, dirigida por Afonso Arinos de Melo Franco, pela Editora José Olympio. Cinco anos depois a mesma editora publicaria a *Seleção de M. Cavalcanti Proença*, na Coleção *Brasil Moço*, visando aproximar a juventude do trabalho literário deste grande cuiabano.

Bibliografia de M. Cavalcanti Proença:

- *Ribeira de São Francisco* (1944)
- *Roteiro de Macunaíma* (1950)
- *Uniforme de Gala* (1953)
- *Ritmo e Poesia* (1955) *9 Histórias Reiúnas (colab.)* (1956)
- *Impressões de Leitura (colab.)* (1956) *No Termo de Cuiabá* (1958)
- *Trilhas do Grande Sertão* (1958) *Augusto dos Anjos e Outros Ensaio* (1958)
- *Manuscrito Holandês ou A Peleja do Caboclo Mitavaí com o monstro Macobeba* (1960)
- *Rio de Toda a Gente* (1962) *Literatura Popular em verso* (1964), *Mangueira* (1965) *José de Alencar na Literatura Brasileira* (1966)
- *O Alferes* (1967).



AMIDICIS DIOGO TOCANTINS

Aecim Tocantins

Nascido em Cuiabá aos treze dias do mês de agosto de 1918, filho de Odorico Ribeiro dos Santos Tocantins e Alice Borges Tocantins, consorciou-se com Edí Migueis Tocantins tendo dois filhos: Édcis e Margareth Rose, o primeiro engenheiro civil e a segunda engenheira arquiteta.

Estudou o curso primário na Escola Modelo Barão de Melgaço e o secundário no antigo Liceu Cuiabano, demonstrando desde então sua predileção pela língua portuguesa, sendo freqüentador assíduo da Biblioteca Pública do Estado.

Jovem ainda, aos 20 anos de idade, fundava em 1938 com seus colegas de ginásio: Francisco Nonato Faria, Benoni de Souza Lima, o Jornal Literário e Noticioso *A Voz do Norte*, para o qual mais tarde, em 1939 passei a colaborar como redator chefe.

Funcionário concursado do Banco do Brasil, aposentando-se com 30 anos de serviços, servindo primeiramente em Cuiabá, depois em Campo Grande, hoje capital do Mato Grosso do Sul e posteriormente em São Paulo, onde desde cedo começou a escrever poemas e crônicas sobre pessoas e coisas da nossa terra.

O gosto pela leitura levou-o, desde moço, à aquisição de livros e obras do mais raro valor histórico e científico, aplicando assim boa parte de sua economia. Diariamente visitava as livrarias e sebos de S. Paulo à procura de novas e velhas publicações, dedicando-se a fundo na pesquisa da literatura, da história e da ciência em geral.

Para testemunhar seu gosto pela pesquisa em todas áreas da ciência e da história, o conceituado livreiro antiquário Líbano Callil Atallah, de São Paulo, quando do falecimento do meu patrono escreveu um trabalho sob o título *Amidicis Diogo Tocantins - O Bibliófilo*.

Pela respeitabilidade do autor desse trabalho, reproduzo alguns trechos:

A biografia de Amidicis Diogo Tocantins estará sempre incompleta se não der maior destaque ao bibliófilo que sempre foi. Tocantins freqüentou nossa livraria por mais de trinta e cinco anos. Tinha por hábito, ao entrar, tirar o paletó e colocá-lo pelo avesso às costas de uma das cadeiras e, a seguir mergulhava no acervo aberto à sua frente, sem nenhuma cerimônia; de início as estantes de novidades, depois as de sua predileção. Mariscava em completo silêncio. Separando os livros, sentava-se à mesa e folheava as obras selecionadas; seguia-se o exame dos livros encomendados anteriormente. Nesses momentos recusava até mesmo o cafezinho que lhe era oferecido. Nada deveria distrair sua atenção enquanto estivesse absorvido na escolha do que pretendia adquirir. Só após decidir-se quanto ao que levaria é que se permitia alguns instantes de prosa, ainda assim quase que só em torno dos livros, autores e assuntos culturais.

Um de seus maiores prazeres era o de encontrar na livraria outros bibliófilos e, sentando-se com eles em torno à mesa, debater sobre livros, de preferência os mais consagrados. Ao contrário de muitos outros colecionadores, também se interessava por lançamentos recentes.

Suas seções preferidas eram as de Filologia, História, Prosa, Poesia, Indíologia, Dicionários, Filosofia e Religião, sempre dentro do interesse da Brasileira.

Homem de elevado nível de conhecimentos, erudito por excelência, membro de várias instituições culturais, Tocantins relegava a segundo plano as convenções da Bibliofilia, não fazendo parte de suas preocupações e aquisição de exemplares de luxo, ou encadernações finamente trabalhadas. Importava-se mais com o texto, com o valor intrínseco do que com os requintes que pudesse ter o exemplar.

O respeitável escritor e historiador Luis Philippe Pereira Leite, precursor ardoroso a favor da vinda dos livros do Amidicis para Cuiabá, em seu Artigo *Amigo Dedicado* assim se refere ao Amidicis:

Era intenso o seu trabalho como bibliófilo inveterado que era, a ponto de conseguir formar valiosa biblioteca de obras raras. Representava em São Paulo a própria cultura de Mato Grosso, em contato com as mais representativas figuras intelectuais do estado irmão, entre as quais se tornou conhecido e respeitado.

Entregava-se, com dedicação sem par, a todas as tarefas que lhe eram cometidas e testemunho a amizade e o empenho na revisão de meus trabalhos a ponto de acolher todas as suas sugestões, sempre criteriosas, inclusive a do nome "Vida e Glória de um Cientista Cuiabano", dada a biografia que escrevi do meu pranteado e querido irmão José Venâncio Pereira Leite. E, como que para selar a amizade entre autor e revisor, permitiu Deus que ao ser barbaramente abatido por uma bala assassina, uma golfada do seu sangue generoso, marcasse perenemente a capa daquela obra que mantinha, com todo carinho, sobre a sua mesa de trabalho, onde rascunhava seu derradeiro artigo, que versava sobre a obra do confrade Des. João Antônio Neto, História do Poder Judiciário.

O eminente conterrâneo e consagrado jurista Dr. Corsíndio Monteiro da Silva, que mantinha semanalmente demorado contato telefônico a respeito do mundo dos livros e da cultura, com referência a escritores de nossa predileção e as coisas de nossa terra, no seu artigo *Dois Anos se Passaram* assim se manifesta:

Muito me serviu ele de estímulo, de me cobrar procedimentos, de me alentar nas horas de desânimo. Neste capítulo não me é possível esquecer o quanto me ajudou o Amidicis durante o tempo em que preparei o material, para a edição do centenário das obras de Dom Aquino. Se bem estou lembrado, já deixei consignado isso em outro lugar.

Grande parte das fotos do Arcebispo ele me conseguiu, junto à direção do Liceu Coração de Jesus, em São Paulo, que lhe confiou o material em estrita consideração pessoal a ele, Amidicis. Mais do que isso, era o conforto das palavras de estímulo que ele, pelo telefone ou por carta me proporcionava. Por amor, simplesmente por amor! Amor a Dom Aquino, amor às tradições, amor à Cultura, amor ao seu velho conterrâneo distante, que (ele sabia) sempre se empenhara em alimentar sua amizade fraterna.

Já agora, ele recolhia tudo o que possuía sobre José de Mesquita para que eu (e não ele) escrevesse alguma coisa por ocasião do centenário daquele nosso ilustre conterrâneo, em março de 1992. E o mais importante de tudo, é que ele não esperava que se lhe solicitasse, e sim que se oferecia, e nos trazia com indizível satisfação, o de que pudera dispor.

Por tudo isso e pelo mais que é só minha alma conhece, é que sinto uma saudade imensa do Amidicis, do meu estimado Amidicis, alma antiga e pura, que mal sonhara que, pretendendo, a seu modo, bem servir, seria vítima de uma violência que lhe cortou a vida, toda ela dedicada à sua família e a seus livros, que ele amava com toda força de seu coração.

Bibliófilo, por excelência, adquiriu, aproximadamente, 14.000 exemplares de obras do mais raro valor histórico e literário.

Ao nosso estado e a nossa gente, entendemos que suas obras constituem um dos mais completos acervos.

Alegra-nos o acontecimento de termos sido, entre a família do Amidicis, a Academia Mato-Grossense de Letras, sob a presidência do Dr. Clovis de Melo e de seu sucessor Dr. João Alberto Novis Gomes Monteiro, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, presidido pelo Dr. Luis-Philippe Pereira Leite e a Universidade Federal de Mato Grosso, sob a Magnificência da Professora Luzia Guimarães e o Vice Reitor Professor Valfredo da Mota Menezes, o intermediário no sentido que esse valioso manancial histórico-literário fosse trazido para Cuiabá.

A família, num gesto de elevado desprendimento, houve por bem fazer a doação destas obras para a Universidade Federal de Mato Grosso, que reservou um amplo espaço para a instalação condigna do acervo que recebeu o nome de Biblioteca "Amidicis Diogo Tocantins". Doou, também um computador e uma impressora, a fim de facilitar a busca de informações, visto que as obras foram catalogadas e, devidamente, informatizadas, ainda mais as divisórias e persianas que se fizeram necessárias.

Aceitando a incumbência de fazer a classificação e a catalogação das obras e, ainda a instalação da biblioteca, a Professora Elizabeth Madureira Siqueira, belettrista e historiadora, realizou um trabalho magnífico de relevante colaboração à cultura mato-grossense, tarefa essa desempenhada com muito carinho e dedicação contando com a colaboração da equipe técnica e da coordenação da biblioteca central na pessoa da Prof. Olga Maria de Figueiredo, de profunda competência na área de biblioteconomia.

Além da tarefa acima a Prof. Elizabeth elaborou um Catálogo Temático sobre a coleção de Amidicis Diogo Tocantins *História, Literatura e Cultura Mato-grossenses* adicionada dos temáticos *Índio e Amazônia Brasileira* amplamente divulgado pela Universidade Federal de Mato Grosso.

A Professora Elizabeth Madureira no seu primoroso discurso quando da inauguração da biblioteca, fez as seguintes referências ao Amidicis:

Amante das Letras, estudioso e pesquisador, freqüentou ele os círculos intelectuais, filiando-se a várias instituições: Ordem Nacional dos Bandeirantes de São Paulo, Academia Paulista de História, Instituto Genealógico brasileiro, Instituto Paulista de Arqueologia e Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, instituição a que se associou, na categoria de sócio correspondente, a 10 de junho de 1978, tendo sido ainda patrono da cadeira N° 25 da Academia Santamarense de Letras de São Paulo.

Em todas elas prestou contribuições expressivas, não somente como colaborador, mas também como elemento que respaldava, indicava e orientava pesquisas tendo por base o saber bibliográfico acumulado e valendo-se ainda de seu tino para a investigação de pistas que pudessem desvelar aspectos sombrios das pesquisas.

Além dessas contribuições, Amidicis Diogo Tocantins prefaciou obras, colaborou em diversos periódicos nacionais e foi autor de peças literárias e históricas, dentre as quais destacamos:

Vida e obra apostólica de Frei Francisco Maria Herail / Rondon – meio século a serviço da Pátria / Impressões de uma viagem a Chapada dos Guimarães / Rondon e meu pai / Reminiscências cuiabanas à margem do centenário do Prof. Philogônio Corrêa / José de Mesquita / Reminiscências cuiabanas – centenário de meu pai / Os Capitães-Generais de Mato Grosso (de Moura Tavares a Tavares de Carvalho).

Na poética: Cuiabá / Buriti dos Borges / Adejos de saudade / Julia Lopes de Almeida / Mundezinho / Negra Josefa / Os pássaros do meu tio Lulu / Recordação do meu avô Ribeiro.

Na crônica: Os carreiros (Jornal O Estado de Mato Grosso, 20/12/1981).

Amidicis Diogo Tocantins passou a acumular obras que pudessem, inicialmente, complementar sua sede de cultura, passando, mais tarde a reuni-las, com o intuito de preservar aquilo que acreditava ser um dos maiores bens da sociedade humana: a cultura sem fronteiras.

Para o colecionador, mesmo que ele tenha, como Amidicis Diogo Tocantins, reunido cerca de 12.006 títulos e, aproximadamente 14.078 volumes, cada peça

reveste-se de trajetórias e história únicas: quais foram seus proprietários anteriores? Que personalidades o leram? Qual a sua edição? O que o diferencia dos similares publicados anterior ou posteriormente? Quais as críticas veiculadas sobre essa produção específica? Dessa forma mesmo fazendo parte de uma coleção tão extensa, cada obra guarda em si uma especificidade e se reveste de qualificações e significados que, somente o seu proprietário, é capaz de decliná-los extensiva e profundamente.

Como um ecólogo da cultura, Amidicis Diogo Tocantins prestou, em vida, uma grande contribuição à intelectualidade nacional, pois preservou uma coleção de obras referentes às múltiplas áreas do conhecimento: da Filosofia e Sociologia à Ciência Política; da História (Geral, da América e do Brasil) à literatura (Estrangeira e Brasileira), da Cultura (Africana, Latino-Americana, Asiática e Européia) à Filologia e Linguística; da Medicina (Homeopática e Alopática) à Antropologia e Etnografia; da Geografia e Genealogia ao Direito. Adiciona-se ainda variada coleção de periódicos (almanaques, revistas, boletins) e obras de referência.

Nessa medida, a Biblioteca "Amidicis Diogo Tocantins" faz transparecer a ótica que ele impingiu sobre o social: as obras vão desde clássicos e cientistas europeus dos séculos XVIII e XIX, cujas obras merecem encadernações e edições luxuosíssimas, até o folhetim dos cantadores e repentistas nordestinos, cuja produção está substanciada em pequenos opúsculos impressos em papel jornal e, geralmente, em off-set.

Exposição bem detalhada sobre a tarefa que lhe fora solicitada e magnificamente desempenhada, a Professora Elizabeth concedeu entrevistas publicadas nos jornais, "Diário de Cuiabá" de 9 de maio de 1996, e Correio da Semana de 27 de maio de 1996 e na Gazeta de 29 de junho de 1994, das quais destacamos alguns trechos:

A brilhante professora Ana Maria de Almeida, docente da USP e sua orientadora, considera o acervo do Amidicis como que há de melhor no assunto de livros.

Estou aprendendo muito com isso. Há obras raríssimas sobre Mato Grosso e de maneira geral, há livros em todas as línguas, inclusive em dialeto africano. A parte da África é riquíssima.

Entre as obras raras, ela cita o livro das Missões Salesianas as primeiras edições das Datas Mato-grossenses de Estevão de Mendonça, a coleção completa de José de Mesquita, que começa em 1919, todos os relatórios científicos da Comissão Rondon, quase 60, no total, produzidos de 1900 a 1916, esses relatórios trazem importantes informações na área da engenharia, geologia, botânica, zoologia e estudo dos rios.

Alemães, italianos, franceses e ingleses escreveram sobre Mato Grosso e a obra completa do português Joaquim Ferreira Moutinho que escreveu, em 1869, logo após a batalha de 13 de junho, portanto no período pós-guerra do Paraguai. Os livros são encadernados em couro. Essas raridades se misturam com diversas obras da literatura alemã, francesa, chinesa, inglesa, japonesa, americana, portuguesa, romena, espanhola, dentre outras.

Para a catalogação de boa parte desses livros, a Professora Elizabeth teve que procurar o auxílio de um tradutor. Os livros da literatura chinesa, romena e japonesa são obras que precisaram de um tradutor especialista para melhor esclarecimento com relação ao conteúdo.

Quando do Centenário da fundação da cidade de Campo Grande (MS), no concurso realizado em agosto de 1962, sob o patrocínio da Prefeitura Municipal e por iniciativa do *Jornal do Comércio*, o trabalho feito pelo Amidicis foi laureado com o 1º Lugar, sob o título *História da Fundação de Campo Grande*, produção magnífica que foi considerada da mais alta relevância pela intelectualidade e pela imprensa daquela cidade. Fruto de longa e demorada pesquisa, este trabalho constitui fonte preciosa para estudiosos, pesquisadores e consultas didáticas.

A produção literária do Amidicis está toda esparsa em jornais, revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, da Academia de Letras de Mato Grosso e Instituições Culturais de São Paulo e grande parte ainda inédita.

A família de Amidicis deseja enfeixar em livros tudo quanto ele escreveu, o que em vida ele não teve tempo de concretizar.

O jornalista e reconhecido homem de cultura, Dr. Renato Baez, corumbaense, pertencente a várias Instituições Brasileiras de Letras, autor de dezenas de publicações, em todas elas o Amidicis estava presente através de alguma publicação.

O Dr. Renato Baez que residia em São Paulo, dada a sua íntima amizade com o Amidicis, com ele se comunicava quase que diariamente.

No seu livro *Esboços e Sentimentos*, o Dr. Renato Baez presta significativa homenagem póstuma ao Amidicis, escrevendo sobre a sua personalidade e publicando vários trabalhos literários do falecido e divulgando a correspondência que recebera de vários escritores lamentando o seu falecimento.

A solenidade de instalação da Biblioteca “Amidicis Diogo Tocantins”, anexa a Biblioteca Central da Universidade Federal de Mato Grosso, realizou-se no dia 9 de maio de 1996, sob a presidência da Magnífica Reitora, Professora Luzia Guimarães presente o Vice Reitor Professor Valfredo Mota Menezes. Compareceram o Presidente da Academia de Letras Dr. João Alberto Novis Gomes Monteiro, o Dr. Paulo Pitaluga Costa e Silva representando o Instituto Histórico e Geográfico, o Arcebispo de Cuiabá Dom Bonifácio Piccinini que procedeu a benção da nova Biblioteca, o Secretário de Estado de Cultura, Dr. Elysmar Bezerra representando o Governador do Estado de Mato Grosso Dr. Dante Martins de Oliveira, o Dr. Moises Mendes Martins Secretário Municipal de Cultura de Cuiabá, Representando o Prefeito Municipal Sr. Roberto França, o desembargador Benedito Pereira do Nascimento, representando o Tribunal da Justiça, a Exma. Senhora Telma Pimentel de Oliveira, digníssima esposa do Governador do Estado, várias autoridades, membros do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-grossense de Letras entre eles o Dr. Clóvis de Melo em cuja presidência, deflagrou-se o movimento para a vinda do acervo bibliográfico para Cuiabá, professores, estudantes e convidados.

De São Paulo vieram especialmente para essa solenidade, a viúva D. Edí Miguéis Tocantins, os filhos Dr., Édcis e Dra. Margareth Rosa e netos do Amidicis, tendo sido assinado na ocasião o referido termo de doação.

A Reitora ressaltou a relevância daquele ato, manifestando à Família do Amidicis o reconhecimento da Universidade e da sociedade cuiabana pelo gesto de desprendimento, fazendo a doação de tão rico acervo.

O Presidente da Academia Dr. João Alberto Novis Gomes Monteiro na ocasião da inauguração proferiu as seguintes palavras:

Benditos os que semeiam livros, livros a mancheias !, assim se expressava Castro Alves, um dos mais inspirados poetas da língua portuguesa, em belo poema.

Bendita seja pois, a lembrança, que ora invocamos, de Amidicis Diogo Tocantins: um autêntico amigo dos livros que conseguiu reunir este notável acervo bibliográfico.

Benditos também, a sua viúva, senhora Edy Miguéis Tocantins, e demais familiares que, hoje, com esta doação, fazem uma importantíssima sementeira que resultará, estou certo, em ótima colheita. Os frutos, deste ato, serão colhidos não só no seio da Universidade Federal de Mato Grosso mas, ainda, por toda comunidade mato-grossense, uma vez que logo sejam levadas pelos ventos da divulgação, estas sementes espalhar-se-ão por todo o fértil terreno da nossa cultura.

Em nome da família, o Dr. Édcis pronunciou o seguinte discurso:

A extremada e incontestável dedicação e o acendrado amor à cultura fizeram do meu saudoso e querido pai, um apaixonado estudioso e obstinado pesquisador no campo da literatura, desde a sua juventude. Inicialmente, através da leitura cotidiana e do anotar e escrever.

No escrever e no falar as mínimas coisas, o fazia com um respeito singular à língua portuguesa e, aos filhos, parentes e amigos mais íntimos, não perdia a oportunidade de, com lhanza, fazer reparos a erros cometidos, transmitindo-lhes ensinamentos enriquecedores.

Reconhecendo o grande amor que meu pai tinha pela sua e nossa Cuiabá, a sua família houve por bem doar o seu acervo bibliográfico, cujo valor estimativo e sentimental é incalculável, à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, acolhendo a solicitação que lhe fora feita pela Magnífica Reitora, Professora Luzia Guimarães que, brilhantemente está encerrando sua árdua missão, na reitoria. Essa doação, cujo representante condigno na tramitação do processo, foi o meu tio Aecim Tocantins, a família deseja ressaltar, como sendo também, um fator resultante da feliz iniciativa e apelos feitos pela Academia Mato-grossense de Letras, através do Ex-Presidente Dr. Clovis de Melo, digno representante da nossa cultura e que, com tanto entusiasmo e brilhantismo desempenhou seu mandato, seguido da mesma forma pelo seu ilustre sucessor Dr. João Alberto Novis Gomes Monteiro e, muito em particular pelo seu grande amigo Dr. Luis Philippe Pereira Leite, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, que há muito se preocupava com o destino e aproveitamento desse valioso acervo bibliográfico.

A Família Amidicis Diogo Tocantins, de maneira especial, deseja, por ser de justiça, registrar os mais efusivos agradecimentos à reconhecida beletrista e historiadora Professora Elizabeth Madureira Siqueira, pela dedicação desmedida com que se houve no desempenho da difícil tarefa que lhe fora atribuída de,

pessoalmente supervisionar a coordenação e implantação do referido acervo bibliográfico, de forma inteligentemente informatizada. Contando também com o valiosos apoio da digna e competente Diretora da Biblioteca Central, Sra. Olga Maria de Figueiredo.

A Vossa Excelência, o Arcebispo Dom Bonifácio Piccinini, o agradecimento da família pela alta distinção de aqui vir e abençoar o presente acontecimento.

Agradecimentos, ainda, às autoridades, amigos e parentes que aqui vieram abrilhantar esta solenidade.

Finalmente, pediria ao meu tio Aecim que mantinha com meu pai o mais estreito relacionamento e que fora testemunha ao longo do tempo das pessoas e dos fatos que marcaram a trajetória de sua vida cultural que concluísse de maneira autorizada nossas palavras.

O professor Aecim disse do seu contentamento em ver concretizado este ato que por certo está merecendo os aplausos do Amidicis que, tinha intenso amor por sua terra natal e muita estima, carinho e admiração a sua gente e a todos quantos enriqueceram e elevaram a cultura mato-grossense no cenário nacional.

Esposo amigo e dedicado proclamava sempre a paciência e o apoio que recebia da Edí.

Pai exemplar acompanhava com a competência dos seus conhecimentos, os estudos dos filhos.

Longe de Cuiabá entretanto mantinha permanente contacto com os familiares que aqui moravam.

O caráter íntegro, franco e sincero, cultivava e respeitava muito a amizade, era uma pessoa grandemente humanitária.

Faleceu em São Paulo no dia 31 de outubro de 1987, vítima de um trágico assalto.

Através de cursos realizados obteve em 1975, da Academia Paulista de Letras o Diploma sobre Literatura e em 1976 o Diploma "Mário de Andrade" sob o patrocínio da Secretária de Cultura de São Paulo.

O extinto era membro correspondente atuante do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e pertencia também, às seguintes Instituições:

- Academia Campo-grandense de História e Letras.
- Centro Enigmístico Paulistano.
- Academia Paulistana de História.
- Ordem Nacional dos Bandeirantes de São Paulo.
- Instituto Genealógico Brasileiro.
- Instituto Paulista de Arqueologia.
- Patrono da Cadeira Nº 25 da Academia Santamarense de Letras, de São Paulo.
- Patrono da Cadeira Nº 175 da Academia Brasileira de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais, cujo Titular é o Ex-Governador José Fragelli.
- Patrono do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, tendo como Titular o Professor Aecim Tocantins.

ANTÔNIO FERNANDES DE SOUZA

Francisco Freire da Silva

DADOS BIOGRÁFICOS

Antônio Fernandes de Souza, nascido aos 15 de janeiro de 1879, em Cuiabá, contador, funcionário da Fazenda Estadual e jornalista historiógrafo, professor e Diretor do curso comercial Dr. Antônio Corrêa de Cuiabá. Membro fundador do Instituto Histórico de Mato Grosso e seu primeiro Secretário Perpétuo. Colaborou em diversos jornais e revistas do Estado.

Dados parciais tomados de *in* Mendonça, Rubens, no *Dicionário Biográfico Mato-grossense* Cuiabá, 2ª edição, 1971, transcrito na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso-1994.

PRODUÇÃO LITERÁRIA de "ESTRO" HISTÓRICO.

Dados que chegaram às minhas mãos, "via fax", por extrema e saudável colaboração do historiógrafo Dr. Paulo Pitaluga, que aqui transcrevo, *verbum adverbum*.

1-A Quem Ler. O Archivo, Cuiabá: v 1, 1904

2-Quadros Históricos – Conquista do Sertão Mato-grossense 1648-1734.

O Archivo, Cuiabá: v.2, 1905

3-Augusto Leverger. Rev. Mato Grosso, Cuiabá: n.1, 1906

4-Biblioteca Pública. Rev. Mato Grosso, Cuiabá: v-4, 1908

5-A invasão Paraguaia em Mato Grosso. Cuiabá: Avelino Siqueira, 1919

6-O Bicentenário da Fundação de Cuiabá 1719-1919. In: A invasão Paraguaia em Mato Grosso. Cuiabá: Avelino Siqueira, 1919, p. I/VI

7-Resenha Histórica: Personagens, Vilas, Povoações, Rios e Notas Diversas. In: A invasão Paraguaia em Mato Grosso. Cuiabá: Avelino Siqueira, 1919, p.109 /119

8-Relatório dos trabalhos realizados durante o ano de 1921. RIHGMT, Cuiabá: tomo 6, 1921

9-Relatório anual. RIHGMT, Cuiabá: tomo 8, 1922

10-Relatório lido pelo 1º Secretário na sessão de 6 de janeiro de 1924. RIHGMT, Cuiabá: tomo 9/10, 1923

11-Luiz d'Alincourt. RAML, Cuiabá: v.4, 1923

12-Relatório dos trabalhos do IHMT relativos ao ano de 1924. RIHGMT, Cuiabá: tomo 11/12, 1924

- 13-(**Apresentação e comentário**) **Lançamento de um abaixo-assinado em abono ao Capitão Luís d'Alincourt**. RIGMT, Cuiabá: tomo 15, 1926
- 14-**Relatório lido na sessão magna de 30/12/1925 no IHMT**. RIHGMT, Cuiabá: tomo 15, 1926, p. 267
- 15-**O centenário do Bispado de Cuiabá**. RIHGMT, Cuiabá: tomo 16, 1926
- 16-**Relatório relativo aos trabalhos sociais findos em 31/12/1926 do IHMT**. RIHGMT, Cuiabá tomo 17/18, 1927
- 17-**O Combate do Alegre**. RIHGMT, Cuiabá: tomo 21/22, 1929, p. 114
- 18-**Relatório apresentado ao IHMT**. RIHGMT, Cuiabá: tomo 23/24, 1930, p. 91
- 19-**Relatório lido pelo 1º Secretário**. RIHGMT, Cuiabá: tomo 25/28 1931/2
- 20-**Discurso em Homenagem a Pedro Celestino**. In: Poliantéia em Homenagem à Memória do Benemérito Mato-grossense Coronel Pedro Celestino. Cuiabá: Tipografia Calháo, 1932
- 21-**Tópicos de uma monografia**. RIHGMT, Cuiabá: tomo 45/47, 1941-42
- 22-**A fundação de Cuiabá**. RIHGMT, Cuiabá: tomo 61/64, 1949-50, p. 119
- 23-**Pedro Celestino**. RIHGMT, Cuiabá: tomo 59/62, 1953/4, p. 103
- 24-**Antônio Paes de Barros e a Política de Mato Grosso**. São Paulo: Cinelândia, 1958

Juntamente com Estêvão de Mendonça, Miguel do Carmo de Oliveira Mello, Philogônio de Paula Corrêa e outros, teve Antônio Fernandes uma presença marcante na Comissão dos Festejos do bicentenário de Cuiabá, cujo objetivo maior foi a fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso, em 1919.

Na terceira reunião dessa referida Comissão, foi apresentada a seguinte proposta por escrito: *Proponho que a comissão central do centenário e da exposição se constitua em comitê para promover a fundação do Instituto Histórico Arqueológico e Geográfico de Mato Grosso. Sala das sessões, 10 de março de 1918-João Barbosa de Faria - Antônio Fernandes de Souza.*

Em 1º de janeiro de 1919 participou da fundação do Instituto Histórico, tornando-se sócio fundador. E em 8 de abril tomou parte nas solenidades de sua instalação.

Antônio Fernandes teve um destacado papel na incrementação do Instituto Histórico, como seu 1º Secretário pode dar vida e continuidade aos objetivos do Instituto, e pelo que se apreende das atas, ao lado de José Barnabé de Mesquita e Philogônio Corrêa, foi um dos mais assíduos freqüentadores e colaboradores. As atas das sessões do Instituto Histórico dessa época, de sua lavra como 1º Secretário, atestam a sua presença e o seu interesse pela instituição cultural que ajudara a fundar.

São interessantes e vale notar, os seus *Relatórios Anuais* das atividades do Instituto, publicados nas revistas da Casa a que foi Secretário. Elaborados com cuidados

e atenção, neles colocou toda a sua veia inata de homem culto, a sua eterna preocupação com o registro, tornando-os, ao contrário de insípidas páginas administrativas, peças do maior valor literário e historiográfico.

Em 1958, deu a prelo o seu mais importante trabalho: *Antônio Paes de Barros e a Política de Mato Grosso*. Nesse livro, pôde Antônio Fernandes de Souza dar os primeiros passos no sentido de iniciar um processo de revisão histórica acerca de Totó Paes. Este notável mato-grossense, como político e industrial, por ter perdido a revolução de 1906 e a própria vida, foi achincalhado e moralmente difamado pelos homens que venceram esse movimento armado, de forma bastante incorreta, mas continua Totó Paes sendo lembrado pela história.

Antônio Fernandes de Souza, pesquisador emérito, historiador preciso das coisas do passado da terra mato-grossense, faleceu em Cuiabá aos 6 de agosto de 1959, deixando uma obra minuciosa e interessante, e uma atuação brilhante e efetiva no mundo cultural Cuiabano da primeira metade do século XX.

UMA CONDIÇÃO AXIOLÓGICA, NUMA IDÉIA QUE FAÇO DE QUEM SEJA:

Antônio Fernandes de Souza, meu patrono para o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, a quem devemos honrá-lo, pelo que se vê em registros, com a devida dignidade, reconhecendo-lhe, por justiça, o que bem nos fez por merecer. Grande lhe foi o desgaste pelo esforço próprio em prol dos pósteros.

Segundo Mário Ferreira dos Santos, em *Teoria dos Valores*, ai, diz: *valor tem um sentido objetivo, enquanto que valia tem um sentido subjetivo, portanto, valoramos Valores e avaliamos Valia*. Que valorizar é dar um valor e valorar é captar um valor.

Antônio Fernandes de Souza afirmou-se como de fato ele era e, sem dúvida, no curso de suas tendências, como melhor compreendia em função do mundo de seu tempo, pois os fenômenos históricos se coordenavam como que num só movimento integrado, e na conformidade de seu ciclo cultural hodierno. Conforme afirma Pietro Ubaldi, *o homem não dirige a História, mas segue-a. A Lei, desta forma, a todos arrasta, confiando a cada um função especial*. E assim, por tudo que ele doou, que ele nos legou, fora, por tudo quanto lhe coube como missão, arrimado em suas propensões naturais, transcendendo-nos quanto como Valia tanto quanto como Valores, sem sombra de dúvida, consistentes do seu próprio mundo, e em função do mundo que a tempo lhe cercava.

Cada um dos homens, pois, como se vê, em particular e naturalmente, cria uma cerca para que tudo que lhe for estranho, não entre; e estabelece simultaneamente outra, para que aquilo que lhe é afim, não saia. Mas Antônio Fernandes de Souza, dos seus afins, e certamente do que talvez lhe pareceu estranho, nada deixou, o quanto pôde, passar sem registro nos trâmites do Valor e da Valia. Ele, assim o fez, como tal, ativado foi, em tamanha prole, sem dúvida conforme a dimensão da sua consciência, que podemos hoje verificar que era de grande entusiasmo e fertilidade. Ele e sua

verve, sem sombra de dúvida foram um. Certamente, viveu em condição comum, a todos nós, como disse o Grande Poeta mato-grossense, Rubens de Castro: *quem tem mais acha pouco e quem tem pouco quer mais*. “In Memória”.

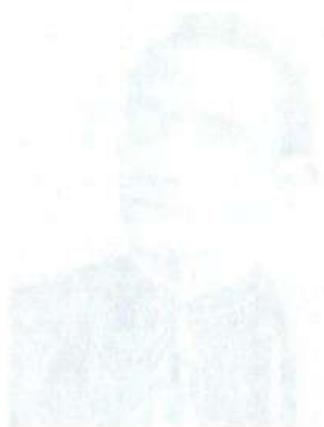
É bom frisar aqui: quem antes não perde, não pode achar, e quem quer mais, pode não estar querendo outro tanto.

Antônio Fernandes de Souza, portanto, soube corresponder, pelo que produziu, apesar das dificuldades incomensuráveis de seu tempo, com o aforismo latino que diz: *Carpe diem*, aproveita o dia. A dignidade da sua memória, deste modo, ancora-se na quantidade e qualidade da produção literária que nos legou, em especial, tendo em vista as circunstância em que, de modo geral, esteve envolvido, como condição *sine qua non*.

Aqui, com efeito, afirmara Brentano: *Não é o amado que tem valor, mas o que é digno de ser amado*. E mais uma vez, com isso, e por isso, deparamo-nos aqui com a Lei do mérito, o qual e pelo qual lhe diz respeito, e que por isso mesmo, não nos deixa deixá-lo, por justiça, e por dever, em memória esquecida.

O mérito, como deve ser visto, não carece de elogios, e por isso somente cabe a nós reconhecê-lo. O mérito do escritor, dentre outros parâmetros, decorre do valor e da valia de sua lavra, e por isso, ele e quem o mereceu são um. Não sabemos porque somos solidários a quem tem mérito, senão como um sentimento natural, próprio do coração da humanidade, na proporção em que espiritualmente se eleva, no quanto é, e como realmente é. O mérito desta forma é individual; é, portanto, de quem o faz por merecer. E assim, cada um de nós, porquanto faz para melhorar o homem de seu tempo e da posteridade, é, deste modo, pelo qual nos impõe a reminiscenciá-lo.

Cuiabá-MT, fevereiro de 1999.



D. FRANCISCO DE AGUIAR CORREIA

Sócios Falecidos



D. FRANCISCO DE AQUINO CORRÊA

Elizabeth Madureira Siqueira

D. Francisco de Aquino Corrêa, personalidade da História e da cultura matogrossense, foi competently analisado por Corsíndio Monteiro da Silva, ouçamo-lo, em uma de suas múltiplas homenagens ao arcebispo cuiabano:

Quem teve a fortuna de conhecer pessoalmente Dom Aquino Corrêa, nome pelo qual era mais conhecido, nunca jamais haveria de supor fosse ele de origem modestíssima, tal o seu garbo, tal a sua figura majestática, tal o seu refinamento, tal a sua cultura que todos enlevava.

Seu pai foi um homem modestíssimo, de poucas letras, filho de uma família obscura de Meia-Ponte, atual cidade de Pirenópolis, no Estado de Goiás, e que se aventurou, em lhe chegando a adolescência, a ir trabalhar em Cuiabá, capital da então Província de Mato Grosso. Logrou Antônio Tomás de Aquino Corrêa, que este era o nome do seu progenitor, empregar-se na casa comercial do Comendador Joaquim Gaudie Ley, homem bom e generoso. Após oito anos de dedicação ao trabalho, em que se revelou um jovem correto e digno, não teve dúvida o Comendador em dar-lhe em casamento sua segunda filha, Maria d'Aleluia.

Passou o casal a viver vida modesta, havendo quatro filhos, um dos quais nasceu a 2 de abril de 1885, numa Quinta-feira Santa, na chácara Bela Vista, à margem esquerda do rio Cuiabá, num modestíssimo bairro chamado Terceiro, nos arredores da cidade de Cuiabá, e que recebeu, na pia batismal, em homenagem ao seu onomástico, São Francisco de Paula, o nome de Francisco Tomás de Aquino Corrêa.

Cerca de mês depois de completar cinco anos de idade, Francisco já era órfão de mãe.

Com muito sacrifício, conseguiu seu pai mantê-lo nos estudos. As primeiras letras ele as estuda no Colégio São Sebastião, matriculando-se, depois, no curso secundário do Seminário da Conceição, então regido pelo Monsenhor Bento Severiano da Luz, Secretário particular do Bispo de Cuiabá Dom Carlos Luís D'Amour, que foi padrinho de batismo do menino Francisco.

Aos 9 anos de idade, presencia a chegada festiva a Cuiabá de Dom Luís Lasagna, Bispo titular de Trípoli, Superior dos Salesianos na América do Sul, que fora a Cuiabá para instalar a obra salesiana na capital de Mato Grosso, a pedido de Dom Carlos Luís D'Amour e do Presidente do Estado, Dr. Manoel José Murтинho.

A figura imponente e simpática de Dom Lasagna impressionou vivamente aquele menino, que dele traçaria, depois, belo retrato e no qual mais tarde possivelmente se inspirou.

Aos 10 anos, passa a freqüentar as aulas do Liceu Salesiano São Gonçalo, cujo diretor era, na época, o Padre Antônio Malan, que fora com Dom Luís Lasagna, em 1894, para Cuiabá. Afeiçãoou-se de tal modo ao Padre Malan que, por toda a sua vida, sempre teve uma referência amiga, uma composição literária a ele dedicada. um convite especial de que fazia alvo o futuro Bispo de Petrolina. Certa ocasião, afirmou: "Dom Malan foi o "pai espiritual da minha alma de menino e moço".

A 6 de novembro de 1895, em um pavoroso desastre de trem, ocorrido em Minas Gerais, morre o Bispo Dom Lasagna, fundador da obra salesiana no Brasil. Um ano depois, foi instituída a Inspeção Brasileira dos Salesianos, e uma Vice-Inspeção nas Missões de Mato Grosso, sendo constituído Vice-Inspetor o Padre Malan.

Aos 12 anos de idade lê o livro de Dom Bosco intitulado "O Jovem Instruído", que lhe causa funda impressão e que o fizera "tanto refletir e meditar".

Por esse tempo, foi fundada a Escola Agrícola de Coxipó da Ponte, a seis quilômetros da cidade de Cuiabá, e que, posteriormente, foi transformada em sede de Noviciado.

Foi neste lugarejo bucólico, à margem esquerda do rio Coxipó, um rio então de águas límpidas e cantantes, que o nosso jovem Francisco iniciaria sua vida sacerdotal.

Aos 14 anos, sua vocação para a poesia começa a manifestar-se, como resultante de seu gosto pela língua e literatura vernáculas.

Para ajudar-se nos estudos, passa a lecionar particularmente as línguas francesa e portuguesa, além de matemática.

Detestava o latim, mas, aos poucos, começou a interessar-se pelos estudos clássicos e a dedicar-se ao aprendizado intensivo, não só do vernáculo quanto da língua latina, incentivado que passou a ser pelo jovem Padre Helvécio Gomes de Oliveira, que viria a ser depois, como se sabe, Arcebispo de Mariana, e que foi seu amigo, por toda a vida, juntamente com seu irmão Padre Emanuel Gomes de Oliveira, depois Arcebispo de Goiás.

Aos 15 anos já lia no original a "Vida de Agricola", de Tácito, e a "Imitação de Cristo", e sua primeira poesia teve como tema "A Virgem de Dom Bosco".

Aos 17 anos, deixa o lar paterno a caminho do Noviciado dos Padres Salesianos de Dom Bosco, no Coxipó da Ponte, então um vilarejo nos arredores de Cuiabá. Ali é feito professor de latim. Quinze dias depois dirige-se, por carta, ao Padre Malan, Inspetor Salesiano, em que manifesta desejo de 'receber as vestes do missionário'.

Essa carta é pelo destinatário remetida ao Padre Diretor, Philippo Pappalardo, para que lhe desse informações a respeito do pedido e do postulante. A informação de logo prestada é que o noviço Francisco 'é certamente uma das flores mais escolhidas com que o Sacratíssimo Coração de Jesus e Nossa Senhora Auxiliadora quiseram mimosear este Noviciado', aduz o informante, para concluir: 'Confirmam minhas esperanças a sua obediência sem limite, a sua ilibada pureza, e caráter alegre e constante'.

Aos poucos, podemos verificar que se vai delineando a personalidade de Dom Aquino Corrêa. Revelou-se, desde cedo, o seu raro talento, o seu sentido de obediência, a sua pureza e aquela alegria, constante preconizada por Dom Bosco a seus filhos.

No dia 19 de março de 1903, dia consagrado a São José, juntamente com seu colega e amigo Armino Maria de Oliveira, recebe a batina das mãos do Padre Malan, dando início ao Curso Filosófico, sob a direção do Padre siciliano Philippo Pappalardo.

Em junho de 1904, submete-se a uma banca examinadora do Liceu Cuiabano, para revalidar seus estudos feitos no Liceu Salesiano, ainda não reconhecido oficialmente, fazendo o chamado Exame de Madureza. Sai-se brilhantemente, sendo mesmo saudado, publicamente, pelos professores integrantes da banca examinadora, Desembargadores Luís da Costa Ribeiro e Carlos Salaberry.

O Desembargador Costa Ribeiro, tendo conhecimento da situação financeira do jovem Francisco de Aquino, ofereceu-lhe, de público e de imediato, condições para que estudasse no Rio de Janeiro ou São Paulo, à sua escolha, o que o jovem noviço não aceitou, pois que seu desejo era prosseguir nos estudos para o sacerdócio.

Assim é que, ajudado pelos salesianos, em 2 de julho de 1904, segue para Roma, em companhia dos Padres Malan e Helvécio Gomes de Oliveira, que iam tomar parte no Décimo Capítulo Geral da Congregação Salesiana, em Turim. Matricula-se, ali, na Academia de Santo Tomás de Aquino e na Universidade Gregoriana, em ambas doutorando-se, respectivamente em maio de 1907 e em outubro de 1908, sendo, a seguir, ordenado Subdiácono.

A 17 de janeiro de 1909 é sagrado Presbítero, em Roma, e, no dia seguinte, celebra sua primeira missa, na Basílica de São Pedro, sobre o túmulo do Apóstolo.

Até aí sua alma de artista produziu muita poesia a que ele denominou "Musa em Botão", primícias essas que ele primeiramente ofereceu a Deus da sua devoção sacerdotal, repetindo aquela palavra do Êxodo: Primitias Domino!

Considerando sua morte para o mundo, e invocando aquilo da Epístolas de S. Paulo aos Colossenses (III, 3): 'Porque já estais mortos, e a vossa vida está escondida com Cristo em Deus', aos 19 anos escreveu esta bela poesia. Escutai:

*Um ano vai que, ao bimbalar dos sinos,
Minha mortalha enfiei. Foi sepultura
A solidão. Sobre ela a Virgem pura
O manto abriu em crespos azulinos.*

*Lá fora vibra a mocidade em hinos,
beijando a rosa que tão breve dura...
Adeus, ó mundo! essa grinalda imputa
Que vale a troco de lauréis divinos?*

*Há mais volúpia onde a alma se me aninha,
Tem mais perfumes da Madona o manto,
Tem mais amor de um Deus o coração!*

*Velai, ó Deus, sobre a campá minha:
Fazei que da sereia o infindo canto,
Ai! não me acorde desta morte, não.*

[...] Em 1909, retorna ao Brasil e, a 2 de junho de 1910, regressa à terra natal, Cuiabá.

Passa a lecionar no Liceu Salesiano São Gonçalo, as disciplinas Língua Portuguesa, Latim e História, e, como Delegado matogrossense, toma parte no Primeiro Congresso Internacional Americano de ex-Alunos Salesianos, realizado em Buenos Aires.

Ano seguinte, 1911, é designado Diretor do Liceu Salesiano São Gonçalo, em substituição ao Padre Emanuel Gomes de Oliveira, cargo que exerceu de 1912 a 1914.

Começa a destacar-se na oratória sacra, continuando a escrever poesias e publicando-as em revista católicas, como a conhecida e prestigiada "Santa Cruz" do Liceu Coração de Jesus de São Paulo, graças ao empenho dos Padres Helvécio Gomes de Oliveira e Emanuel Gomes de Oliveira.

Aos 28 anos de idade, escreve uma de suas poesias de cunho patriótico que enlevou o Brasil inteiro, através das escolas, e que hoje, se ainda recitada, encontrará eco nos sentimentos de quantos a escutarem.

[...] No dia 2 de abril de 1914, ao completar 29 anos de idade, é nomeado, pelo Santo Padre Pio V, Bispo titular de Prusiade e Auxiliar da Arquidiocese de Cuiabá, sendo, então, o primeiro Bispo salesiano do Brasil e das Américas, e o mais jovem do mundo católico. A 1º de janeiro de 1915, na Catedral Metropolitana de Cuiabá, Dom Carlos Luís D'Amour, o qual, pela segunda vez, foi seu padrinho, tendo como consagrantes Dom Cirilo de Paula Freitas, Bispo de Corumbá, e Dom Antônio Malan, Bispo titular de Amiso.

Adota, então, definitivamente o nome de Dom Francisco de Aquino Corrêa.

Por esse tempo, Mato Grosso vivia dias agitados, de crises políticas, com grande prejuízo para a paz pública e para a Administração. O Governo Federal designa como Interventor no Estado o Dr. Camilo Soares de Moura, que passou a conhecer melhor o jovem Bispo-Auxiliar da Arquidiocese de Cuiabá, famoso que já se estava tornando em São Paulo e no Rio de Janeiro. A própria Congregação Salesiana passava por momentos difíceis no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, e Dom Aquino, com a sua diplomacia, com a sua poesia e com a sua oratória, glorificadora dos mais nobres sentimentos cívicos, contribui para pacificação dos ânimos. Para mal dos pecados, acontece um naufrágio na Baía de Guanabara, na Barca Sétima, ocasião em que um aluno salesiano salva, com risco da própria vida, a Bandeira brasileira. O Prefeito do antigo Distrito Federal, procurando realçar esse ato de bravura, resolve condecorar o aluno salesiano, e Dom Aquino é escolhido como orador oficial. Enaltece, então, o culto à Bandeira[...]

A 11 de outubro de 1917, por interveniência do Presidente Wenceslau Braz, celebra-se, no Rio de Janeiro, um pacto político entre o Partido Republicano Conservador e o Partido Republicano Matogrossense, com o objetivo de resolver a crise política por que passava o Estado de Mato Grosso, havendo sido indicado o nome do jovem Bispo Salesiano para Presidente de conciliação do Estado, por sugestão feita, ao Sr. Presidente da República, pelo Interventor Federal, Dr. Camilo Soares de Moura, que ficará impressionado com a simpatia, a popularidade, o brilho da inteligência daquele jovem prelado que era incansável nas suas reiteradas mensagens de paz.

Com 32 anos de idade, é eleito, por sufrágio indireto, Presidente do Estado de Mato Grosso, tendo como precípua responsabilidade pacificar as hostes políticas matogrossenses, restituindo a confiança nas autoridades constituídas. Fora desse objetivo político, pouca coisa podia fazer o Presidente, em face de recursos escassos e falta de meios de transporte e de exploração do potencial de um Estado, na época com 1.380.000 quilômetros quadrados e uma população rarefeita disseminada por cidades separadas por grandes distâncias umas das outras.

Em seu governo, foi criado o Brasão d'Armas de Mato Grosso; inaugurando o serviço de força e luz em Cuiabá; os primeiros automóveis começaram a transitar pela Capital; foi solenemente comemorado o bicentenário da fundação de Cuiabá,

que recebeu a honrosa visita do Núncio Apostólico, Dom Ângelo Scapardini; foram fundados o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e o Centro Matogrossense de Letras, Centro este que se transformou depois na Academia Matogrossense de Letras, duas instituições culturais estas que passaram a gozar do maior prestígio não só em Mato Grosso como em todo o País.¹

Comandados por D. Francisco de Aquino Corrêa, o grupo de intelectuais que fundou o Instituto Histórico de Mato Grosso, teve essa personalidade como seu primeiro Presidente. Por ocasião da inauguração do Instituto mato-grossense, D. Aquino proferiu, na categoria de dirigente da instituição, um belíssimo discurso colocando o nosso Instituto como uma extensão daquele Brasileiro:

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que tem por símbolo a árvore do pau-brasil, a "cesalpinia triumphal" de Eurico de Góes, alargara a majestosa ramalhada por todos os Estados, onde abrolharam, em rápida floração luminosa, as sociedades congêneres. Plantado, por aquele sábio espírito patriota, que foi o segundo imperador, mereceu ele a mais alta proteção e apoio de S. Majestade, que o previra bem mais futuroso e proficuo do que a célebre palmeira lançada, como régia dádiva, pelas mãos augustas do seu avô, ao seio virginal da nossa terra.²

Foi nessa mesma ocasião que D. Francisco de Aquino Corrêa lançou as bases filosóficas da Instituição nascente, criando para ela uma lema que o tempo não foi suficiente para apagar mas que, contrariamente, serve até hoje como rumo e palavra de ordem: *Pro patria cognita atque immortalis!* Segundo seu próprio criador, significavam:

Pro Patria: Pela Pátria, pelo Brasil, e, sobretudo, por este recanto querido do Brasil, que é nosso florito torrão natal, Mato Grosso! Pela Pátria! Santo-e-senha dos sócios do nosso Instituto, divisa ideal que se eleve sempre do escachão soturno de todas as paixões subalternas, como um belo pássaro branco a pairar sobre as nossas cachoeiras estuantes, bandeira bendita de paz e amor, a cuja sombra não vinguem partidarismos, extremados nem incompatibilidades dissolventes!

Pro Patria cognita!: Pela Pátria conhecida!

Eis o fim especial e distinto de um Instituto Histórico: tornar a Pátria sempre mais conhecida. Evidente a sua utilidade e importância, em se tratando principalmente de Mato Grosso. Um dos grandes males da nossa terra, senão o maior, bem o sabeis, é ter sido sempre tão mal estudada e conhecida, até por nós mesmos[...]

² - SILVA, Corsíndio Monteiro da. *Tocado pela graça*. p. 1-11.

¹ - CORRÊA, D. Francisco de Aquino. "Discurso pronunciado por ocasião da instalação do IHGMT". *RHGMT*, 1964, p. 299.

*Pro Ptaria cognita atque immortal! Pela Pátria conhecida e imortal!
A imortalidade da Pátria! Eis a aspiração suprema do Instituto.,
Srs. há pátrias mortas e que ainda vivem.*

*Sem falarmos nesse misterioso povo hebreu, predestinado à glória
estupenda e singular no grande cenário da civilização humana, aí está o
antigo Egito que, em pleno século XIX, como que ressuscita ao esplendor
hierático das suas venerandas inscrições hirtoglíficas: aí está a Assíria
que sai como de um velho sepulcro, quando a ciência exuma e soletra as
suas curiosíssimas bibliotecas de tijolos cuneiformes; aí estão a Grécia e
Roma, cujas línguas, hoje mortas, ainda nos falam e falarão, para sempre,
da histórica, da cultura e da grandeza admiráveis daqueles povoa.*

São Pátrias imortais!

*Só morrem para sempre, Srs., as pátrias, cujos filhos não souberam
perpetuar-lhes a vida nas brônzeas páginas indefectíveis da história que,
quando muito, conserva-lhes, por único epitáfio, o nome, equivalente,
aliás, a um estigma perene de ignorância, esterilidade e barbárie³.*

A esperança de D. Aquino, com a fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso era, certamente, perpetuar, através de seus membros, a história e a memória de sua terra natal:

*Não acontecerá o mesmo com Mato Grosso. Instala.-se nesta hora, mercê
de Deus, o seu Instituto Histórico, cujo esforço contínuo será reviver as
gloriosas tradições e imortalizar a alma bandeirante e estóica do povo
mato-grossense.*

*Eis porque, Srs., é com verdadeira emoção de patriotismo que, ao declarar
aberta esta sessão e instalado o Instituto Histórico de Mato Grosso, repito
solenemente a palavra que encerra, como em uma nobre legenda heráldica,
toda a grandeza do seu formoso ideal cívico: Pro Patria cognita atque
immortali! Pela Pátria conhecida e imortal!⁴*

A trajetória de D. Aquino foi longa e frutífera em feitos e atuações, vejamos esse percurso na fala do Dr. Corsíndio Monteiro da Silva:

*Por Breve de Sua Santidade o Papa Bento XV, é-lhe conferido o título de
Assistente ao Sólido Pontifício, com honras, privilégios e direitos de Conde Palatino.*

*Ainda no seu Governo, falece o 1º Arcebispo Metropolitano de Cuiabá,
Dom Carlos Luís d'Amour, e a Santa Sé resolve dar-lhe por sucessor seu ex-Bispo
Auxiliar, que, entanto, teriam ainda de permanecer, por alguns meses, na
Presidência do Estado.*

³ - Ibidem. p. 232.

⁴ - Ibidem. p. 232.

Entendia Dom Aquino não ser conveniente aos interesses da Igreja passasse ele assim, tão de imediato, da curul presidencial para a cátedra arquiépiscopal. Nesse sentido, faz ele respeitadas, mas insistentes ponderações junto à Nunciatura Apostólica, que se mostrou irredutível em seu entendimento contrário ao pensamento de Dom Aquino.

E ao Bispo de Prusiade não lhe restou mais que obedecer, obediência essa que tanto lhe pesara a princípio, mas que, ao depois, se lhe transformou, segundo suas próprias palavras, 'em manancial de confiança, consolação e conforto'.

Os imponderáveis da política amarguraram o jovem prelado, deixando-o de cabelos brancos, e, em tal sorte, que os inimigos, acirrados e ferrenhos da véspera, se reconciliaram, de vez, formando espécie de frente única contra o próprio Governante pacificador.

Por esse motivo, pugnou no sentido de ser indicado para outra Arquidiocese, o que não conseguiu, passando a conviver com os desafetos inevitáveis que todos os Governantes, em geral, logram encontrar durante o desempenho de seu mandato, mesmo em se tratando de um pastor de almas, e de um pastor de almas do porte de Dom Aquino Corrêa.

A 26 de agosto de 1921, ainda sob o pontificado de Bento XV, é elevado a Arcebispo Metropolitano e transferido da sede titular de Prusiade para a residencial de Cuiabá.

[...] Saira do Palácio Alencastro tão pobre quanto nele entrara, e, dado o ambiente em que se vira envolvido pela política de então no Estado de Mato Grosso, teve o Arcebispo 'que estender a mão à caridade' fora do seu Estado, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

[...] Disfarçava, entanto, o Arcebispo as suas amarguras, e daí em diante passou a ausentar-se mais amiudamente da terra natal que tanto, efetivamente, estremecia, para passar largo tempo de São Paulo ou no Rio de Janeiro, onde era muito benquisto e solicitado.

[...] A 16 de abril de 1922, com 37 anos de idade, toma posse, solenemente, do Arcebispado da Arquidiocese de Cuiabá, e a 8 de outubro do mesmo ano, em São Paulo, no Santuário de Jesus, é-lhe imposto, pelo Arcebispo de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva, o Pálio Arquiépiscopal. No mesmo ano, é eleito sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A 14 de maio de 1924, em Cuiabá, vem seu pai a falecer, aos 81 anos de idade, o que lhe tira d'alma uma das Pastorais mais belas e comovidas de quantas jamais produziu.

[...] A 9 de dezembro de 1926, é eleito, no primeiro escrutínio, para a Academia Brasileira de Letras, na vaga deixada por Lauro Müller. Sua posse foi um acontecimento social: a ela compareceram o Presidente da República, Washington Luís, e todo o seu Ministério, bem como as figuras de maior destaque no mundo da cultura e social de então.

Pe. Pedro Cometti, que estudou a fundo a vida e obra de D. Aquino, assim se expressou quanto ao momento o arcebispo assumiu a cátedra nacional das letras:

A posse, na Academia Brasileira, se deu a 30 de novembro de 1927, em solenidade deveras singular. O próprio Presidente da República, Dr. Washington Luís, e o Ministério todo estavam presentes. O Arcebispo Dom Sebastião Leme e vários outros brasileiros representavam a Igreja. Impressionante a participação da sociedade da Capital da República à posse do Arcebispo de Cuiabá na Cadeira número 34, cujo patrono é o Padre Sousa Caldas, ocupada antes de Lauro Müller pelo Barão do Rio Branco.

A Imprensa deu ampla publicidade ao evento, bem como ao discurso de Ataulfo de Paiva e do novel acadêmico.⁵

É ainda o estudioso da vida e obra de D. Aquino, Dr. Corsíndio Monteiro da Silva, que revela-nos os passos seguintes da trajetória frutífera do Arcebispo Cuiabano:

Em 1929, realiza sua primeira visita "ad limina apostolorum" e assiste, comovido, à canonização de Dom Bosco, tomando parte saliente nas cerimônias, uma delas que o fez considerar 'o ponto mais alto do seu episcopado', quando deu a bênção do Santíssimo, tendo o Papa prostrado aos seus pés.

A 11 de outubro de 1933, no Rio de Janeiro, em solene "Te Deum" de ação de graças, pela visita do Presidente da República da Argentina ao Brasil, em presença dos Chefes das duas Nações amigas, profere belíssima oração sob o tema: 'De Mãos dadas sob a Cruz de Estrelas', que lhe aumentou sobremodo o prestígio.

Em 1934, realiza-se em São Paulo, um festival comemorativo do seu Jubileu de Prata.

É designado, em 1938, pelo Governo Brasileiro, para representar o Brasil na VII Conferência Internacional de Instrução Pública em Genebra, havendo sido eleito, por aclamação, Vice-Presidente do certame. Posteriormente, ocupou a Presidência com o esperado brilho.

Em agosto de 1941, visita Cuiabá o Presidente Getúlio Vargas, tendo Dom Aquino lugar de destaque nas homenagens a ele prestadas, sendo que, nessa mesma ocasião, o Presidente é eleito Membro da Academia Brasileira de Letras. E Dom Aquino foi o primeiro a saudá-lo como tal no 'Te Deum' que celebrou em ação de graças na antiga Catedral Metropolitana.

Por ocasião da inauguração da nova Capital de Goiás, a 5 de julho de 1942, é Dom Aquino o convidado para proferir a Oração gratulatória. Nesse mesmo ano, é orador oficial, no Rio de Janeiro, na passagem do Fogo Simbólico, que partira de Minas Gerais rumo ao Rio Grande do Sul, e, em Niterói, é o orador no encerramento de seu 1º Congresso Eucarístico.

A 15 de agosto de 1943, é o orador oficial, em Mariana, em solene 'Te Deum' pelo 25º aniversário do Sagrado Episcopal de seu amigo e velho incentivador, Dom Helvécio Gomes de Oliveira.

⁵ - COMETTI, Pe. Pedro. *Dom Aquino Corrêa, Arcebispo de Cuiabá: vida e obra*. p. 210.

[...] Em 1951, foi nomeado, *Embaixador Plenipotenciário e Extraordinário do Brasil junto à República do Uruguai*, e, em novembro desse mesmo ano, no Rio de Janeiro, em solene 'Te Deum' na Candelária, ao ensejo do Primeiro Dia Interamericano de Ação de Graça, profere belo sermão que foi mandado verter para a língua inglesa pela Embaixada dos Estados Unidos, e oferecido ao Cardeal Spellman, Arcebispo de Nova Iorque.

Em 1952, foi solenemente comemorado em Cuiabá seu jubileu de ouro sacerdotal e seu jubileu de prata acadêmico. Realizou-se, na ocasião, o 1º Congresso Eucarístico de Mato Grosso.

[...] E, 1954, lança sua última Carta Pastoral - "Maria, ou Morte!" - comemorativa do Primeiro Congresso Nacional da Padroeira do Brasil, Nossa Senhora da Conceição Aparecida.

D. Francisco de Aquino Corrêa faleceu em São Paulo a 22 de março de 1956, no Hospital Santa Catarina. O corpo embalsamado foi trazido para Cuiabá onde se deram as últimas despedidas do filho dileto. A oração final, ao pé do túmulo, foi proferida pelo Pe. Wanir Delfino César, sócio do Instituto Histórico que despediu-se do Arcebispo com as seguintes palavras:

*Sob os flabelos reais de mil palmeiras
Das múltiplas canseiras
Descanse o peito do Cantor e Pai,
Enquanto lá, nos páramos da glória,
O espírito em vitória
Visão divina desfrutando vai!*

*Guia bondoso dessas auras puras
Das excelsas venturas,
Que estás gozando no risonho Céu,
Volte esse olhar de Pai, constantemente,
A gemer da orfandade sob o véu!*

*Suplica à Virgem, a Celeste Musa,
Que a nada se recusa,
E a quem sagraste a sonora lira:
Ela que te inspirou da vida os passos,
E, nossos embaraços,
Os nossos rogos com amor defira!*

⁶ - SILVA, Corsíndio Monteiro da - *Tocado pela graça*. p. 12-26.

*Sob esse manto maternal e puro,
A destino seguro
Conduz os filhos teus, ó bom Pastor,
E como aqui tanta afeição nos deste,
Lá, da mansão celeste,
Mostra-nos hoje, teu paterno amor!*

*E assim possamos, num radioso dia,
De cândida harmonia,
Seguir teus vôos pelos céus além,
Da virtude e do amor nas brancas asas,
Do Deus em que te abrasas
Gozar contigo para sempre. Amém.⁷*

Padre Pedro Cometti, quando encerrou a monumental obra de sua autoria, *Dom Aquino Corrêa, Arcebispo de Cuiabá: vida e obra*, assim escreveu:

DESPEDIDA. Cuiabá, 2 de abro, de 1993.

Sempre lembrado e querido Senhor Arcebispo. Antes de dar entrada no Hospital de Santa Catarina, de onde voaria para Deus, Vossa Excelência escreveu-me a última de suas cartas, terminando assim: 'Quando nos veremos?' Foi a 20 de fevereiro de 1956.

Hoje, trinta e sete anos passados, ao concluir a biografia de Vossa Excelência, sinto haver cumprido um imperioso dever de consciência e que não poderia deixar a cena deste mundo sem legar, a quantos amam a Igreja, as Letras e a Pátria, o testemunho edificante de sua vida de Bispo, todo voltado a Deus e às almas; de brasileiro que estremeceu a Pátria e a serviu na curul presidencial, na cátedra do mestre e de orador consagrado; com cítara do poeta, arrastando a juventude aos mais altos e nobres ideais. O dia já declina (LC 24,29) e vou declinando para o ocaso.

O seu noviço de outrora, o jovem sacerdote ordenado por Vossa Excelência, na veneranda Sé de Cuiabá, há 48 anos, seu discípulo e secretário que mereceu seu carinho paterno ao longo de tantos anos, envelhecido e doente, sente-se feliz por haver cumprido esta dívida de afetuosa gratidão para com o Pai do seu sacerdócio.

Nesta hora vespéral da minha existência, sentindo fundas e pungentes as saudades do meu Arcebispo, imploro sua bênção e proteção, e agora, ao traçar com mão trêmula as últimas linhas desta biografia, sou eu que pergundo ao saudoso e querido Dom Aquino.

'Quando nos veremos?'

⁷ - COMETTI, Pe. Pedro. Op. cit. p. 533-534.

Até breve! O seu afeiçoado filho.
Pe. Pedro Cometti.⁸

D. Francisco de Aquino Corrêa deixou uma vasta obra:

- Publicações na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (RIHGMT)**:
 - *A Revista*. RIHGMT, 1919. Tomo 1.
 - *Mensagem Presidencial que cria o Brasão de Armas do Estado de Mato Grosso*. RIHGMT, 1919. Tomo 1.
 - *Pro-Patria atque immortalis* - RIHGMT, 1919.
 - *A fronteira Mato Grosso-Goiás* - RIHGMT, 1919.
 - *Bicentenário*. RIHGMT, 1919 – Tomo 1.
 - *Terra Natal*. RIHGMT, 1919. Tomo 1 e 2.
 - *Discurso de posse no IGHB em 26 de julho de 1926* - RIHGMT, 1925.
 - *Religião e Tradicionalismo*. RIHGMT, 1926. Tomo 16.
 - *Elogio do Padre José Manuel de Siqueira* - RIHGMT, 1926.
 - *Heróis obscuros da Igreja Matogrossense* - RIHGMT, 1926.
 - *De mãos dadas sob a cruz de estrelas*. RIHGMT, 1933.
 - *Centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Sermão de ação de graça* - 1939.
 - *- *A Igreja, a República e o Estado Novo*. RIHGMT, 1939.
 - *- *Aos heróis de Laguna e Dourados* - RIHGMT, 1941
 - *Glória in Excelsis Dei*. RIHGMT, 1941-42.
 - *O Tratado de Madri*. RIHGMT, 1949-50
 - *Ciência e Fé* - RIHGMT, 1985

Na **Revista do Centro Matogrossense e na Academia Mato-Grossense de Letras**, contribuiu exaustivamente:

- O Centro Matogrossense de Letras: discurso inaugural do CML* - Centro Matogrossense de Letras 1922(1)
- A Flor do aguapé* - Centro Matogrossense de Letras 1922(2)
- Bandeirantes* - Centro Matogrossense de Letras 1923(3)
- A Monção* - Centro Matogrossense de Letras 1923(3)
- A Lufada* - Centro Matogrossense de Letras 1923(4)
- A Casa de Inocência* - Centro Matogrossense de Letras 1923(4)
- A Caçada de perdizes* - Centro Matogrossense de Letras 1924(5)
- Mez de Maria* - Centro Matogrossense de Letras 1924(6)
- Casa de telha* - Centro Matogrossense de Letras, 1925(7)
- A Laranjeira cuiabana* - Centro Matogrossense de Letras, 1925(8)
- Elogio do Padre José Manuel de Siqueira* - Centro Matogrossense de Letras 1926(9)

⁸ - *Ibidem*, p. 535.

Herva de tapera - Centro Matogrossense de Letras 1926(10)
Carmem secular - Centro Matogrossense de Letras 1927(11)
Discurso em posse na Academia Brasileira de Letras - Centro Matogrossense de Letras 1927(12)
Discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras - Centro Matogrossense de Letras 1928(13)
Magdalena - Centro Matogrossense de Letras 1928(14)
Ruth - Centro Matogrossense de Letras 1928(14)
Santa das rosas - Centro Matogrossense de Letras 1929(15)
Ao largo (invocação à mocidade) - Centro Matogrossense de Letras 1929(16)
D. Bosco e a democracia - Centro Matogrossense de Letras 1930(17)
Hymnos e canções - Centro Matogrossense de Letras 1930(18)
D. Bosco e a juventude - Centro Matogrossense de Letras 1931(19/20)
Sonetos - Centro Matogrossense de Letras 1932(21-22)
Academia e Revista - Academia Matogrossense de Letras, 1933(1/2)
Sonetos - Academia Matogrossense de Letras, 1933(1/2)
Buriti solteiro - Academia Matogrossense de Letras 1934(3/4)
Elevação da mulher - Academia Matogrossense de Letras 1935(5/6)
O Cerrado - Academia Matogrossense de Letras 1936(7/8)
Barbosa de Sá - Academia Matogrossense de Letras 1947(9/10)
Mensagem aos homens de letras - Academia Matogrossense de Letras 1938(11/12)
O Primeiro Natal - Academia Matogrossense de Letras 1938(11/12)
Gonçalves Dias - Academia Matogrossense de Letras 1939(13/14)
À beira do Lemano - Academia Matogrossense de Letras 1939(13/14)
Marcha para Oeste - poesia - Academia Matogrossense de Letras, 1940(15-16)
Oração gratulatória a visita de Getúlio Vargas - Academia Matogrossense de Letras, 1941-1942(17-20)
Paládio de minha terra - Academia Matogrossense de Letras, 1941/1942(17-20)
Madrugadas cuiabanas - Academia Matogrossense de Letras 1943(21/22)
Dois suaves mistérios - Academia Matogrossense de Letras 1943(21/22)
Oração gratulatória a visita de Getúlio Vargas - Academia Matogrossense de Letras, 1941-1942(17-20)
Discurso de encerramento da sessão de posse do Acadêmico Jaime de Vasconcellos Academia Matogrossense de Letras 1944-1945(23/26)
In extremis - Academia Matogrossense de Letras 1944-1945(23/26)
Apresentação (do número comemorativo ao jubileu de prata da AML) Academia Matogrossense de Letras, 1946(27-28)
Discurso de recepção ao acadêmico Luis-Philippe Pereira Leite - Academia

ALÍRIO DE FIGUEIREDO

Lenine C. Póvoas

Nasceu em Cuiabá, a 25 de abril de 1893.

Diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, retornando logo depois ao seu Estado Natal, onde exerceu vários cargos públicos, entre os quais o de Delegado de Polícia da Capital, o de Procurador Geral do Estado e o de Secretário de Estado.

Ingressando na magistratura, foi Juiz de Direito em várias Comarcas, atingindo, no Tribunal de Justiça, como Desembargador, o topo da carreira.

Poeta parnasiano, escreveu inúmeros poemas que reuniu em dois livros românticos: *Poesias e Poemas* e *Poeiras*.

Editou ainda *Brasília*, livro de versos, cantando a epopéia da construção da nova capital da República, pelo Presidente Juscelino Kubistchek.

Ocupou a Cadeira nº 18 da Academia Mato-Grossense de Letras e foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Escreveu na **Revista do Centro e da Academia Mato-Grossenses de Letras:**

Gloria! Revista do Centro Matogrossense de Letras, 1925(7)

O Destino das pedras. Revista do Centro Matogrossense de Letras, 1925(8)

Victor Hugo. Revista do Centro Matogrossense de Letras, 1925(8)

Camões. Revista do Centro Matogrossense de Letras, 1925(8)

Camilo. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1926(10)

Machado de Assis. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1926(10)

Olavo Bilac. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1926(10)

No pórtico de um livro. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1926(10)

O Jardim de Platão. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1927(11)

Tropheos. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1927(11)

Brasil. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1927(11)

D. Aquino Corrêa. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1927(12)

Musa. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1927(12)

Inaccessível. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1927(12)

Tarde. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1927(12)

Noite. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1927(12)

Discurso de posse no Centro Matogrossense de Letras. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1928(13)

Homens. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1928(14)

Horas. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1928(14)

- Versos a noite*. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1929(16)
Evocação ao luar. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1929(16)
Versos ruraes. Academia Matogrossense de Letras 1934(3/4)
Triptico camoneano. Academia Matogrossense de Letras 1938(11/12)
Cristo, ainda. Academia Matogrossense de Letras 1943(21/22)
Discurso de recepção do acadêmico Ernesto Borges. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1948-949(31-34)
Camonianos. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1950-1951(35-38)
Miragem. Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1952-1953(39-42)
Canto eterno. Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1952-1953(39-42)
Epigramas. Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1952-1953(39-42)
Velho tema. Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1952-1953(39-42)
Terra minha. Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1952-1953(39-42)
Eles. Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1952-1953(39-42)
O Último pranto. Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1952-1953(39-42)
Fidalguia. Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1952-1953(39-42)
Três sonetos. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1954-1955(43-46)
Poemas da fauna. Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1957-1958(49-52)
Brasília. Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1962(55)

ANTÔNIO CESÁRIO DE FIGUEIREDO NETO

Elizabeth Madureira Siqueira

Antônio Cesário de Figueiredo Neto nasceu em Cuiabá, no dia 30 de outubro de 1902, tendo sido seus pais: João Lourenço de Figueiredo e D. Francisca Isabel de Figueiredo.

Do seu casamento, conta-nos Dunga Rodrigues: *Era casado com a minha amiga Célia Nunes de Barros Figueiredo, pais de Ana Lúcia Figueiredo Dal'Orto*.¹

Seus primeiros estudos cursou em Cuiabá, sendo que o secundário junto ao Liceu Cuiabano. Sua inteligência e dedicação ao estudo eram tão notórias que o professor de Latim, Januário Rondon, fez a seguinte lisonjeira observação: *Agora posso dizer que tenho um professor para me substituir à altura*.²

¹ - RODRIGUES, Dunga. "Cadeira nº 39". *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*, 1996. p. 322.

² - *Ibidem*.

Cursou a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, mas abandonou-a no 2º ano para se dedicar ao estudo de línguas, como autodidata.

Durante sua carreira como Professor, destacou-se ao tornar-se Catedrático de Psicologia Educacional, na Escola Normal Pedro Celestino, ocasião em que defendeu tese nessa área de conhecimento. Foi também Catedrático de Língua Portuguesa, no Liceu Cuiabano, ocasião em que, novamente, defendeu tese, cujo ponto sorteado intitulava-se *Formação de palavras: derivação sufixal, prefixal e regressiva e Composição*. Lecionou, como poliglota, Latim, Espanhol e Aiemão junto ao Liceu Cuiabano.

Sua atuação como mestre não se restringiu a Cuiabá, mas tornou-se ele Professor de Literatura Portuguesa e de Literatura Brasileira junto à Faculdade de Ciências de Campinas e à Universidade Católica de São Paulo, em cujas instituições ganhou fama e muito prestígio, fazendo-o conhecido entre os lingüistas brasileiros de melhor calado. Lecionou ainda Língua Portuguesa, Francês e Latim, no Ginásio Brasil;

Lecionou, pois, durante 53 anos.

Dunga Rodrigues esclarece-nos que: *além dessas atividades, foi Oficial de Gabinete do Interventor Júlio Strubing Müller, e foi Membro Correspondente da Associação de Estudos Filológicos de São Paulo. Membro de Academia Matogrossense de Letras e Membro do Colegiado do Departamento de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso*³.

Tomou parte, como enviado especial da Universidade Federal de Mato Grosso no Primeiro Encontro de Professores de Comunicação e Expressão em Língua Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, e na Universidade Federal de Mato Grosso proferiu a Conferência Inaugural de uma série, promovida pelo Departamento de Artes. E na mesma Universidade, na Semana Camoniana, proferiu brilhante conferência sobre Luís de Camões.

Recebeu as seguintes agraciações:

- Adoção, pela PUC do Rio Grande do Sul, da obra *O Sentido Lingüístico e Social de Camões* como texto de estudo do Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Letras.

- Título de "Grande Educador", conferido pelos Licenciados no Curso de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso.

De acordo com Dunga Rodrigues, [...] *ao apresentar a sua Tese à Cadeira de Português, no nosso magistério, ao grande filólogo Mario Barreto, ouviu dele a seguinte apreciação: Esta é uma tese de Professor, e não para Professor.*⁴

³ - Ibidem.

⁴ - Ibidem.

Livros Publicados:

O Pensamento no Adulto e na Criança. Cuiabá, s.ed., 1949. [Tese para concurso à Cadeira de Psicologia Educacional da Escola Normal "Pedro Celestino"]
Tese para o concurso à Cadeira de Português do Liceu Cuiabano: formação de palavras.

Cuiabá, Escolas Profissionais Salesianas, 1926.

O Sentido Lingüístico Social de Camões. Cuiabá, EDUFMT, 1874.

Artigos em Revistas:

Anatole France - Revista do Centro Matogrossense de Letras, 1925(7)

Anatole France - Revista do Centro Matogrossense de Letras, 1925(7)

Discurso de posse: elogio de José Tomás - Revista do Centro Matogrossense de Letras, 1925(8)

Discurso de posse: elogio de José Tomás - Revista do Centro Matogrossense de Letras, 1925(8)

Ensaio sobre Camões - Revista do Centro Matogrossense de Letras 1926(9)

Discurso de recepção do acadêmico Alírio de Figueiredo - Revista do Centro Matogrossense de Letras 1928(13)

Ensaio sobre Camões - Revista do Centro Matogrossense de Letras 1926(9)

De litteris - Revista do Centro Matogrossense de Letras 1927(11)

D. Aquino na Academia de Letras - Revista do Centro Matogrossense de Letras 1927(12)

Discurso de recepção do acadêmico Alírio de Figueiredo - Revista do Centro Matogrossense de Letras 1928(13)

Na pista de Rocinante - Revista do Centro Matogrossense de Letras 1928(14)

Barro de Adão - Revista do Centro Matogrossense de Letras 1929(15)

O Outro Nietzsche - Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1940(15-16)

Folhas do meu caderno - Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1946(27-28)

Folhas de caderno - Revista da Academia Matogrossense de Letras 1954-1955(43-46)

Páginas do caderno - Revista da Academia Matogrossense de Letras 1950-1951(35-38)

Outros trabalhos:

O Étimo do Preto - Lingüística

*Uma Etimologia Incerta - O Verbo Deixar*⁵

⁵ Sobre este trabalho, em 1936, no *Jornal do Comércio*, Serafim Silva Neto, considerado o maior filólogo brasileiro, dedicou-lhe estas palavras: *O Étimo da Palavra Deixar, já está escrito por mim, quando no Jornal do Comércio de 19 de julho de 1936, publicou o Sr. Cesário Neto de Cuiabá, erudito artigo, em que chega às mesmas conclusões que eu. No suculento artigo, mostrou o Sr. Cesário Neto que em Gil Vicente, já se emparelhavam as duas vozes: Deixar e Leixar, é preciso lembrar como o fez o Sr. Cesário Neto, a influência do grego. Só essa apreciação vale por uma consagração.*

- O Infinito Pessoal e Impessoal* - 1919 (aos 17 anos de idade)
- *Do Cruzamento Sintático na Língua Portuguesa - Filologia*
- *O Topônimo: "Barra do Bugres* (uma nótula filológica)
- *Formação de Palavras - Filologia.*

BIBLIOGRAFIA

- RODRIGUES, Dunga. Cadeira nº 39. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. Comemorativa ao Jubileu de Diamante. Cuiabá, 1996. p. 321-324.
Revistas do Centro Mato-Grossense de Letras. 1925(7); 1925(7); 1925(8); 1926(9); 1927(11); 1927(12); 1928(13); 1929(15).
Revista da Academia Mato-Grossense de Letras. 1940(15-16); 1946(27-28); 1954-1955(43-46); 1950-1951(35-38).
SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Estudo Bibliográfico da História, Geografia e Etnologia de Mato Grosso*. Cuiabá. CCS, 1992.

ARCHIMEDES PEREIRA LIMA

Pedro Rocha Jucá

O Acadêmico e Jornalista Archimedes Pereira Lima nasceu em Campo Grande, atual capital do Estado de Mato Grosso do Sul, no dia 1º de janeiro de 1910, filho de Francisco Pereira Lima e Ana Mendes Lima. Fundou e dirigiu os jornais *O Correio do Sul*, em 1929, de Campo Grande; *Folha do Sul*, em 1935, de Aquiaiana; *O 9 de Julho* de 1935, também de Campo Grande; e *O Estado de Mato Grosso*, em 1939, e *Diário de Mato Grosso*, em 1976, ambos de Cuiabá. De 1937 a 1939, foi redator dos jornais *Gazeta de Notícias* e *Diretrizes*, tradutor da Agência Havas (hoje Agência France-Presse) e colaborador do jornal *Correio da Manhã*, todos do Rio de Janeiro. Nos últimos anos de sua vida, ele escreveu nos jornais *Correio do Estado*, de Campo Grande; e *O Estado de Mato Grosso*, *Diário de Cuiabá* e *A Gazeta*, todos de Cuiabá. Além de ser o maior jornalista de Mato Grosso da sua geração, o Acadêmico Archimedes Pereira Lima se destacou ainda como empresário e homem público, sendo o único a exercer as funções de secretário de Estado em Mato Grosso e Goiás.

Membro da Academia Mato-Grossense de Letras, onde ocupou a Cadeira nº 13, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, o jornalista Archimedes Pereira Lima foi o intelectual que mais tempo permaneceu no cargo de primeiro vice-presidente das duas mais importantes entidades culturais de Mato Grosso.

Publicou os opúsculos: *Um Ponto de Vista (A Propósito da Questão Separatista)*, em 1937; *A Companhia Mate-Laranjeira Vista por um Repórter*, em

1939; *Problemas Mato-grossenses*, em 1941; *Arnaldo Serra*, em 1944; *A Batalha da Borracha em Mato Grosso*, em 1945; *Goiás: a um Passo da Reforma Agrária*, em 1961; *Homenagem a um Trabalhador*; *Edgard Vieira, um Realizador*, em 1976 e *Alerta a Garcia: Perigo à Vista*, em 1977.

Embora possuindo um dos currículos mais brilhantes da sua época, chegando ao ápice em todas as atividades que exerceu, sempre exaltou o seu "ofício" como jornalista, que ele jamais deixou de ser.

Faleceu na manhã de 21 de outubro de 1993 em Cuiabá, quando o carro que dirigia foi atingido por outro veículo em alta velocidade. A avenida onde ocorreu o acidente tem hoje o seu nome, um justo reconhecimento à sua memória.

AUGUSTO MÁRIO VIEIRA

Pedro Rocha Jucá

Considerado um dos maiores tribunos da política mato-grossense, o jornalista Augusto Mário Vieira nasceu em Cuiabá no dia 31 de outubro de 1929 e faleceu no dia 25 de fevereiro de 1987, vítima de infarte, em seu gabinete na Assembléia Legislativa de Mato Grosso, quando iniciava o quarto mandato como Deputado Estadual.

Inicialmente, foi eleito Vereador em Cuiabá, com a maior votação do Estado, exercendo essa função pública sem qualquer remuneração.

No dia 11 de junho de 1966, foi eleito, por unanimidade, pela primeira vez na História de Mato Grosso, para a presidência da Assembléia Legislativa. No ano seguinte, foi um dos signatários da Constituição Estadual de 13 de maio de 1967. Depois de ser um dos líderes da campanha pelo afastamento do governador Pedro Pedrossian, que permaneceu no cargo, dedicou-se integralmente à administração da sua fazenda em Rondonópolis, até 1986, quando decidiu retornar à vida política, ocasião em que foi eleito Deputado Estadual pela quarta e última vez.

O seu *Bandeirante no Ar*, às 7:00 horas da manhã, na Rádio A Voz do Oeste, foi o primeiro jornal falado da radiofonia mato-grossense.

Fundou e dirigiu o jornal "Tribuna Liberal" e ministrou aulas de História, sem perceber qualquer remuneração, no antigo Colégio Dom Aquino, que pertencia à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

Fundou, também, o Lions Clube de Cuiabá, sendo seu primeiro Presidente.

Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso no dia 14 de dezembro de 1957, sempre se destacando como membro atuante e representativo.

Na edição de 1983, a Revista desta entidade cultural publicou uma de suas melhores crônicas, sobre o aniversário de Cuiabá. Referindo-se às dificuldades

encontradas pela Capital mato-grossense ao longo dos séculos, ele recorreu à sua fértil inspiração poética para dizer que Cuiabá: *sorriu nas suas auroras promissoras e chorou nas suas noites de dores e vigília*. E acrescentou: *Mas, aqui ficou, altaneira, resistente, imbatível, sustentada pelo imperativo de seu admirável destino, balizando o processo civilizatório no extremo Oeste do território pátrio*.

Confirmando o seu amor à terra natal, ele concluiu a citada crônica dizendo: *Filhos gratos que somos, curvamo-nos para beijá-la, cidade amável e eterna*. Combatido e combativo, o jornalista Augusto Mário Vieira será sempre lembrado como um dos mais importantes líderes políticos de Mato Grosso. Sua eleição para um quarto mandato de Deputado Estadual, depois de 15 anos longe das urnas, é ainda inédita nos anais de qualquer agremiação partidária do Estado.

Escritos na Revista do Instituto Histórico
Terra Mater. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1983. p. 73.

BENJAMIN DUARTE MONTEIRO

Paulo Pitaluga Costa e Silva

Benjamin Duarte Monteiro, de antiga e secular ancestralidade cuiabana, nasceu em Cuiabá em 31 de agosto de 1908, filho de João do Lago Monteiro e Antonina Duarte Monteiro. Foi batizado em Cuiabá, sendo afilhado de Dom Aquino Corrêa, Arcebispo Metropolitano.

Iniciou seus estudos no curso primário na escola do Professor André Avelino, em Cuiabá, localizada no Morro da Luz, onde se situa atualmente o Club Dom Bosco.

Cursou o secundário e o preparatório no Liceu Cuiabano.

Em princípios de 1928 saiu de Cuiabá, com destino ao Rio de Janeiro, aí chegando em 27 de janeiro. A viagem era a que tradicionalmente se fazia à época. Saiu de Cuiabá, por lancha até Corumbá, daí, pelo vapor Fernandes Vieira até Porto Esperança, onde partiu de trem, pela Noroeste, até Bauru; depois pela Paulista até São Paulo e em seguida, pela Central do Brasil até o Rio de Janeiro.

Nesse mesmo ano de 1928 ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, tendo se bacharelado 2 de março de 1932, recebendo o seu diploma em solenidade de formatura levada a efeito no Teatro João Caetano.

Passou um ano, após formado, no Rio de Janeiro, aprimorando seus estudos.

Retornou a Cuiabá, ai chegando em 11 de janeiro de 1933. Nesse mesmo dia, por convite pessoal do então interventor Leônidas Antero de Mattos, foi nomeado promotor de Justiça da Comarca da Capital. Assim iniciava Benjamin Duarte Monteiro uma brilhante carreira jurídica, sempre dedicado ao Direito e à causa pública, que o norteou durante toda a sua vida profissional.

No ano de 1933, ao ser criada a Faculdade de Direito de Cuiabá, foi nomeado professor de Direito Penal, que só veio a lecionar no ano seguinte. Nesse mesmo ano foi também designado Diretor da Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso e ainda membro do Conselho Penitenciário do Estado.

Iniciava também por essa época, Benjamin Duarte, a militar na imprensa mato-grossense, escrevendo para vários periódicos de Cuiabá, artigos combativos e sempre de cunho político partidário. Graças à sua militância jornalística, foi eleito presidente da Associação de Imprensa Mato-grossense, onde incrementou e prestigiou esse órgão.

Anos depois chegou a ser o representante em Mato Grosso da Agência meridional e correspondente de jornais do Rio de Janeiro.

Fundado o Partido Evolucionista de Mato Grosso, por volta de 1933, a ele se filiou e, se candidatando a Deputado Estadual, foi eleito com magnífica votação.

Em 1933, ao ser fundada a Ordem dos Advogados de Mato Grosso, nela se inscreveu a 18 de setembro, recebendo o número 44.

Ainda nesse mesmo ano foi escolhido secretário do Instituto dos Advogados de Mato Grosso, órgão classista que congregava os bacharéis em Direito numa associação cultural e intelectual.

Em 1935 tomou posse na sua cadeira de Deputado, onde brilhantes foram os seus pronunciamentos, deixando ainda registrado nos arquivos da Casa, uma exuberante produção em moções, debates, projetos de Lei, mostrando uma respeitável e digna postura e consciência política. Pela sua atuação parlamentar, foi escolhido membro da Comissão de Redação da Constituição, e eleito o Relator dessa mesma Comissão. Foi ainda nomeado pelos seus pares deputados, como líder da Maioria na Assembléia. O seu grande momento político, sem dúvida, foi ter sido o Relator da Constituição do Estado de Mato Grosso de 1935.

Ainda em 1935 foi eleito presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Mato Grosso.

Casou-se com Ana Augusta de Oliveira Monteiro, em 15 de janeiro de 1938, filha do cel. Francisco Pinto de Oliveira e de D. Mariana Ferraz de Oliveira.

Em 1937 tomou posse na Academia Mato-grossense de Letras, na cadeira n. 1, tendo como patrono o cronista colonial José Barbosa de Sá, na vaga deixada com o falecimento do Dr. Leônidas Antero de Mattos. Em seu discurso de posse, teceu a vida do primeiro cronista, bem como a biografia e a obra de seus antecessores nessa cadeira,

Manuel Paes de Oliveira e Leônidas Antero de Mattos. Na ocasião festiva, foi saudado pelo presidente da Academia de Letras, Desembargador José Barnabé de Mesquita.

Deixou o cargo de Deputado Estadual ao findar-se a legislatura, em 1938, não mais querendo concorrer à reeleição, por desgostoso com a ditadura Vargas, e com a escolha aleatória dos Interventores que se nomeava para Mato Grosso.

A partir dessa data iniciou com mais empenho o exercício da advocacia, defendendo causas eméritas, que marcaram a sua posição como um dos maiores causídicos dos foros cuiabanos à época.

A par da advocacia, em 1944 foi nomeado Chefe da 6ª. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, o SPI, por indicação direta e insistência e apelos do seu fundador, o General Cândido Mariano da Silva Rondon, de quem era amigo e profundo admirador. Junto à essa Inspeção, fez um excelente trabalho de apoio e proteção aos índios de Mato Grosso, em especial aos da tribo Bororo.

Em 1945, ajudou a fundar o Partido Social Democrata, o PSD, em que militou por toda a sua vida, até a sua extinção em 1965. Notória, em especial, foi a sua estreita amizade e íntima ligação partidária com o Senador Filinto Müller, falecido em 1973, desde os tempos do antigo PSD até a ARENA, do qual, o Senador era Presidente Nacional.

Por outras vezes, já no PSD, foi convidado a se candidatar a Deputado, sempre por insistência de seus amigos, políticos e correligionários, nunca mais, entretanto, se propondo a tal empreitada eleitoral.

Havendo uma vaga, em 1947, no quinto constitucional da OAB para o cargo não remunerado de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, foi para ele indicado por escolha de seus colegas de Ordem. Exerceu esse cargo por muitos anos, sendo por várias vezes reconduzido a esse Tribunal.

Em 1949 foi designado para membro do Conselho Técnico de Assistência aos Menores, bem como, escolhido para Presidente de Honra da Associação de Imprensa.

Em 1954, foi nomeado Inspetor de Ensino junto ao Liceu Salesiano São Gonçalo.

O governador João Ponce de Arruda, em 1956, tão logo assumiu o governo do Estado de Mato Grosso, nomeou-o para exercer o cargo de Procurador Geral de Justiça do Estado, e nesse mesmo ano, foi designado representante do Estado junto à Legião Brasileira de Assistência, LBA.

Em 1963 foi nomeado professor da Faculdade de Direito de Cuiabá, lecionando Direito Judiciário Civil, para a turma do 5º. ano. No ano seguinte, assumiu a cátedra de Direito Administrativo. Já na década de 70, com a criação da Universidade Federal de Mato Grosso, e a incorporação da Faculdade de Direito de Cuiabá, passou a ser professor titular da UFMT, lecionando as cadeiras de Direito Administrativo e Processo Civil. Continuou lecionando até a sua aposentadoria já na década de 70.

O Governador Pedro Pedrossian, em 1966, nomeou-o para o cargo de Procurador Geral de Justiça, função essa que exerceria pela segunda vez em sua vida.

Nesse mesmo ano, tendo o seu nome aprovado pela Assembléia Legislativa, foi nomeado Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

No Tribunal de Contas, exerceu vários cargos, inclusive o de vice-Presidente em 1969 e o de Presidente em 1973.

Aposentou-se como Conselheiro do Tribunal de Contas.

Em 19 de junho de 1976, foi eleito sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, já na administração do Presidente Luis-Philippe Pereira Leite.

Conhecia profundamente a história de seu estado, em especial, os acontecimentos ocorridos em Mato Grosso a partir da revolução de 30, por ele mais de perto vivenciada. Observador atento do cotidiano político mato-grossense, era um repositório vivo de informações escorreitas do período contemporâneo. As informações sobre a política estadual do começo do século, as conhecia por informações de seu sogro, Francisco Pinto de Oliveira, que por décadas foi presidente da Assembléia Legislativa, e com quem mantinha infundáveis e proveitosas conversas.

Deixou uma vasta produção intelectual, abrangendo trabalhos de cunho jurídico como advogado, pareceres judiciosos como Procurador Geral de Justiça, julgados como conselheiro do Tribunal de Contas, uma boa parte deles publicados em revistas especializadas como os Anais Forenses de Mato Grosso e a Revista dos Tribunais de São Paulo. Além desses trabalhos técnicos, deixou uma imensa quantidade de artigos jornalísticos publicados em jornais e revistas de Cuiabá. Abundante e diversificada, realmente, a produção de sua competente lavra.

Na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, publicou *De Dom Aquino a Luis-Philippe - Uma jornada meritória*, publicado tardiamente só em 1996, em seu tomo 144.

Juntamente com o ex-Presidente Luis-Philippe Pereira Leite, participou efetivamente das decisões mais importantes do Instituto Histórico por mais de uma década.

Benjamin Duarte Monteiro faleceu em Cuiabá em 19 de julho de 1996, aos 88 anos de idade.

Deixou 3 filhos, Benjamin Duarte Monteiro Filho, advogado, falecido; Arnaldo Duarte Monteiro, agrônomo, falecido; Leônidas Duarte Monteiro, atualmente Desembargador ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Advogado e político atuante, jurista emérito, competente professor de Direito, escorreito na administração pública, Benjamin Duarte deixou o seu nome gravado na história política mato-grossense como homem probo e digno pelo seu profissionalismo, honrado e dinâmico como homem público nos diversos cargos que exerceu.

Estudioso do Direito e militante da política partidária, esse o binômio que caracterizou e marcou a sua vida.

EMÍLIO AMARANTE PEIXOTO DE AZEVEDO

Paulo Pitaluga Costa e Silva

Muito pouco a história nos legou sobre Emílio Amarante Peixoto de Azevedo. Nenhuma obra ou produção literária de sua lavra ficou registrada na bibliografia mato-grossense. Nenhum artigo que o ensinasse jornalista militante ou casual. Nem mesmo alguma cátedra ginásial que o tornasse culturalmente sólido em alguma matéria, transmitindo-a com competência a seus alunos.

O sabemos engenheiro civil formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Foi uma boa parte de sua vida engenheiro da empresa canadense Light and Power Co, no Rio de Janeiro.

Ao assumir o governo do Estado, o Dr. Aníbal Benício de Toledo convidou Emílio Amarante para seu Secretário Geral, ocasião que teve a oportunidade de retornar à Cuiabá, tendo exercido esse cargo de 22 de janeiro de 1930, até 30 de outubro, ocasião em que o governador foi destituído pela revolução de 30. Depois de formado, tudo indica, foi a única vez que, por 11 meses, residiu em Cuiabá, sua terra natal.

Retornando ao Rio de Janeiro, foi nomeado engenheiro da Inspetoria de Portos, Rios e Canais, órgão do Ministério da Viação e Obras Públicas, tendo permanecido nesse cargo até a sua aposentadoria.

É muito difícil entender-se a participação de Emílio Amarante na fundação do Instituto Histórico. Efetivamente tomou parte, em 1º de janeiro de 1919, da sessão fundadora do Instituto e isso consta no registrado nessa primeira Ata. Todavia no próprio teor da mesma, não é Emílio Amarante mencionado como sócio fundador, não lhe foi dado nenhum cargo administrativo na diretoria e nem mesmo consta a sua assinatura ao final de tal ata. Dessa data em diante, nunca mais participou de qualquer outra sessão, nem nunca sequer contribuiu com algum artigo para a sua revista.

Por outro lado, a nominata publicada em 1920 o dá como sócio fundador. Fica aí o impasse.

Estudando a história do Instituto, podemos inferir que Emílio Amarante, ou conhecia Eurico de Góes - representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso - do Rio de Janeiro onde morava, ou o estava ciceroneando em sua visita por Cuiabá. E nessa condição o acompanhou na memorável reunião no Palácio de Instrução em 1º de janeiro, quando os primeiros sócios se reuniram para fundar o Instituto Histórico. Na realidade, pela sua não vinculação nem militância intelectual com a história, a geografia ou mesmo com a cultura de Mato Grosso à época, Emílio Amarante, normalmente não teria sido convidado pelos historiadores fundadores para, juntamente com esse seletivo grupo, a criar o Instituto. Impossível esse convite. Tal seja, deve ter sido, na realidade, um estranho no ninho, presente na solenidade por mero acaso. *En passant...*

Mas, convidado ou não, pelo fato de Emílio Amarante ter participado da sessão de fundação no Palácio de Instrução, *a posteriori*, os fundadores simplesmente resolveram assumir a ocorrência desse mero acaso e inserir o seu nome na primeira Nominata, considerando a sua real participação. Afinal, ele era cuiabano, bem quisto na sociedade, engenheiro bem posto na vida, de antiquíssima e numerosa família mato-grossense. Omiti-lo por que? Retirá-lo da nominata, por que? Quem participou, fundou. Esse deve ter sido o entendimento e a ordem emanada do Presidente da instituição, Dom Francisco de Aquino Corrêa.

E nunca mais se viu qualquer outro vínculo ou participação do Dr. Emílio Amarante no Instituto Histórico. E todas as atas posteriores, em que foram registradas a totalidade das reuniões do Instituto, devidamente preservadas em seu arquivo, confirmam essa sua eterna e estranha ausência. Nem mesmo na sessão instaladora de 8 de abril de 1919, nem no período em que aqui morou na qualidade de Secretário Geral do governo Aníbal de Toledo.

E assim o entendemos, o Dr. Emílio Amarante Peixoto de Azevedo, por mera conveniência e respeito, passou a ser “considerado” como Sócio Fundador da instituição.

ESTÊVÃO ALVES CORRÊA

Moacyr Freitas

Nasceu em Cuiabá – MT, a 2 de março de 1881.

Foi um médico que muito trabalhou, sempre pronto a atender os pobres e desvalidos.

Foi Diretor da Higiene Pública de Cuiabá.

No campo educacional, foi Diretor da Instrução Pública, Professor de História Natural do Liceu Cuiabano e ainda Diretor do mesmo educandário.

Abraçou a carreira política, tendo sido Deputado Estadual, Presidente da Assembléia Legislativa, membro do Conselho Consultivo, Vice-Presidente e Presidente do mesmo Conselho.

Em 1935, foi Presidente da Assembléia Constituinte de Mato Grosso.

Integrou, como sócio efetivo, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Faleceu em Cuiabá, a 22 de julho de 1949.

Obras produzidas:

Herança e Consangüinidade

A Synthese de um Governo – Cuiabá, Escolas Profissionais Salesianas, 1926.

ESTEVÃO DE MENDONÇA

Valmir Batista Corrêa

Marcado por forte influência da produção historiográfica de Augusto Leverger, Estevão Anastácio Monteiro de Mendonça, considerado um dos mais significativos historiadores regionais deste século, nasceu em 25 de dezembro de 1869, em Santo Antônio da Barra, no atual município de Barão de Melgaço. Criado pelos tios desde os onze meses de idade, quando ficou gravemente doente, Estevão de Mendonça teve uma sólida formação educacional e cultural. Ainda jovem, aos dezoito anos, casou-se com Etelvina Caldas.

Ao longo de sua vida desempenhou papéis relevantes na vida social e cultural de Cuiabá, como servidor público, professor, engenheiro topógrafo, advogado provisionado, jornalista e historiador. Em 1896 fundou em sociedade o Colégio Augusto Leverger, demonstrando a influência levergeriana recebida: *Iniciei dêsse modo o culto levergeriano, agora vitorioso em tôda a sua linha, graças à minha tenacidade e ao meu esforço nunca interrompido*. Dois anos depois, foi aprovado em concurso para professor de geografia e história do Liceu Cuiabano. Com o desdobramento das disciplinas em 1902, por equiparação ao Ginásio Nacional, optou pela docência em geografia, exercendo-a até a sua aposentadoria. Em 1889 teve início a sua atividade jornalística, com a sua participação no jornal *A Tribuna*. Em 1897 foi nomeado para reorganizar o arquivo da Secretaria do Governo do Estado.

Durante o governo do coronel Antônio Paes de Barros (Totó Paes) foi ainda nomeado auxiliar técnico da Repartição de Obras Públicas do Estado, num período de intensa efervescência cultural em Cuiabá. Em 1904 começou a ser publicada a *Revista Matto-Grosso*, por iniciativa dos padres salesianos, onde Estevão de Mendonça encontrou espaço para publicar as suas Datas Mato-grossenses. Neste mesmo ano, iniciou-se a publicação da revista *O Arquivo*, financiada pelo governo estadual e dirigida por seus idealizadores, Estevão de Mendonça e Antônio Fernandes de Souza. Através dela foram divulgados documentos importantes para a história regional e trabalhos elaborados por historiadores contemporâneos, inclusive do próprio Estevão de Mendonça.

Em 1905, por sua influência e de Antônio Fernandes de Souza, o governo publicou o trabalho de Leverger, *Vias de Comunicação*. No mesmo ano, como professor e historiador, Estevão de Mendonça apresentou um trabalho de cunho didático intitulado *Quadro Chorographico de Matto-Grosso* ao Conselho Superior de Instrução Pública do Estado. Foi publicado no ano seguinte, constando no parecer que, *além do merito que revela pela correcção e elegancia de sua forma, vem oreencher uma das mais palpitantes necessidades do ensino público primario, fornecendo á mocidade os conhecimentos necessarios da Historia e Geographia*

do Estado. Por esta mesma época, participou de uma polêmica na imprensa sobre a grafia Cuyaba ou Cuiabá, depois editada sob a forma de um pequeno folheto intitulado *Uma caturrice* (1908).

Em 1912, foi nomeado para organizar a Biblioteca Pública, apesar de não ser correligionário do então presidente do Estado. Colaborou ainda com a edição extraordinária do *Album Graphico do Estado de Matto-Grosso* (1914).

Por ocasião dos festejos do Bicentenário da Fundação de Cuiabá, participou ativamente dos seus eventos culturais, como a criação do Instituto Histórico de Mato Grosso e também de sua revista. Porém, um dos fatos mais marcantes, de grande repercussão na historiografia mato-grossense foi a publicação de sua mais importante obra *Datas Mato-grossenses*, em dois volumes. A obra foi representativa do seu amadurecimento intelectual, a partir da compreensão que *a história não é mais a narrativa nua dos acontecimentos de uma nação ou época. É encadeamento lógico e racional dos fatos, registrando como um sismógrafo as pulsações mais obscuras do viver coletivo.*

Continuou a pesquisar e a publicar artigos de cunho histórico e a exercer atividades públicas como inspetor federal do Liceu Cuiabano. Após 1930, tornou-se membro do Conselho Consultivo do Estado e juiz efetivo do Tribunal Regional Eleitoral. Porém, avesso à política, talvez em virtude dos traumáticos acontecimentos de 1906, recusou de forma sistemática convites para participar de cargos eletivos. Em 1932, chegou a recusar o convite para ser nomeado Interventor Federal no Estado. Em 1938, como advogado do Estado, defendeu de forma vitoriosa, em Corumbá, os direitos de Mato Grosso sobre as minas do Urucum.

Veio a falecer, em Cuiabá, em 2 de dezembro de 1949. Depois de sua morte, teve ainda os seguintes trabalhos publicados:

Retalhos da vida (1950)

E foi naquela noite de Natal (1970)

Breve memória sobre a imprensa em Mato Grosso (1975)

Notas históricas (1976).

EULÁLIO GUERRA

Adauto Dias de Alencar

Marcelino Alves Guerra nasceu em 1837, em Cuiabá, e faleceu na mesma cidade a 28 de junho de 1905. Filho natural de Severina do Nascimento, foi veterano da Guerra do Paraguai. Casou-se na catedral de Cuiabá a 7 de janeiro de 1862, aos 25 anos, com Constância Alves Pereira, de 18 anos, nascida por volta de 1844 e filha legítima de Manuel Jacinto da Costa e de Brígida Leite Pereira.

Marcelino Alves Guerra casou-se, pela segunda vez, na catedral de Cuiabá a 30 de novembro de 1867 com Maria Claudina Neri Pereira, nascida a 27 de abril de 1851 e falecida a e faleceu a 26 de abril de 1954, faltando um dia para completar 103 anos. Era ela filha legítima de Filipe Neri Pereira e de Maria Joana da Costa. Tiveram os seguintes filhos: Leocádio, nascido em dezembro de 1870 e batizado na Catedral de Cuiabá; Eulálio Alves Guerra, nascido a 12 de fevereiro de 1878 e falecido a 11 de novembro de 1967.

Muito moço, Eulálio foi estudar na Escola Militar no Rio Grande do Sul, juntamente com seu futuro cunhado, Marechal Eurico Gaspar Dutra. No posto de cadete foi mandado para a Guerra de Canudos, na Bahia, onde foi ferido, permanecendo um mês no chamado "hospital do sangue", hospital existente no próprio acampamento. Voltando ao campo de batalha, foi ferido gravemente, tendo a bala de *combleim* varado a região do peito. Em razão desse ferimento, foi afastado das fileiras do Exército, pois deram-lhe baixa, o que, sem dúvida, foi uma grande injustiça.

Retornou, Eulálio, a Cuiabá, onde foi nomeado professor em Santo Antônio do Leverger.

Casou-se em Cuiabá a 10 de agosto de 1902 com Ana Dutra Guerra, de 21 anos. Veio ela a falecer, em Santo Antônio do Leverger, a 27 de fevereiro de 1924. Era filha legítima do Tenente da Polícia Militar de Mato Grosso, José Florêncio Dutra, nascido em Goiás a 7 de novembro de 1843, e de Justina Florêncio Dutra, nascida a 12 de dezembro de 1875 e falecida em Cuiabá a 25 de setembro de 1940. Estes, foram os pais do Marechal Eurico Gaspar Dutra.

Deixando o cargo de Professor, Eulálio Guerra foi nomeado Diretor do Departamento Estadual de Estatística, em Cuiabá, cargo em que se aposentou compulsoriamente, aos 70 anos.

Aqui não se pode deixar de relatar um fato de grande significado. Eulálio foi excluído das fileiras do Exército por ter sido ferido em combate, por ser julgado incapaz. Quando o Marechal Lott era Ministro da Guerra, reparando um ato injusto, reconvocou Eulálio Alves Guerra às fileiras do Exército e, em seguida, por outro ato, promoveu-o a Tenente e, ainda, por outro ato, reformou-o.

Do casamento de Eulálio com Ana Dutra, nasceram os seguintes filhos:

Odilon Alves Guerra, nascido a 3 de setembro de 1903 e falecido no Rio de Janeiro a 12 de junho de 1986. Fez parte da F.E.B. Em Cuiabá teve um filho com Rosa, de nome Filogônio Alves Guerra, quando tinha 17 anos, e Eulálio fê-lo casar com a dita Rosa. Odilon foi para o Rio de Janeiro e lá se casou com Adalgisa Alves Guerra e tiveram os filhos: Adailton Valverde Alves Guerra, Coronel da Polícia Militar do Rio de Janeiro, e falecido em 1991; Nussy, viúva; Vilma, casada; José Jorge Alves Guerra, Coronel da Polícia Militar do Rio de Janeiro e Orozimbo José Alves Guerra, nascido a 7 de agosto de 1905, batizado na Catedral de Cuiabá a 19 de julho de

1907. Faleceu a 14 de julho de 1981, tendo sido casado com Maria Arminda Nunes Guerra, filha legítima de Benedito Manuel Nunes, falecido em 1910, e de Angelina Nunes, falecida em 1935. Tiveram os seguintes filhos: Benedito Oromar Nunes Guerra, Ronald Nunes Guerra, Clemanceau Nunes Guerra, Corbiliano Alves Guerra, nascido a 29 de setembro de 1907, deficiente físico e falecido a 6 de março de 1986, solteiro; Digna Alves Guerra, nascida a 10 de agosto de 1911, batizada na Catedral de Cuiabá a 2 de fevereiro de 1914. Faleceu solteira a 17 de fevereiro de 1981; Argentina Alves Guerra, nascida a 9 de junho de 1913, solteira; Ewerton Alves Guerra, nascido a 25 de setembro de 1915 e falecido em Goiânia a 18 de janeiro de 1994, funcionário da Receita Federal. Casou-se com Iracema Taborelli Guerra e tiveram os seguintes filhos: Elizabeth do Carmo Guerra, Émerson Taborelli Guerra, Luís Carlos Taborelli Guerra, Alessandra Taborelli Guerra, João Alves Guerra, nascido a 28 de novembro de 1917 e falecido a 26 de março de 1978, solteiro, contador, tendo sido Vereador em Cuiabá.

Por falecimento de Aba Dutra Guerra, Eulálio Alves Guerra casou-se pela segunda vez no Cartório do 3º Ofício de Cuiabá e, no mesmo dia, na Igreja Nossa Senhora do Rosário, também em Cuiabá, a 26 de setembro de 1928, com Castorina Oires de Barros, nascida a 17 de fevereiro de 1900, filha de Antônia Pires de Barros que, em 1928 contava 56 anos, mais ou menos, conforma consta do termo. Deste casamento, nasceram os seguintes filhos: Eulina Benedita Alves Guerra, nascida a 16 de agosto de 1929 e batizada na Catedral de Cuiabá a 4 de maio de 1930, mais conhecida por Naná. Casou-se ela com Inéias dos Santos, falecido a 14 de julho de 1994; Eularina Alves Guerra, conhecida por Maninha, grande amiga do autor destas linhas, nascida a 9 de julho de 1931, batizada a 9 de junho de 1932 e falecida a 10 de abril de 1988. Casou-se com Antônio Guedes da Silva e não tiveram filhos; Eleontina Alves Guerra, nascida a 1º de agosto de 1933 e batizada a 17 de fevereiro de 1934. Casou-se com João Batista da Silva e tiveram os seguintes filhos: Vitor Tadeu Guerra Silva, Magno Tadeu Guerra Silva, Marcelo Tadeu Guerra Silva, Émerson, nascido a 25 de maio de 1938 e falecido a 10 de julho de 1938, Emanuel, gêmeo com Émerson, nati-morto, Evaldino Benedito Alves Guerra, nascido a 25 de abril de 1940 e falecido, solteiro, a 25 de junho de 1997.

O terceiro filho de Marcelino Alves Guerra e de Maria Claudina Neri Pereira foi Capitulina Alves Guerra, nascida a 8 de outubro de 1896 e falecida a 24 de julho de 1987. Casou-se a 8 de dezembro de 1917 com Abrelino José Dutra, nascido a 4 de setembro de 1893, filho legítimo de José Florêncio Dutra e de Maria Justina Dutra. Como se pode ver, é irmão do Marechal Eurico Gaspar Dutra.

FRANCISCO ALEXANDRE FERREIRA MENDES

Natalino Ferreira Mendes

Nasceu em Cuiabá, a 25 de junho de 1897 e faleceu na mesma cidade a 10 de abril de 1984. Professor, historiador, jornalista, cronista e folclorista. Exerceu os cargos de professor e diretor do Liceu Cuiabano; diretor (fundador) do Departamento de Educação e Cultura do Estado e Secretário de Educação, Cultura e Saúde de Mato Grosso. Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, tendo presidido a instituição de setembro/1971 a junho/1976 e sócio efetivo da Academia Mato-grossense de Letras, Cadeira nº 15.

PRODUÇÃO INTELECTUAL

Rondon e o Norte. *Revista do IHGMT*. Ano XXII, Tomo XLIII/XLIV, Cuiabá, 1940.

A Academia e a Cultura. Cuiabá, Escola Industrial, 1946.

O Sete de Maio de 1892. *Revista do IHGMT*, Ano XXIX-XXX, Tomo LVII, LX, Cuiabá, 1947/48

Generoso Paes Leme de Souza Ponce. *Revista do IHGMT*, Ano XXIII, XXIV, Tomo LV, LVIII Cuiabá, 1951/52.

O folclore na obra de José de Mesquita. *Revista da Academia Mato,grossense de Letras*, Ano XXII, XXIII, Tomos XLIII, XLVI, 1954/55.

Diamantino. *Revista do IHGMT*, Anos XXVII, XLVIII, Tomos LXIII, CVI, 1955/1976.

A Bondade de D. Aquino. *Revista da Academia Mato,grossense de Letras*, Ano XXIV, Tomos XLVII - XLVIII, 1956.

José de Mesquita, o primeiro Presidente da Academia Mato,grossense de Letras. *Revista da Academia Mato,grossense de Letras*, Anos XXVII e XXVIII, Tomos LII- LIV, 1959/61.

A Mata do Angical. *Revista da Academia Mato,grossense de Letras*, Ano XXIX, Tomo LV, 1962.

Folclore Mato-grossense. São Paulo, Vaner Bicego, Edição da Fundação Cultural de Mato Grosso, 1977.

Lendas e Tradições Cuiabanas. São Paulo, Vaner Bicego, Edição da Fundação Cultural de Mato Grosso, 1977.

- Resenha Histórica de Mato Grosso*. Cuiabá, Governo do Estado de Mato Grosso, 1977.
- Tragédia Mesopotâmica*. *Revista do IHGMT*, Ano XLIX, Tomos CVII-CVIII, Cuiabá, 1977.
- Diamantino*. *Revista do IHGMT*, Ano L, Tomos CIX-CX, 1978.
- Rondônia*. *Revista do IHGMT*, Ano LI, Tomos CXI, CXII, 1979.
- Lendas e Mitos*. *Revista do IHGMT*, Ano LII, Tomos CXIII-CXIV, 1980.
- João Batista das Neves*. *Revista do IHGMT*, Ano LIII, Tomos CXV-CXVI, 1981.
- Histórico do Teatro em Cuiabá*. *Revista do IHGMT*, Ano LIV, Tomo CXVIII, 1982.
- Cuiabá dos meus sonhos*. *Revista do IHGMT*, Ano LVI, Tomos CXXI-CXXII, 1984.
- D. Francisco de Aquino Corrêa*. *Revista do IHGMT*, Ano LVII, Tomos CXXIII-CXXIV, 1985.

FRANKLIN CASSIANO DA SILVA

Valdon Varjão

Nasceu em Corumbá, a 1º de maio de 1891, tendo sido seus pais Luís Cassiano da Silva e Ana Luiza Bastos da Silva. Tendo ficado órfão muito cedo, Franklin e mais dois irmãos, Otário e Odília, foram morar com os tios, Major André Avelino de Oliveira Bastos e Ana Luiza Bastos que os criaram com muito carinho e desvelo.

Franklin e Otário, mais tarde, passaram a residir em Cuiabá, em casa do irmão de Ulisses Cuiabano, Luís Pereira Cuiabano. Nesse período, Franklin e Ulisses Cuiabano conviveram intensamente.

Na fase adulta, Franklin casou-se, em primeiras núpcias, com Amália Monteiro da Silva, com quem teve 5 filhos, Elzira, Luís, Lísia, Ênio e Hilton. Enviuvando, casou-se com a também viúva Tabita da Costa e Silva, com quem teve dois filhos, Ana Luiza e João.

Os estudos iniciais, Franklin Cassiano da Silva, os fez em Cuiabá, junto ao Liceu Cuiabano e, mais tarde, estudou Direito. Ao lado de sua formação bacharelesca, Franklin Cassiano dedicou-se às letras, especialmente à poética. Alcindo de Camargo, referindo-se a este aspecto de Franklin, assim se expressou:

Somos irresistivelmente compelidos a afirmar que Franklin Cassiano, pelo lirismo que lhe é espontâneo, ritmado em linguagem em que a frondescência da forma não agasalha, co-irmã da de Casimiro, deve ser o mais aceite pela média do nosso público. As suas poesias, mesmo as que cristalizam as mais fortes vibrações do sentimento, o fervor arrebatado de uma crença ou do ardor

chamejante de uma paixão, são moduladas nessa linguagem sem os tons carregados de picturação, mas suficiente para espiritualizar os motivos sugeridos.

As poesias de Franklin Cassiano era de um lirismo impar:

Teus olhos divinos
São verdes mimosos,
Despertam mil hinos
Teus olhos formosos

São duas casinhas
Dos anjos de amor!
Se fossem só minhas,
Quem dera, m'ea flor!...

São duas estrelas
Pequenas, brilhantes,
Que em noites mui belas
Fulguram constantes.

São gotas de auroras,
São luz de arrebol;
São musas sonoras;
São filhos do sol!...

São dois atrevidos
Altivos, tratantes,
Teimosos, Cupidos...
São laços de Amantes!

São meigos, divinos,
Teus olhos mimosos,
Despertam mil hinos
Teus olhos formosos!...

Seu percurso na arte de escrever não se circunscreveu à poesia, mas também teve uma significativa atuação junto à imprensa mato-grossense, pois colaborou no periódico *A Liça*, repositária das suas poesias humorísticas, todas elas imbuídas de fino veio crítico, que, segundo Ulisses Cuiabano: *metendo à bulha os políticos de então, adversários do perrenguismo. Nessa tarefa um tanto árdua, adquiriu o Herodes de Souza, um de seus pseudônimos, alguns desafetos, movidos, como se achavam, pela paixão partidária, talvez a mais tremenda de todas as paixões humanas.*

Além desse periódico, participou ele nos seguintes: *A Imprensa*, *O Mato Grosso*, *A Violeta*, *O Revérbero*, *O Jornal*, *O Correio do Estado*, *O Democrata*. Por ocasião de sua morte, Maria Dimpina, escreveu na Revista *A Violeta*: *Franklin não pode morrer, pois ele viverá sempre em seus versos cheios de vida e de amor. Dever de patriotismo, seria o nosso Estado não deixar perder-se nas obscuras sombras do Incógnito as primícias desse talento de escol. Crisálidas deve ser publicada! É uma obra que revela o autor, e o autor não foi apenas um sentimental, foi um professor a quem muito deve a instrução matogrossense e a sua memória faz jus a uma imortalidade.*

Além de poeta e jornalista, dedicou-se ele ao teatro. No tempo em que Franklin atuava nessa área artística, Ulisses Cuiabano assim avaliou a situação do teatro nesse período, em Cuiabá:

O teatro cuiabano, hoje, todo entregue aos peregrinos artistas ambulantes que, de vez em quando, aqui aportam, em excursões circenses, ou à iniciativa de colegiais, de duração precária e passageira, já teve os seus dias de efervescência e de entusiasmo.

Épocas houve em que a nossa culta sociedade assistiu espetáculos brilhantes, em cenário movimentado por amadores patricios, cujos pendores para a arte eram apreciáveis.

Nesses períodos de animação e de interesse pela custosa cerimônia de gosto altamente espiritual sob a tutela mitológica de Talia e de Melponeme, alguns ensaístas da cena temos possuído, cujos trabalhos teatrais foram devidamente apreciados e aplaudidos. Pena é que um Philogônio Corrêa, um Indalécio Proença, de saudosa memória, um Manuel Cuiabano, um Francisco Corrêa Filho, um Amarílio Novis, não tivessem prosseguido pela senda atraente do ramo literário que nos pinta, ao vivo, as mais variadas passagens da existência humana. Produziram, todos eles, as suas primícias, avidamente sorvidas pela nossa culta platéia, e se quedaram silenciosos, num condenável mutismo.

Franklin Cassiano também compôs, desde as primeiras peças, com passos seguros e com surpreendente técnica do palco, algumas obras que marcaram ruidoso sucesso na ocasião da sua pública exibição, todas elas apresentadas em cenas em repetidos espetáculos.

Quando foi da temporada teatral dirigida por Chaves Florence, em 1918, escreveu o novel teatrólogo, de parceria com Philogônio Corrêa, o seu trabalho de estréia intitulado: "Progresso na Zona". Era uma revista de costumes locais, em dois atos, e muito bem recebida pela platéia. Isto estimulou o debutista que, em colaboração com o titubeante acadêmico

que agora vos dirige a palavra, escreveu a revista: "Cá entre Nós", toda musicada pela exímia artista Zulmira Canavarros. Continha também a peça dois atos e foi apresentada ao público em 1920 por um grupo de jovens amadores cuiabanos. Em 1924, elaborou Franklin a revista em dois atos: "Quero ir lá pro mato", de sabor caipira e com a colaboração musical de Zulmira Canavarros. Em 1926, com "Maneco Cuiabano", engendrou Franklin a burleta - "Nhô Chico foi barrado".

Escreveu ainda o nosso autor teatral: a revista "Cuiabá por dentro", notável pelo esforço artístico dispendido por ele, pois compilou, parodiou, arranjou a parte musical, compondo mesmo uma canção com música própria (não pode contar nessa ocasião com a ajuda da sua infatigável colaboradora musicista, que se encontrava seriamente enferma); a comédia "Baile na Goiabeira", em 1931; e interessante palestras e trovas caipiras, pequenas cenas com que preenchia os seus atos variados.

Franklin Cassiano da Silva, foi também Professor, tendo ingressado na carreira magisterial em 1912, na categoria de professor primário, servindo como adjunto na Escola Modelo, anexa à Escola Normal. Foi designado, mais tarde, auxiliar da diretoria do mesmo estabelecimento de ensino. Foi também Diretor do Grupo Escolar de Miranda e, em Cuiabá, do Grupo Escolar "Senador Azeredo". Chegou ainda a dirigir o Departamento de Instrução Pública de Mato Grosso. Foi professor de Pedagogia e Psicologia da Escola Normal e de Psicologia e lógica, no Curso Complementar, anexo ao Liceu Cuiabano.

Por ocasião de sua morte, muitas pessoas, ligadas à educação, manifestaram seu pesar:

(...)Professor, que você soube ser acima de tudo, nessa vocação inata para o magistério que o fez um privilegiado na mais bela das ciências humanas: a de ensinar a ensinar. Artista por excelência, é o pedagogo, o didata, pois enforma a própria alma dela, fazendo a matéria-prima das suas admiráveis criações. (Palavras de José de Mesquita)

Era o seu modo agradável que deleitava os seus discípulos. Era a sua palestra atraente e instrutiva que os entusiasmava. Com esses predicados o Prof. Franklin Cassiano foi um educador exemplar. (Palavras de José Torquato Júnior)

Mestre e amigo, era com o sorriso da bondade que sempre emanava do seu belo coração, que nos ministrava os seus ensinamentos, cultivando o nosso espírito com o orvalho da ciência, e, com seus exemplos de virtude e de energia, nos ensinando a fortalecer o caráter e a cultivar a amizade, esse sublime sentimento que é o vínculo sagrado que caracteriza e solidifica as sociedades. (Palavras da profesoranda Oréade de Carvalho)

Carreira verdadeiramente árdua e espinhosa, somente um predestinado poderia, sem desfalecimentos, trilhar até o fim. é mister possuir uma têmpera especial para enfrentar os mil obstáculos que se antepõem ao mestre-escola, esse

humilde e obscuro operário do bem, que muitas vezes se sacrifica para a felicidade de outrem, sem nada auferir para si, a não ser a convicção de que bem cumpriu com o seu dever. Franklin Cassiano, com a sua tendência pedagógica e o seu acendrado amor pelo ensino, foi, de ano em ano, um verdadeiro vencedor de ríspidas refregas. Pelejou nessa lida ingente por dilatados períodos letivos - 28 anos de contínuo labor. E quando ele quase assomava às portas de um descanso compensador aos seus esforços a prol da educação da nossa juventude, eis que a fatalidade vem por um remate a tão bela e exemplar existência. (Palavras de Ulisses Cuiabano).

Franklin Cassiano da Silva deixou escrito nas revistas:

Noite - Centro Matogrossense de Letras 1922(1)

A Nuvem - Centro Matogrossense de Letras 1922(2)

Dominó negro - Centro Matogrossense de Letras 1923(4)

Estado de alma - Centro Matogrossense de Letras, 1925(8)

Elogio de Ramiro de Carvalho - Centro Matogrossense de Letras 1926(9)

Renascimento - Centro Matogrossense de Letras 1926(9)

Myosotis - Centro Matogrossense de Letras 1927(12)

As Marcha das horas - Centro Matogrossense de Letras 1928(13)

O Corvo - Centro Matogrossense de Letras 1928(14)

Rithmos novos - Centro Matogrossense de Letras 1929(15)

A Cachoeira - Centro Matogrossense de Letras 1929(16)

A Bandeira - Centro Matogrossense de Letras 1930(17)

Subsidio para o estudo da dialectologia - Centro Matogrossense de Letras 1930(18)

Discurso de recepção do acadêmico Nilo Póvoas - Centro Matogrossense de Letras 1931(19/20)

A Lua - Centro Matogrossense de Letras, 1932(21-22)

Rithmos novos - Centro Matogrossense de Letras, 1932(21-22)

Chana - Academia Matogrossense de Letras 1934(3/4)

Bandeirantes do Progresso - Academia Matogrossense de Letras 1937(9/10)

Instrução publica em Matto Grosso - Academia Matogrossense de Letras 1938(11/12)

GERVÁSIO LEITE

Elizabeth Madureira Siqueira

Cuiabano, nascido a 19 de junho de 1916, Gervásio Leite enobreceu Mato Grosso pelos seus trabalhos profícuos e competentes na área jurídica. Formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, com apenas 22 anos de idade, regressou a sua terra natal onde fez brilhante carreira.

Além dos dotes na área jurídica, Gervásio Leite destacou-se nas letras, tendo representado, ao lado de Rubens de Mendonça e Euricles Mota, a vanguarda mato-grossense do movimento Graça Aranha, cujas produções foram veiculadas na Revista Pindorama.

De sua brilhante atuação intelectual e profissional, assim se expressou o Acadêmico Satyro Benedicto de Oliveira quando traçou sua biografia: *Causídico brilhante, de visível acuidade, seu escritório de advocacia era o mais movimentado, influente, no período 1940/1960, regular ponto de convergência para vantajosas tertúlias de gama calidoscópica. Presidiu a OAB regional: biênio frutífero (competente "batonnier"). Professor da Escola Técnica de Comércio, da Faculdade de Direito de Cuiabá (um dos edificadores) e da UFMT, lídimo arquétipo na docência construtiva[...] Jornalista da Associação de Imprensa Mato-grossense Presidência, co-fundador, em 1939 (23 anos), de "O Estado de Mato Grosso", um feito magno do indefesso pioneiro, Dr. Archimedes Pereira Lima. No diário versátil coluna manteve, de aspectos educativos[...] Desembargador, jurista exímio, articulou magníficos votos e ao píncaro ascendeu: Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça.*¹

Sua carreira como professor e o entendimento do processo histórico de Mato Grosso, levou-o a produzir um interessantíssimo livro que discute o percurso da escola primária de Mato Grosso, desde o século XIX, até a década de 1960: *Um século de instrução pública*. Cuiabá, s.ed., 1970.

Ingressou e chegou a presidir, por muitos anos, a Academia Mato-Grossense de Letras onde deixou importante contribuição intelectual:

O Humorismo da obra de Machado de Assis. *Revista da Academia Matogrossense de Letras*, 1939(13/14)

Mocidade, liberdade e cultura. *Revista da Academia Matogrossense de Letras*, 1941 - 1942(17-20)

¹ - OLIVEIRA, Satyro Benedicto de. *Cadeira nº 2 da Academia Mato-Grossense de Letras*. Revista da AML comemorativa ao Jubileu de Diamante, 1996. p. 44.

- Canto em louvor de Paris.** *Revista da Academia Matogrossense de Letras*, 1944-1945(23/26)
- Discurso de posse.** *Revista da Academia Matogrossense de Letras*, 1944-1945(23/26)
- O Lema da Academia.** *Revista da Academia Matogrossense de Letras*, 1946(27-28)
- Discurso em nome do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso(no Jubileu de Prata da Academia Matogrossense de Letras).** *Revista da Academia Matogrossense de Letras*, 1946(27-28)
- Discurso de recepção do acadêmico Archimedes Pereira Lima.** *Revista da Academia Matogrossense de Letras*, 1947(29-30)
- Alegro.** *Revista da Academia Matogrossense de Letras*, 1948-1949(31-34)
- Hamlet.** *Revista da Academia Matogrossense de Letras*, 1948-1949(31-34)
- Primeiro poema.** *Revista da Academia Matogrossense de Letras*, 1948-1949(31-34)
- Discurso de recepção ao acadêmico Gabriel Vandoni de Barros.** *Revista da Academia Matogrossense de Letras*, 1950-1951(35-38)
- Discurso em homenagem a Rui Barbosa.** *Revista da Academia Matogrossense de Letras*, 1950-1951(35-38)
- Discurso de recepção do acadêmico Antônio de Arruda.** *Revista da Academia Matogrossense de Letras*, 1952-1953(39-42)
- Discurso na festa da amizade.** *Revista da Academia Matogrossense de Letras*, 1954- 1955(43-46)
- Discurso em homenagem a José de Mesquita (Sênior).** *Revista da Academia Matogrossense de Letras*, 1954-1955(43-46)
- D. Aquino e a tradição.** *Revista da Academia Matogrossense de Letras*, 1956(47-48)
- No fundo do silêncio.** *Revista da Academia Matogrossense de Letras*, 1957-1958 (49-52)
- Palavra da imprensa.** *Revista da Academia Matogrossense de Letras*, 1959-1961(53-54)
- Produziu editadas também:
- Criação da capitania de Mato Grosso.** *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. 1947/48 (57/60)
- Caminho das monções.** *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. 1945-46 (35-36) e EDUFMT, 1975.
- Cuiabá, terra agarrativa e linda.** Goiânia, Cinco de Março, 1969.
- Roteiro de uma personalidade.** Cuiabá, Escola Industrial, 1943.

Alocução pela Academia Mato-Grossense de Letras em homenagem a Joaquim Murinho por ocasião de seu centenário. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1947/48 (57-60)

Generoso Ponce. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1953-54 (59/62)

O gado na economia mato-grossense. Cuiabá, Escolas Profissionais Salesianas, 1942.

Rondon e a mocidade. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. 1940 (43/44)

Aspecto mato-grossense do ensino rural. Cuiabá, Escolas Profissionais Salesianas, 1942.

Gervásio Leite faleceu no Rio de Janeiro a 10 de abril de 1990, aos 74 anos incompletos.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, António de. *Um olhar distante*. Cuiabá, Ed. do Autor, 1997.

MENDONÇA, Rubens de. *Antologia Borôro*. (Estante Matogrossense, v. 4). Cuiabá, 1946.

OLIVEIRA, Satyro Benedicto de. Cadeira nº 2. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. Comemorativa ao Jubileu de Diamante. Cuiabá, 1996. p. 43-52.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Estudo Bibliográfico da História, Geografia e Etnologia de Mato Grosso*. Cuiabá. CCS, 1992.

ISÁC PÓVOAS

Lenine C. Póvoas

Nascido em Cuiabá a 4 de janeiro de 1886, filho do casal Pedro Fernandes Pívias e Galdina Virgínio Póvoas, tendo realizado o seu curso ginásial do Liceu Salesiano São Gonçalo.

Professor Catedrático do Liceu Cuiabano, tendo exercido a Diretoria do mesmo estabelecimento de ensino. Foi ainda Diretor da Escola Normal Pedro Celestino, da Tipografia Oficial, Chefe de Polícia do Estado, Secretário do Interior, Justiça e Finanças de Mato Grosso.

Exerceu durante vários anos a Prefeitura Municipal de Cuiabá, posto em que se revelou um grande administrador, fazendo pela Capital do Estado mais do que o permitiam as escassas rendas municipais.

Além da pavimentação de muitas ruas a paralelepípedos e das calçadas padronizadas, reformou praças e jardins, embelezando a cidade.

Foi Presidente da Caixa Econômica Federal de Mato Grosso, tendo sido, também, Presidente do Conselho Administrativo do Estado, que na época exercia funções semelhantes às do Tribunal de Contas do Estado.

Em sua administração, amparou a literatura e o jornalismo.

Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, do qual foi 2º Vice-Presidente, e da Academia Mato-Grossense de Letras, na qual ocupou a Cadeira nº 32.

Faleceu a 1º de outubro de 1970.

Produção Intelectual:

Colaborou junto aos jornais: *A Liça*, *O Democrata*, *O Município*, *O Correio do Estado*, *O Estado de Mato Grosso* e dirigiu e colaborou junto ao jornal *O Social Democrata*.

Colaborou nas Revistas: *Nova Época*, *A Reação*, *Revista da Academia Matogrossense de Letras* e *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*.

Relatório da Sessão de Encerramento dos Trabalhos de 1933. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1935.

Discurso pela Academia Matogrossense de Letras – Rondon. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1940.

Coronel José Magno da Silva Pereira. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1927(12)

Nuno de Andrade. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1928(13)

Os tropeiros do sertão. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1930(18)

Discurso de posse. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1931(19/20)

Na instalação do Instituto Filológico Matogrossense. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1932(21-22)

A Pátria e a cultura. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1939(13/14)

A efeméride máxima de nossa urbs gloriosa. Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1940(15-16)

A saudação do Instituto Histórico. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1943(21/22)

Arnaldo Serra. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1944-945(23/26)

A afirmação de um talento. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1950- 1951(35-38)

José de Mesquita: um paladino das letras. Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1959-1961(53-54)

JOÃO BARBOSA DE FARIA

Elizabeth Madureira Siqueira

Nasceu em Cuiabá a 20 de fevereiro de 1878, tendo aí realizado seus primeiros estudos com o mestre Filipe Liberato de Oliveira. De descendência humilde, João Barbosa de Faria foi aprendiz de tipógrafo junto ao Arsenal de Guerra.

Iniciou sua vida magisterial lecionando junto ao curso primário, sendo que mais tarde chegou a lecionar no Liceu Cuiabano. Nomeado para trabalhar junto aos Correios, de Cuiabá, foi transferido para o Rio de Janeiro. Na antiga capital matriculou-se na Faculdade de Medicina, porém, não chegou a se formar como médico, mas sim como farmacêutico.

Foi no Rio de Janeiro que se deu sua primeira aproximação com o mato-grossense Cândido Mariano da Silva Rondon que convidou a João Barbosa para participar, com sua equipe, junto à Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas, mais conhecida como Comissão Rondon. O campo de atuação de João Barbosa foi o da etnografia e etnologia. Seus escritos e relatórios deixados nessa área, muito colaboraram para dar peso e cientificidade aos trabalhos da Comissão. Descreveu com minúcia e competência sobre os índios brasileiros, especialmente os mato-grossenses, descrevendo seus usos, costumes, língua e organização sócio-econômica.

José de Mesquita, ao referir-se a João Barbosa de Faria, assim se expressou: *João Barbosa é um exemplo raro de "self made man", lutando, desde a meninice, pela ilustração do seu espírito, sempre lendo e sempre estudando, mas também lutando pela vida, numa trabalhosa trajetória, cheia de mil tropeços, animado dos mais portentosos planos e projetos, numa verdadeira alucinação de construir e de vencer.*¹

Integrou o corpo dos 12 intelectuais que fundaram o Instituto Histórico de Mato Grosso em 1919, ano comemorativo do bicentenário de fundação de Cuiabá.

Foi, também, em 1921, um dos fundadores do antigo Centro, hoje Academia, Mato-Grossense de Letras, João Barbosa de Faria, mesmo não tendo colaborado na revista da Instituição, escreveu um importante trabalho que resgatou a trajetória literária mato-grossense, *Poetas e escritores mato-grossenses*, publicada pela Federação das Academias de Letras do Brasil. Sua produção intelectual se encontra pulverizada em publicações editadas em Cuiabá e no Rio de Janeiro:

Traços biográfico do Gal. João de Oliveira Melo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, 1941 (45/48)

Rocio de Cuiabá. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, 1923 (9/10)

¹ - MESQUITA, José de. "João Barbosa de Faria". *Revista do IHGMT*, 1994, p. 322.

Tintas usadas pelos índios Bororós. *Boletim do Museu Nacional*. V.1, 1925.
Apontamentos para a biografia do Brigadeiro Jerônimo Joaquim Nunes.
Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1930 (23/24).

Conquista do território matogrossense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, 1926 (15).

Esboço da História da Mato Grosso. Bibliografia Histórica dos Salesianos em Mato Grosso. s.d.

Limites orientais de Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, 1920-1924 (4/6-13).

BIBLIOGRAFIA

JUCÁ, Pedro Rocha. Cadeira nº 22. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. Comemorativa ao Jubileu de Diamante. p. 205-208.

MESQUITA, José Barnabé de. João Barbosa de Faria. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, 1996. p. 322.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Estudo Bibliográfico da História, Geografia e Etnologia de Mato Grosso*. Cuiabá. CCS, 1992.

DESEMBARGADOR JOÃO CARLOS PEREIRA LEITE

Paulo Pitaluga Costa e Silva

O Desembargador João Carlos Pereira Leite foi um dos filhos de Luís Benedito Pereira Leite, um dos próceres políticos de Mato Grosso em sua primeira fase republicana. Era descendente da família Pereira Leite, que teve sua origem ancestral em Mato Grosso ainda no século XVIII, e cujo marco na história mato-grossense, foi a fazenda Jacobina, fundada em 1772 por Leonardo de Souza. O genro deste, João Pereira Leite, foi o primeiro dessa família a chegar ao Brasil e a Mato Grosso.

Nasceu em Cuiabá em 12 de julho de 1861, mas para cumprir a tradição dos Pereira Leite nascidos na Fazenda Jacobina, foi batizado em Cáceres em 19 de março de 1862. Em Cuiabá fez os seus primeiros estudos, até os 17 anos, quando seguiu para São Paulo tentar os preparatórios de Direito. Aprovado, foi matriculado na Faculdade de Direito de São Paulo, as famosas Arcadas, onde se formou em 1887.

Já bacharel retornou para Cuiabá, onde, após breve exercício da advocacia, abraçou a carreira da magistratura. Em 1903 era Juiz de Direito da Comarca de Santo Antonio do Rio Abaixo. Exerceu o cargo de Juiz de Direito em Cuiabá por vários anos, chegando a Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça do Estado. Como Desembargador veio a se aposentar.

Dada a sua fidelidade partidária ao eminente político cuiabano Pedro Celestino Corrêa da Costa, foi lançado candidato a deputado federal pela Aliança Liberal, sendo eleito com excelente votação. Essa eleição provocou a sua mudança para o Rio de Janeiro, então capital federal. Seu último mandato como deputado federal terminou em dezembro de 1923. Politicamente se pautava pela conciliação, porém nunca lhe faltando o espírito combativo em defesa de suas idéias político-partidárias. Do Rio de Janeiro, a convite do então Presidente do Estado de Santa Catarina, Lauro Müller, mudou-se para Florianópolis para exercer o cargo de Secretário Geral do Governo. Em Santa Catarina permaneceu por 5 anos, até cerca de 1927.

Retornando para Cuiabá, retirou-se da vida pública e assim permaneceu, longe de qualquer atividade social, até o seu falecimento em 1933.

Em 8 de janeiro de 1828, foi eleito sócio efetivo do Instituto Histórico de Mato Grosso. Sua produção intelectual ficou restrita aos julgados enquanto magistrado e, dos tempos de político, pronunciamentos, moções e projetos de Lei feitos a partir da Câmara dos Deputados. Também militou como jornalista, escrevendo algumas poucas matérias de cunho político partidária em defesa, principalmente, do então chefe político Pedro Celestino Corrêa da Costa.

Muito religioso, faleceu deixando um testamento datado de 8 de agosto de 1933, quando já estava bem doente e imobilizado numa cama. O interessante desse testamento foi a simplicidade com que pediu o seu enterro, sem música, sem pompa, com seu caixão carregado por quatro praças de pré.

Foi casado com Amélia de Cerqueira Caldas, filha do Barão de Diamantino, com quem teve 14 filhos.

JOÃO CUNHA

Lourembergue Alves

João Cunha nasceu em Poconé, a 16 de junho de 1871. Nascera um ano depois do término da guerra contra os guaranis e início de uma Nova era para Mato Grosso. Nova era marcada pela reabertura do rio Paraguai, via fluvial por onde penetraram os investimentos de capital estrangeiro, aplicados nos setores da produção agropecuária e do comércio importador-exportador. Ocorreu, a partir de então, um surto de desenvolvimento econômico da Província mato-grossense, possibilitando a formação de novos grupos políticos dispostos a tomar das mãos das velhas lideranças o poder de mando regional.

Desse modo, o contexto regional caracterizou-se por constantes lutas político-armadas. O advento da República não mudara essa situação conflituosa. Muito pelo contrário. Institucionalizou no Estado de Mato Grosso a violência política. Assim, em nome de uma bandeira partidária ou de princípios políticos, os coronéis oposicionistas mobilizavam suas forças em todo o Estado, objetivando a derrubada do grupo encastelado no poder. Por outro lado, os coronéis da situação reagiam, levantando-se contra aqueles primeiros, com o fim único de manterem para si os cargos e os privilégios que do poder emanam.

Mato Grosso, então, transformava-se em palco de lutas sangrentas e violência política. Tais lutas e violência promoveram, conseqüentemente, a desordem e a insegurança nas terras mato-grossenses.

Em meio a esse cenário de conflitos armadas e insegurança institucionalizada, crescia João Cunha. Tornou-se adulto, abraçado ao jornalismo e à política partidária.

Durante a Primeira República, os jornais eram ligados direta ou indiretamente aos partidos políticos. Muitos órgãos de imprensa tornaram-se porta-vozes das agremiações partidárias.

*Da nossa imprensa política é que se pode principalmente dizer que é um respiradouro por onde os partidos exalam e vertem os seus maus humores [...]*¹

Karl Von Steinnen², assim se referiu à imprensa cuiabana daquela época:

As lutas partidárias desenvolvem-se fortemente na arena pública da imprensa [...] Todos os jornais [...] não traziam em suas páginas mais do que política partidária [...] A briga dos redatores, entre si, ocupavam muito espaço. Com o clássico em torno do orador de estilo elegante e retórico, o adversário audacioso era analisado, atacado e aniquilado. Dai [...] que o pobre do leitor é tomado de arrepios.

João Cunha vivenciou na imprensa períodos angustiosos da agitada política regional. Sem, contudo, intimidar-se. A esse respeito, afirmou Amarílio Novis³:

[...]nunca permitiu que a sua pena fosse temida por peçonhenta ou irrefletida, pois que jamais baixou do campo das idéias, onde, então, enfrentava com elegância o mais destro adversário [...]

¹ citado por BORGES, Vavy Pacheco. Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista. São Paulo: Brasiliense, p. 19.

² JUCÁ: Pedro Rocha. A Imprensa Oficial em Mato Grosso. Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 1986, p. 55.

³ REVISTA Comemorativa do Jubileu de Diamante da Academia MatoGrossense de Letras (1921-1996). Cuiabá: Editora da UFMT, 1996, p. 311.

Dedicou-se com entusiasmo ao jornalismo. Fora um profissional exemplar. Emprestou seus serviços a vários periódicos mato-grossenses. Tornando-se, na maioria deles, redator. Foi diretor da Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso durante o governo Dom Aquino Corrêa. Neste posto indicou o nome de Filinto Müller para o cargo de revisor do jornal oficial mato-grossense.

Título de nomeação do cidadão Filinto Müller para exercer o cargo de revisor desta Tipografia Oficial. Ato nº 371. D. Francisco Aquino Corrêa, Bispo de Prusiades e Presidente do Estado de Mato Grosso resolve sob proposta do Senhor Diretor da Tipografia Oficial nomear o cidadão Filinto Müller para exercer o cargo de revisor da mesma tipografia. Cumpra-se e comunique-se. Palácio da Presidência do Estado em Cuiabá, 19 de agosto de 1918. (AA) D. Francisco de Aquino Corrêa, Bispo de Prusiades. Cumpra-se e registre-se. Diretoria da Tipografia Oficial em Cuiabá 20 de agosto de 1918. (AA) João Cunha, Diretor [...] ⁴

Além de redator e diretor da Gazeta Oficial, João Cunha ocupou outros cargos, a saber: Procurador da República, Deputado estadual, Secretário do Interior, Justiça e Finanças, Secretário da Agricultura e 1º vice-presidente do Estado. Pertenceu também ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e a Academia Matogrossense de Letras.

Na verdade, João Cunha fizera parte do grupo de intelectuais que fundou essas duas instituições de Mato Grosso.

[...] ensejaram o surgimento de um grupo de intelectuais responsável [...] por estimular estudos e pesquisas sobre a realidade regional.

Foi esse grupo que, em 1919, o grande responsável pela fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, o qual teria como tarefa não somente resgatar e preservar a documentação histórica regional, como, também, promover, no interior da instituição, debates e discussões que fossem capazes de interferir no cenário político-cultural de Mato Grosso.

Dois anos após a fundação do Instituto Histórico, esse mesmo grupo fundou o Centro Matogrossense de Letras, instituição que, após onze anos, daria nascimento à atual Academia Matogrossense de Letras. ⁵

⁴ JUCÁ, Pedro Rocha. Ob. cit., p. 117.

⁵ SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Os Onze Primeiros, dos 75 Anos de Existência da Academia Matogrossense de Letras: 1921 - 1932. In: Revista Comemorativa do Jubileu de Diamante - 1921 a 1996. Ob. cit., p. 15.

Os componentes desse grupo foram:

Sócios Fundadores do IHGMT

- 01 Antônio Fernandes de Souza
- 02 Carlos Gomes Borralho
- 03 Emílio Amarante P. de Azevedo
- 04 Estevão de Mendonça
- 05 Francisco de Aquino Corrêa
- 06 João Cunha
- 07 Joaquim Pereira F. Mendes
- 08 José barnabé de mesquita
- 09 Luis da Costa Ribeiro
- 10 Ovídio de Paula Corrêa
- 11 Philogonio de Paula Corrêa
- 12 Virgílio Alves Corrêa Filho

Sócios Fundadores da AML

- 01 D. Francisco de Aquino Corrêa
- 02 José de Mesquita
- 03 Lamartine Ferreira Mendes
- 04 João Barbosa de Faria
- 05 Estevão de Mendonça
- 06 Miguel Carmo de Oliveira Mello
- 07 Carlos Gomes Borralho
- 08 Cesário da Silva Prado
- 09 Philogonio de Paula Corrêa
- 10 João Cunha
- 11 Virgílio Corrêa Filho
- 12 Franklin Cassiano da Silva

Fontes: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso: 1994 -t. CXXI - CXXII, Ano LXVI, p. 201; Revista Comemorativa do Jubileu de Diamante. Op. cit., p. 15.

Percebe-se, no quadro acima, que João Cunha participou ativamente da vida político-cultural de Mato Grosso. Exercendo com brilho e vigor os cargos que lhe foram destinados.

Nos anos 30, implantou-se no País um Estado Centralizado. Este Estado, valendo-se das chamadas interventorias, encerrou a primeira fase da história republicana, que caracterizou basicamente pela força dos coronéis locais, pelo uso da violência e pela luta armada como mecanismos de obtenção e manutenção do poder de mando.

A primeira investida contra os velhos coronéis ocorreu logo com o primeiro interventor no Estado de Mato Grosso, o coronel do Exército Antônio Mena Gonçalves (3/11/30), cuja atuação atingiu mais duramente alguns dos principais líderes nortistas. Já o segundo momento que caracterizou uma verdadeira demonstração de força do poder central sobre o poder local, foi o desarmamento dos coronéis do Sul do Estado, a partir do ano de 1937.

[...] A humilhação imposta aos coronéis correspondeu à sua identificação e envolvimento direto ou indireto com o banditismo, que as autoridades policiais e governamentais fizeram questão de tornar público, como forma de desmoralização do poder e prestígio de grandes proprietários e chefes políticos locais. Assim, ao passo que usineiros do Norte foram submetidos aos troncos e castigos humilhantes, os coronéis do Sul foram presos como bandoleiros e contraventores.

O Estado Centralizado impusera, portanto, uma nova situação política em Mato Grosso. Decretou à força o desaparecimento dos coronéis políticos e imprimiu uma censura implacável à imprensa local, através do DEIP (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda). Muitos jornalistas se intimidaram. Recolheram-se à vida particular ou apoiaram o regime ditatorial, por conveniência.

João Cunha não passara por essa situação constrangedora, pois falecera em Cuiabá no ano de 1933. Três dias antes de completar-se sessenta e dois anos de vida (13 de junho de 1933), honrados e em prol da cultura mato-grossense.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

BORGES, Vavy P. *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

JUCÁ, Pedro Rocha. *A Imprensa Oficial em Mato Grosso*. Cuiabá, Imprensa Oficial de Mato Grosso, 1986.

REVISTA Comemorativa do Jubileu de Diamante da Academia Matogrossense de Letras (1921-1996), Cuiabá, Editora da UFMT, 1996.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá, (CXLI-CXLII): 201, 1994.

JOÃO MOREIRA DE BARROS

Pedro Rocha Jucá

O historiador João Moreira de Barros nasceu em Cuiabá no dia 3 de março de 1914 e se formou em Direito no Rio de Janeiro. Retornando à sua terra natal, ainda jovem, exerceu a função de Chefe de Polícia do Estado, na administração do Interventor Júlio Strübing Müller. Convidado por amigos, ingressou na política mato-grossense, mas nunca abandonou a sua profissão de advogado. Quando foi nomeado para o cargo de Ministro (hoje Conselheiro) do Tribunal de Contas do Estado, aproveitou a sua experiência jurídica para publicar estudos técnicos ligados ao setor, sempre merecendo o reconhecimento dos seus pares.

Além de ser um dos melhores articulistas da imprensa regional, o acadêmico João Moreira de Barros também se dedicou intensamente à pesquisa da História de Cuiabá. Mas, afirmou em um dos seus livros: *Fique bem claro que não pretendemos escrever História. Não invocamos os ensinamentos de um Carlyle ou um Toynbee;*

de um Guizot ou um Michelet ou, para lembrar brasileiros, de um Capistrano de Abreu ou José Honório Rodrigues. Recordamos fatos e coisas passadas, a alguns dos quais testemunhamos, sem qualquer objetivo de ordem historiográfica.

Em outro livro, ainda na apresentação, acrescentou: *A política, em síntese, é História porque ela – a política – é a arte de governar, bem ou mal, conforme a capacidade e a conduta dos governantes. Daí conclui-se que não se inventa História mas divulga-se a História. Por isso mesmo, dar curso à História é escrever em primeira mão ou repetir o que já foi escrito.*

O Acadêmico João Moreira de Barros, que era conhecido pelas suas qualidades de orador, historiador e jornalista, também escreveu os seguintes livros: *Ministério Público e Justiça de Contas*, em 1965; *Orçamento – sua execução e Fiscalização*, em 1970; *Tribunal de Contas e Fiscalização Orçamentária e Financeira dos Municípios*, em 1972; *O Lado Pitoresco das Eleições*, em 1973; *Alguns Aspectos da Revolução de 64 Visto de um Canto de Jornal*, em 1973; *Cuiabá e seu Passado*, em 1982; *Cuiabá de Hoje*, em 1984; e *Períodos Conturbados da Política Mato-grossense (O Coronel Generoso Ponce)*, em 1985.

Ocupou a Cadeira nº 34 da Academia Mato-Grossense de Letras e foi um dos mais atuantes membros do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Faleceu no dia 11 de abril de 1987, em acidente de carro, ocorrido em Paranaíba, divisa dos Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo, quando viajava para participar de uma convenção do Lions Clube, oportunidade em que seria eleito Governador do Distrito L-19.

JOÃO PEDRO GARDÉS

Elizabeth Madureira Siqueira

Natural de Lausanne, Departamento do Alto Loire, descendeu João Pedro Gardés de Cláudio e Melânia Gardés, tendo nascido em 30 de agosto de 1844. Sua formação escolar, primária, secundária e superior se deu na França, fonte de onde o Brasil sorveu, durante séculos, os ensinamentos técnicos, científicos e filosóficos que iluminaram a vida intelectual durante os séculos XIX e XX. Bacharel em Letras, pela Faculdade de Letras da Academia de Grênoble, Departamento de Isère, em 1869, migrou, essa importante personalidade, para a América do Sul, fixando-se, inicialmente, na Argentina, acompanhado da irmã Berta e do sobrinho Charles Romualdo que, segundo

informações de Adélia Gardés Maiolino de Mattos, tendo sido esse último, por seus dons de cantor, mais tarde, conhecido internacionalmente como “Carlos Gardel”.¹

Pelas estreitas relações comerciais que Mato Grosso mantinha com o estuário do Prata, incrementadas pela abertura da navegação pelo rio Paraguai, João Pedro, deixando a família na República argentina, chegou na capital mato-grossense a 17 de julho de 1871, terra que escolheu para viver, constituir família e dar uma substancial contribuição para a educação e a cultura mato-grossense. Tinha, nessa época, apenas 27 anos de idade. Sua primeira residência foi no Coxipó, de onde, diariamente, dirigia-se para a cidade para lecionar, o que fez um de seus alunos, Firmo José Rodrigues, assim descrevê-lo: *Gardés, o mais pontual [dos professores do Liceu Cuiabano], chovesse pedra, ainda ele iria assim à aula. Dotado de bom gênio, nunca se enfurecia com os trotes ou indisciplina de alunos, aos quais tratava como amigo.*²

Sua dedicação ao magistério fez dele uma personalidade de respeito, tanto junto ao alunado como à população que, sempre que referia-se ao mestre, o fazia em tom de extremo respeito e consideração. Atuou como preceptor junto ao Liceu Cuiabano e também ao Liceu Salesiano São Gonçalo, sempre trabalhando com as disciplinas de que gostava, línguas, especialmente o francês e inglês e ainda História Natural. Sua atuação junto ao Liceu Cuiabano foi muito importante, considerando o momento de fundação e afirmação do estabelecimento público de ensino secundário em seus primeiros anos. Foram os professores desse estabelecimento de ensino que alçaram-no equiparado ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro.

Sua neta, a escritora Adélia Gardés Maiolino de Mattos, reuniu dados sobre as famílias Gardés e Maiolino, numa obra muito interessante, intitulada *Álbum de Família – Gardés & Maiolino (1863-1985)*³. Em um outro artigo, estudou a mesma estudiosa, a personalidade de seu avô, quando se referia à sua intensa carreira:

Trabalhou como ajudante da “Botica Machado”, na praça da Matriz em Cuiabá; depois dedicou-se à cerâmica, preparando os tijolos com os quais ele mesmo construiria, anos depois, sua casa residencial, em frente ao Campo D’Ourique, mais tarde Praça Moreira Cabral – posteriormente acabaram com a praça – e ali se encontra hoje a Assembléia Legislativa. Lecionou, particularmente a princípio, passando depois a dar lições aos alunos da Companhia de Menores do Arsenal de Guerra, ocupando, mais

¹ - MATTOS, Adélia Gardés Maiolino de. “João Pedro Gardés”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, 1994, p. 325-326. Para maiores esclarecimentos sobre a família Gardés, consultar também *Álbum de Família: Gardés & Maiolino*. Cuiabá, Editora Mato-grossense, 1985.

² - RODRIGUES, Firmo José. *Gente e coisas de nossa terra*. Cuiabá, 1959. v.1, p. 15.

³ - MAIOLINO, Adélia Gardés. Op. cit.

tarde, as cadeiras de Inglês e História Natural no Liceu Cuiabano e no Liceu Salesiano São Gonçalo.

Dedicando-se à agrimensura, exerceu, na Prefeitura de Cuiabá, o cargo de Engenheiro Municipal.

Eleito Deputado à Constituinte de 1891, desentendeu-se, pois a política não era o seu forte.

Doou, o professor Pedro Gardés, ao Governo do Estado, em 1897, "Sub-Conditione" de manter uma escola pública para filhos de operários, o prédio da rua Barão de Melgaço, onde funcionou, por muito tempo, a Escola Mista Noturna, que teve o seu nome.

O governo mato-grossense deu seu nome, também, a um dos estabelecimentos coletivos do Estado, o Grupo Escolar de Várzea Grande. [...] Em 1909, Pedro Gardés comanda a construção e organização da Escola de Aprendizes Artífices, a qual foi concluída em 1º de janeiro de 1910. No dia 3 de janeiro ele expediu sua primeira circular, sendo dirigida ao Sr. Cel. Pedro Celestino Corrêa da Costa, digníssimo Presidente do Estado – comunicando a instalação da Escola, já como 1º Diretor. Ficando no cargo de Diretor de 1910 a 1914.⁴

Contraiu matrimônio, em 1882, com Ana Edwiges Moraes Carvalho, com a qual teve 10 filhos.

Faleceu o mestre cuiabanizado, no dia 3 de abril de 1926, tendo sido sepultado no Cemitério da Piedade, em Cuiabá.

BIBLIOGRAFIA

- MATTOS, Adélia Gardés Maiolino de. "João Pedro Gardés". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, 1994, p. 325-326. Para maiores esclarecimentos sobre a família Gardés, consultar também *Álbum de Família: Gardés & Maiolino*. Cuiabá, Editora Mato-grossense, 1985.
- MESQUITA, José Barnabé de. Elogio fúnebre ao professor João Pedro Gardés. RIHGMT, Tomos 17-18. Cuiabá, 1927.
- RODRIGUES, Firmo José. *Gente e coisas de nossa terra*. Cuiabá, 1959.
- MAIOLINO, Adélia Gardés. João Pedro Gardés. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. 1994. p. 325-326.

⁴ - MAIOLINO, Adélia Gardés. João Pedro Gardés. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. 1994. p. 325-326.

JOAQUIM JUSTINO ALVES BASTOS

Lenine C. Póvoas

Nascido em Cuiabá a 9 de setembro de 1899, filho de Celestino Alves Bastos e de D. Ignez Dutra Bastos, conforme consta da sua certidão de nascimento.

Seu pai, Oficial do Exército, no posto de Major, fora designado para dirigir a Fábrica de Pólvora do Coxipó, a algumas léguas da Capital mato-grossense.

Ali se instalou a família de Joaquim Justino e ali viveu ele até os sete anos de idade.

Decidido a seguir a carreira do pai, ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, a 1º de fevereiro de 1917, saindo Aspirante a Oficial a 30 de dezembro de 1919.

Com folha de alterações, que registraram sua brilhante carreira militar, atingiu o posto de Marechal, sendo detentor de inúmeras medalhas e condecorações nacionais e estrangeiras. Ocupou ainda o cargo de Embaixador do Brasil no Paraguai.

Exercia o Comando militar em Pernambuco, quando sobreveio a revolução de 1964, da qual participou. Já havia tomado parte, também, da revolução de 1932, sobre a qual escreveu um livro intitulado *A revolução constitucionalista de 1932*.

Suas preciosas memórias foram reunidas em outro livro, denominado *Encontro com o tempo*, publicado pela Editora Globo-RS, em 1965.

Na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso escreveu *Mato Grosso*, ano 1955-76; *Expressivo Testemunho*, em 1978.

Suas atividades literárias valeram-lhe o ingresso no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e na Academia Mato-Grossense de Letras.

Faleceu a 7 de março de 1990.

JOAQUIM PEREIRA FERREIRA MENDES

Lourembergue Alves

Joaquim Pereira Ferreira Mendes nasceu em Diamantino, durante a Guerra do Paraguai (no dia 30 de dezembro de 1869). Uma guerra que interrompera a navegação pelas águas do Paraguai. Isolando e distanciando, por conta disso, Mato Grosso dos grandes centros do País. Prejudicando enormemente Cuiabá, impedindo-a de manter-se contato com São Paulo e Rio de Janeiro.

Além disso, a Capital mato-grossense foi abatida pela varíola. Doença que dizimou mais da metade de sua população. Espalhando-se para as regiões de Guia, Brotas, Rosário Oeste, Rio Abaixo e Diamantino.

Não se tem notícias se essa doença fizera alguma vítima na família Ferreira Mendes. Mas, com certeza, a Bexiga (como a doença era conhecida) lhe causara

medo e preocupação. O menino Joaquim recebeu a proteção devida de seus pais, Coronel Francisco Alexandre Ferreira Mendes e Dona Leonarda Maria dos Guimarães.

Desse modo, o menino Joaquim pode crescer e desenvolver sua potencialidade intelectual. Uma potencialidade que se despertara ainda na tenra idade. Notada e estimulada pela professora Isabel Perpétua de Mesquita, do pré-primário, e pelo Padre Ernesto Camilo Barreto, do primário, no Colégio São João Batista, em Cuiabá.

Joaquim Ferreira Mendes não concluiu o ensino médio em Cuiabá. Seu avô, Coronel Joaquim Pereira dos Guimarães, o levou para São Paulo. Internando-o no Colégio Meretzohn, de onde saíra para a Faculdade de Direito.

Entrara Ferreira Mendes para a arena com passos firmes e armas bem temperadas, confirmando, nos embates em que se empenhara, a sua fama de estudante de escol.

O seu tirocínio acadêmico fluiu com o brilhantismo que era de esperar da inteligência vigorosa que nele cedo despontara.

Foi nessa quadra ditosa de sua vida, da qual lhe ficara indeléveis reminiscências, que manifestou o jovem acadêmico a sua vocação para as lides do jornalismo e da oratória, tendo colaborado em vários jornais e revistas, alguns dos quais sob a sua direção, como o 'Sete de Setembro', periódico de feição literária e política [...] ¹

Tornou-se bacharel em Direito em 1891. Imediatamente depois, exercera o cargo de Promotor da Justiça no interior do Estado de São Paulo. Permanecendo-se nele por dois anos.

Em 1893, retornou-se a terra natal, aos braços da família e dos amigos.

Atraía-o, irresistivelmente, o feitiço de sua terra natal. A sua poética Diamantino, que tão fundas impressões lhe gravara o espírito infantil, vinha-lhe a mente, a cada instante, no encantamento das montanhas que a contornam, das suas matas, onde a hevea preciosa frondeja luxuriante, das suas águas que deslizam sobre os leitos de diamantes, tudo chamava em carinhosos acenos, mergulhando a alma em profunda nostalgia. Ademais, tinha ele a lhe trabalhar o espírito e o coração a ânsia de rever o lar paterno e de abraçar os seus queridos.

Não resistiu o jovem bacharel aos apelos do seu coração. Deixando a terra acolhedora da garoa hibernais, onde um vasto campos e lhe abria repleto de promessas, hei-lo de retorno a Mato Grosso, para, como bom filho, render à sua terra o tributo do seu amor filial.²

¹ PÓVOAS, Nilo. Joaquim Ferreira Mendes. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Cuiabá (CXLI-CXLII): p. 328, 1994.

² *Ibd.*, p. 328.

Em Mato Grosso, passou a dirigir a Diretoria Geral da Instrução Pública. Dirigindo-a com competência. Mas *não era esse o campo para sua seara. Cultor do Direito, eram natural que quisesse pôr em evidência os seus conhecimentos jurídicos*³. Ingressando-se, então, na magistratura. Tornou-se Juiz de Direito da Comarca de Diamantino. Pouco tempo depois, transferiu-se para Cuiabá. Na Capital, não tardou a ser promovido ao cargo de Desembargador do Tribunal da Relação do Estado. Exercendo-se, por longos anos, a presidência dessa alta Corte Judiciária.

Em 1901, Joaquim Ferreira Mendes foi obrigado a exilar-se no Paraguai, com o fim de escapar da violenta perseguição empreendida pelas forças de Totó Paes.

*A sua fuga, entretanto, não obistou a que fosse saqueada e depredada a sua propriedade, em Diamantino[...] Essas cenas [...] narrou-as o Desembargador Ferreira Mendes, com todas as suas minúcias, no jornal A Reação, edições de 20 de dezembro de 1902 e 10 de abril de 1903, sob os pseudônimos de 'Jaguço Indomável' e 'O espírito de um fuzilado' [...]*⁴

Passado esse período conturbado da vida política mato-grossense, Joaquim Ferreira Mendes retornou ao Estado de Mato Grosso. Foi reintegrado no Tribunal, *de onde fora afastado por um ato de arbitrariedade de um despota*⁵.

Durante o governo Costa Marques (1911-1915), exerceu o cargo de Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Fazenda.

Terminado o governo Costa Marques, em 1915, Joaquim Ferreira Mendes retornou ao Tribunal. *Dele não mais se afastou, senão pela aposentadoria em 1921*⁶.

Antes de se aposentar, em 1919, Joaquim Ferreira Mendes, juntamente com onze companheiros, ajudou a fundar o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Sócios Fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

- 01 Antônio Fernandes de Souza
- 02 Carlos Gomes Borralho
- 03 Emílio Amarante Peixoto de Azevedo
- 04 Estevão de Mendonça
- 05 Francisco de Aquino Corrêa
- 06 João Cunha
- 07 Joaquim Pereira Ferreira Mendes
- 08 José Barnabé de Mesquita

³ Ibidem.

⁴ Ibidem, p. 329.

⁵ PÓVOAS, Nilo. Ob. cit.

⁶ Ibidem.

- 09 Luiz da Costa Ribeiro
- 10 Ovídio de Paula Corrêa
- 11 Philogonio de Paula Corrêa
- 12 Virgílio Alves Corrêa Filho

Fonte: Nominata dos Sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - 1919 a 1994. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Cuiabá (CXLI_CXLII), p. 201.

Conforme pode-se perceber, no quadro acima, Joaquim Pereira Ferreira Mendes foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Deixando, assim, o seu nome gravado para a posteridade.

Quanto mais se distancia no tempo a figura inconfundível desse varão ilustre da história mato-grossense, tanto mais ela cresce e se agiganta aos nossos olhos como um raro exemplo de virtudes cívicas e morais pelas quais pautara, invariavelmente, o seu procedimento, quer na vida pública, quer na vida privada.⁷

Joaquim Ferreira Mendes faleceu em Cuiabá, aos 25 de setembro de 1933. Morreu fisicamente, mas a sua lembrança ainda permanece entre nós, membros do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Permanece igualmente na memória da Academia Matogrossense de Letras, na qual é patrono da cadeira nº 35. Ao referir-se à personalidade do seu patrono, Jayme de Vasconcelos proferiu as seguintes palavras⁸:

Considero para mim, como um verdadeiro prêmio aos meus continuados esforços, como advogado e como jornalista, em prol do prestígio da Justiça e do irrestrito acatamento aos magistrados, a honra de vir a ocupar, nesta Academia, a cadeira que tem como patrono o saudoso Desembargador Joaquim Ferreira Mendes, que durante 30 anos enobreceu a toga de Juiz, tendo durante vários anos dignificado a curul de presidente do Tribunal e Apelação de Mato Grosso.

O Patrono da nossa cadeira, esse ilustre mato-grossense que foi o Desembargador Ferreira Mendes, representa, para a Justiça mato-grossense, um verdadeiro expoente de alto critério, de sólida cultura, e inatacável probidade. E a sua vida privada foi igualmente um modelo de virtudes, que vêm sendo continuadas por seus dignos descendentes, notadamente os nossos confrades Dr. Lamartine Ferreira Mendes e

⁷ Ibid., p. 327.

⁸ MELLO, Clóvis de. Joaquim Ferreira Mendes. In: Revista Comemorativa do Jubileu de Diamante (1921-1996). Cuiabá: Editora da UFMT, p. 293.

Professor Francisco Ferreira Mendes.

A personalidade do Desembargador Ferreira Mendes, malgrado a sua modéstia, o seu retraimento, o seu quase horror a publicidade em torno de seu incessante e fecundo labor em prol dos interesses do Estado [...] destaca-se, na história dos primeiros anos da república em Mato Grosso, num relevo incisivo, a que o perpassar dos anos dá maior nitidez, como sucede com a página dos tempos nos velhos bronzes romanos.

Nos dias atuais, Joaquim Ferreira Mendes não está mais entre nós fisicamente. Mas, a Casa Barão de Melgaço guarda e preserva a sua memória.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

MELLO, Clóvis de. **Joaquim Ferreira Mendes**. *Revista Comemorativa do Jubileu de Diamante (1921-1996)*. Cuiabá: Editora da UFMT, 1996.

NOMINATA dos Sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Cuiabá (CXXI_CXXII): 201.

PÓVOAS, Nilo. **Joaquim Ferreira Mendes**. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Cuiabá (CXXI_CXXII): 328.

JOSÉ EDUARDO DO ESPÍRITO SANTO

Paulo Pitaluga Costa e Silva

José Eduardo do Espírito Santo nasceu em 15 de outubro de 1936, em São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, filho de Justino Moreira do Espírito Santo e Marcília Bicalho do Espírito Santo.

Desde jovem abraçou o jornalismo como profissão, iniciando a sua carreira em pequenos periódicos de sua cidade natal., e ainda, trabalhando em rádios do interior do estado de São Paulo.

Militou por essa época na *A Tribuna*, *Diário da Tarde*, *Correio Araraquarense* e *Diário da Região*, bem como nas rádios *Difusora* e *Independência*, de sua região paulista,

Em setembro de 1966 mudou-se para Cuiabá, a fim de trabalhar na Rádio Difusora Bom Jesus, sendo que, em Mato Grosso, passou o resto de sua existência.

Desempenhou o jornalismo em Cuiabá, trabalhando em diversos órgãos da imprensa, no *Correio da Imprensa*, *Hora dos Municípios*, *A Crítica*, *Correio de Mato Grosso*, e exerceu com inigualável competência a chefia de jornalismo da *TV Centro América*, sucursal da TV Globo em Mato Grosso. Trabalhou ainda na MTV de Cuiabá, onde mantinha um programa diário de entrevistas. Na sua área profissional foi ainda jornalista funcionário da Universidade Federal de Mato Grosso e ainda Chefe da Sucursal da Agência Nacional e da EBN em Mato Grosso.

No decorrer de sua vida exerceu alguns cargos públicos, iniciando-se como Vereador na cidade de São José do Rio Preto. Já em Mato Grosso, foi Assessor de Imprensa da Casa Civil, nos governos de Pedro Pedrossian e José Fragelli.

Foi ainda membro fundador do Sindicato de Jornalistas Profissionais do Estado de Mato Grosso, exercendo por dois biênios a sua presidência.

Como jornalista a sua produção foi abundante, destacando-se temas sobre a Ferrovia para Mato Grosso, Terras em Mato Grosso, Pantanal Mato-grossense, pinçados dentre a sua contribuição diária para jornais mato-grossenses, por um período de mais de três décadas. Excelente a série de artigos denominada *A Ferrovia ainda existe?*, publicada no jornal "A Crítica" de Cuiabá em 1994.

Face a sua produção de excepcional qualidade, teve méritos para ingressar em 1995 na Academia Mato-grossense de Letras, ocupando a cadeira n.13, tendo como patrono Antonio Corrêa do Couto.

Fez uma excelente monografia de seu patrono, aliás a única conhecida, quando de seu ingresso na Academia de Letras.

Em 1º de fevereiro de 1997, ingressou como Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, escolhendo como seu patrono Antonio Paes de Barros. Foi também sócio efetivo da Sociedade dos Amigos do Marechal Rondon, em Cuiabá.

Estudava com afinco as lendas mato-grossenses, bem como a ligação fluvial das bacias do Prata e do Amazonas, há anos objeto de suas pesquisas. Infelizmente não deixou maiores registros dessas interessantes e inéditas pesquisas histórico-geográficas.

O IHGMT, reconhecendo os seus méritos de escritor e pesquisador das coisas de Mato Grosso, achou por bem editar, no seio de suas *Publicações Avulsas n.14*, o interessante trabalho de sua lavra, *IARÔ-TATÁ - O MONSTRO DE CHACORORÉ*.

Cheio de idéias, de inovações, abraçou e estudou com afinco o problema da ligação ferroviária de Cuiabá com os grandes centros do país. Assessorou pessoalmente o Senador Vicente Vuolo, um dos maiores defensores dessa ferrovia, durante algum tempo, como seu assessor no Senado Federal.

Advogava um Instituto Histórico mais atuante, mais aberto, menos conservador. Patenteava em suas reuniões, uma organização mais criteriosa de sua biblioteca, que

deveria ser tão somente histórica, geográfica e etnográfica, e uma abertura do arquivo da instituição a pesquisadores e historiadores de todo o país.

José Eduardo faleceu em Cuiabá, em 3 de maio de 1998, deixando sua esposa, D. Leni, 4 filhos e 3 netos, e grandes saudades entre os seus amigos e confrades do Instituto Histórico.

Uma perda irreparável para a instituição, que pesarosamente velou o seu confrade.

JOSÉ TORQUATO DA SILVA

Paulo Pitaluga Costa e Silva

José Torquato da Silva nasceu em Cuiabá no dia 27 de setembro de 1868. Menino simples, aprendeu sozinho o ofício de carpintaria para ajudar a mãe. Tornou-se um autodidata, em vários ramos de profissões e atividades que veio a exercer.

Já moço, mestre em carpintaria, foi nomeado Mestre da Oficina de Obras Brancas do antigo Arsenal de Guerra de Cuiabá, localizado no bairro do Porto.

Iniciou-se nos meandros da contabilidade, tendo aprendido sozinho escrituração mercantil. Com essa nova qualificação, passou a trabalhar de noite, como guarda-livros de uma pequena casa comercial, conseguindo, dessa forma, ampliar condignamente e com esforço pessoal os seus ganhos.

Em fins do século XIX, auxiliando o contador Antonio Fernandes de Souza, passou a trabalhar no escritório da Usina Itaicy, de propriedade do político e industrial Antonio Paes de Barros. A seriedade e competência com que desempenhava as suas funções, fizeram com que ele fosse subindo nos escalões funcionais da empresa. Na época, Itaicy era a maior indústria de Mato Grosso e a 3ª. maior usina de cana do Brasil.

Por volta de 1902, Totó Paes lança-se candidato ao governo do Estado de Mato Grosso, sendo eleito e empossado em 1903. *Os múltiplos afazeres de Antonio Paes de Barros, as responsabilidades que lhe impunham a vida pública em que ingressara, não lhe permitiram mais continuar a frente de sua propriedade de Itaicy, que ficou entregue à direção de um gerente - José Torquato da Silva - que se mostrou digno da confiança de seu chefe*, nas palavras de Antonio Fernandes de Souza, em seu livro "Antonio Paes de Barros e a Política de Mato Grosso". Assim, José Torquato passou a ser o principal administrador da Usina Itaicy, um gigante industrial implantada às margens do Cuiabá.

Por esse tempo, foi nomeado pelo Presidente da República, como Major da Guarda Nacional.

Posteriormente, trabalhou gerenciando o escritório de Cuiabá da firma Lucas, Borges e Cia, uma das maiores empresas exportadoras de borracha, de Mato Grosso para vários países.

Mais tarde, foi credenciado como advogado provisionado, exercendo com zelo, honestidade e competência a sua profissão. Pelo resto da vida exerceu essa profissão de advogado, com banca montada e militando nos foros de Cuiabá.

Com a sua habilidade e tendência para o Direito, foi nomeado Promotor de Justiça na cidade de Santo Antonio do Rio Abaixo, hoje, Santo Antonio do Leverger, tendo se distinguido nos foros daquela pequena comarca.

Em 1º de janeiro de 1919, por ocasião da fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso, por proposta certamente de Antonio Fernandes de Souza, seu amigo pessoal desde os tempos da Usina Itaicy, foi admitido como sócio efetivo da instituição.

Nos reza a Ata de Fundação: *Passaram então os senhores sócios fundadores a fazer indicação das pessoas que, pelos seus méritos individuais e pelos auxílios que pudessem prestar à nova associação, preenchiam as condições para serem admitidos como sócios efetivos [...] sendo depois de discutidas as propostas, aclamados sócios efetivos os seguintes senhores: Desembargador Antonio Fernandes Trigo de Loureiro, Tem. Cel. Firmo José Rodrigues, Dr. Estêvão Alves Corrêa, Capitão Octávio Pitaluga, Padre Manoel Gomes de Oliveira, Dr. João Barbosa de Faria, Dr. Miguel Carmo de Oliveira Mello, Professor João Pedro Gardés, José Torquato da Silva e Antonio Modesto de Mello.*

Assim, preenchendo os requisitos estatutários necessários, ao lado de ilustres figuras do mundo político e social de Mato Grosso, José Torquato de Silva adentrou pelo Instituto Histórico como seu sócio efetivo de primeira hora. Um mérito que à época foi tentado por muitos e conseguido por poucos.

José Torquato foi ainda comerciante, tendo sido proprietário da Padaria Progresso, no Porto, por muitas décadas considerada o melhor estabelecimento no gênero em Cuiabá.

Foi ainda, na última fase de sua laboriosa vida profissional, secretário da Repartição de Viação e Obras Públicas do Estado, cargo esse em que veio a se aposentar num merecido descanso de sua intensa atividade por várias décadas de trabalho e responsabilidade.

José Torquato da Silva, faleceu em Cuiabá, em 25 de agosto de 1947, aos 79 anos de idade, deixando 7 filhos.

José Torquato pautou sua vida na honradez de seu trabalho e na dignidade com que criou a sua família e educou os seus filhos. O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, sempre se sentiu honrado com a presença em seus quadros, de homens como José Torquato da Silva.

JOSÉ VAZ CURVO

Anibal Alencastro

Nascido em Cuiabá em 25 de julho de 1875 e falecido a 24 de dezembro de 1943, filho de Joaquim Vaz de Campos e Ana Tereza Vaz de Campos, casou-se com Aurora de Mattos Curvo em 22 de junho de 1905. Seus filhos foram: Vaz Curvo, Laura Vaz Curvo, Ana Tereza Vaz Curvo, José Vaz Vaz Curvo, Ana Tereza Vaz Curvo, José Vaz Curvo, Aira Tereza Vaz Curvo Mauro Vaz Curvo.

Em 1806 – 1894 Foi nomeado Oficial da Escrevedoria da Caixa Econômica de Mato Grosso.

Em 08/07/1896 foi nomeado 2º escriturário da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional.

Portaria de 10/06/1904 foi nomeado para instalar e administrar a mesa de Rendas de Bela Vista.

Em 06/12/1906 foi nomeado 1º Escriturário da Alfândega de Cuiabá.

Por decreto 13/01/1925 foi nomeado contador da Delegacia Fiscal de Mato Grosso.

Exerceu a função de Delegado Fiscal do Tesouro Nacional em Mato Grosso em 1934.

Foi Major da Guarda Nacional.

MAJOR OCTÁVIO PITALUGA

Paulo Pitaluga Costa e Silva

Nasceu em Cuiabá a 5 de novembro de 1880, filho de Ildefonso Peixoto de Almeida Pitaluga e de Maria Carolina Peixoto de Azevedo Pitaluga. Descendente pelo lado paterno dos Peixoto de Azevedo que aportaram em Cuiabá em cerca de 1748, e dos Pitaluga vindo de Goiás por volta de 1830. Pelo lado materno, provém também diretamente dos Peixoto de Azevedo.

Fez os seus primeiros estudos nas escolas particulares da professora Corsina Pitaluga Poyart, prima de seu pai, na de Solano Alves Pereira e na do professor João Christião Cartens, entre os anos de 1888 a 1891.

Por volta de 1891, juntamente com o amigo de infância Francisco de Aquino Corrêa, seu vizinho, em companhia de seu irmão mais novo, Jaime Pitaluga e outros meninos das redondezas do bairro do Mundéu, idealizou e concretizou uma exploração

córrego da Prainha acima, até as suas nascentes. Queria saber onde nascia a Prainha. Era o seu espírito investigativo, aventureiro e desbravador que já despertava com essa pequena mas brava expedição realizada em companhia de seus amigos de infância.¹

Freqüentou o curso secundário no Seminário da Conceição, então administrado pelos padres lazaristas, entre 1892 e 1893. Terminou o secundário no Ateneu Cuiabano, entre 1895 e 1896, finalizando assim, tudo o que poderia se esperar do ensino em Cuiabá.

Optou pela carreira militar, sentando praça em Cuiabá a 7 de janeiro de 1897. Em fins desse mesmo ano seguiu para Porto Alegre em viagem a vapor pelo rio Cuiabá até Corumbá. Daí até Assunção e Buenos Aires. Atravessou o rio da Prata para Montevidéu, e dessa capital, num pequeno vapor até Porto Alegre. Na capital gaúcha estudou por um ano e matriculou-se, em 1898, na Escola Preparatória Militar, freqüentando-a por todo esse ano. Transferiu-se em 1899 para o Rio de Janeiro, onde matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha, tendo aí concluído o curso geral da arma de Infantaria em 1902, sendo então nomeado Alferes Aluno.

Em 1903, já oficial, continuou na escola militar fazendo mais alguns cursos de especialização, por mais alguns meses.

Nessa época, fervilhava na escola militar as idéias positivistas de Augusto Comte. A República, anos antes, havia sido o despontar e a concretização maior desse ideal. Octávio Pitaluga, estudioso, filiou-se à essa corrente filosófica e a sua carreira militar e política, posteriormente, foi sempre calcada nos princípios e ideais positivistas.

Ainda em 1903 foi transferido para o 2º. Batalhão de Artilharia de Posição em Corumbá, sendo em princípios de 1904 transferido para o 8º. Batalhão de Infantaria em Cuiabá.

Na capital do Estado começou a tomar parte ativa da política mato-grossense. A atividade política estava no seu sangue. Filiou-se em 1904 à corrente e ao partido do então presidente do Estado, Antonio Paes de Barros, o Partido Republicano Constitucional de Mato Grosso.

Em 1906, teve uma atuação efetiva na revolução desse ano, defendendo com armas na mão e tropas na rua, o presidente, amigo e correligionário Totó Paes. Acima de tudo, defendia a legalidade democrática. O historiador Glauco Carneiro, a ele se refere: *Do alto do morro do Bom Despacho, o alferes Otávio Pitaluga manobrava os canhões Krupp postos à disposição de Totó Paes e mandava bombas ao Coxipó da Ponte, forçando Ponce, repetidas vezes, a mudar o local do seu quartel general.*² A sua ação somente não foi mais eficiente, a ponto de repelir as forças ponceistas, porque ele não tinha à sua disposição um observador avançado, que melhor orientasse seus tiros de canhão.

Terminada a revolução com a vitória de Ponce e a morte de Totó Paes, sua casa no Mundéu, quase em frente à Santa Casa, foi cercada, baleada pelos vitorisos

² - CARNEIRO, Glauco. *História das revoluções Brasileiras*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965, 1º. volume, p.161

¹ - Fato relatado por Jaime Pitaluga a seu neto e autor, Paulo Pitaluga Costa e Silva.

revolucionários, sendo Octávio Pitaluga preso e remetido para o Arsenal de Marinha, no Porto. Como combatia em favor da legalidade e do governo constitucional de Totó Paes, assim que chegou à Cuiabá a coluna do general Dantas Barreto, enviada pelo Presidente da República para defender o governo democrático, foi imediatamente solto pelos seus colegas de farda.

Durante o seu período de prisão, no bairro do Porto, ficou conhecendo Maria Nina Moreira, filha do chefe político Neco Moreira e de Mariana de Almeida Serra Moreira. Neco Moreira, adversário político de Octávio Pitaluga, não obsteu o casamento de ambos, realizado em 23 de dezembro de 1906. Desse enlace, deixou três filhos, Plínio Pitaluga, general do Exército, Octávio Pitaluga Filho, funcionário público federal, e Venina Pitaluga.

Em 10 de janeiro de 1907 foi promovido a 2º. tenente e transferido para o 7º. Regimento de Infantaria, em Niterói. No ano seguinte, 1908, retornou novamente para o 8º. Batalhão de Artilharia de Posição em Corumbá.

Em março de 1909 foi removido para a 13ª. Companhia de Caçadores em Cuiabá, e nessa ocasião iniciou despontar como figura de proa na guarnição cuiabana do exército, bem como tornou-se pessoa de escol na sociedade cultural e política de sua terra.

O anti-clericalismo de Octávio Pitaluga vinha de berço. Nos anos 80 do século XIX, seu pai, o major da Guarda Nacional Ildefonso Pitaluga teve um sério atrito com um padre italiano do Liceu Salesiano São Gonçalo. Sua esposa, Maria Carolina, freqüentava amiúde a capela desse colégio, e um dia foi desfeiteada por esse padre italiano, que rezava as missas nessa pequena Igreja. O atrito entre ambos aumentou a tal ponto, que um dia o Major Ildefonso Pitaluga foi tomar satisfações com o tal sacerdote e, entrando em vias de fato, chegou a bater no padre. Na época, foi terrível a repercussão do lamentável ocorrido, e esse episódio afastou de vez a família Pitaluga da igreja católica.

Assim, sem segura formação religiosa, abraçar o positivismo foi um pequeno passo. No dia 21 de abril de 1909, juntamente com o advogado João Cunha, Octávio Pitaluga fundou a Liga Mato-grossense dos Livre-Pensadores. Esta associação, durante toda a sua vida institucional, além de se lançar à causa positivista, dedicou-se também a infernizar a vida do Arcebispo de Cuiabá, D. Carlos Luís d'Amour.

Os diretores da Liga fundaram um jornal, *A Reacção*, onde disseminavam a sua filosofia, os seus ideais positivistas, e ainda distilavam o ódio latente contra a igreja católica, o clero mato-grossense e em especial o pobre bispo D. Carlos.

É positivamente da autoria de Octávio Pitaluga um folheto que circulou em Cuiabá em 1909: *Ao Público Sensato: Carta Aberta da Liga Mato-grossense de Livres Pensadores refutando as insidiosas e pérfidas insinuações contidas na última Pastoral do arcebispo D. Carlos Luiz d'Amour*.³ Esse documento polêmico e

³ - O Dr. Luis-Philippe Pereira Leite, em depoimento gravado em julho de 1998 a Paulo Pitaluga Costa e Silva, assegurou ter conhecimento que esse folheto era de autoria única de Octávio Pitaluga.

combativo ensejou uma resposta do arcebispo, contido também num folheto de ampla circulação: *Carta aberta aos cuiabanos de bom pensamento pela qual fica patente a asnática ignorância dos Livre Pensadores.*

Posteriormente, em continuação das brigas entre a Liga e o Clero, no falecimento de importante político de Mato Grosso, o pároco da igreja Matriz não permitiu que o caixão fosse levado para o interior da Catedral coberto com a bandeira brasileira. Achava o Vigário Geral que o dístico *Ordem e Progresso*, por ser positivista, afrontava a doutrina espiritual católica. Os membros da Liga, em atenção e apoio à católica família do defunto, revoltaram-se na porta da Matriz e, a *manu militari*, entraram com o caixão Igreja adentro. No mesmo dia, estenderam no Largo da Matriz, uma imensa faixa verde e amarela com os dizeres *Praça da República*, nome esse imediatamente sufragado e aprovado pela Câmara dos Vereadores de Cuiabá, e que persiste até hoje.

Outro episódio que envolveu a Liga e a Igreja, foi uma procissão do Senhor Morto efetuada pelos livre pensadores em Cuiabá. Fantasiados de padres e de freiras, fizeram uma procissão pelas principais ruas de Cuiabá. Descendo a rua Treze de Junho, parando na frente da residência episcopal de D. Carlos, rezaram e cantaram hinos religiosos. O bispo, de sua janela, placidamente anotou os nomes de todos os participantes da tal procissão e no domingo seguinte proferiu a excomunhão de todos eles. Uma das primeiras excomuniões saiu para Octávio Pitaluga. Posteriormente, D. Aquino Corrêa, hábil político, foi paulatinamente anulando as excomuniões assinadas por D. Carlos.

Em 10 de julho de 1912, Octávio Pitaluga foi promovido a Capitão.

Por interferência do então Coronel Caetano Manoel de Farias e Albuquerque, seu adversário político e íntimo amigo de D. Carlos, Octávio Pitaluga, foi transferido para a 13ª. Companhia Isolada, sediada em Foz do Iguaçu. Muito provavelmente, por detrás de Caetano de Albuquerque estivesse o bispo D. Carlos.

Octávio Pitaluga, mais uma vez desceu o rio Cuiabá de lancha até Corumbá, daí para Assunção e Buenos Aires. Da capital argentina tomou um navio até o Porto de Paranaguá, subindo a serra do Mar de trem até Curitiba. Da capital paranaense, foi de carroça até Guarapuava onde ficou interinamente adido ao 2º. Regimento de Cavalaria, seguindo, posteriormente, para a sua unidade militar em Foz do Iguaçu.

Servindo no quartel do Exército dessa cidade, local frio e inóspito, contraiu sérios problemas de saúde, e em breve tempo, conseguiu ser removido de volta para a sua terra natal. Talvez para o desgosto de D. Carlos Luiz d'Amour. Em fins de 1913 já havia sido oficialmente removido para o 13º. Regimento de Infantaria em Corumbá.

Em 1914 foi transferido para o 13º. Batalhão de Caçadores e lançou a sua candidatura a deputado estadual.

Como Deputado elegeu-se pela primeira vez em 1914, continuando a representar ininterruptamente o povo na Assembléia por 15 anos, até o seu falecimento em 1929.

Com o Deputado Francisco Pinto de Oliveira fez uma dobradinha que se eternizou na Assembléia. Chico Pinto como Presidente e ele como 1º. Secretário, foram os grandes comandantes, por mais de uma década, do poder legislativo de Mato Grosso.

O fato mais notável desse período foi a sua participação na *Caetanada* em 1916, uma das muitas quarteladas ocorridas em Mato Grosso. Problemas políticos fizeram o Presidente Caetano de Albuquerque romper com o seu partido político, o Partido Republicano Conservador. Tropas na região sul do Estado, ameaçavam os adversários do Presidente. O andar dos acontecimentos atingiu a Assembléia Legislativa, cujos deputados, por se sentirem ameaçados, requereram e obtiveram um *habeas corpus*. Entrementes, em face dessas mesmas ameaças, os deputados, em atitude inédita, mudaram a sede do Poder Legislativo mato-grossense para Corumbá. Nisso, o Deputado Aníbal de Toledo apresentou um pedido *impeachment* contra Caetano de Albuquerque logo transformado em um processo. Por manobras conduzidas por Chico Pinto e Octávio Pitaluga, foi aprovado o *impeachment* e destituído o Presidente. Toda a condução legal do processo, a votação parlamentar, inclusive a comunicação oficial, foi feita pelo deputado Octávio Pitaluga.

Enquanto deputado estadual, na Assembléia, muito se bateu pela construção de uma estrada de ferro para Cuiabá. Sua idéia era a extensão de um ramal da Noroeste do Brasil, desviado a partir de Três Lagoas ou de Ribas do Rio Pardo até Cuiabá. Grande foi a sua atividade quando a Assembléia estava aprovando, em 1921, a concessão de uma estrada de ferro ao engenheiro Oscar Moreira. Infelizmente não conseguiu ver esse seu sonho realizado.

José Barnabé de Mesquita, no diz em artigo de sua lavra: *Percorrendo os anais da Assembléia, de duas décadas para cá, ver-se-á que, tanto na tribuna, como no trabalho das Comissões, Pitaluga foi sempre um estudioso de nossos problemas, administrativos e políticos, para cuja solução muitas vezes concorreu. Propondo a criação de novos departamentos policiais e judiciários, alvitando providências atinentes à boa marcha dos serviços públicos, retificando, por impróprios e errôneos, os nomes de acidentes geográficos, cuidando, mediante lúcida exposição do problema, da proteção à indústria dos poiais, uma das nossas fortes fontes de receita, nota-se a ação do dedicado mandatário norteadada pelo patriotismo e amor aos nossos magnos problemas.*⁴

Uma de suas mais belas propostas de lei, foi enfeixada no trabalho *Necessidades e vantagens da proteção da Ipecacuanha*,⁵ onde, exortando a

⁴ - MESQUITA, José Barnabé de. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá: tomo 151/2, 1994, p. 348/50.

plantação e fiscalização dessa riqueza de nossa flora e ainda, a proteção das matas ciliares, das nascentes, posicionando-se contra os incêndios provocados, mostrou toda a sua preocupação ambiental. Tornou-se, assim, o primeiro ecologista de Mato Grosso. Um homem com idéias avançadas no tempo.

A 10 de janeiro de 1918 foi promovido a Capitão.

Em 1924, foi nomeado comandante do Contingente da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, a Comissão Rondon, independente de suas funções de Deputado Estadual.

Na Comissão Rondon, destacou-se pela sua amizade com o general Rondon, e os seus serviços em várias regiões de Mato Grosso. Foram inúmeros os seus trabalhos de demarcação, observações astronômicas, medições de terras, recuperação de linhas telegráficas, instalação de postos telegráficos. E principalmente, a sua principal obra, Rondonópolis.

Ele traçou com o próprio punho o projeto urbano dessa cidade, e, como deputado, lhe deu o nome de Rondonópolis. O próprio Rondon nos conta:

[...] *Há alguns anos passados, por proposta do saudoso militar, então deputado à Assembléia do Estado, Major Octávio Pitaluga, tomou esta Vila a denominação com que hoje é conhecida na corografia de Mato Grosso - o que representa mais uma excessiva demonstração de apreço e gratidão que tanto me desvanece. E, vem a pêlo, registrar, todavia, que me insurji contra a generosa idéia de Pitaluga que constituiu projeto aprovado naquela Assembléia e sancionada pelo Executivo [...]*

[...] *A planta do Patrimônio da antiga povoação do Rio Vermelho foi levantada pelo destemeroso e patriota Capitão Octávio Pitaluga [...]. Ficou concluído em fevereiro de 1918 [...].*⁶

Como bom desenhista, seus trabalhos topográficos, representados por mapas e plantas, eram de uma beleza rara e cuidado ímpar, e portanto, muito respeitados pela precisão de detalhes e correção de medidas.

Ainda servindo à Comissão Rondon, teve a oportunidade de efetuar várias expedições, na região do vale do rio das Mortes, em busca de carvão mineral e petróleo. Nessas diligências teve também a oportunidade de fundar a hoje cidade de Alto Garças.

Segundo o historiador José Barnabé de Mesquita, *A ação de Otávio Pitaluga pode ser apreciada sob triplice aspecto: como técnico a serviço a Comissão Rondon; como deputado, que o foi por várias legislaturas e como jornalista estudioso de nossas coisas.*⁷

⁵ - PITALUGA, Octávio. *Necessidades e vantagens da proteção à Ipecacuanha*. Cuiabá: IHGMT, 1998 (Publicações Avulsas, 8)

⁶ - RONDON, Cândido Mariano da Silva. Mensagem enviada pelo Exmo Sr General Cândido Mariano da Silva Rondon, para ser lida [...]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá: tomo 145, 1997, p. 141/4

⁷ - MESQUITA, José Barnabé de. Op. Cit.

A 1º. de janeiro de 1919, foi eleito sócio efetivo do Instituto Histórico de Mato Grosso, na mesma data de sua fundação, indicado pela totalidade dos sócios fundadores.

Em 1922, enquanto deputado, foi transferido para o 16º. Batalhão de Caçadores em Cuiabá.

Em 16 de junho de 1926 foi promovido a major. Nesse mesmo ano destacou-se como comandante de forças militares que perseguiram a coluna Prestes na região de Rosário, Cáceres e rio Manso.

Era exímio flautista e tocava em saraus lítero-musicais de Cuiabá. Estêvão de Mendonça contando a fundação do Club Internacional em Cuiabá e a inauguração do mesmo com animado concerto e baile em 1º. de janeiro de 1905, nos dá a programação realizada, mencionando:

1ª. Parte

1- [...]

2- "Calme de Soir". Reverie para mandolinos, flauta e piano.

Mmes. Soares e Addor, senhoritas Cecília Velasco, Adélia Pitaluga e Judith Catilina, e o sr. Octávio Pitaluga

3- [...] ⁸

No Club Internacional era ainda professor de esgrima.

Como jornalista, deixou uma produção extensa, mostrando sempre a sua preocupação com o desenvolvimento de seu estado, suas posições e opiniões políticas, relatando eventos, e ainda, com o seu extremo patriotismo e sempre externando a sua eterna filosofia positivista.

Contribuiu com matérias para os jornais *O Rebate*, *O Debate*, *O Pharol*, *O Republicano*, *O Correio do Estado*, *O Democrata*. Ajudou a fundar e a manter o jornal *A Reação*, órgão da Liga Mato-grossense dos Livres Pensadores.

Impulsivo em suas manifestações, apaixonado em suas opiniões, impetuoso em suas idéias. Um homem arrebatado, consciente de suas posições, de seus deveres como cidadão mato-grossense, e ardoroso em sua defesa ao Exército brasileiro. Democrata convicto, defendeu a democracia com armas na mão na revolução de 1906 e com palavras corajosas durante o período em que foi parlamentar. Com o Exército cumpriu todas as funções que lhe foram designadas, inclusive servindo na Comissão Rondon, dando o máximo de si, sacrificando a própria família pelos seus deveres de militar.

Pai de família extremado, marido dedicado, faleceu em Cuiabá em 12 de novembro de 1929, de complicação renal, provavelmente adquirida a doença em suas penetrações pelo interior mato-grossense servindo na Comissão Rondon e quando servia em Foz do Iguaçu.

⁸ - MENDONÇA, Estêvão de. *Datas Mato-grossenses*. 2ª. ed. Cuiabá: Gov. do Estado, 1972, 1º. v., p.178/9, data de 12 de abril.

O major Pitaluga, deixou o seu nome indelevelmente ligado à história de Mato Grosso, pela sua postura ética de parlamentar, jornalista, militar, sempre defendendo com denodo as causas que abraçava e, principalmente, pelo amor que dedicava ao seu estado natal.

No dizer de seu filho, o General Plínio Pitaluga, ... *soube na profissão de militar ou nas outras atividades como político, sertanista e estudioso dos problemas humanos, impor-se à admiração dos colegas, dos conterrâneos, independentemente de convicções políticas e religiosas. Preocupado com os inúmeros problemas do grande estado de Mato Grosso, buscou na esfera política apresentar projetos objetivos quanto à agricultura, colonização, direitos humanos e os problemas dos índios.*⁹

[...] *Dotado de grande inteligência, de ampla cultura política e social, não descuidou dos problemas dos direitos humanos, da liberdade de expressão e de ação, chegando, como sócio do Club dos Operários, a buscar nas fontes primárias as razões do desequilíbrio social.*¹⁰

Octávio Pitaluga, não fosse a sua morte prematura aos 48 anos de idade, provavelmente, teria dado muito mais de si em favor de sua terra e se distinguido mais ainda no mundo político e cultural mato-grossense.

OCTAYDE JORGE DA SILVA

Elizabeth Madureira Siqueira

A História da Educação e da Cultura mato-grossenses devem muito a Octayde Jorge da Silva, personalidade que dignificou esses dois campos do fazer social.

Cuiabano de nascimento (3 de fevereiro de 1926), Octayde era filho de Octávio Cassiano da Silva e Alayde Jorge da Silva, personalidades que deram uma esmerada educação ao filho. Seus primeiros estudos foram realizados na Escola Modelo “Barão de Melgaço”, instituição criada nos primórdios do regime republicano e colégio de aplicação das modernas teorias pedagógicas ministradas junto à Escola Normal “Pedro Celestino”. Prosseguiu ele os estudos junto ao primeiro estabelecimento público de ensino secundário, o Liceu Cuiabano, hoje denominado, com muita justiça, Liceu Cuiabano “Maria de Arruda Müller”. O preparatório cursou no Rio Grande do Sul, junto à Escola Preparatória de Porto Alegre, entre 1943 e 1945, após o que, ingressou

⁹ - Carta via e-mail de 17 de fevereiro de 1999, do General Plínio Pitaluga ao autor Paulo Pitaluga Costa e Silva.

¹⁰ - Idem, ibidem.

na Academia Militar de Agulhas Negras, instituição de renome nacional e internacional. O aperfeiçoamento de seus estudos militares foram realizados junto à ADESG.

Sua brilhante carreira teve início junto à Escola Regimental do 18º RI, na capital gaúcha, onde foi Diretor, sendo transferido, como Comandante, do 16º Batalhão de Caçadores de Cuiabá, o que ensejou seu regresso à terra natal. Da capital mato-grossense, serviu ele, também, junto ao 2º Batalhão de Fronteira de Cáceres.

No setor estritamente educacional, seu nome ligado à Escola Técnica Federal de Mato Grosso, instituição onde ingressou, na categoria de Chefe do Departamento de Ensino, tendo lecionado, junto à mesma Instituição, diversas disciplinas.

O Acadêmico Dr. Leopoldino Marques do Amaral, estudioso dessa personalidade, levantou as múltiplas atividades intelectuais de Octayde Jorge da Silva, com destaque às palestras que versavam sobre os Estudos de Problemas Brasileiros. Um destaque especial foi dado, pelo Acadêmico Leopoldino, às suas condecorações:

Medalha e Diploma do Sesquicentenário da Independência do Brasil – 1972, oferecida pela UFMT;

- *Medalha “Nilo Peçanha” – 1982 – conferida pelo MEC;*

- *Medalha de 20 anos de bons serviços prestados ao Exército;*

- *Medalha e Diploma da Ordem do Mérito de Mato Grosso, grau Comendador – 1983;*

- *Teve seu nome escolhido para encabeçar a turma de Licenciatura em Ciências Físicas e Biológicas da UFMT – 1980 e 1981;*

- *Diploma de sócio fundador da LDN;*

- *Foi escolhido Secretário de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso, tendo declinado do honroso convite.¹*

Contraíu matrimônio com Lília Cuiabano Lino da Silva, que conserva carinhosamente um precioso acervo sobre a trajetória profissional e intelectual de seu esposo.

Pelos seus méritos, o Cel. Octayde, como era chamado, pertenceu a muitas instituições culturais: Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Membro efetivo (Cadeira nº 9) da Academia Mato-Grossense de Letras, Membro do Conselho Estadual de Educação, função que exerceu por 8 anos consecutivos, Membro do Conselho Fiscal do CENEC, Fundador e membro da LDN, Representante da Escola Técnica Federal de Mato Grosso junto à Secretaria de Estado da Educação e junto ao PRODASEC.

De sua trajetória intelectual, deixou publicadas as seguintes obras:

- *Um estudo de História de Mato Grosso*, iniciativa importante para o despertar dos ensinamentos históricos sobre Mato Grosso. Obra didática, serviu como roteiro de estudos não somente para os alunos da Escola

¹ - AMARAL, Leopoldino Marques do. “Cadeira nº 9”. In: *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*, 1996. (Comemorativa ao Jubileu de Diamante), p. 107-108.

Técnica Federal, mas base de apoio para outros estudantes.

- “Mas, como definir o indefinível...” *RIHGMT*, 1985.
- “Cuiabá – São Benedito”. *RIHGMT*, 1978.
- “A integridade da Imprensa (Divisão do Estado. *RIHGMT*, 1978.
- “Caxias”. *RIHGMT*, 1981.
- “A História é assim, se lhe interessa”. *RIHGMT*, 1983.
- “À guisa de prefácio”. *RIHGMT*, 1984.
- “Um busto para Rubens de Mendonça”. *RIHGMT*, 1984.
- “Tentativa de diálogo, numa primeira entrevista”. *RIHGMT*, 1986.
- “Quem viver verá...!” *RIHGMT*, 1987.
- “O tempo não apaga”. *RIHGMT*, 1987.
- “Discurso na solenidade de comemoração do Centenário de Nascimento de Isac Póvoas”. *RIHGMT*, 1988.
- “Uma estranha no Areão”. *RIHGMT*, 1989.

MARIANO AUGUSTO DE FIGUEIREDO

Luis-Philippe Pereira Leite

Mariano Augusto de Figueiredo veio de Cáceres para Cuiabá e descendia de numerosa família.

Exerceu o cargo de Delegado Fiscal, em Cuiabá, onde se casou com uma das filhas de Gabriel Novis Neves. Transferido para o Rio de Janeiro, ali terminou sua brilhante carreira junto ao Ministério da Fazenda.

[Este texto foi composto pelo Dr. Luis-Philippe, dias antes de ser internado no hospital, constituindo, portanto, uma de suas últimas produções]

MIGUEL CARMO DE OLIVEIRA MELO

João Alberto Novis Gomes Monteiro¹

Corria o ano de 1.877 quando, em Cuiabá, a 8 de maio, nasceu o último dos cinco filhos de João de Oliveira Melo e Maria Vila Forte Melo.

Jamais poderia continuar, esta história, sem abordar a heróica figura de João de Oliveira Melo - “o Bravo” - pai e modelador do caráter de nosso biografado.

¹ - O autor é sócio efetivo e membro do Conselho Fiscal do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, membro efetivo da Academia Mato-grossense de Letras, da qual é o atual presidente

Natural de Maceió, capital da então Província das Alagoas, onde nasceu a 5 de fevereiro de 1.836, dedicou-se à carreira das armas e, atingindo o posto de segundo-Tenente, foi transferido para o Corpo de Artilharia de Mato Grosso . Em 1.861 já servia no Forte de Coimbra, à margem do rio Paraguai, abaixo de Corumbá - sede do município a que pertence . Ali, em 1.854, viu-se envolvido na guerra contra o ditador Solano Lopes . Teve destacado papel nesta defesa de sua cidadela repelindo, por várias e sucessivas vezes, as ondas de assalto de um inimigo ao fim vitorioso pela grande superioridade numérica e de recursos bélicos . Retirando-se para Corumbá, a 2 de janeiro de 1.865 recusou-se a cumprir vergonhosa ordem superior - gerada pelo pânico diante da aproximação do invasor - de abandonar a cidade, sem esboçar qualquer reação . Foi um dos poucos oficiais de brio que, inconformados, não se atemorizaram com a rápida aproximação do usurpador . Assim, o tenente Melo, dispensando o transporte, a que como oficial teria direito, preferiu ser solidário com os civis e a tropa subalterna, deixados ao abandono . Num grande feito militar, mas gerado pelo seu sentimento de solidariedade humana, colocando-se à frente de quatrocentas pessoas, dentre as quais duzentas e trinta praças, conduziu-as a salvo, através do Pantanal bruto, numa sacrificada jornada de quatro meses em época chuvosa e a 30 de abril chegava à Capital, onde foi recebido como herói pelo povo e autoridades . Sua coluna não teve perdas, ao contrário, chegou acrescida pelos nascidos durante a retirada . Posteriormente, Melo ainda teve importante participação nesta mesma guerra, inclusive na retomada de Corumbá, quando foi comandante da 5a. Companhia do Batalhão de Antônio Maria Coelho . Pela sua exemplar conduta nestes episódios fez jus à alcunha de “Melo - o Bravo” . Pelo mesmo motivo temos, na zona central de Cuiabá, uma rua denominada “General Melo” . Depois do conflito, estabeleceu-se definitivamente nesta cidade, onde constituiu família . Morreu afogado, em um acidente no rio Cuiabá, na Usina Conceição, a 17 de abril de 1.899 . Contava, então, 63 anos e era General-de-Divisão reformado .

Como muitos defensores do Forte de Coimbra, Melo - o Bravo nutria especial devoção pela Santa Padroeira dessa fortificação - Nossa Senhora do Carmo -, daí a origem do nome dado ao seu caçula - Miguel Carmo - que, como cidadão, muito se destacou em sua profissão e nos campos político, administrativo e cultural .

Miguel Melo fez seu curso primário e o secundário em Cuiabá, sempre se distinguindo como bom aluno .

Em 1.897 partia de sua terra natal, enfrentando a longa viagem, via rio da Prata e subindo nosso litoral Sul, até o Rio de Janeiro, onde iria matricular-se na Escola Militar, talvez influenciado pelo belo exemplo paterno .

No ano seguinte, reconhecendo sua falta de vocação para a carreira das armas, desliga-se da Escola Militar da Praia Vermelha e passa a ter como objetivo a Escola Politécnica, onde ingressa em 1.899 . Iniciava, assim, um curso reputado, na época, como o mais difícil do país . Mas, como a vida é feita de momentos - uns felizes,

encontraste com outros de infelicidade -, para toldar sua alegria pela aprovação e início do curso, recebe, logo após, a triste notícia do falecimento do pai .

Foi um aluno brilhante! Quando cursava os dois últimos anos de engenharia, por nomeação, exerceu as funções de assistente da cátedra de Astronomia e Geodésica e, por impedimento do titular, durante este período, ministrou as aulas do currículo com evidente capacidade.

Formou-se engenheiro civil em 1.904, classificado como primeiro aluno da turma .

Pelo seu brilhantismo teve, como recompensa, um prêmio de viagem aos Estados Unidos, onde fez longo estágio de aperfeiçoamento . Retornando à Pátria, dedicou-se ao magistério e à profissão na qual se destacou como muito capaz, mesmo numa época em que cintilavam, no Rio de Janeiro, grandes astros da engenharia nacional como Pereira Passos, Sampaio Correia e outros notáveis . Porém, jamais escondeu seus dois maiores desejos : constituir família e retornar ao seu Mato Grosso, tão carente de engenheiros .

Casa-se com sua prima-irmã, Adelaide Vila Forte Melo, com quem teve dois filhos : Marina de Oliveira Melo e Miguel de Oliveira Melo .

Muito saudoso da terra natal, em 1.913 retorna a Cuiabá, onde, associando-se ao seu colega Alfredo Magalhães, passam a trabalhar sob o nome de “Magalhães e Melo”, em construções civis . Da Capital da República trouxe o seu entusiasmo, sua capacidade profissional, o amor à terra-berço e ... uma profunda mágoa: sua esposa não o acompanhou .

Como empreiteira do Estado, sua firma constrói o Palácio da Instrução, o Grupo Escolar Senador Azeredo e a ponte sobre o rio Coxipó-açu - no Distrito da Guia - em Cuiabá . Em Corumbá, instala o serviço de abastecimento de água da cidade .

Com o rápido desenvolvimento de Campo Grande, exigindo sua constante presença à frente das obras ali contratadas por sua empreiteira, em 1.916 Miguel Melo muda-se para aquela cidade sulina .

No governo do presidente General Caetano de Albuquerque, retorna a Cuiabá para exercer as funções de Chefe de Polícia e, posteriormente, de Secretário de Agricultura do Estado. Em 1.917, com a intervenção federal, após o impedimento do general-presidente a que servia, volta a Campo Grande e à administração de sua empresa.

Em 1.918, no governo de D. Aquino Corrêa, foi para Corumbá, como fiscal das obras do prédio do Grupo Escolar Luís de Albuquerque e, ao mesmo tempo, das minas do Urucum .

Em 1.919, participa da demarcação dos ervais da fronteira com o Paraguai .

Retorna a Campo Grande, em 1.920, onde exerceu as funções de Engenheiro da Prefeitura Municipal .

Durante a revolução de Isidoro Dias Lopes e a invasão do território mato-grossense pela Coluna Prestes (1.925-1.926), foi incumbido, por nomeação do general Malan, então comandante da Circunscrição Militar, de organizar e chefiar as forças patrióticas incumbidas de dar combate ao invasor . Mas as qualidades militares do pai não se transmitiram geneticamente ao filho que não teve sucesso como soldado . Melo,

desta vez, se confirmava vocacionalmente como civil preparado para brilhar em sua profissão de engenheiro e na vida pública. Contudo, não sendo omisso ou covarde, em 1.932 volta a participar de um movimento armado, abraçando a causa da legalidade

Sua atuação política foi marcante : vereador por Cuiabá e por Campo Grande - nestas duas ocasiões ocupando a presidência da Câmara - , Intendente de Campo Grande ; deputado estadual em várias legislaturas e deputado federal, eleito como classista na qualidade de representante da Associação de Imprensa de Mato Grosso .

Volta a ocupar a Secretaria de Agricultura do Estado em 1.936, no segundo governo de Mário Corrêa .

De 1.947 a 1.951, com Arnaldo Estevão de Figueiredo como governador, foi diretor da Comissão de Estradas de Rodagem de Mato Grosso .

Como jornalista, além de redator do “Correio Mato-grossense”, colaborou com vários outros jornais do Estado .

Deixou inacabada a biografia do seu pai a qual, nos seus últimos dias, se dedicava com amor e zelo .

Foi um dos fundadores da Associação Mato-grossense de Imprensa e um dos primeiros sócios efetivos do Instituto Histórico de Mato Grosso - mais tarde Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso -, que, desde a sua fundação, se apresenta como o maior guardião da Memória mato-grossense .

Quando, a 7 de setembro de 1.932, o Centro Mato-grossense de Letras passou à denominação de Academia Mato-grossense de Letras com a devida reestruturação e o aumento do número de suas Cadeiras, a Miguel Melo foi destinada, pelos luminares da intelectualidade da época, a Cadeira de número 3, que tem o patrocínio de Ricardo Franco de Almeida Serra . Por uma curiosa coincidência, esta Cadeira, desde o seu Patrono, vem sendo ocupada por alguém que teve ligação com o Forte de Coimbra ou com Corumbá - o município onde ele se situa -, vejamos : Patrono, Ricardo Franco de Almeida Serra, heróico defensor do Forte ; fundador e primeiro ocupante, Miguel Carmo de Oliveira Melo, filho de outro valoroso combatente na defesa daquela praça de guerra ; segundo ocupante, Lécio Gomes de Souza, general-médico que serviu, por longos anos, na 2a. Brigada Mista, em Corumbá, à qual pertence aquela fortificação ; terceiro ocupante, Rubens Mendes de Castro, notável poeta por muitos anos residente na “Cidade Branca” .

O dr. Melo só não era um solitário porque sua casa vivia cheia de amigos . Por duas vezes preparou sua morada para receber a esposa, que jamais cumpriu a promessa de acompanhá-lo a Mato Grosso. Restou-lhe a companhia dedicada da “Dona Bem”, serviçal que o cuidava com verdadeira devoção e estava sempre pronta para o preparo de recepções a amigos e convidados do patrão .

Inteligente, rápido de raciocínio, culto, prestativo e ponderado, via respeitados os seus conselhos e opiniões nas esferas política, administrativa e profissional . Entrevistei várias pessoas que com ele tiveram contato socialmente mais efetivo : afilhados, amigos e ex-funcionários da extinta Comissão de Estradas de Rodagem ;

destes, ouvi uma opinião unânime : *O dr. Melo foi um chefe de exemplar conduta .* Importante colaboração me foi trazida pela sra. Alaíde Prado, afilhada do biografado e filha de Álvaro Duarte Monteiro, seu amigo e contador por muitos anos .

Das várias citações de Miguel Melo, em momentos difíceis, os amigos se lembraram: *Não há situação desesperadora... há desesperados* e “Vamos esfriar a cabeça, parar para pensar e tudo se resolverá com eficiente clareza .”

Amava seu viver e, já idoso, costumava dizer : *Só uma frustração levo da vida : o não poder viver mais vinte anos . Gostaria de ver todas as evoluções pelas quais o mundo vai passar.*

Todos os que com ele conviveram sentem saudades da sua agradável e fortificante companhia .

Dos seus negócios particulares, como mostra de seu amor pela Natureza, possuía duas chácaras : uma era a estância leiteira denominada “Retiro” e outra, recreativa - antiga chácara do Gardés, onde mais tarde foi a “Boite Sayonara” -, ambas no Coxipó . Lembro-me de que veio da ua “Retiro”, por muito tempo, na minha infância, o fornecimento de leite para nossa casa .

Miguel Carmo de Oliveira Melo faleceu, na mesma terra que o viu nascer, em setembro de 1.961, aos oitenta e quatro anos de idade .

Agora, quando das comemorações dos 80 anos do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, lembramos seus fundadores e primeiros sócios, sou grato ao dr. Melo por ter deixado, com seu viver neste mundo, motivo para reescrever - já o havia feito há cinco anos - esta inspirada página, numa época tão carente de bons exemplos

NILO PÓVOAS

Lenine C. Póvoas

Nascido em Cuiabá, a 2 de outubro de 1891, filho de Pedro Fernandes Póvoas (veterano da Guerra do Paraguai), e de D. Galdina Virgínio Póvoas.

Realizou seus estudos secundários no Colégio Salesiano São Gonçalo. Foi, durante muitos anos, advogado provisionado em Mato Grosso. Decidindo-se, depois, pelo magistério, foi Professor Catedrático por concurso da Escola Normal Pedro Celestino e do Liceu Cuiabano.

No período de 1938 a 1946, foi professor em colégio particulares no Rio de Janeiro, notadamente o Anglo-Americano, o Andrews, o Santo Antônio Maria Zacarias e o Cardeal Arco-Verde.

Jornalista, fundou três jornais em Mato Grosso e, como filólogo, adquiriu renome que o tornou conhecido no Rio de Janeiro, em virtude dos contatos que mantinha na Federação das Academias de Letras do Brasil, onde representou a Academia Mato-Grossense de Letras durante oito anos.

Escrevia sobre temas da língua pátria em vários jornais cuiabanos, notadamente *A Cruz*, *O Estado de Mato Grosso* e várias revistas locais.

O Professor Nilo Póvoas faleceu a 7 de abril de 1967, tendo sido sepultado no dia seguinte, com um dos enterros mais concorridos que Cuiabá já viu.

Pertenceu à Academia Mato-Grossense de Letras, onde ocupou a Cadeira n.º 14, da qual é patrono o Pe. Ernesto Camilo Barreto, e ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Publicou:

A política de Mato Grosso e a Intervenção Federal. Cuiabá, Tip. Calháo, 1918.

O ensino em Mato Grosso. Cuiabá, s.ed., 1920.

Tradições que se extinguem. Cuiabá, Escolas Profissionais Salesianas, 1963.

Pedro Celestino Corrêa da Costa e sua vida, seus feitos. Cuiabá, s.ed., 1965.

Galeria dos varões ilustres de Mato Grosso. Cuiabá, Fundação Cultural do Estado de Mato Grosso, 1977. 2 vol.

Esboço de História da Literatura Brasileira.

Formulário Ortográfico.

Tese ao concurso da Cadeira de Português.

A suposta língua brasileira.

OSCARINO RAMOS

Vera Randazzo

O Desembargador Oscarino Ramos, foi um dos vultos que mais dignificou o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, onde tomou posse como Membro Efetivo, no dia oito de janeiro de 1928.

Teve o nosso ilustre biografado, uma vida digna, como chefe de família exemplar, seguindo as trilhas dos seus ilustres ascendentes, bem como pela sua atuante vida profissional pelo tanto que fez nos quatro pontos cardeais de seu Estado natal, quer como magistrado íntegro, quer pelo seu trabalho na Imprensa ou pelos belos poemas que deixou.

Nosso poeta, jornalista e advogado, nasceu na Fazenda das Flechas, no município de Cáceres, no primeiro dia de novembro de 1891, sendo filho de Mariano Ramos e da senhora Rosa Conceição Pereira Leite Ramos.

Seu pai, foi jornalista em Cáceres, onde fundou e dirigiu por anos, o Jornal *O Atalaia*, tendo exercido também, com êxito, a profissão de advogado provisionado. No mesmo ano do nascimento do seu filho Oscarino, foi eleito Deputado Estadual Constituinte e em seguida eleito Deputado Federal, em cujo mandato faleceu com 32 anos incompletos, em 1896, na cidade do Rio de Janeiro, então sede do Congresso Nacional, deixando órfão seu filho, com apenas cinco anos de idade. Mariano Ramos, é o Patrono da Cadeira n.º 33, da Academia Mato-grossense de Letras, cujo

ocupante é o ínclito acadêmico Dr. Lenine de Campos Póvoas.

Oscarino Ramos, formou-se em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro e foi casado com sua prima Dulcília Ramos, com quem teve dois filhos, Osdul e Rosa.

Foi Promotor de Justiça em Rosário Oeste e Juiz de Direito em Diamantino, Santo Antônio do Leverger (na época Santo Antônio do Rio abaixo), Poconé e Cuiabá.

Exerceu também o cargo de Delegado de Polícia em Ponta Porã, Bela Vista e Porto Murtinho, e, foi Promotor de Justiça em Três Lagoas, cidades que hoje pertencem ao Estado de Mato Grosso do Sul.

Além de todos estes encargos, foi ainda membro da Comissão de Planejamento Econômico do Estado e da Sociedade de Folclore Mato-grossense.

Na Academia Mato-grossense de Letras, ocupou a Cadeira n.º 26, cujo ocupante é o Dr. Benedito Pedro Dorileo, que também é magistrado como seu antecessor sobre quem fez brilhante oração exaltando sua vida e sua obra e declamando seus belos poemas simbolistas, por ocasião de sua posse na festiva noite de oito de dezembro de 1987.

Pelo lado paterno, o Dr. Oscarino Ramos, descende do legendário Dom Sebastian Ramos, que em 1825, quando era Governador do Chiquitos, no então Alto Perú (hoje Bolívia), desgostoso com a política da América espanhola e as lideranças do revolucionário General venezuelano Simon Bolivar conhecido como "O Libertador" e do General colombiano Antônio José de Sucre, propôs a anexação de sua Província, à Província de Mato Grosso, proposta imediatamente aceita pela então Junta Governativa, liderada pelo Comandante das Armas, Manoel Veloso Rabelo Vasconcellos. É desnecessário dizer que o Governo Imperial desaprovou indignado, a deliberação tomada em Vila Bela da Santíssima Trindade, nessa época ainda Capital da Província de Mato Grosso.

Por tudo isso, e sendo vitorioso o movimento em sua pátria, o também revolucionário bisavô de Oscarino Ramos, emigrou para o Brasil, escolhendo Cáceres para viver, onde fundou a Fazenda Flechas e deu início a uma descendência que enobrece não só os mato-grossenses como todos os brasileiros.

Era também oriundo, pela linhagem materna, o Dr. Oscarino Ramos, da famosa Família Pereira Leite da Fazenda Jacobina, família e fazenda imortalizadas por escritores famosos, como o Engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra, em fins do século XVIII ou Hércules Florence, da Comissão Langsdorff em 1827 ou 1828 e tantos outros que por lá passaram em viagens de explorações militares ou de estudos científicos.

Sua mãe, Dona Rosa da Conceição, era parente do nosso inolvidável Presidente, por várias décadas, do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, o saudoso, Dr. Luis-Philippe Pereira Leite, que perdemos no dia quatro de fevereiro de 1999, deixando uma lacuna dificilmente preenchida.

Algumas observações sobre a propriedade fundada por Dom Sebastian Ramos onde o menino Oscarino passou parte de sua infância, no período compreendido entre 1900 a 1906, o então Major de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon, esteve na Fazenda das Flechas da família Ramos, onde encontrou rochas, típicas dos contrafortes da Serra dos Parecis, as chamadas Tapanhunacanga, desde o

Sangradorzinho até a Bocaina da Campina, onde esses calcários especiais levantam-se em belos paredões.

Também o Desembargador Gabriel Pinto de Arruda que exerceu em Cáceres, os cargos de Promotor de Justiça e de Juiz de direito, cargos esses ocupados na segunda e terceira década deste século, e, é autor da magnífica obra “Um trecho do Oeste Brasileiro”, descreve em 1938, as Flechas: “... é este um estabelecimento muito velho com mais um século de existência de propriedade dos Irmãos Ramos e conta um bom número de habitantes que formam na sede daquela propriedade um poético povoado. Além da indústria da criação de gado vacuum, cavalariço e muar, um dos seus proprietários ali mantém uma pequena fábrica de excelente aguardente, muito procurada...”

O Desembargador, Jornalista, Poeta, Acadêmico, Cacerense e sobretudo Mato-grossense Oscarino Ramos, enlutou sua família e seus admiradores no dia seis de março de 1969, quando cerrou os olhos para este mundo, passando então a viver na Memória Histórica de Mato Grosso.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, Gabriel Pinto, *Um Trecho do Oeste Brasileiro*. Ed. Borsol & Cia, Rio de Janeiro, 1938.
- JUCÁ, Pedro Rocha. *Nominata Oficial dos Sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Cuiabá, 1987. (mimeo)
- MENDONÇA - ESTEVÃO, *Datas Mato-grossenses*, Edição revista e atualizada pelo historiador Rubens de Mendonça. Ed. Rio Bonito, Goiânia/GO, 1973.
- MENDONÇA, Rubens, *História de Mato Grosso*. Ed. Fundação Cultural de Mato Grosso.
- MESQUITA, José de, *Genealogia Mato-grossense*. Ed. Comemorativa do nascimento do autor pelo AML e IMG-MT. São Paulo, Resenha Tributária, 1992.
- RONDON, Cândido Mariano da Silva, Major. *Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906*, pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso, apresentado às autoridades do Ministério da Guerra pelo Major de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon.

OVÍDIO DE PAULA CORRÊA

Elizabeth Madureira Siqueira

Cuiabano, nascido a 4 de julho de 1878, Ovídio de Paula Corrêa descendia, em linhagem direta, do advogado Antônio de Paula Corrêa e de Francelina Virgínia. Seus primeiros estudos foram realizados na escola particular de seu tio, Escolástico Virgíneo, sendo que o complementar foi cursado junto ao Colégio São Sebastião, sob a batuta do professor Frederico Teixeira. Logo que terminou o curso primário, mudou-

se para Nioaque, onde exerceu a função de escrivão do Juiz Comissário, tendo, nessa cidade, dado continuidade a seus estudos, frequentando o secundário sob a orientação do competente professor João Cláudio Gomes da Silva, diplomado pelo Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Em 1894, Ovídio mudou-se para Corumbá onde trabalhou junto ao Hospital Militar, regressando à sua terra natal em 1896 onde complementou seus estudos sob a regência do professor Joaquim Mariano Pais de Carvalho, recebendo conhecimentos referentes à Escrituração Mercantil, tendo, mais tarde, dedicado ao magistério nessa área específica de conhecimento.

Exerceu, em Cuiabá, inúmeros cargos como o de Tabelião da comarca da capital, Delegado de Polícia, Vereador, Vice-Presidente da Câmara Municipal, Diretor da Imprensa Oficial, Diretor do Tesouro do Estado, Inspetor da Fazenda. No governo Mário Corrêa da Costa, foi Ovídio de Paula Corrêa transferido para Campo Grande onde exerceu o cargo de Coletor das Rendas Estaduais. Desde jovem, dedicou-se ao jornalismo. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e ao Centro Mato-Grossense de Letras/Academia Mato-Grossense de Letras, deixando, nas páginas das revistas dessas instituições, o conjunto de suas publicações:

Leovegildo Martins de Melo. *Revista do Centro Mato-Grossense de Letras*, Cuiabá, 1923(3).

Discurso de posse. *Revista do Centro Mato-Grossense de Letras*. Cuiabá, 1923(4).

Discurso de recepção ao Acadêmico Isác Póvoas. *Revista do Centro Mato-Grossense de Letras*. Cuiabá, 1925(8).

Elogio a Aquilino do Amaral. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. Cuiabá, 1943 (21/22).

BIBLIOGRAFIA

MESQUITA, José Barnabé de. Ovídio de Paula Corrêa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. 1994. p. 351.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. Estudo Bibliográfico da História, Geografia e Etnologia de Mato Grosso. Cuiabá. CCS, 1992.

PALMIRO PIMENTA

Elizabeth Madureira Siqueira

Nasceu em Cuiabá, no dia 7 de outubro de 1892. Diplomou-se como Bacharel em Direito. Sua carreira profissional foi brilhante, tendo iniciado como Delegado de Polícia de Cuiabá e Promotor de Justiça. Mais tarde, Juiz de Direito da comarca de Coxim, Rosário Oeste e Poconé.

Foi como Desembargador do Tribunal de Apelação do Estado que atingiu o pico de sua carreira. Respeitado e conceituado por seus abalizados pronunciamentos, Palmiro Pimenta angariou muito prestígio social e profissionalmente.

Sua colaboração literária foi intensa, podendo ser destacada a participação junto à Revista Jurídica Anais Forenses, importante periódico para orientação dos juristas. Sua participação se estendeu para a imprensa nacional, tendo colaborado de forma constante junto à imprensa do Rio de Janeiro, naquele tempo, capital do Brasil.

Por sua intensa colaboração intelectual, integrou os quadros da Academia Mato-Grossense de Letras, tendo sido seu Vice-Presidente. Por sua contribuição para o resgate da memória de Mato Grosso, fez parte, na categoria de sócio efetivo, do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Sua produção literária pode ser avaliada através das peças publicadas junto à **Revista do Centro e da Academia Mato-Grossense de Letras:**

Discurso de recepção de Ovídio de Paula Corrêa

Revista do Centro Matogrossense de Letras 1923(4)

A Trova e o fado

Revista do Centro Matogrossense de Letras 1926(10)

Oásis do amor

Revista do Centro Matogrossense de Letras 1927(11)

Discurso de recepção ao acadêmico Olegário de Barros

Revista do Centro Matogrossense de Letras 1931(19/20)

A Festa da inteligência e da amizade

Revista do Centro Matogrossense de Letras 1932(21-22)

A Academia e a bibliografia

Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1946(27-28)

Uma Impressão de D. Aquino

Revista da Academia Matogrossense de Letras 1956(47-48)

Em despedida

Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1959-1961(53-54)

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, António de. *Um Olhar Distante*. Cuiabá, Ed. do Autor, 1997.

MENDONÇA, Rubens de. *Antologia Borôro*. (Estante Matogrossense, v. 4). Cuiabá, 1946.

Revista da Academia Mato-Grossense de Letras – Comemorativa ao Jubileu de Diamante. Cuiabá, 1996.

Revista do Centro Mato-Grossense de Letras - 1923(4); 1926(10); 1927(11); 1931(19/20); 1932(21-22).

Revista da Academia Mato-Grossense de Letras, 1946(27-28); 1956(47-48); 1959-1961(53-54).

PE. PEDRO COMETTI

Elizabeth Madureira Siqueira

Nasceu em Fossano, Itália, a 6 de janeiro de 1918, tendo migrado para o Brasil em 21 de novembro de 1933. Em 1951 naturalizou-se brasileiro, terra que escolheu para viver a maior parte de sua vida, pois faleceu em Cuiabá em 1998.

Seus estudos centraram na Filosofia e Pedagogia, cursados no Seminário Maior de Cuiabá entre 1934 e 1937. O Curso Superior de Teologia foi realizado no Instituto Teológico Pio XI, de São Paulo, entre 1941 e 1944.

Sua trajetória sacerdotal pode ser dividida em três importantes áreas de atuação: pedagógica, administrativa e eclesiástica.

Lecionou Filosofia junto ao Curso Colegial de Campo Grande (1856-58), junto ao Seminário Maior da mesma cidade (1853-55), na Faculdade Auxilium da cidade de Lins (1959-60), tendo, nessa mesma instituição lecionado Princípios e Métodos de Orientação Educacional (1960), Filosofia na Universidade Federal de Mato Grosso (1972-73), Latim, História e Francês no Colégio Dom Bosco de Campo Grande (1938-40).

Foi Orientador dos Estudos do Liceu Salesiano São Gonçalo de Cuiabá (1944), Diretor dos Estudos da mesma instituição e Orientador Pedagógico do Colégio Dom Bosco de Campo Grande (1948-49), Secretário Particular do Arcebispo D. Francisco de Aquino Corrêa (1950-52), Diretor do Externato do Colégio Dom Bosco de Campo Grande (1954-58), Diretor do Colégio "D. Henrique" de Lins (1959-60) e Diretor do Colégio Dom Bosco de Tupã (1963-64)

Suas atividades eclesiásticas, coroadas de êxito e benquerência por parte da população onde atuou, foram: Superior Provincial da Missão Salesiana de Mato Grosso e oeste de São Paulo (1965-69), Presidente da Entidade Mantenedora das Faculdades Católicas de Campo Grande (1965-69), Assessor do Arcebispo Metropolitano de Cuiabá (1970-74), Coordenador Estadual do MOBREAL/MT (1970-74) e Vigário Geral da Arquidiocese de Cuiabá (1973-1998)

Sua produção intelectual foi vasta e diversificada, vejamos as conferências proferidas e não publicadas: A Filosofia do Existencialismo (1967), O problema da dúvida na teoria de Descartes (1969), O endonismo (1968), Justiça na filosofia do Direito (1967), Dom Aquino: sua vida e sua obra (1965), O Positivismo (1960) e Nova Fisionomia do Ateísmo (1960).

Publicações:

Salesianos defuntos da Inspeção de Mato Grosso nas Bodas de Diamante (1954).

Sesquicentenário do Bispado de Cuiabá. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. 1955-76 (27/48).

Aquino Corrêa. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. 1955-76 (63-106).
Oração fúnebre (1956).
Oração fúnebre. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1956(47-48).
Dom Aquino canta o Brasil (1973).
Sesquicentenário do Bispado de Cuiabá – notas históricas (1976).
D. Francisco de Aquino Corrêa (1976).
Amar não é tão fácil (1983).
Partilhar amor (1984).
O 75º aniversário da criação da Província Eclesiástica de Mato Grosso. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. 1986 (125/126).
Meu lar, minha vida (1987).
Oração fúnebre proferida na missa de 30º dia de falecimento de D. Pastor vigilante. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. 1987 (127/128).
A Missão Salesiana em Mato Grosso e Goiás no seu cinquentenário Salesianos defuntos da Inspetoria de Mato Grosso (1894-1954). S.d.
Dom Aquino Corrêa: Arcebispo de Cuiabá – vida e obra. Cuiabá, 1994.
Cadeira nº 17. Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1996.
Traços biográficos dos Salesianos defuntos no norte do Brasil 1894-1954. S.d.
Amor em pedacinhos. S.d.

BIBLIOGRAFIA

COMETTI, Pedro. Cadeira nº 17. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras.* Comemorativa ao Jubileu de Diamante. p. 167-172.
SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Estudo Bibliográfico da História, Geografia e Etnologia de Mato Grosso.* Cuiabá. CCS, 1992.

PHILOGÔNIO DE PAULA CORRÊA

Elizabeth Madureira Siqueira

Cuiabano de nascimento, era filho de Antônio de Paula Corrêa e Francelina Virgínia Corrêa, tendo vindo ao mundo a 20 de dezembro de 1886.

Seus estudos, primário e secundário, foram realizados na sua terra natal. Por sua distinção como formando secundarista junto ao Liceu Salesiano São Gonçalo, Philogônio, por ter-se distinguido em História, foi logo convidado pelo então Diretor

do Liceu Cuiabano, Pe. Manuel Gomes de Oliveira, para lecionar essa disciplina junto ao primeiro colégio público de ensino secundário. Essa experiência didática lhe valeu o reconhecimento público dos cidadãos cuiabanos ao emérito professor que, além do Liceu, lecionou essa mesma disciplina junto à Escola Normal “Pedro Celestino”. Seu prestígio como mestre historiador, valeu-lhe o convite, do Senador Azeredo, para lecionar junto ao Colégio Pedro II, estabelecimento de ensino secundário de maior prestígio do Império e que, com o advento da República, passou a intitular-se Ginásio Nacional.

Como sócio fundador do Instituto Histórico de Mato Grosso, o Professor Philogônio, como ficou mais conhecido, representou Mato Grosso nos Congressos de História, realizados no Rio de Janeiro, em 1914, 1922, assim como no da Bahia em 1949, ocasiões em que se distinguiu entre os conferencistas. Vale lembrar que o Professor Philogônio, nesse Congresso realizado na Bahia, foi escolhido, dentre os participantes, para representá-los junto à Academia de Letras da Bahia, ocasião em que fez uso da palavra. Como educador, representou Mato Grosso em 1942, junto ao Congresso de Educação em Goiás.

Por seus méritos como educador, ocupou os cargos de Diretor do Liceu Cuiabano, da Escola Normal, tendo sido a mais importante autoridade do setor educacional como Diretor da Instrução Pública, hoje Secretário da Educação.

Sua postura como cidadão valeu-lhe prestígio político, tendo ocupado nessa área específica, os cargos de Vereador (1924-27), Deputado Estadual (Líder do Partido Evolucionista), Suplente de Senador nas eleições de 9 de novembro de 1947. Foi Deputado Constituinte em 1935.

Philogônio de Paula Corrêa foi membro fundador da Academia Mato-Grossense de Letras que, em 1921, intitulava-se Centro Mato-Grossense de Letras. Ocupou a atual cadeira nº 20, patrocinada pelo Professor José Estêvão Corrêa, tendo sido seu primeiro ocupante.

Publicou, na *Revista do Centro* e depois *Academia Mato-Grossense de Letras*:
Os Estados do Brasil. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1922(2)
José Estêvão Corrêa. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1923(3)
Espirito cuiabano. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1930(17)
Discurso de recepção à Acadêmica Maria de Arruda Müller. Revista do Centro Matogrossense de Letras 1931(19/20)
“Pesos” e “pesados”. Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1933(1/2)
Encomendas. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1934(3/4)
Proezas do Batinga. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1935(5/6)
A Influência da mulher na evolução brasileira. Revista da Academia Matogrossense de Letras 1936(7/8)

- Quintino Bocaiúva.** Revista da Academia Matogrossense de Letras 1937(9/10)
- Discurso em homenagem a Couto de Magalhães.** Revista da Academia Matogrossense de Letras 1938(11/12)
- Uma temporada no quartel.** Revista da Academia Matogrossense de Letras 1938(11/12)
- Conferência: o Pan-americanismo.** Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1940(15-16)
- Discurso oficial (no centenário do Prof. José Estêvão).** Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1940(15-16)
- João Cristiano Carstens.** Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1941-1942(17-20)
- O nome "João" em Mato Grosso.** Revista da Academia Matogrossense de Letras 1943(21/22)
- A Academia e as belas artes.** Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1946(27-28)
- Discurso oficial do 1º Secretário.** Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1946(27-28)
- Discurso de recepção do acadêmico Francisco Bianco Filho.** Revista da Academia Matogrossense de Letras 1947(29-30)
- Idades.** Revista da Academia Matogrossense de Letras 1948-1949(31-34)
- Palestras.** Revista da Academia Matogrossense de Letras 1948-1949(31-34)
- Palestra em homenagem a Joaquim Nabuco.** Academia Matogrossense de Letras 1948-1949(31-34)
- Discurso sobre o Tratado de Madri.** Revista da Academia Matogrossense de Letras 1950-1951(35-38)
- Membro fundador do Instituto Histórico, Philogônio de Paula Corrêa foi um dos mais atuantes membros dessa Instituição.
- Na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso escreveu:
- Discurso.** Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso. 1919 (2)
- Limites de Mato Grosso com Goiás.** Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso. 1919 (1)
- Limites de Mato Grosso-Goiás.** Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso. 1921.
- O papel da maçonaria na Independência do Brasil.** Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso. 1922 (IV)
- A significação da Rusga.** Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso. 1934.

Separatismo e mudança da capital. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. 1936-37

Uma festa matogrossense no Rio. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. 1938

Discurso de comemoração do bi-centenário da capitania de Mato Grosso. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. 1947-48

Na categoria de jornalista, colaborou junto aos periódicos mato-grossenses, *O Farol*, *A coligação*, *A Reação*, *O Mato Grosso*, *O Evolucionista*, *O Estado de Mato Grosso*.

Philogônio publicou, também, a famosa conferência proferida pelo transcurso dos 25 anos do Instituto Histórico e intitulada *Cuiabá*, publicada em Cuiabá, pela Imprensa Oficial em 1944.

Sua filha, Célia Lombardi Corrêa Tocantins e seus genro, Aecim Tocantins reuniram, em volumosa obra, todos os escritos do Professor Philogônio, num esforço de resgate da vida e obra dessa insigne personalidade, que se encontra no prelo.

BIBLIOGRAFIA

NASCIMENTO, Benedito Pereira do. Cadeira nº 20. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. Comemorativa ao Jubileu de Diamante. 1996. p. 187-197.

QUEIRÓS, Nilza Pinto. Philogônio de Paula Corrêa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. 1994. P. 352-356.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Estudo Bibliográfico da História, Geografia e Etnologia de Mato Grosso*. Cuiabá. CCS, 1992.

ROSÁRIO CONGRO

Natalino Ferreira Mendes

Rosário Congro nasceu em São Paulo a 11 de setembro de 1884 e faleceu, em Três Lagoas, a 11 de outubro de 1963. Poeta, advogado e político. Exerceu os seguintes cargos: Vereador e presidente da Câmara Municipal em Corumbá; Intendente do Município de Campo Grande; Prefeito de Três Lagoas; Deputado Estadual e presidente da Assembléia Legislativa; Secretário de Estado e Ministro do Tribunal de Contas do Estado. Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-grossense de Letras.

PRODUÇÃO INTELECTUAL

O Município de Campo Grande. Cuiabá - Publicação Oficial do Estado de Mato Grosso - 1919.

Antes de Raposo Tavares. Goiânia - Livraria Gráfica Rio Bonito - 1954.

Terra Mater. *Revista da Academia Mato-grossense de Letras* - Ano XXII - XXIII - Tomos XLIII - XLVI - 1954

Colunas Partidas. Campo Grande - Tipografia da Livraria Rui Barbosa - 1955

Em Memória do Arcebispo - *Revista da Academia Mato-grossense de Letras* - Ano XXIV - Tomos XLVII - XLVIII - 1956

Outras Ruínas. São Paulo - Saraiva S/A - 1957

RUBENS DE CARVALHO

Vera Randazzo

O Professor Rubens de Carvalho, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, nasceu em Rio Claro, Estado de São Paulo, no dia 18 de março de 1897, filho de Antônio de Carvalho e de Dona Jesuína Lassiere de Carvalho.

Em 1922, quando o Dr. Pedro Celestino Corrêa da Costa, foi eleito, pela segunda vez, para exercer o cargo de Presidente do Estado de Mato Grosso (a primeira foi em 1908), convidou o Prof. Rubens de Carvalho para dirigir a Escola Normal de Cuiabá. Embora muito jovem, o professor aceitou o convite e foi Diretor da Escola que mais tarde, seria denominada Escola Normal Pedro Celestino, pelo Decreto nº 132, assinado pelo Interventor Federal Arthur Antunes Maciel, no dia 20 de fevereiro de 1932.

Exerceu também o Prof. Rubens de Carvalho, o cargo de Diretor da Gazeta Oficial, hoje Diário Oficial e foi Secretário Geral da Secretaria Geral do Estado de Mato Grosso. Nessa ocasião, tinham sido extintas todas as Secretarias de Estado e suas atribuições, englobadas numa só. Foi nomeado também,

Procurador da República.

O Professor Rubens de Carvalho, sempre preocupado com o ensino, publicou:
- *Algumas sugestões sobre o ensino da Aritmética.* Editado pelas Escolas Profissionais Salesianas. Cuiabá-MT - 1924.

- *Memória - Capítulo de Psicologia Experimental.* Editado pela Tipografia Calhau. Cuiabá-MT - 1925.

Rubens de Carvalho, casou-se com a pianista e poetisa Bartira de Mendonça, filha do historiador Estevão de Mendonça, no dia 12 de setembro de 1923 com quem

teve cinco filhos: Maria da Conceição, José, Terezinha de Jesus, Lúcia e João Bosco. José, faleceu na primeira infância, em Cuiabá, e os outros quatro filhos moram no Rio de Janeiro e deram ao casal Rubens e Bartira, 12 netos e 18 bisnetos.

O Professor que exerceu também a profissão de Advogado Provisionado em Cuiabá, abriu no início da década de 30, a Livraria e Papelaria Santa Terezinha Ltda., na Avenida Getúlio Vargas, quase esquina com a rua Pedro Celestino. Sendo uma das mais antigas livrarias cuiabanas e é admirável que continue funcionando até hoje, agora sob a direção das irmãs Maria Goretti Marques de Carvalho e Lourdes Marques de Carvalho Galvão que embora tenham o mesmo sobrenome não são parentes do Professor Carvalho.

O Professor Rubens de Carvalho que foi empossado como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, no dia 8 de janeiro de 1928, faleceu nesta Capital, no dia 6 de setembro de 1969.

BIBLIOGRAFIA

MENDONÇA, Rubens de. *Bibliografia Mato-grossense*. Goiânia, Rio Bonito, 1971.
———. *História de Mato Grosso*. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado S/A, 1982.

JUCÁ, Pedro Rocha. *Nominata Oficial dos Sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Cuiabá, 1987. (mimeo)

- INFORMAÇÕES fornecidas, telefonicamente, pelos familiares do Prof. Rubens de Carvalho, que moram no Rio de Janeiro (RJ).

VIRGÍLIO ALVES CORRÊA NETO

Elizabeth Madureira Siqueira

Nasceu em Cuiabá em 21 de janeiro de 1908. Médico, Dr. Virgílio, além dos trabalhos na área de saúde, dedicou-se também ao magistério, tendo lecionado em Campo Grande e mais tarde em Cuiabá, junto ao Liceu Cuiabano, colégio secundarista de natureza pública, voltado para a preparação de jovens para cursarem o nível superior.

Nos idos de 1940 dedicou-se, tal como seus ancestrais, à política, tendo sido eleito Deputado Estadual. Durante o Estado Novo, período conhecido como o da "Redemocratização", o Dr. Virgílio Alves Corrêa Neto, como Deputado, foi eleito Presidente da Assembléia Legislativa de Mato Grosso. No momento de sua posse como dirigente da Casa do Povo, assim descreveu sua importante missão: *Em tempos que já vão longe, como o poeta Augusto dos Anjos, penetrei em meu coração. E*

*erguendo os gládios e quebrando as hastas. No desespero dos iconoclastas, quebrei a imagem de meus próprios sonhos. Da fase rósea da adolescência à idade em que as cãs começam a branquear, teimosa e lividamente as tēporas, sem aspirações políticas, minha vida tem sido um incessante caminhar pela estrada pedregosa da Medicina. Permitiste-me agora, com a imerecida escolha do meu nome, que reconstituísse um sonho de meninice, ascendendo, como meu avô e meu pai, à Presidência desta Augusta Assembléia.*¹ Sua carreira política alçou-o à deputação federal, em 1951, numa revelação do seu ilibado procedimento como político e sua extrema dedicação à causa pública.

Por seus trabalhos intelectuais e científicos, o Dr. Virgílio pertenceu às duas Instituições mais antigas de Mato Grosso, ainda atuantes, o Instituto Histórico e Geográfico e a Academia Mato-Grossense de Letras.

Foi, no entanto, na área da Medicina, atividade que desenvolveu durante toda a sua existência, que se encontram seus trabalhos mais profundos. Vejamos o conjunto de suas produções:

Mola Hidatiforma – Tese de Dourado

Tuberculose em Cuiabá, Corumbá e Campo Grande – elaborado em parceria com o Dr. Hélio Ponce de Arruda

Inquérito Epidemiológico da Malária

Conselho Regional de Medicina e seu relacionamento com o Hospital O Estado de Mato Grosso no período Dutra. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá, 1983.

Obstetrícia de antanho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá, 1984.

BIBLIOGRAFIA

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Discurso de posse na Academia Mato-Grossense de Letras*. Cuiabá, 1996. Mimeo.

_____. Cadeira nº 29. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*. Comemorativa ao Jubileu de Diamante. Cuiabá, 1996. p. 247-255.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Estudo Bibliográfico da História, Geografia e Etnologia de Mato Grosso*. Cuiabá. CCS, 1992.

¹- Discurso pronunciado pelo Dr. Virgílio Alves Corrêa Neto, em 1947, quando assumiu a Presidência da Assembléia Legislativa de Mato Grosso. Arquivo do Instituto Memória do Poder Legislativo. Discursos Parlamentares.

WANIR DELFINO CÉSAR

Benedito Pedro Dorileo

Sacerdote, nasceu em Cuiabá, em 26 de agosto de 1922, o sexto filho de Cesário Sezostriis César e de dona Cármen Cardoso César, em sua residência, na Praça Ipiranga.

Em sua cidade natal realizou os estudos primário e secundário, sendo os de humanidades no Liceu Salesiano São Gonçalo.

No serviço público, tornou-se o primeiro funcionário concursado do IPASE em Mato Grosso, transferindo-se mais tarde, para o IAPI, também mediante concurso público.

Tocado pela vocação sacerdotal, ingressa no Seminário, concluindo Filosofia no Estudantado São Joaquim de Lorena – SP e Teologia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Os estudos teológicos foram concluídos no Seminário de São Leopoldo – RS.

Dedicando-se ao magistério, foi professor em Escolas Salesianas de Pindamonhangaba, Lins, Tupã e Lorena, no Estado de São Paulo.

O hábito foi recebido em Pindamonhangaba em 19 de março de 1947:

*Hoje, que ao som de mística harmonia
Desta negra mortalha me revisto,
E a Cruz tomando com meu doce Cristo,
Vou ao Calvário percorrer a Via; (1ª estrofe de A Batina).*

O Sacramento da Ordem foi-lhe administrado, em Cuiabá-MT, no dia 30 de dezembro de 1956, pela imposição das mãos do Bispo Auxiliar e Vigário Capítular Dom Antônio Campelo de Aragão, na Igreja de Nossa Senhora do Bom Despacho, ao lado do Seminário da Conceição.

O seu ministério sacerdotal desenvolveu-se, inteiramente, em sua terra de berço. Pároco da Igreja do Senhor dos Passos, reconstrói o templo parcialmente destruído por incêndio, implantando a devoção popular à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Nos anos de 1960 até 1972, desenvolveu grande trabalho de assistência social no maior bairro pobre de então, o Terceiro; e levou a Igreja para o povo, invocando a Virgem Maria sob novo epíteto, Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, fortalecendo o seu apostolado. Ali organizou a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, sob a mesma invocação.

Empreendedor, investiu na Comunicação, na década de 1960, dirigindo a Rádio Cultura de Cuiabá, *emissora dos grandes acontecimentos, promovendo a integração do oeste no progresso nacional*. Por este meio intensificou o apostolado social, cultural, educativo e religioso.

Ainda que vivenciando os dias do neomodernismo, preferiu a tradicional forma clássica da poesia, com rígida obediência à métrica, *empregando rimas consoantes*,

opulentas, graves, entrelaçadas com rimas agudas. O Dr. Luis-Philippe Pereira Leite, seu irmão espiritual e biógrafo, fez editar, *post mortem*, as suas obras poéticas reunidas em *Canção de Peregrino* e *Versos e Reversos do Coração*.

Ocupou, na Academia Mato-Grossense de Letras, a cadeira nº 16, cujo patrono é Antônio Augusto Ramiro de Carvalho. Foi Presidente desta Instituição entre os anos de 1969 a 1972.

Foi o idealizador e fundador do Instituto de Pesquisas Históricas Dom Aquino Correa, em Cuiabá, conseguindo torná-lo de utilidade pública através da lei estadual nº 969, de 24 de outubro de 1957. A primeira Diretoria, assim ficou constituída: Wanir Delfino César, presidente; Luis-Philippe Pereira Leite, vice presidente; Olyntho Gonçalves Filho, Secretário; e Antônio Moreira da Costa, Tesoureiro.

Acentua Luis-Philippe, em *Coração Peregrino: Estabeleceu convênio com o Arquivo Nacional, visando à troca de informações. Visitou, demoradamente, o vasto repositório sobre fatos e história ligados a Mato Grosso desde os seus primórdios. Programou uma série de trabalhos, entre os quais a História Eclesiástica de Mato Grosso, trabalho que deixou em meio caminho.*

De tais iniciativas, resultaram, inicialmente, os bustos ou hermas, constituindo o Panteão de Cuiabanos Ilustres no Jardim Alencastro de Cuiabá: Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, Arcebispo Presidente do Estado Dom Aquino Corrêa, Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, Ministro Joaquim Duarte Murtinho. E do primeiro Bispo de Cuiabá, bacharel em Direito, Dom José Antônio dos Reis, na Praça do Seminário.

Com o falecimento de Wanir Delfino César, em 13 de julho de 1972, na Santa Casa de Misericórdia em Cuiabá, com cinquenta anos incompletos, os arquivos, principalmente os Aquinianos, ficaram na Mitra Arquidiocesana, depois doados ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, do qual era ele sócio efetivo.

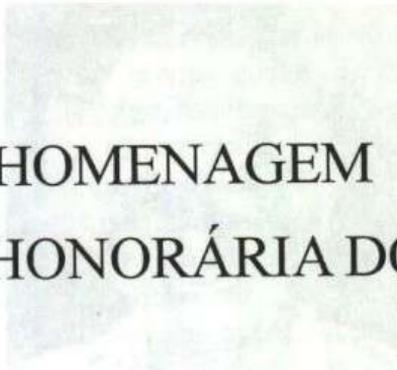
São suas obras:

- *Canção de Peregrino.*
- *Versos e Reversos do Coração.*
- *Sacerdote outro Cristo.* Canoas, Editora La Salle, s.d.

Publicações em periódicos:

- Primavera eterna.* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1941-1942(17-20).
- Uma estrela do nosso romantismo.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1943(21/22).
- Carta a Iracema.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1948-1949(31-34).

- O primeiro neto de Tibiriçá no Episcopado Nacional.* Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1953-54, p. 89.
- Catedral de São Paulo.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1954-1955(43-46).
- D. Aquino, príncipe da Igreja.* Revista da Academia Matogrossense de Letras 1956(47-48).
- Discurso de recepção ao acadêmico Francisco Leal Queiroz.* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1962(55).
- Discurso de recepção ao acadêmico Ulisses Azul de Almeida Serra.* Revista da Academia Matogrossense de Letras, 1963(56).
- Elegia à imorredoura memória de Dom Aquino Corrêa.* Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1985, p. 11.
- Dilectus Deo et Hominibus.* Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1985, p. 68.



HOMENAGEM
À SÓCIA HONORÁRIA DO IHGMT

MARIA DE ARRUDA
MÜLLER
PELO SEU CENTENÁRIO



MARIA DE ARRUDA MÜLLER

*Maria Benedita Deschamps Rodrigues
(Dunda Rodrigues)*

Antes de tudo, não devemos esquecer de que ela também foi Ponce.

No passado, este sobrenome traduzia força, coragem e sedução. Diziam que o olhar de Generoso Paes Leme da Sousa Ponce era sedutor e tão forte que, fixando com intensidade e intenções sedutoras, chegava a engravidar moças fracas e incautas.

Conheci-o por um retrato genial, pintado por excelente artista que viera dar com os costados nestas paragens.

Pela grande curiosidade que tinha em conhecer a casa senhorial dos Ponce, fiz amizade com dona Marianinha, sua esposa, e ao passar pela sua janela, entrava muito sem cerimônia para cumprimentá-la.

Mas, a primeira moça do ramo dos Ponce, que conheci, foi a Chiquinha, moça bonita e faceira que, no gabinete dentário do Zeca Verlangieri, dava gemidos lancinantes de uma grande sofredora, comovendo a todos os presentes.

Um dia, eu a interpelei:

– *Mas Chiquinha, você sofre tanto assim na cadeira dentária?*

Ao que ela respondeu-me:

– *Não, minha filha, eu gemo por entecipação para que o Zeca não judie comigo!*

Já, dona Maria Ponce, antes de ser Arruda, levou a sua inteligência para as letras, ao participar do primeiro grêmio literário feminino – Júlia Lopes – e da primeira revista neste gênero – *A Violeta*. E teve a sorte de se casar com um homem também

inteligente que lhe não cortou as asas, fazendo-a trocar letras pelo fogão, como era costume na época. Como os homens de então gostavam de elogiar as suas “caras-metades” considerando-as mãos no canto, hábeis para os serviços domésticos.

O Grêmio e a revista *A Violeta* serviram para comprovar que a mulher não sabia apenas o forno e o fogão. O seu estilo é suave, amistoso e compreensivo, o que marcou várias mulheres de sua época, pois entorpeceu de certo modo aquele repugnante ditado, como se a mulher só prestasse para o fogão. Ela e suas bravas companheiras deram-nos mostra de que a mulher é também um ser pensante.

Ao atingir a idade gloriosa dos cem anos, a sua cabeça continua firme e produtiva. Não oscila e nem se perde em devaneios inconsequentes. Os seus pensamentos conservam a mesma exatidão e clareza. Em momento algum se mostrou claudicante ou fraca. As assertivas que apresento confirmam a força de sua juventude, quando lecionava e escrevia para a revista *A Violeta*.

Que Deus a conserve assim, Dona Maria, como um baluarte da nossa cultura genuinamente mato-grossense, defendendo a nossa história, o nosso modo de ser, a nossa vida e a nossa gente.

Há pessoas que encaram a vida como um pesadelo, um fardo a equilibrar nas frágeis costas de um esqueleto humano. E, ao invés de seguirem bravamente a luta, logo se envergam, se lastimam e a sua própria atitude as transformam num ser humano lamuriento, desagradável e de difícil convívio.

Dona Maria, nem de leve se aproxima deste tipo desagradável de pessoa. Não perdeu o gosto pela vida, não abandonou o seu pendor pelas letras.

Todo mundo sabe que o seu marido não nasceu Interventor. O casal lutou, ambos foram funcionários públicos e Dona Maria exerceu a função de professora, mesmo no limiar dos 100 anos, alfabetizando adultos. Conciliou muito bem as letras com os deveres domésticos, colaborando em revistas e alfabetizando adultos. Ainda, equilibrando muito bem o orçamento da casa.

Na comemoração dos seus cem anos de vida útil, Dona Maria recebeu palavras de brilhantes oradores que rememoraram sua vida útil e produtiva, quer dentro do lar, como mãe, dona de casa, quer como funcionária, professora e pela sua dedicação às letras, o que a levou a uma Cadeira da Academia Mato-Grossense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, onde ela é Sócia Honorária.

Brava mulher! Sempre mantendo a sua educação de berço. Os postos que ocupou nunca lhe subiram à cabeça, pois sempre manteve sua educação de berço, sem modificar-lhe o trato com as pessoas de quaisquer níveis sociais. E Deus, numa graça especial, conservou-lhe com a mesma lucidez e inteligência, sem laivos de um destino que o avançar da idade sempre nos trás.

Louvores a você, minha cara e respeitável amiga: Maria de Arruda Müller.

SENHORA DAS MUITAS MARIAS..!

Vera Randazzo

SENHORA DONA MARIA

a vida em seus passos
apaga o tempo sutil
sem princípio e sem fim
entre o ser e o não ser,
o vento balança palmeiras
e faz eco em ventanias
não há minutos nem horas
nem hoje, nem amanhã
nem tristezas, nem lamentos

MARIA adeja na eternidade !

Quantas Marias que vejo
na SENHORA DONA MARIA:

a cidade era pequena
todos se conheciam
quando de casa em casa
seu nascimento anunciaram
- Benza Deus, todos diziam
que tenha longa vida
e que seja virtuosa
alegre e muito bondosa
seja filha obediente
para João Pedro e Adelina,
que encontre um bom marido
e que os anjos digam
amém !

E os anjos então cuidaram
da menina dos Arruda
Um, a fez poetisa,
outro, deu-lhe a melodia,
deram-lhe o dom de ensinar
falar às multidões
escrever em jornais,
fazer livros, fundar revistas,
e sempre, sempre,
fazer poemas e versos

MARIA só, era um universo !

A jovem, MARIA
cantando vai ao jardim
entre miosótis e resedás
roseiras e cravos brancos
à sombra do mangueiral
esperar suas amigas

que alegres vão chegando:
Bernardina e Ana Luiza
Benilde e Guilhermina
Regina, Antídia e Ecila,
Amelinha e Mariana
Maria Dimpina e ainda
Maria e outras Marias...

O dia está tão lindo ...
no céu um arco-íris:
choveu de madrugada !

E o que fazem as moças ?
Semeiam muitas Violetas
e o ar fica perfumado
em cada pétala um verso
um conto, uma canção,

um adeus, uma ausência,
uma notícia de longe
um poema de saudade,
grinaldas e casamentos
nascem lágrimas ardentes
e as Violetas todas em flor
perfumam para sempre
o dia, a noite e o tempo...

Maria, Maria e Marias
que pródigo vosso jardim,
quantas Violetas floresceram
que "sob o signo desta flor"
agora até desabrochou
a bela flor Yasmin !

SENHORA DONA MARIA,
quanta coisa aconteceu
nos seus cem anos de vida
luzia em seu oratório
a chama da lamparina,
havia sempre recados
em lugar do telefone.
Cartas traziam notícias
de parentes da Alemanha
dos amigos viajantes
e políticos distantes.

SENHORA DONA MARIA,

Mas houve dias sombrios
que fitando o horizonte
com tristeza ouvistes ais :
Desentendimentos ?
Revoluções ?
Cavalos galopando ?
Tiros de carabinas ?
Punhais brilhando afiados ?

Com ardor vai então
A SENHORA DONA MARIA
Fazer suas orações
pela paz em sua terra
pelo bem de sua gente
amigos ou desvalidos
órfãos e desprotegidos
e Nosso Senhor Bom Jesus
sempre, logo a atendia,

pois de todos eras,
a nossa intermediária !

E agora, SENHORA DONA MARIA

daí a vossa bênção
às mulheres cuiabanas
ou que vieram de longe
às que não a conhecem
às que fazem seu café,
quebra-torto, guaraná
socam arroz p'ro seu bolo
assam-lhe piraputangas
mexem seu furrundu

Às que passam na esquina
da sua Rua Campo Grande
às que leram seus poemas
no Bairro da Bela Vista,
às que não puderam ler

porque são analfabetas
e não pudestes ensinar
às que rodaram nos rios
às que vivem em ranchos
ou em belos casarões !

SENHORA DONA MARIA

abençoi as mulheres
suas amigas, suas comadres
ou que tiveram a infância
entrelaçada na sua.

Às que dançaram a valsa
na posse do seu marido
e depois a ajudaram
a levantar o Abrigo
dos meninos desamparados
dos velhos abandonados.

SENHORA DONA MARIA

abençoi também a mulher
que veio lá do Sul
onde assobia o minuano,
onde centauros alados
atiram as boleadeiras
e laçam o gado bravio
naqueles pampas sem fim.

A mulher do parreiral
da Pérola das Colônias:
na mesa sempre polenta
no galpão churrasqueira
chimarrão de madrugada

a cuia de mão em mão,
na cantina, tonel de vinho
no sangue, pura migrante
com uma canção italiana
brotando do coração !

A mulher que foi chamada
até de “pau rodado”
mas em sua terra, Senhora
se sente de “tchapa e cruiz”
e aqui teve mil venturas
e uma dessas venturas
foi de tê-la conhecido
de sabê-la sua amiga
conhecer sua morada
seus filhos, sua descendência
e até de saber que um dia
o menino Júlio com três anos
que seria depois seu marido
carregava com afinco
pregos e tijolos todo dia
para ajudar seu pai
que construía a casa
em que passa sua vida

e vós, SENHORA MARIA
nem ainda eras nascida !

Esta mulher gaúcha
nunca esqueceu a história,

ou também os belos feitos
que contou-lhe com doce voz
dos Arruda e dos Ponce,
dos Mesquita e Dom Aquino,
da grande família Müller,
dos Serra e dos Rondon,
dos Moura e Corrêa da Costa
e Monteiro e Pitaluga
e Neves e Novis e Dutra,
dos Alencastro e Lotufo,
dos Vieira e dos Campos,
dos Curvo e dos Póvoas
dos Couto e dos Matos,

dos Borges e Pereira Leite
e Lobo e Costa Marques,
dos Ribeiro e dos Metelo,
dos Murtinho e Tocantins,
dos Fragelli e Figueiredo
e Martins e muitos Ramos
e Pinheiro e muitos Prado
e Rodrigues e dos Mendes

dos Ferreira e Alves Corrêa,
dos Mendonça e Oliveira
e dos Duarte e Borralho
dos Miraglia e Vasconcellos,
dos Motta e Villas-Bôas e
dos Paes de Barros e Siqueira,

e tantos, tantos outros ...

muitos que são seus parentes
ou parentes de sua gente,
ou de netos, bisnetos e trinotos
e todos, todos seus amigos !

SENHORA DONA MARIA

generosa, boa e altaneira

Mãe de todo este povo,

que o Senhor Bom Jesus de Cuiabá,

Morador deste nosso Arraial,

A abençoe para todo o sempre,

Amém !